

VOL. II
Nº 2

CADERNOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

**DIRETOR DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL DA CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL E
REITOR DA UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO (UNICID)
E DA UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (UNICSUL)**

Prof. Dr. Luiz Henrique Amaral

**PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CRUZEIRO
DO SUL EDUCACIONAL E REITORA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO
FEDERAL (UDF)**

Profa. Dra. Beatriz Maria-Eckert-Hoff

**COORDENADOR DO NÚCLEO DOS ESCRITÓRIOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E
REDES DE COOPERAÇÃO DA CRUZEIRO DO SUL (NEIRC)**

Prof. Me. André Ricardo Rosa Leão

EDITORES CHEFES E EXECUTIVOS

Prof. Dr. Gabriel Jiménez de Aguilar

Prof. Me. André Ricardo Rosa Leão

CORPO EDITORIAL RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DOS TRABALHOS

Profa. Dra. Flávia Carolina de Resende Fagundes

Profa. Dra. Milena Fernandes Maranhão

Prof. Dr. Gabriel Jiménez de Aguilar

Prof. Me. André Ricardo Rosa Leão

Prof. Me. Igor Cesar Santos de Miranda

Prof. Esp. Arthur Vieira de Lima

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Flávia Carolina de Resende Fagundes (Coordenadora EIRC FSG)

Profa. Dra. Milena Fernandes Maranhão (Coordenadora EIRC CEUNSP)

Prof. Dr. Fábio Beltrami (Coordenador EIRC FSG)

Prof. Dr. Gabriel Jiménez de Aguilar (Coordenador do EIRC UNICID e UNICSUL)

Prof. Dr. Henrique Braunstein Raskin (Coordenador EIRC POSITIVO)

Prof. Dr. Ivan de Oliveira Silva Durães (Coordenador do EIRC BRAZ CUBAS)

Prof. Dr. Lucas Alonso Rocha (Coordenador do EIRC UNIFRAN)

Prof. Me. André Ricardo Rosa Leão (Coordenador do NEIRC e EIRC UDF)

Prof. Me. Gleison Luís Araújo (Coordenador do EIRC UNIFRAN)

Prof. Me. Igor Cesar Santos de Miranda (Coordenador do EIRC CESUCA)

Profa. Me. Keissiene Tcharla Bragantin Pereira (Coordenadora do EIRC MÓDULO)

Profa. Esp. Madelon Chaves Faias (Coordenadora do EIRC POSITIVO)

Prof. Esp. Arthur Vieira de Lima (Coordenador EIRC UNIPÊ)

Diagramação

Débora Carvalho Alves de Oliveira e Felipe Josué Fortunato Barcelos

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - UDF

Escritório de Internacionalização e Redes de Cooperação SEP

SUL EQ 704/904, Conj. A, CEP:70390-045 - Brasília/DF,

Telefone: +55 61 3704.8838 E-mail: eirc@udf.edu.br

Periodicidade Anual – 2022

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.
O saber se aprende com mestres e livros.
A Sabedoria, com o corriqueiro, com a vida e com os humildes.
O que importa na vida não é o ponto de partida, mas a caminhada.
Caminhando e semeando, sempre se terá o que colher.”

Cora Coralina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Gabriel Jimenez Aguilar e André Ricardo Rosa Leão.....06

ARTIGOS E ENSAIOS

Lingual Orthodontics

Daniela Abreu de Moraes, Felipe W. Degrazzia e Érica F. Franco.....07

Atuação empresarial em defesa do Social e Ambiental: O caso da empresa Natura

Laura Nunes Seixas.....17

Reflexões sobre a Ética de Robert W. Cox e a Contracultura: Relações pensadas entre ambas

Ricardo Francisco Silva de Paula e Violeta Sarti Caldeira.....43

O espaço do Renminbi: Análise da Guerra Comercial entre EUA e China e sua escala para uma disputa tecnológica

Arthur Vieira de Lima e Cinthya Araújo Gomes..... 67

Ciberativismo Transnacional Feminista: O caso #NIUNAMENOS

Karina Godinho Poloni e Flávia Carolina de Resende Fagundes.....80

RELATÓRIO DE DISCIPLINA PRÁTICA – CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente dinamismo na atuação do internacionalista

Camyla Fernandes Ferreira.....103

PROJETOS DE INTERVENÇÃO – CURSOS DE EXTENSÃO INTERNACIONAL: SOCIAL ENTREPRENEURSHIP AND SUSTAINABILITY

Proyecto de Intervención – El papel de las empresas en sus países de origen

Bibian Maria Pachas Rios e Yvina de Andrade Ferreira.....106

Proyecto de Intervención – “GREEN OFFICES”

Diego Alonso Bustamante Rosales e Laura Gonzáles Grajales.....112

Proyecto de Intervención en Sustentabilidad en La Empresa Láctea Gloria

Marli Choquemamani Rojas e Matheus Coutinho da Silva.....120

Proyecto de Intervención – Enlazando la Educación

Nahomi Farías Hernández e Jéssica da Silva Gomes128

Proyecto de Intervención – CFE con todos

Aline Ciribelli da Silva e Lucila Fernández Bustos135

Empreendedorismo Social: Definições e Oportunidades no Brasil e no mundo

Amanda Leão e Dionatas Jorge.....143

Proyecto de Intervención – Empreendedorismo Farmacêutico: Uma Perspectiva Social e Sustentável.

Susie dos Santos Mariano e Syla Calero Asto150

PROJETOS – INICIAÇÃO CIENTÍFICA – CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Perpectiva Global X Regional: Um Estudo Exploratório da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e ASEAN +3

Gislaine Cristine Borges.....158

A Marginalização Social dos Povos Indígenas: Grupo Kayapó e o Cacique Raoni

Julia Vitor Alves.....175

RELATÓRIO DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL PARA ESTÁGIO

Relatório de Pasantía en el “Centro Universitario Nossa Senhora do Patrocínio CEUNSP/Brasil”: Medicina Veterinária – Cirugías en Pequeños y Grandes Animales

Lautaro Antonio Basualdo Rivas.....191

APRESENTAÇÃO

A Revista Cadernos de Internacionalização é um periódico acadêmico com a primeira edição lançada em 2021 e previsão de publicação anual. O trabalho é organizado pelo Núcleo dos Escritórios de Internacionalização e Redes de Cooperação da Cruzeiro do Sul (NEIRC), a partir do material encaminhado pelos Escritórios de Internacionalização e Redes de Cooperação (EIRCs) das instituições de ensino superior que integram este Grupo Educacional e das Universidades Estrangeiras parceiras.

O maior objetivo da publicação é incentivar e a difusão de pesquisas de docentes e discentes, inclusive dos parceiros internacionais, principalmente envolvendo as temáticas internacionais ou a língua estrangeira. Além disso, visa divulgar relatos de experiências de intercâmbios, resenhas, projetos, relatórios de estágios dos cursos e de disciplinas práticas dos cursos de Relações Internacionais, Comércio Exterior ou de outros interessados na temática; artigos ou ensaios em língua estrangeira, assim como entrevistas voltadas à internacionalização, no âmbito da educação superior.

Esta segunda Edição contou com o costumeiro apoio da Presidente do Grupo de Trabalho de Internacionalização da Cruzeiro do Sul Educacional e Reitora do UDF, Profa. Dra. Beatriz Maria Eckert-Hoff, da coordenação do NEIRC da CSED e das coordenações de cada EIRC das IES do grupo, que enviaram trabalhos dos estudantes e participaram das análises.

A revista contempla uma breve apresentação e dezesseis textos, sendo: cinco artigos/ensaios, um Relatório Final da Disciplina Laboratório de Relações Internacionais II (Curso de Relações Internacionais), sete Projetos de Intervenção elaborados pelas equipes interdisciplinares de estudantes que participaram do Curso de Extensão “Social Entrepreneurship and Sustainability”, promovido em 2022 pelas IES da Universidade Cruzeiro do Sul em parceria com a Universidad Anáhuac (México), a Universidad Científica del Sur (Peru) e a Universidad Maza (Argentina); dois projetos de Iniciação Científica em desenvolvimento pelos estudantes do Relações Internacionais envolvendo os ODSs e um Relatório de Estágio Internacional realizado por aluno estrangeiro intercambista no Brasil.

O conteúdo está diversificado e fomenta a reflexão, mas a opinião pessoal dos autores não traduz a opinião dos Editores nem do Grupo Cruzeiro do Sul ou de qualquer das instituições do grupo em relação aos assuntos abordados. Desejamos uma excelente leitura!

Prof. Dr. Gabriel Jiménez de Aguilar
Prof. Me. André Ricardo Rosa Leão
Editores Executivos

LINGUAL ORTHODONTICS

Daniela Abreu de Moraes¹
Felipe W. Degrazzia²
Érika F. Franco³

1 INTRODUCTION

The lingual surface approach in orthodontics was introduced by Fauchard in 1726 (MCMULLIN; WARING; MALIK, 2013)¹. However, this modern technique for aesthetic treatment was pioneered in the 1970s by Kurz in the United States (USA) and Fujita in Japan (Alexander et al, 1982)². Due to lack of training and scientific knowledge regarding the new method, orthodontists had difficulties with the first trial designs, which impaired the development of the technique and caused several orthodontists to abandon the new intervention approach (MORO, 2012)^{3 4 5}. However, the lingual technique (LT) continued to be developed in Europe and Asian countries and regained its credibility in the 1990s^{3 5}. (MORO, 2012)

Knowledge of biomechanics is important in all types of orthodontic treatment, whether one is using the conventional technique (CT), according to which brackets are positioned on the vestibular surface of the teeth, or the LT, according to which brackets are positioned on the palatal and lingual surface of teeth. Biomechanics allows the planning of the system of forces to be executed in relation to both the amount of force and the shape that will be applied, respecting periodontal tissues. It also shows the tissue reactions against orthodontic forces, the mechanical aspects that will allow the desired dental movement, and mechanical properties of orthodontic wires^{6 7}. (FERREIRA, 2008)

Regarding tissue reactions, all care in orthodontic movement must be taken with the periodontal ligament and alveolar bone to allow optimal strength to be achieved, which provides rapid dental movement without discomfort for the patient and without tissue alterations.

The mechanical aspects involved in orthodontic movement are related to the applied force, which is classified as a vector magnitude. The ideal force action line passes through the fulcrum, known as the tooth resistance center, generating a translation movement. Other types of movements such as rotation can also be generated when a binary of forces is created, for example.

In orthodontics that uses conventional technique, it is more difficult for the force to go

¹ Professora do Centro Universitário do Distrito Federal - UDF.

² Cirurgião-dentista.

³ Cirurgiã-dentista-secretária de saúde do DF

through the resistance center; it may have such side effects as unwanted dental inclinations and extrusions. In order to nullify these effects, the orthodontist must perform strict biomechanical control, such as power-arm translation brackets, arms of forces attached to the brackets and segmented mechanics. However, the lingual technique is able to transmit force as close as possible to the tooth's resistance center, promoting a precise movement, without harmful side effects to the periodontal tissue (FERREIRA, 2008)⁶.

The purpose of this paper was to understand the biomechanics of dental movement in the lingual technique and propose this technique in clinical situations that require axial control to allow a controlled, fast and effective movement.

2 DESCRIPTION

2.1 BIOMECHANICAL DIFFERENCES BETWEEN LINGUAL AND LABIAL BRACKETS

Regarding positioning, the lingual brackets are bonded to the palatal and lingual surface of the upper and lower arch, respectively. Brackets positioned on the palatal surface of the upper incisors produce the bite plane effect, which is the opening of the bite due to the contact of the lower incisors with the upper lingual brackets. This effect is capable of producing important movements, such as rotation of the jaw clockwise and possibly class II, which can be corrected with the extraction of the first premolars. Another effect is the extrusion of the posterior teeth and intrusion of the anterior teeth. The extrusion of the posterior teeth and also the likely maxillary expansion promote lower vestibular inclination of the teeth because they perform molar body movement and should be used in cases of posterior crossbite^{9 10 11}. (MARIGO; ETO; GIMENEZ, 2012); (ARAÚJO *et al.*, 2009); (FUJITA, 1982).

There are several clinical applications for the use of LT, and an ideal case for treatment with lingual appliances is deep bite with low angle. Class I or II cases with extraction of premolars are also suitable for lingual orthodontics¹. (MCMULLIN; WARING; MALIK, 2013).

The type of brackets and their positioning should be well planned, according to the dental movement necessary for the orthodontic correction. Small-sized brackets are used in cases in which torque control is not required and which seek alignment, leveling, and rotation control. Individualized pads with a specific torque are used where torque is required⁹. (MARIGO; ETO; GIMENEZ, 2012).

Larger brackets, preferably with double slots, are recommended for cases of gyroversion. Bite plane brackets are used in cases of deep overbite, and vertical slots are used to control anterior

retraction. Brackets with smaller bases are used for short crowns, whereas brackets with a lower profile are for those people who need to have a better diction.

Regarding the perimeter of the arch, the lingual surface has a more irregular anatomical shape and greater inclination, which results in smaller perimeter of the arch and interbracket distance compared to the conventional appliance. It also causes less torque control and leads to an obtuse interincisal angle and more verticalized incisors ¹². (GERON, 2006).

The friction is proportional to the moment created by the contact between the arch and the brackets and inversely proportional to the width of the brackets. So there is more friction in lingual brackets than in conventional ones, since they are narrower and have shorter slots. Connection in lingual orthodontics is the double over tie type, which causes greater friction with little rotational control, since the interbracket distance is reduced. To reduce friction and rotation, elastic ligature ties are more suitable, even if they compromise aesthetics with discoloration, because steel ligature ties do not control rotation, although they reduce friction. (MARIGO; ETO; GIMENEZ, 2012).

The flexibility and size of the orthodontic wires used in LT are different from those in the CT due to interbracket distances. The lower and upper arch on the lingual surface is smaller when compared to the vestibular surface. Thus, the wire segment to be used is smaller, directly proportional to the flexibility of this wire in these spaces, a wire of the same width would cause totally different reactions in such techniques due to the decreased interbracket distance and different sizes of slots. Therefore, the orthodontic wires used in the lingual technique are superelastic and have a modulus of elasticity and stiffness of reduced archwires. Another way to reduce the stiffness of archwires is to increase their perimeter and interbracket distance, which can be achieved with accessories (cleat), by postponing the bonding of one of the brackets, and using smaller brackets. Another benefit resulting from the use of smaller brackets is that dental movement control is better, since the distance between the slot and the center of resistance of the tooth is shorter. A good way to control rotations is by combining smaller brackets with a self-ligating bracket system ⁹. (MARIGO; ETO; GIMENEZ, 2012).

Treatments with dental extractions using the lingual technique require the inclusion of the second molar in the arch, use of palatal bar, and use of the mixed technique, which is bonding brackets to the vestibular surface of posterior teeth, besides placing a curve for the lingual side in the closure arch ⁴ (MONINI *et al.*, 2008). These needs exist because the retraction forces pass lingually to the center of resistance, which causes the turning of molars in the opposite direction of what occurs when they pass vestibularly, that is, there's a mesial rotation towards the vestibular side.

A treatment of choice for lingual appliances is en-masse retraction of the six anterior teeth, since partial canine retraction is capable of producing space on the distal side of lateral, which would

cause aesthetic problems ⁴. MONINI *et al.*, 2008

In treatments using LT, the archwire tends to come out of the slot during activations, which requires caution and a firm connection of the archwire using the double over tie (Scuzzo) method. The archwire has a 90-degree bent between the canine and the first premolar making it look like a mushroom ^{2 11} (ALEXANDER *et al.*, 1982); (FUJITA, 1982), which can serve both as a stop, to prevent the archwire from sliding throughout the alignment, and as an expansive force ¹³. (SUNG *et al.*, 2003).

2.2 FORCE

For LT and CT, the point of application of force will generate different standards of dental movement. Lingual brackets perform more physiological intrusive forces, in a less inclined way compared to the same type of force applied vestibularly, and produce body movements. This is so because lingual brackets have a force line that is close to the center of resistance center of the tooth. Thus, the moments arising from forces applied to lingual brackets are always lower than those applied to conventional brackets, causing less teeth inclination ^{4 14} (TANNE; LU; SAKUDA, 1992); (MONINI *et al.*, 2008). But this proximity to the center of resistance of the tooth also causes a greater transmission of force to the periodontal ligament, which brings the need to use thinner and more resilient wires and perform lower activations in relation to the conventional appliance ^{4 13}. (SUNG *et al.*, 2003); (MONINI *et al.*, 2008).

2.3 THE SHAPE OF THE ARCH

The dental arch from a lingual perspective was first defined by Fujita as having the shape of a mushroom, hence the need for orthodontic archwires that follow this shape (FUJITA, 1979)¹¹. Other authors showed the presence of a christmas-tree lingual shape (ECHARRI, 2006)¹⁶. However, Miyahira's study (2007) identified three formats for lingual dental arches: mushroom, christmas tree and mixed. The latter has the mushroom shape on one side of the arch and the shape of christmas tree on the other.

Another LT specificity is that the lingual arches require insets in the posterior teeth, and the wires have to be bent, even though this is not the straight-wire technique. Therefore, it is important to emphasize the need for wire individualization, even when outlining diagrams are used, since the lingual surface presents a greater anatomical variability. The arch has a higher degree of wire deflection load and greater rigidity, which cause heavier forces and make it difficult to control angulations, torque and dental rotations.

However, a more flexible wire can be used to compensate for and allow the physiological movement of the tooth. Another feature of the lingual technique is that the systems it uses depend on the use of mushroom-shaped arches, with compensation in the canine, premolar, and molar teeth.

2.4 ANCHORAGE

Anchorage in the LT may use conjugated dental units, restriction of the anterior displacement of the orthodontic arch, a transpalatal bar, nance button and mini-implants. The lingual technique provides better anchorage than the conventional one, because the vectors of applied force are directed to the center of rotation of each tooth. However, the two primary anchorage factors, which are dental occlusion and muscle strength, are removed with posterior disocclusion. This facilitates the correction of deep bite, cross bite, and verticalizes the molars^{17 4}. (FULMER; KUFTINEC, 1989); (SMITH *et al.*, 1986); (MONINI *et al.*, 2008) Molar disocclusion does not increase the angle of the mandibular plane (FMA)¹⁸; (BRIN *et al.*, 1982) however, Scuzzo and Takemoto guide on the need for bite blocks to avoid extrusive forces⁴⁴. (MONINI *et al.*, 2008) Another measure would be the initial bonding of the lower arch to intrude the incisors initially and later the bonding of the upper arch¹¹ (FUJITA, 1982).

2.5 LINGUAL BRACKET

2.5.1 Simplified indirect bonding

It has become a consensus in the literature that indirect bonding would be the most viable alternative to the correct positioning of brackets in lingual treatment. Unlike the conventional treatment, performed on the vestibular surface of the teeth, the lingual technique presents difficulty of access, anatomical variability of the lingual surface, and reduced salivation control. Direct bonding was performed in the first bracket system developed by Kurtz *et al.*: an edgewise appliance. However, the appliance made access difficult because it blocks the vision of the lingual surface in the installation, which generated the design of several indirect bonding systems as an alternative. Several researchers^{22 23} (SMITH *et al.*, 1986); (SHPACK *et al.*, 2007) showed the improvement in the position of brackets with indirect bonding. They also reduced torque and rotation errors and obtained a high degree of accuracy through compensation with resin PADs in the teeth presenting anatomical variability. The disadvantages of the indirect technique are related to cases of extractions, major torque alterations, facial asymmetries, and difficulties in the vertical and cross-sectional control of dental segments.

3 DISCUSSION

The orthodontic lingual technique has been increasingly used because it provides an aesthetic treatment, PATO *et al.*, 2002). For a long time lingual orthodontics remained discredited in the USA due to the lack of preparation of orthodontists and, consequently, due to the failed case results²⁵. (LING, 2005). For these reasons, the “Lingual Task Force” emerged, a group created in the 1980s to develop, improve, and disseminate the lingual technique and guide orthodontists interested in it². (ALEXANDER *et al.*, 1982).

Technically, lingual orthodontics is considered more difficult than the conventional one; however, there is no proof that the vestibular technique is more effective than the lingual one⁴. (MONINI *et al.*, 2008). It is already well established that the immediate effect after installation of the lingual appliance is the opening of the bite caused by the premature contact of the lower incisors with the palatal brackets of the upper incisors. This opening causes posterior and inferior mandibular rotation inducing a Class II malocclusion, especially in dolichocephalic people. This posterior disocclusion tends to remove two primary anchorage factors: dental occlusion and musculature, which, in turn, facilitate the correction of deep, crossed bites and the verticalization of molars. Moreover, due to the aesthetic characteristic of the appliance, the use of extrabuccal apparatus becomes unfavorable. For these reasons, the decision to extract the first upper premolars is more frequent than in the conventional technique. If such extrusion is not indicated for the case, it may be avoided with bite blocks, which are resins adapted to the lower molar cusps, gradually reduced in height during incisor intrusion. There is also concern about the increase in the vertical dimension resulting from posterior disocclusion caused by the extrusion of the posterior teeth. However, studies have not demonstrated a significant increase in the mandibular plane angle (FMA)^{18 2 22}. (BRIN *et al.*, 1982); (ALEXANDER *et al.*, 1982); (SMITH *et al.*, 1986). Furthermore, authors suggest the assembly of the lower arch and, after intrusion of the anterior teeth, the assembly of the upper arch without interferences.

The orthodontic forces applied to lingual brackets and conventional resulted in different tooth movement patterns. Various authors have demonstrated that intrusive forces on a lingual bracket tend to incline the tooth less. This is explained by the lower moment produced due to the proximity of the lingual bracket of the center of resistance of the tooth. A study by Geron *et al.* (2004) demonstrated that when an intrusion force is exerted on upper incisors using the lingual technique, the moment was only produced in teeth inclined by more than 20 degrees in relation to the occlusal plane. This proximity to the center of resistance of the tooth causes the lingual bracket to produce a more intense transmission of forces to the periodontal ligament, thus forcing the orthodontist to use thinner and more resilient wires²⁶. (GERON; ROMANO; BROSH, 2004). Based on the principles of light force and sliding, Scuzzo and Takemoto (2004) designed the STB-Ormco

bracket, smaller and thinner, which provides greater comfort for the tongue. In a photoelastic model, Chaconas, Caputo, and Bruneto (1990) compared the distribution of stress caused by forces of the lingual and conventional appliances and concluded that the intensity produced by the lingual appliance was higher. Force control was also carried out using Smart Jig self-ligating brackets²⁷, which have a safety spring that causes its opening when forces exceed 600g, releasing the arch out of the slot. The bonding of brackets in the lingual technique causes immediate differences in relation to the conventional appliance, such as the shorter interbracket distance, the shape of the arch, and the anatomical difference of the lingual surface. One study²⁸ (MORAN, 1987) demonstrated that the interbracket distance of the conventional appliance is 47% higher than that of the lingual one. This makes the forces applied to the tooth three times higher in the lingual technique than in the conventional technique. Nevertheless, a recent study⁷ (NASSIF *et al.*, 2017) that compared the resorption of upper incisors after mild-to-moderate crowding treatment using the conventional and lingual techniques showed that there is no difference in the amount of apical resorption between the techniques.

The increased force intensity in the lingual arch creates the need to use resilient wires longer than in the conventional technique. However, these make the treatment more difficult when intermaxillary elastics or extractions are involved, since the recommended wires are rectangular and with reduced bracket slot friction. Thus, vestibularization of premolars can occur frequently in areas of extraction and excessive inclination of the anterior teeth in the lingual technique. Measures to avoid these consequences are the use of palatal bar, vestibular brackets on posterior teeth, incorporation of the 2nd molar and curvature for the lingual surface in the closing arch, because the retraction forces are passing lingually from the center of resistance, causing molars to rotate their vestibular mesially¹³. (SUNG *et al.*, 2003). For the retraction of the anterior teeth, it is also necessary to tie the arch firmly using the double over-tie method, as the arch tends to come out of the bracket slot during this phase. (TAKEMOTO; SCUZZO, 2003). Furthermore, the first-order bend between the canine and first premolar can act as a stop because it has almost 90 degrees and thus prevents the sliding of the arch as the alignment occurs and can also provide an expansive force due to the increased flexibility of the wire¹³. In order to avoid the bowing effect that occurs during closing mechanics, where there is loss of control on the vertical plane and dental expansion, anti-bowing conformations are performed by accentuating the curve in the opposite direction of the expansion²⁶. (SMITH *et al.*, 1986); (SUNG *et al.*, 2003).

The lingual appliance is an important and current instrument for the orthodontist who treats patients who demand aesthetics and who do not want to show the brackets during orthodontic therapy. The orthodontist needs to be familiar with the characteristics of the appliance to be able to eliminate problems, select specific cases, and instruct patients on the limitations of the lingual technique.

4 CONCLUSIONS

- lingual orthodontics is an important technique that combines aesthetics and effectiveness for certain cases;
- a perfect knowledge of the lingual technique's biomechanics is important to take advantage of all potentialities of this aesthetic method of treatment;
- the lingual technique produces a shorter moment due to the proximity of the lingual bracket to the center of resistance of the tooth;
- the proximity to the center of resistance of the tooth causes the lingual bracket to produce a more intense transmission of forces to the periodontal ligament, thus forcing the orthodontist to use thinner and more resilient wires;
- for the lingual technique to be successful, it is essential that the orthodontist be familiar with the characteristics of the appliance to avoid complications, select specific cases, and instruct patients on the limitations of the technique.

5 REFERENCES

- ALEXANDER, C M *et al.* Lingual orthodontics. A status report. **Journal Of Clinical Orthodontics** v. 16, n. 4, p. 255–262 , abr. 1982. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=mdc&AN=6956581&lang=pt-br&site=ehost-live>>.
- ARAÚJO, Adriano Marotta *et al.* Conforto e fonação com a nova geração de bráquetes ortodônticos linguais individualizados. **Revista CEFAC** v. 11, n. 4, p. 701–707 , 2009.
- BRIN, Ilana *et al.* Molar occlusion and mandibular rotation: A longitudinal study. **American Journal of Orthodontics** v. 81, n. 5, p. 397–403 , 1982. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/000294168290077X>>.
- ECHARRI, Pablo. Revisiting the History of Lingual Orthodontics: A Basis for the Future. **Seminars in Orthodontics** v. 12, n. 3, p. 153–159 , 2006. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1073874606000260>>.
- FERREIRA, Flávio Vellini. **Ortodontia: diagnóstico e planejamento clínico**. 7. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2008. 553 p. ISBN 9788574040035
- FUJITA, Kinya. Multilingual-bracket and mushroom arch wire technique: A clinical report. **American journal of orthodontics** v. 82, p. 120–140 , 1 set. 1982.
- FUJITA, Kinya. New orthodontic treatment with lingual bracket mushroom arch wire appliance. **American Journal of Orthodontics** v. 76, n. 6, p. 657–675 , 1979. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0002941679902112>>.

FULMER, D. T.; KUFTINEC, M. M. Cephalometric appraisal of patients treated with fixed lingual orthodontic appliances: Historic review and analysis of cases. **American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics** v. 95, n. 6, p. 514–520 , 1989.

GERON, Silvia. Finishing with Lingual Appliances, Problems, and Solutions. **Seminars in Orthodontics** v. 12, n. 3, p. 191–202 , 2006. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1073874606000314>>.

GERON, Silvia; ROMANO, Rafi; BROSH, Tamar. Vertical forces in labial and lingual orthodontics applied on maxillary incisors - A theoretical approach. **Angle Orthodontist** v. 74, n. 2, p. 195–201 , 2004.

GORAYA, Kulbir Singh. Getting started with lingual: understanding and managing your lab work with self-ligating evolution brackets. **Updates on lingual orthodontics getting** v. 6, n. 1 , 2008.

HUANG, Tsui-hsien *et al.* Metallabgabe aus Brackets. v. 26, n. 2, p. 1–7 , 2004. Disponível em: <<papers://df318157-af7f-44f7-9ea7-1ca06684b2df/Paper/p50>>.

KAIRALLA, S *et al.* Ortodontia lingual : um aparelho “ invisível ”. **Rev Bras Cir Craniomaxilofac** v. 13, n. 1, p. 40–43 , 2010.

KANASHIRO, L K; VIGORITO, J W. Estudo das formas e dimensões das arcadas dentárias superiores e inferiores em leucodermas, brasileiros, com maloclusão de Classe II, divisão 1^a e diferentes tipos faciais. **Ortodontia** v. 33, p. 8–18 , 1 jan. 2000.

KAROV, J.; HINBERG, I. Galvanic corrosion of selected dental alloys. **Journal of Oral Rehabilitation** doi: 10.1111/j.1365-2842.2001.00728.x, v. 28, n. 3, p. 212–219 , 11 set. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1365-2842.2001.00728.x>>.

LING, Paul H. Lingual orthodontics: History, misconceptions and clarification. **Journal of the Canadian Dental Association** v. 71, n. 2, p. 99–102 , 2005.0709-8936.

MARIGO, Marcelo; ETO, Luiz; GIMENEZ, Carla. **Ortodontia Lingual : Uma alternativa incomparável para a terapia ortodôntica estética**. [S.l: s.n.], 2012. 468 p. .9788588020603.

MCMULLIN, Ailbhe; WARING, David T; MALIK, Ovais H. Invisible orthodontics part 2: lingual appliance treatment. **Dental Update** doi: 10.12968/denu.2013.40.5.391, v. 40, n. 5, p. 391–402 , 2 jun. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.12968/denu.2013.40.5.391>>.

MONINI, André Da Costa *et al.* Diferenças biomecânicas entre a técnica lingual e a labial. **Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial** v. 13, n. 1, p. 92–100 , 2008.

MORAN, Kirk I. Relative wire stiffness due to lingual versus labial interbracket distance. **American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics** v. 92, n. 1, p. 24–32 , 1987.

MORO, Alexandre. Técnica lingual simplificada. v. 11, n. 2, p. 18–33 , 2012.

NASSIF, Carlos Eduardo *et al.* Comparative study of root resorption of maxillary incisors in patients treated with lingual and buccal orthodontics. **Angle Orthodontist** v. 87, n. 6, p. 795–800 , 2017.

PATO, José Márcio Salgado *et al.* Ortodontia lingual. **Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial** v. 7, n. 2, p. 77–80 , abr. 2002.

SAMJIN, Choi *et al.* Morphological investigation of various orthodontic lingual bracket slots using scanning electron microscopy and atomic force microscopy. **Microscopy Research and Technique** doi: 10.1002/jemt.22775, v. 79, n. 12, p. 1193–1199 , 9 nov. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/jemt.22775>>.

SCUZZO G, TAKEMOTO K. Why lingual orthodontics? **In: Invisible orthodontics: current concepts and solutions in lingual orthodontics**. Berlin: Quintessenz Verlag, 2003, p. 9-10.

SHPACK, Nir *et al.* Bracket placement in lingual vs labial systems and direct vs indirect bonding. **Angle Orthodontist** v. 77, n. 3, p. 509–517 , 2007.0003-3219 (Print)r0003-3219 (Linking).

SMITH, J R *et al.* Keys to success in lingual therapy. Part 1. **Journal of clinical orthodontics : JCO** v. 20, n. 4, p. 252–261 , abr. 1986.

STAFFOLANI, N. *et al.* Ion release from orthodontic appliances. **Journal of Dentistry** v. 27, n. 6, p. 449–454 , 1999.

SUNG, Sang Jin *et al.* A comparative evaluation of different compensating curves in the lingual and labial techniques using 3D FEM. **American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics** v. 123, n. 4, p. 441–450 , 2003.0889-5406.

TANNE, K; LU, Y C; SAKUDA, M. Biomechanical responses of tooth to orthodontic forces applied at the lingual bracket positions. **The Journal of Osaka University Dental School** v. 32, p. 6–13 , 1992. Disponível em: <<http://europepmc.org/abstract/MED/1341711>>.

URSI, Weber. Weber Ursi. **Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial** v. 12, n. 6, p. 24–37 , 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-54192007000600004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

WIECHMANN, Dirk *et al.* Customized brackets and archwires for lingual orthodontic treatment. **American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics** v. 124, n. 5, p. 593–599 , 2003.

ATUAÇÃO EMPRESARIAL EM DEFESA DO SOCIAL E AMBIENTAL: O CASO DA EMPRESA NATURA

BUSINESS PERFORMANCE IN SOCIAL AND ENVIRONMENTAL DEFENSE: THE CASE OF THE NATURA COMPANY

Laura Nunes Seixas⁴

RESUMO

O presente estudo se propõe a abordar a temática da responsabilidade empresarial em busca do desenvolvimento sustentável, trabalhando a ideia de que o lucro e a sustentabilidade não são ideias opostas. Também será apresentado o conceito de Triple Bottom Line e a influência que ele teve no mercado financeiro, levando ao desenvolvimento da tendência ESG. Também será retratado o debate a respeito de como o mundo corporativo vem incorporando a visão de responsabilidade ambiental, social e governamental. Por fim, será realizado um estudo de caso comparativo das ações socioambientais do Grupo Natura nos anos de 2001 e 2020, de forma que se possa observar a presença do ESG e como isso se reflete em sua participação na bolsa de valores.

Palavras-chaves: Desenvolvimento sustentável, ESG, empresarial.

ABSTRACT

This study aims to address the issue of corporate responsibility in pursuit of sustainable development, working on the idea that profit and sustainability are not opposite ideas. Also the Triple Bottom Line concept and the influence it has had on the financial market will be introduced, leading to the development of the ESG movement. The debate about how the corporate world has been incorporating the vision of environmental, social and governmental responsibility will also be portrayed. Finally, a comparative case study of the Natura Group's socio-environmental actions in 2001 and 2020 will be carried out, in order to observe the presence of ESG in them and how this is reflected in its participation in the stock market.

Keywords: Sustainable development, ESG, business.

⁴ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Positivo.

1 INTRODUÇÃO

Gradativamente, mais pessoas tomam consciência a respeito dos problemas ambientais e da mudança climática. Com isso, muitas empresas têm buscado maneiras de desenvolvimento sustentável como forma de se responsabilizar e reverter o cenário para que, conseqüentemente, consigam atingir um público que vem se tornando cada vez mais consciente.

Não somente em nível pessoal, mas também nas Relações Internacionais é notável um grande interesse em questões relacionadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento social. Pode-se observar a forma como essas pautas aparecem de forma marcante em encontros entre Estados, congressos empresariais e a grande mídia. Oliveira (2012) afirma que a questão ambiental ganhou ainda mais força dentro das Relações Internacionais após o Relatório de Brundtland, em que se observou a expansão da agenda ambiental nesse âmbito, podendo considerar a temática socioambiental inerente às relações internacionais.

O interesse empresarial em atuar em questões como a proteção ambiental começou algumas décadas atrás e tem tomado maiores proporções até os dias atuais, uma vez que esse tema tem sido amplamente discutido em congressos internacionais e ambientes acadêmicos. O aumento do interesse dos consumidores em pautas socioambientais também tem facilitado a discussão dessas questões de forma cada vez mais ampla (NOGUEIRA; FARIA, 2012).

A busca por um desenvolvimento sustentável é a tendência, pois estudos mostram que a forma tradicional de produção é extremamente prejudicial ao planeta e não poderá ser sustentada por muito tempo, sendo necessário tomar atitudes para mudar essa realidade. As empresas são consideradas grandes atores capazes de atuar nessa mudança, uma vez que são responsáveis pela produção e possuem grande parte do capital financeiro, sendo capazes de investir nessa tendência e atingir grandes públicos (ROSSETTI et al, 2008).

O desenvolvimento do ambientalismo empresarial levou investidores e empresários a adotarem termos e índices para realizar a medição do desempenho das empresas nessa área, assim o ESG (sigla em inglês para Atuação Empresarial nos Meios Ambientais, Sociais e de Governança) ganhou espaço e recebeu até mesmo índices próprios nas bolsas de valores.

Há um movimento de pressão externa dos investidores e dos consumidores para que as empresas se adequem a esse novo perfil e emitam relatórios que comprovem a adoção de ações com responsabilidade socioambiental e seu comprometimento com a causa. As empresas que não se ajustam a essa novatendência acabam perdendo clientes e investidores (SCARPIN et al, 2013).

Dessa forma, o problema de pesquisa apresentado neste trabalho será: buscando comparar o desempenho da empresa Natura entre os anos 2001 e 2020 e avaliar sua colocação no índice ESG da bolsa de valores, qual sua atuação na proteção ambiental e social?

Este artigo abordará a evolução de ações empresariais isoladas de responsabilidade socioambiental até se tornar uma tendência no mundo empresarial, realizando uma abordagem histórica do conceito de sustentabilidade e da adoção do termo TBL (sigla para o Tripé da Sustentabilidade, significando, em tradução literal, Lucro, Planeta e Pessoas) (ELKINGTON, 1997) até o crescimento e ascensão da tendência ESG. Essa abordagem se dará através de uma revisão bibliográfica e descritiva, sendo um esboço das principais fontes disponíveis, obras teóricas, artigos acadêmicos e afins, possuindo o objetivo de definir o enfoque da pesquisa através dos materiais disponíveis (PEROVANO, 2016).

A escolha de uma empresa que possui projetos de proteção ambiental e social para o estudo de caso é importante para a compreensão de sua responsabilidade nesse cenário, sendo possível identificar as práticas adotadas que obtiveram resultados positivos nesse meio e abrir espaço para, possivelmente, replicar essas ações no futuro.

A escolha da Natura como empresa para este estudo de caso se dá por conta da identidade da marca que é passada ao público, como uma empresa com grande atuação na área socioambiental, buscando sempre ampliar projetos relacionados a esses temas.

A presença da empresa escolhida para esse estudo em rankings relacionados à sustentabilidade e ao ESG também se dá de forma marcante. Compreender sua evolução, através da comparação dos relatórios emitidos pela empresa em 2001 e 2020, possibilitará avaliar como o avanço dessa nova tendência ocorreu juntamente com o desenvolvimento das ações socioambientais da Natura. Para a realização dessa comparação será produzido um estudo de caso qualitativo e descritivo. Conforme descrito no Manual da metodologia da pesquisa científica (PEROVANO, 2016), na pesquisa qualitativa, são levantados dados para determinar os pontos mais relevantes a serem abordados no contexto da pesquisa, não sendo necessário o uso de estatísticas.

Por fim, será abordado de que forma o índice ESG vem sendo utilizado na área de investimentos para reforçar essa tendência e será analisada a colocação da Natura nesses índices, para, dessa forma, poder validar a ideia de que esta é uma tendência em crescimento constante.

2 SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

A sustentabilidade possui duas origens. A primeira aborda o viés da ecologia, sendo a capacidade de resiliência do ecossistema diante da exploração do meio ambiente, e a segunda possui viés econômico, se tratando da tomada de consciência do quanto prejudicial e insustentável a forma tradicional capitalista de produção é, sendo necessário buscar outras opções (NASCIMENTO, 2012).

Por conta dessa tomada de consciência, a procura por soluções tem sido amplamente debatida em encontros governamentais, congressos internacionais e ambientes acadêmicos, gerando discussões a respeito da melhor maneira de se desenvolver de forma consciente e de tentativas de mitigar os impactos no ecossistema, assim surgindo a discussão em torno do desenvolvimento sustentável.

A descrição fornecida por Radomsky e Peñafiel (2013), no livro “Desenvolvimento e sustentabilidade”, aborda cinco pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável: social, ambiental, territorial, econômico e político, como podem ser observados a seguir:

Desse modo, desenvolvimento sustentável pode ser definido como um processo de expansão das liberdades das pessoas, de modo que isso não comprometa as liberdades das gerações futuras, combinando solidariedade com a geração atual e com as futuras, de modo que se compatibilizem viabilidade econômica, superação da pobreza e da desigualdade, preservação da biodiversidade, limitação de uso de recursos não renováveis e governança democrática. (PEÑAFIEL; RADOMSKY, 2013, p. 178)

Philippe Layrargues (2000) afirma que houve uma mudança brusca no pensamento das empresas entre as décadas de 1970 e 1990, em que a ideia de que desenvolvimento e responsabilidade ambiental, que antes eram antagônicas, poderiam ser trabalhadas juntas, até mesmo se complementando. Dessa forma, o conceito de ambientalismo empresarial começou a ganhar espaço entre o meio corporativo.

O autor supracitado descreve que, através dessa mudança de postura que as empresas começaram a adotar quando tomaram consciência que a forma tradicional de produção era o equivalente a dirigir em direção a um precipício, muitas delas buscaram incluir os princípios de sustentabilidade em sua produção, aderindo ao pacto ecológico e fomentando o aumento da consciência ambiental para que assim pudessem obter uma forma de desenvolvimento mais sustentável (LAYRARGUES, 2000).

As empresas aparecem nesse cenário de desenvolvimento sustentável como um dos atores principais, sendo a responsabilidade empresarial com a sustentabilidade considerada uma questão ética. Como é citado por Antonio Fernando Rosa Dini (2011), uma boa forma de valorizar uma

conduta corporativa considerada exemplar é a adoção dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial,⁵ sendo o tópico 3 relacionado com a ética ambiental:

3. Meio ambiente

3.1 Responsabilidade frente às gerações futuras, assumindo um compromisso com a melhoria da qualidade ambiental e apoiando campanhas, programas e projetos de conscientização ambiental.

3.2 Gerenciamento do impacto ambiental, através do ciclo de vida de produtos e serviços, minimizando a utilização de energia, água e insumos. (DINI, 2021, p. 604)

John Elkington (1997), que é considerado um dos pioneiros quando se trata de sustentabilidade empresarial, trabalha em seu livro “Cannibals with forks. The triple bottom line of 21st century business” (“Sustentabilidade: Canibais com garfo e faca”, na versão traduzida para o português) o questionamento: pode-se considerar um progresso caso um canibal utilize talheres para comer outro ser humano? Utilizando essa analogia, o autor discorre sobre o ambientalismo empresarial. Instituições que promovem ações sustentáveis apenas para aproveitar do marketing positivo que provém delas, sem realmente se comprometer com a causa, estão realizando algum avanço em termos de desenvolvimento sustentável?

Elkington (1997) trabalha em seus escritos de 1997 o compromisso empresarial na atuação em defesa do meio ambiente, abordando como surgiu o chamado Capitalismo Verde e, em seguida, apresenta o conceito do Triple Bottom Line (TBL) como possível solução.

No artigo “Governance for sustainability”, Elkington (2006) explica que a criação desse conceito se deu por conta da necessidade de um novo termo que fosse capaz de abranger a mudança que ele vinha identificando no mercado, como a expansão da agenda ambiental, em virtude da discussão em torno desse tópico após a publicação do Relatório de Brundtland.

Carlos Aurélio Sobrinho (2009) descreve o Relatório Brundtland como o nome popular do documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, que foi apresentado em 1987, após a reunião da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED – órgão da Organização das Nações Unidas). Segundo o autor, o Relatório Brundtland apresenta aos países e inclui na pauta de discussões internacionais o termo “desenvolvimento sustentável”, além de também propor uma lista de medidas e metas a serem cumpridas pelos Estados. Porém, Sobrinho considera que o Relatório possui uma abordagem utópica, visto que não há críticas explícitas à sociedade industrial.

Utilizando o debate proporcionado pelo Relatório, John Elkington (1997) procura incluir as empresas no debate a respeito do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o conceito de Triple Bottom Line foi criado para que pudesse ser utilizado no meio dos negócios, buscando trabalhar os

⁵ Indicadores criados pelo Instituto Ethos que auxiliam as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial. (ETHOS, 2021)

aspectos sociais e econômicos juntamente com as mudanças que o mercado vinha passando, para que assim as instituições fossem capazes de criar valores em todas as dimensões abordadas.

Frequentemente se supõe que os conceitos de capitalismo e sustentabilidade são opostos, uma vez que a ideia de que a finalidade das empresas é maximizar seu lucro é amplamente difundida. Porém, quando John Elkington (1997) escreveu seu livro em 1997, alguns anos após o final da Guerra Fria, eram notáveis as mudanças que estavam ocorrendo. Segundo o autor, empresas transnacionais se tornavam importantes atores no mercado internacional, tendo seu nível de influência comparável com o de alguns Estados.

Juntamente com a ascensão das grandes corporações, algumas questões-chaves a respeito do capitalismo no século XXI surgiram, como a relevância dos aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais para agregar valor às companhias, visto que esses tópicos começaram a ganhar espaço para serem debatidos. Com a popularização desses temas, se iniciou o questionamento da forma que o sistema capitalista atua, gerando ondas de mudanças, como se nota no trecho a seguir:

Leading business people may still be fêted as heroes of the modern age, but growing numbers of people are wondering whether we can rely on capitalism to deliver anything approaching a sustainable future. As a result, it seems likely that the internal political challenges to the capitalist system will grow as the communist threat hopefully recedes and the pace of economic change accelerates in response to the process of globalization. 1997, p. 27)⁶ (ELKINGTON, 1997 p.27)

Considerando que o sistema capitalista já havia se provado como eficiente em sua fase inicial na época da Revolução Industrial e que, posteriormente, ele foi capaz de se adaptar às necessidades do mercado financeiro – ganhando uma abordagem mais social, ambiental ou voltada para os stakeholders –, a conscientização dos mercados financeiros de que esta forma de produção é insustentável e de que é necessário agir para mudar, foi o ponto chave para que o chamado capitalismo Verde tivesse sua vez, sendo considerada por John Elkington uma tendência a longo prazo.

Layrargues (2000) afirma que o interesse corporativo no âmbito socioambiental se deu apenas por conta da globalização, que foi responsável por desestabilizar o protecionismo comercial nacional, favorecendo a competição. O emprego de mais mão de obra e tecnologia se fez necessário para que maior eficiência e produtividade fossem atingidas, assim a incorporação de critérios ambientais se deu como forma de mudar a ideologia de sociedade de consumo, mitigando os efeitos

⁶ Tradução: Empresários importantes ainda podem ser festejados como heróis da era moderna, mas um número crescente de pessoas está se perguntando se podemos contar com o capitalismo para entregar qualquer coisa que se aproxime de um futuro sustentável. Como resultado, parece provável que os desafios políticos internos ao sistema capitalista crescerão à medida que a ameaça comunista retrocede o ritmo da mudança econômica acelera em resposta ao processo de globalização chamado Capitalismo Verde tivesse sua vez, sendo considerada por John Elkington uma tendência a longo prazo.

do aumento da produção.

O autor também descreve como fator essencial para o interesse empresarial no aspecto socioambiental o papel do consumidor, que passou a levar em consideração não apenas o valor e a qualidade dos produtos, mas também o comprometimento da marca com essas questões, frisando novamente a necessidade de adaptação das instituições para que possam continuar competindo no mercado (LAYRARGUES, 2000).

John Elkington (1997) descreve que a sustentabilidade não pode ser alcançada pelas ações de uma única empresa, mas pelo conjunto do sistema que envolve os interesses econômicos, sociais e ecológicos simultaneamente. Essa situação de crise não é um problema apenas econômico ou ambiental, mas sim uma questão política, social e ética, sendo necessário a convergência de esforços dos governos, da população e, principalmente, por parte das empresas que possuem os recursos, a tecnologia e a motivação necessária para atingir a sustentabilidade.

Conforme afirmado por Peñafiel e Radomsky, o avanço na discussão sobre desenvolvimento sustentável levou à necessidade de criar índices como forma de mensurar as ações dos atores neste tópico. Os autores destacam que medir o desenvolvimento sustentável é diferente de medir a sustentabilidade empresarial. Uma vez que o primeiro engloba aspectos ambientais, sociais, políticos e corporativos, logo os índices e conceitos criados devem abordar todas essas questões (PEÑAFIEL; RADOMSKY, 2013).

Considerando os pontos citados acima, Elkington propõe o conceito de Triple Bottom Line, ou TBL, que seriam as três vertentes básicas de atuação para alcançar o desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

O conceito TBL também é comumente explicado pela relação entre as palavras profit, people e planet⁷ (ELKINGTON, 1997).

No livro, também são apresentadas as zonas de ligação entre essas vertentes. A primeira delas, chamada de ecoeficiência, diz respeito a linha econômica e ambiental, resultando na busca pela entrega de bens e serviços como bens competitivos, procurando mitigar os impactos no ecossistema, tornando a produção mais sustentável, sem perder o lucro. A segunda área de ligação apresentada é a dimensão entre as vertentes social e ambiental, chamada de justiça ambiental, que apresenta a questão entre gerações, a atual e a futura, trabalhando a ideia de que é preciso ter responsabilidade ambiental, visando um futuro saudável. Por fim, o último âmbito apresentado pelo autor é a ética nos negócios, referente à interação entre as vertentes social e econômica. Essa dimensão evidencia o vínculo entre a empresa e o funcionário, abordando temas como o direito de minorias, desemprego e ética.

⁷ Tradução: Lucro, pessoas e planeta

Em seu livro mais atual, “Green Swans: The Coming Boom in Regenerative Capitalism”⁸, publicado no ano de 2020, John Elkington retoma os conceitos que ele apresentou em seus escritos décadas antes, analisando como eles impactaram a sociedade e o mercado econômico e fazendo um apanhado da situação atual a respeito da responsabilidade empresarial com o meio ambiente.

Elkington (2020) utiliza mais uma analogia para ler a realidade que ele analisa, utilizando cisnes de cores diferentes para representar a gravidade dos problemas. Os cisnes verdes, assim como o título do livro, se referem a desafios globais que possuem soluções sistêmicas, indicando a esperança por tempos melhores. Já os cisnes negros representam os eventos que não podem ser previstos que são carregados de influências negativas, sendo extremamente complicados de lidar. Por fim, o autor apresenta os cisnes cinzas, que seriam a mistura entre os dois anteriores, representando desafios que podem ser previstos, porém foram ignorados por tempo suficiente até se tornarem contextos complexos.

O autor afirma que muitos encaram os atuais problemas ambientais como cisnes cinzas, em que estudiosos do assunto alertam sobre os riscos e sugerem soluções há décadas, sendo o próprio autor um exemplo disso. Já outros encaram o iminente colapso ambiental agravado pelo aquecimento global como um inevitável cisne negro (ELKINGTON, 2020).

Ao retomar o conceito do Triple Bottom Line, John Elkington (2020) afirma que ele não foi cunhado para ser apenas um índice para mensurar a atuação corporativa, muitas vezes de forma parcial, sendo seu real objetivo provocar reflexões sobre o comportamento das instituições, visando ações concretas para um futuro melhor.

O conceito do Triple Bottom Line se tornou popular dentro do mundo dos negócios, assim como é afirmado na matéria da publicação inglesa *The Economist* (THE ECONOMIST, 2009). Dessa forma, é possível compreender a difusão das ideias de Elkington e evidenciar a importância de seu material para a formulação de uma agenda sustentável.

Após as publicações de décadas atrás, algumas iniciativas foram inspiradas pelo conceito TBL, como a Global Reporting Initiative, uma organização internacional que auxilia governos e empresas a comunicar seus dados a respeito do impacto ambiental e social que causam de forma transparente, e o Dow Jones Sustainability Indexes, indicador global de performance financeira das empresas que atuam em defesa do meio ambiente, e que posteriormente resultou nos índices de sustentabilidade empresarial e ESG, que serão utilizados neste trabalho para o estudo de caso.

Ao analisar várias iniciativas empresariais voltadas para sustentabilidade, Rodrigo Lozano (2012) afirma que o TBL é uma das raras que engloba de forma simples e satisfatória as dimensões da sustentabilidade: o ambiental, social e econômico, apesar de não levar em conta a dimensão

⁸ Tradução: Cisnes Verdes: a próxima explosão do capitalismo regenerativo

temporal. Assim, o TBL é considerado uma das poucas iniciativas que contribuíram plenamente para o desenvolvimento sustentável.

Para John Elkington (2020), apesar das corporações estarem se tornando mais responsáveis a respeito da degradação ambiental envolvida em sua produção, ainda há um longo caminho para se percorrer para que se atinja um sistema econômico mais justo, inclusivo e socioambientalmente responsável, tendo em mente que é necessário repensar as questões de lucratividade da empresa:

O conceito do Triple Bottom Line se tornou popular dentro do mundo dos negócios, assim como é afirmado na matéria da publicação inglesa *The Economist* (THE ECONOMIST, 2009). Dessa forma, é possível compreender a difusão das ideias de Elkington e evidenciar a importância de seu material para a formulação de uma agenda sustentável.

Após as publicações de décadas atrás, algumas iniciativas foram inspiradas pelo conceito TBL, como a Global Reporting Initiative, uma organização internacional que auxilia governos e empresas a comunicar seus dados a respeito do impacto ambiental e social que causam de forma transparente, e o Dow Jones Sustainability Indexes, indicador global de performance financeira das empresas que atuam em defesa do meio ambiente, e que posteriormente resultou nos índices de sustentabilidade empresarial e ESG, que serão utilizados neste trabalho para o estudo de caso.

Ao analisar várias iniciativas empresariais voltadas para sustentabilidade, Rodrigo Lozano (2012) afirma que o TBL é uma das raras que engloba de forma simples e satisfatória as dimensões da sustentabilidade: o ambiental, social e econômico, apesar de não levar em conta a dimensão temporal. Assim, o TBL é considerado uma das poucas iniciativas que contribuíram plenamente para o desenvolvimento sustentável.

Para John Elkington (2020), apesar das corporações estarem se tornando mais responsáveis a respeito da degradação ambiental envolvida em sua produção, ainda há um longo caminho para se percorrer para que se atinja um sistema econômico mais justo, inclusivo e socioambientalmente responsável, tendo em mente que é necessário repensar as questões de lucratividade da empresa:

A real challenge, given that most businesspeople only wake up to the need for radical change when their corporate reality bubbles are punctured by an unexpected crisis, or when they experience a personal epiphany, go on a transformative learning journey, or, in some cases, retire from the daily cutand thrust of serving Mammon.⁹ (ELKINGTON, 2020, s/p)

O autor ainda afirma que alguns líderes questionam essa postura de busca pelo desenvolvimento sustentável, acusando ser algo impossível de atingir, porém Elkington não a

⁹ Tradução: Um verdadeiro desafio, visto que a maioria dos empresários só acorda para a necessidade de uma mudança radical quando suas bolhas de realidade corporativa são perfuradas por uma crise inesperada, ou quando experimentam uma epifania pessoal, iniciam uma jornada de aprendizagem transformadora ou, em alguns casos, quando se afastam da necessidade diária e impulsiva de servir ao dinheiro.

considera impossível e, sim, inevitável, uma vez que já existem e são necessárias soluções para evitar o colapso ambiental. Para reforçar essa ideia, ele compara a tentativa de conter uma fissura nuclear com camadas de concreto e chumbo com a tentativa de conter o poder destrutivo do capitalismo com leis bem aplicadas, padrões amplamente aceitos e valores enraizados para evitar que a situação saia ainda mais do controle e se torne irreversível (ELKINGTON, 2020).

Levando em consideração os aspectos mencionados, pode-se afirmar que as empresas vêm se preocupando em incorporar uma agenda socioambiental em seus negócios para que possam se adequar a essa nova tendência que o mercado vem apresentando nas últimas décadas. Dessa forma, conceitos como o TBL de John Elkington são aplicados na prática e inspiram criações semelhantes que são incorporadas pelo mercado, como a tendência ESG, que será trabalhada no próximo capítulo.

Assim como citado anteriormente, o compromisso de grandes corporações e instituições com essa pauta é uma das formas mais eficientes de mitigar os efeitos negativos que a produção capitalista exerce sobre a sociedade e o meio ambiente desde a Revolução Industrial, considerando que esses atores são detentores de grande capital, possuem notável influência nesse sistema e são capazes de atingir um grande público. Todavia, se faz necessário lembrar que ainda há um longo caminho a percorrer para que se atinja um formato de produção sustentável.

3 A TENDÊNCIA ESG

3.1 ESG: ASCENSÃO E CARACTERÍSTICAS

Conforme citado anteriormente, o Triple Bottom Line serviu como inspiração para iniciativas que ganharam um grande espaço no ambiente empresarial, entre elas o conceito de ESG. Esse conceito é descrito por Elkington como “a framework focusing investors and financial analysts on Environmental, Social, and Governance factors”¹⁰ (ELKINGTON, 2020).

O conceito ESG é composto por três critérios: o critério ambiental se refere ao impacto sofrido pelo meio ambiente durante a produção e a forma que a empresa faz sua gestão; já o critério social corresponde à atuação corporativa para gerenciar os relacionamentos internos e externos, tornando a empresa mais “humana”; por fim, o critério de governança refere-se à liderança e filosofia de gestão, práticas, políticas e controles internos que buscam maior diversidade, equidade e inclusão (CFI, 2021).

Nota-se que tanto o conceito de TBL como o de ESG possuem atuações em áreas em

¹⁰ Tradução: uma estrutura com foco em investidores e analistas financeiros em fatores ambientais, sociais e de governança.

comum. Enquanto o primeiro fala sobre “People, Planet and Profit”,¹¹ a sigla ESG significa “Environmental, Social and Governance”,¹² explicitando a relação entre eles e reforçando a atuação socioambiental em busca de um desenvolvimento mais sustentável.

A PwC (2021) afirma que a sigla ESG, apesar de ter se destacado apenas nos últimos 2 anos, foi cunhada em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial chamada “Who Cares Wins” em 2004, como resposta ao convite realizado pelo então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para as instituições tomarem parte de ações socioambientais, integrando-as em suas decisões financeiras.

A sigla ESG funciona como um selo dentro do mercado, destacando empresas que possuem atuação na área socioambiental. A visibilidade para a sigla se deu em 2019, quando 181 empresários das maiores corporações do mundo se comprometeram a priorizar o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social corporativa (INVESTIMENTOS, 2021).

A adoção de uma cultura empresarial voltada para o desenvolvimento nas áreas abordadas pelo ESG se refletem na forma que os investidores e clientes enxergam a instituição, como se pode observar no trecho a seguir:

Today’s business is globally interconnected. Stakeholders recognize that ESG responsibilities of a company are integral to its performance and long-term sustainability. Research shows that responsible management of ESG issues creates a business spirit and environment that builds both a company’s integrity within society and the trust of its stakeholder. Therefore, companies that disclose ESG practices in universal media were reported as having reputation gains, thereby increasing investor confidence; efficient use of resources and remain competitive.¹³ (TARMUJI, et al, 2016. p. 72)

Amir Amel-Zadeh e George Serafeim (2018) apontam que, por ser um conceito relativamente novo, ainda há poucos relatórios padrões para analisar a forma que a tendência ESG é utilizada por investidores. Por conta disso, os autores decidiram realizar um questionário global para reunir as informações necessárias para elaborar um estudo sobre essa temática. Grande parte dos participantes que responderam o questionário supracitado foram investidores empresariais convencionais, geralmente, associados a cargos de diretoria ou gerência. O resultado da pesquisa aponta que a maioria dos investidores que participaram do estudo optaram por utilizar dados ESG

¹¹ Tradução: Pessoal, Planeta e Lucro.

¹² Tradução: Ambiental, Social e Governamental.

¹³ Tradução: O mundo dos negócios atual é globalmente interconectado. As partes interessadas reconhecem que as responsabilidades ESG de uma empresa são essenciais para seu desempenho e sustentabilidade de longo prazo. A pesquisa mostra que a gestão responsável de questões ESG cria um espírito empresarial e um ambiente que constrói a integridade da empresa na sociedade e a confiança de suas partes interessadas. Portanto, as empresas que divulgam práticas ESG na mídia universal foram relatadas como tendo ganhos de reputação, aumentando assim a confiança do investidor; utilizando recursos de forma eficiente para permanecer competitivo de seus clientes, logo mantendo o interesse pela temática ESG no âmbito financeiro e não ético. Assim, reforçando a percepção de que o interesse do público geral pelas causas socioambientais também contribui para o crescimento do ESG (AMEL-ZADEH; SERAFEIM, 2018).

para suas decisões por conta da demanda.

Garcia, Orsato e da Silva afirmam que questões relacionadas à temática ESG se tornaram importantes formas de estratégias no mercado, uma vez que as empresas são capazes de aumentar sua competitividade ao mesmo tempo em que realizam ações socioambientais positivas, pois essas atitudes geram um impacto benéfico para a imagem da empresa (GARCIA; DA SILVA; ORSATO, 2017).

Thaynan Alexandrino (2020) explica que o ambiente do mercado financeiro é considerado de grande confiança para os investidores tomarem suas decisões, assim a inclusão de mecanismos de verificação, para que os interessados possam medir a responsabilidade socioambiental das empresas que estão listadas na bolsa, demonstra a demanda por esse tipo de informação e o aumento do interesse em questões relacionadas ao ambiental, social e de governança.

a. ÍNDICES ESG (ASG)

Michael Porter e Class Van der Linde (1995) destacam a relação entre a regulamentação correta a respeito das questões ambientais, a inovação gerada por conta delas e, conseqüentemente, o aumento da competitividade do mercado. Os autores reforçam que a regulamentação apropriada pode ser o gatilho necessário para que as empresas se adaptem de forma que desenvolvam novas tecnologias e diminuam custos ambientais, sociais e financeiros, tornando assim uma estratégia benéfica para todos os envolvidos.

Thaynan Alexandrino (2020) afirma que os índices e métricas relacionados com o ESG vêm sendo cada vez mais utilizados, sendo considerados essenciais para a criação de valor e a sustentabilidade da organização a longo prazo.

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (s/d) aponta que existem três principais abordagens para medir a maturidade da sustentabilidade dentro das empresas. A primeira seria a utilização de índices relacionados à Bolsa de Valores, entre os mais conhecidos estão o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) e o Sustainability Index da Dow Jones (DJSI), que realizam questionários anuais para definir as empresas que irão compor seus respectivos índices. A segunda forma seriam as agências de sustentabilidade, porém a maioria delas atua fora do Brasil, tornando o acesso a informações de companhias nacionais restrito. Por fim, a última abordagem seria a atuação do próprio profissional da empresa.

Nesse cenário, Bruna Costa (2017) afirma que os índices de sustentabilidade mundiais surgiram com o propósito de parametrizar a atuação empresarial em defesa do meio ambiente, de modo que se possa realizar a comparação entre instituições e reconhecer as que possuem melhor desempenho nas questões socioambientais.

Em 1999, a Bolsa de Valores de Nova York apresentou o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), dando início a uma tendência mundial de adotar índices de sustentabilidade em seus mercados como uma forma de incentivo econômico. Já no Brasil, a apresentação do primeiro índice veio em 2005, quando a BM&FBovespa, a Bolsa de Valores de São Paulo, apresentou o Índice de Sustentabilidade Empresarial, também conhecido como ISE (GARCIA E ORSATO, 2013).

Segundo o site oficial do Índice da B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), o ISE foi o primeiro índice de sustentabilidade da América Latina, sendo inicialmente financiado pela International Finance Corporation (IFC), braço privado do Banco Mundial. E seu principal objetivo é:

O objetivo do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial. Apoiando os investidores na tomada de decisão de investimento e induzindo as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, na sigla em inglês) contribuem para a perenidade dos negócios. (ISE B3, 2021)

Bruna Costa (2017) afirma que o ISE é o único índice de sustentabilidade do mundo que possui um conselho e a participação da sociedade, uma vez que o questionário utilizado em uma das etapas do processo seletivo da carteira do ISE é construído através de consulta pública online. Dessa forma, tendo uma metodologia própria, que é considerada mais completa que o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), o pioneiro dos índices de sustentabilidade.

A autora também escreve que entre as principais contribuições do Índice de Sustentabilidade estão: a forma que pode ser utilizado para referencial no mercado, fornecendo informações detalhadas a respeito das ações das empresas no quesito socioambiental, a estimulação do aumento da transparência pelas empresas e, por fim, a busca para agregar valor no mercado financeiro para as instituições que compõem a carteira do Índice, dessa forma podendo atuar como padrão de avaliação de desempenho das empresas. (COSTA, 2017).

No ano de 2020, a B3 (Bolsa de Valores de São Paulo) juntamente com a S&P Dow Jones, maior provedor de índices do mundo, anunciaram o S&P/B3 Brasil ESG, um índice que utiliza critérios ambientais, sociais e de governança para selecionar empresas para compor sua carteira. O lançamento desse índice é feito com a intenção de ser utilizado com os outros dois índices já existentes nessa temática, o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) e o ICO2 (Índice Carbono Eficiente) (B3: A Bolsa do Brasil, 2020).

Em julho de 2021, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anunciou que a partir de 2022 irá divulgar a nota geral no ranking ESG das empresas que se candidatarem para o processo de seleção do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), não apenas as que forem aprovadas (B3: A Bolsa do Brasil, 2021). Através do quadro abaixo, fornecido pela Bolsa de Valores de São Paulo (2021),

o público poderá consultar a pontuação obtida pelas empresas em cada uma das 5 dimensões e dos 28 temas abordados no questionário realizado no processo de seleção do ISE, assim promovendo maior transparência para os investidores que buscam direcionar seus recursos de forma socioambientalmente responsável:

QUESTIONÁRIO ISE B3 2021						Contagem		
DIMENSÃO	TEMAS*	SASB?	G/E?	Coordenação do Tema	Tópicos	Perguntas	Páginas	
Capital Humano	CH 1 Práticas trabalhistas	sim	Geral	Sonia Loureiro	6	8	6	
Capital Humano	CH 2 Saúde e segurança do trabalhador	sim	Geral	Alcir Vilela	5	10	6	
Capital Humano	CH 3 Engajamento, diversidade e inclusão dos funcionários	sim	Geral	Sonia Loureiro	2	11	8	
Governança Corporativa e Alta Gestão	GC 1 Fundamentos de Gestão da Sustentabilidade Empresarial	não	Geral	Sonia Loureiro	7	24	15	
Governança Corporativa e Alta Gestão	GC 2 Gestão de riscos	não	Geral	Regina Magalhães	4	9	6	
Governança Corporativa e Alta Gestão	GC 3 Práticas de Governança Corporativa	não	Geral	Luiz Marthã e Eduardo Mattos**	11	23	13	
Governança Corporativa e Alta Gestão	GC 4 Ética nos negócios	sim	Geral		2	8	5	
Governança Corporativa e Alta Gestão	GC 5 Manutenção do ambiente competitivo	sim	Geral		1	2	2	
Governança Corporativa e Alta Gestão	GC 6 Gestão dos ambientes legal e regulatório	sim	Geral	Raquel Costa	2	11	7	
Modelo de Negócio e Inovação	MNI 1 Sustentabilidade do modelo de negócio	sim	Geral		3	10	7	
Modelo de Negócio e Inovação	MNI 2 Design de produto e gestão do ciclo de vida	sim	Espec.	Regina Magalhães	3	4	3	
Modelo de Negócio e Inovação	MNI 3 Eficiência no suprimento e uso de materiais	sim	Espec.		2	6	4	
Modelo de Negócio e Inovação	MNI 4 Gestão da cadeia de fornecimento	sim	Espec.		5	7	5	
Modelo de Negócio e Inovação	MNI 5 Finanças Sustentáveis	não	Espec.	Raquel Costa	8	27	20	
Capital Social	CS 1 Direitos humanos e relações com a comunidade	sim	Geral	Sonia Loureiro	2	8	6	
Capital Social	CS 2 Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa	não	Geral		1	6	4	
Capital Social	CS 3 Acessibilidade técnica e econômica	sim	Espec.		1	3	2	
Capital Social	CS 4 Qualidade e segurança do produto	sim	Espec.	Aron Belinky	2	6	3	
Capital Social	CS 5 Práticas de venda e rotulagem de produtos	sim	Espec.		3	10	6	
Capital Social	CS 6 Bem-estar do cliente	sim	Espec.		4	7	6	
Capital Social	CS 7 Privacidade do cliente	sim	Espec.	Regina Magalhães	2	5	3	
Capital Social	CS 8 Segurança de dados	sim	Geral		2	8	4	
Meio ambiente	MA 1 Políticas e Práticas de Gestão Ambiental	não	Geral		6	15	9	
Meio ambiente	MA 2 Impactos ecológicos	sim	Espec.		2	7	5	
Meio ambiente	MA 3 Gerenciamento de energia	sim	Espec.	Alcir Vilela	3	4	3	
Meio ambiente	MA 4 Gestão de água e efluentes líquidos	sim	Espec.		3	8	5	
Meio ambiente	MA 5 Gestão de resíduos e materiais perigosos	sim	Espec.		3	5	3	
Meio ambiente	MA 6 Qualidade do ar	sim	Espec.		3	7	4	
* Coordenação geral: Aron Belinky e Renato Moya ** Em nome do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa					TOTAIS -->	98	259	170

Fonte: BM&FBOVESPA, 2021

Para a definição das dimensões e temas empregados no processo seletivo do Índice de Sustentabilidade Empresarial, a B3 afirma ter utilizado como base o modelo do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), com ajustes para a realidade do ISE B3, aplicando também ferramentas publicadas pela Global Reporting Initiative (GRI) e pelo Sistema B, além do histórico do próprio ISE B3 como referências para a criação do questionário atualizado no ano de 2021. A escolha dos temas se deu levando em consideração a cobertura de todos os aspectos relevantes para a análise ESG de uma instituição (ISE B3, 2021).

Para a formação do ranking ESG das empresas que participam do processo seletivo, o ISE (2021) informa que se leva em conta que a pontuação de cada pergunta será automaticamente ajustada para que o escore máximo do conjunto total de questões alocadas para cada setor seja sempre 100, dessa forma garantindo que cada dimensão tenha o mesmo peso, distribuído igualmente entre os temas e perguntas que a compõe.

A mudança na metodologia do ISE citada acima (B3: A Bolsa do Brasil, 2021) permite que empresas que possuem uma cultura voltada para o ESG se destaquem entre as outras na carteira de investimentos, assim atraindo mais investidores. Com os dados da métrica ESG divulgados ao público, também é possível uma melhor relação com os clientes, fortalecendo a transparência.

Alexandrino (2020) conclui em seu estudo que um bom desempenho ESG exerce influência positiva na performance econômico-financeira, podendo ser observado tanto pelos indicadores internos das organizações quanto pelos indicadores do mercado, nesse caso, o valor de avaliação das

empresas pelos investidores externos. Dessa forma, reforçando que quanto mais investir em práticas socioambientalmente responsáveis, melhor será a reputação da instituição no mercado, assim como a gestão de seus recursos e da produtividade, fazendo com que, conseqüentemente, seus retornos financeiros sejam melhores.

É notável a ascensão a respeito da temática ESG nos últimos anos, visto que a criação e inclusão de novos índices e metodologias relacionados ao conceito se torna cada vez mais frequente no Brasil. A partir disso, pode-se afirmar que há uma tendência ESG em desenvolvimento tanto no mercado internacional como no brasileiro.

4 ESTUDO DE CASO: ATUAÇÃO DA NATURA EM 2001 E 2020

A Natura foi criada em 1969 por Luiz Seabra com uma pequena fábrica em São Paulo. 52 anos após sua abertura, a empresa, que é conhecida por seus projetos ambientais, possui atuação em grande parte da América Latina, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru (NATURA, 2021).

A empresa reforça sua imagem de responsabilidade socioambiental através de divulgação dos seus projetos internos e das certificações que possui. Entre elas, se encontra a B Corp, que representa a participação em um movimento mundial que reúne instituições que buscam assumir o compromisso de promover o bem-estar social e ambiental associado ao crescimento econômico. Para a participação dessa rede é realizado um rigoroso processo seletivo em que é preciso atingir certa pontuação; a Natura foi a primeira empresa de capital aberto a integrar o movimento (NATURA, 2019a). Outra certificação que a Natura possui que demonstra responsabilidade social é o selo The Leaping Bunny, concedido pela Cruelty Free International, uma das organizações mais tradicionais na luta contra o teste em animais. A empresa foi a primeira no Brasil a receber esse certificado, uma vez que não realiza testes dessa natureza desde 2006 (NATURA, 2018).

Por fim, a última certificação listada em seu site oficial é a UEBT (sigla em inglês da União para o BioComércio Ético), selo que reforça a responsabilidade ambiental, uma vez que as instituições que o recebem garantem que ingredientes naturais utilizados na produção de seus produtos são obtidos com respeito pelas pessoas, floresta e biodiversidade. Sendo membro fundador desta associação, que é um braço das Nações Unidas, a Natura passou por dupla verificação, tanto com as comunidades cooperativas, associações e famílias produtoras de quem compra matéria prima quanto uma auditoria realizada internamente pela empresa (NATURA, 2019b).

Os relatórios anuais da Natura são disponibilizados como maneira de informar o público geral e os investidores sobre as ações da empresa. Dessa forma, os documentos fornecem informações a respeito das finanças, da presidência, de seus produtos, dos projetos desenvolvidos

internamente e de seu desempenho social e ambiental. O relatório anual de 2001 é o mais antigo disponível em seu site oficial, justificando sua escolha, enquanto o de 2020 é o mais atual até a data do presente artigo.

O relatório de 2001 (NATURA, 2001) foi publicado no modelo GRI (Global Reporting Initiative), uma organização internacional que visa padronizar os relatórios das instituições que buscam aderir a ela de forma que as informações a respeito das iniciativas socioambientalmente responsáveis das empresas sejam melhor orientadas e divulgadas. Vale ressaltar que a Natura foi a primeira empresa brasileira a adotar esse modelo de relatório, destacando seu pioneirismo nessa área.

Os primeiros pontos apresentados tanto no relatório anual de 2001 quanto no de 2020 são a missão e a visão da empresa. No primeiro relatório, a visão da Natura é estabelecida como: “A Natura será uma das líderes mundiais do seu mercado, diferenciando-se pela qualidade das relações que estabelece” (NATURA, 2001), meta que foi alcançada uma vez que a Natura & Co (grupo formado pelas empresas Natura, The Body Shop, Avon e Aesop) possui atuação internacional e é considerada uma das maiores dentro do mercado de cosméticos mundial. No relatório de 2020 (NATURA, 2020), a aspiração da empresa é apresentada como: “Ousaremos inovar para promover impacto econômico, social e ambiental positivo”. A mudança é perceptível no desejo de crescimento da companhia, porém a responsabilidade socioambiental da empresa fica explícita apenas no relatório mais atual. Apesar da preocupação com as relações já se fazer presente em 2001, é notável que houve uma melhor estruturação da atuação da empresa além do mercado de cosméticos, assim reforçando a imagem de instituição exemplo na atuação ESG.

A respeito do tópico ambiental, no ano de 2001, a Natura possuía o Programa de Certificação de Ativos que promovia a extração dos produtos da linha Ekos de forma sustentável e responsável, sendo investido cerca de 80 mil reais por reserva extrativista. Juntamente, é divulgado o Projeto de Recuperação da Mata Atlântica que foi iniciado em 2000 e até o ano de 2002 haviam sido investidos cerca de 630 mil reais (NATURA, 2001). Em comparação, no seu relatório mais recente (2020), a empresa direciona o grande foco de suas ações ambientais na seção nomeada de “Proteger a Amazônia”, onde são expostos os resultados já obtidos (como a conservação de 2 milhões de hectares de floresta) e as ambições futuras (contribuir com a conservação de 3 milhões de hectares até 2030, por exemplo).

Sobre a questão das comunidades que são fornecedoras de matéria prima para os cosméticos, nota-se um grande desenvolvimento desta relação, visto que o número de negócios gerados na região somam mais de 2,1 bilhões de reais através do Programa Amazônia, que possui como objetivo a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, permitindo a união entre a cultura local, a tecnologia e a inovação.

No primeiro relatório (2001), também é apresentado o Projeto Canguço, que reunia cientistas de várias localidades focados em pesquisar formas de medição e redução de gás carbônico. No ano de 2020, o Grupo Natura assumiu a responsabilidade de zerar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) nos próximos 10 anos, estando de acordo com as metas estabelecidas no Acordo de Paris.¹⁴ Para atingir tal meta, a companhia está utilizando energia renovável com foco em iniciativas que impulsionam a eficiência energética, buscando soluções logísticas com baixa emissão de carbono, além de estar trabalhando com a compensação dos GEE emitidos através de projetos de crédito de carbono. Seguindo o propósito de buscar base científica para suas ações e compromissos, o Grupo Natura realiza várias parcerias internacionais que visam o compartilhamento de informações que podem auxiliar na busca por um mundo mais sustentável, entre elas estão as iniciativas Science Based Targets Network (Rede de Metas Baseada em Ciências, SBTN, na sigla em inglês), Business for Nature (Negócios pela Natureza) e a UEBT (sigla em inglês para União para o BioComércio Ético) (NATURA, 2020).

Ao analisar o conteúdo apresentado no primeiro relatório anual (2001) voltado para a temática social, encontra-se o Projeto Crer para Ver, o qual permanece ativo até os dias atuais, que possui o foco de mobilizar parcerias e voluntários visando arrecadar recursos para melhorar as condições de aprendizagem nas escolas públicas brasileiras. O relatório também traz o Programa Barracões Culturais da Cidadania, que era responsável por realizar oficinas de arte, teatro e música para jovens.

Pode-se afirmar que essa iniciativa evoluiu e se transformou na atual Casa Natura Musical, um espaço na cidade de São Paulo, inaugurado em 2017, que tem a intenção de conectar o público com os diversos artistas brasileiros e refletir em busca de um mundo mais plural, inclusivo e sustentável.

No ano de 2001, estava ativo um programa chamado Natura Educação, cujo objetivo era ampliar o acesso dos colaboradores e suas famílias à educação formal e à capacitação profissional, com um investimento anual de 400 mil reais (NATURA, 2001). Seguindo nessa mesma linha, no ano de 2020 foram implementados planos de crescimento, em que novas ferramentas que facilitam a atuação das mais de 8 milhões de consultoras e representantes da Natura foram adotadas, além da busca por uma forma de medir e aumentar a qualidade de vida dessas pessoas que atuam juntamente com o grupo. Para isso, será utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano¹⁵

¹⁴ Tratado assinado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 2015, em que foram definidos objetivos a serem alcançados na próxima década por cada nação (ONU, 2015).

¹⁵ Índice amplamente utilizado que busca ser uma medida geral e sintética para avaliar o desenvolvimento das populações, levando em consideração o progresso a longo prazo em três dimensões: saúde, renda e educação (PNUD, 2021).

desenvolvido pela Natura para suas consultoras (IDH-Consultora)¹⁶. O Grupo Natura também assumiu a responsabilidade de, no período entre 5 a 10 anos, aumentar o investimento nas causas relacionadas à inclusão digital, qualidade de vida e direitos humanos em 20%, somando cerca de 600 milhões de dólares (NATURA, 2020). Por fim, a companhia assume em seu último relatório disponível (2020) alguns compromissos para a próxima década, entre eles: a igualdade de gênero em suas lideranças, que atualmente representa apenas 25%, o comprometimento em fornecer um salário digno para seus colaboradores e, por fim, a inclusão de grupos sub-representados – levando em conta critérios étnico-raciais, diversidade sexual e identidade de gênero (LGBTQIA+), desvantagem socioeconômica e pessoas com deficiência física ou mental (NATURA, 2020).

A respeito da questão de governança, o relatório de 2001 (NATURA, 2001) afirma que o Conselho Administrativo realizava reuniões semanais com os dois Comitês existentes na época: o de Auditoria e o de Recursos Humanos. Essas reuniões possuíam o objetivo de traçar estratégias a respeito dos riscos dos negócios, relações com o mercado, políticas de recursos humanos, grandes investimentos e acompanhamento dos resultados, entre outros assuntos. Já no ano de 2020, a empresa explicita que houve a criação de vários outros Comitês voltados para assuntos mais específicos que auxiliam a diretoria a tomar decisões que definiriam o futuro do Grupo Natura. Entre os Comitês criados se encontram o Comitê de Ética, Comitê de Ecodesign, Comitê de Crises (criado para lidar com a realidade da pandemia) e o Comitê de Operações do Grupo (NATURA, 2020).

Entre as principais mudanças a respeito da governança da Natura, a que mais se destaca é a mudança para o Grupo Natura, que engloba quatro empresas no ramo da beleza. Essa mudança permitiu que a companhia fortalecesse ainda mais seu nome e suas marcas, permitindo atuar de forma mais eficaz em negociações, tanto as relacionadas ao mercado como as ações socioambientais (NATURA, 2020).

Para sintetizar as informações apresentadas acima, segue uma tabela comparativa das ações desenvolvidas pela Natura no ano de 2001 e de 2020 nas categorias ambiental, social e de governança (ESG):

NATURA: TABELA COMPARATIVA DAS AÇÕES ESG NOS ANOS DE 2001 E 2020		
DIMENSÃO/ANO	2001	2020
	Programa de Certificação de Ativos: promovia a extração dos produtos da linha Ekos de forma sustentável e responsável	Programa Amazônia: Mais de 2,1 bilhões de reais os negócios gerados na região amazônica, juntamente com as comunidades fornecedoras de matéria prima, que visam o desenvolvimento sustentável da região.

¹⁶ Índice utilizado desde 2014 pelo Grupo Natura para quantificar a qualidade de vida de suas consultoras nas áreas de saúde, educação e trabalho. É utilizada a mesma metodologia aplicada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (NATURA, 2020)

	com o investimento de 80 mil reais por reserva extrativista.	
	Projeto de Recuperação da Mata Atlântica: entre 2000 e 2002 foram investidos 630 mil reais.	Seção "Proteger a Amazônia": Exposição dos resultados já obtidos (conservação de 2 milhões de hectares de floresta) e as ambições futuras (contribuir com a conservação de 3 milhões de hectares até 2030)
	Projeto Canguço: Reunião de cientistas de várias localidades focados em pesquisar formas De medição e redução de gás carbônico	Assumiu a responsabilidade de zerara emissão de gases de efeito estufa em até 10 anos.
		Parcerias internacionais com as iniciativas: Science Based Targets Network (rede de metas baseada em ciências, SBTN, na sigla em inglês), Business for Nature (Negócios pela Natureza) e a UEBT (sigla em inglês da União para o BioComércio Ético)
	Projeto Crer para Ver: visa arrecadar recursos para melhorar as condições de escolas públicas.	Projeto Crer para Ver: Permanece ativo até os dias de hoje com o mesmo objetivo.
	Programa Barracões Culturais da Cidadania: responsável por realizar oficinas de arte, teatro e música para jovens.	Casa Natura Musical: espaço na cidade de São Paulo que pretende conectar o público com artistas brasileiros e gerar reflexões com o público em busca de um mundo mais plural, inclusivo e sustentável.
	Natura Educação: visava ampliar o acesso dos colaboradores e suas famílias à educação formal e à capacitação profissional, com um investimento anual de 400 mil reais.	Responsabilidade de Investir cerca de 600 milhões de dólares em causas de inclusão digital, de aumento da qualidade de vida de suas consultoras e representantes.

S (Social - Social)		Para os próximos 10 anos a Natura se compromete em ter igualdade de gênero em suas lideranças, salário digno para seus colaboradores e a inclusão de grupos sub-representados
G (Governance - Governança)	O Conselho Administrativo realizava reuniões semanais com os dois Comitês existentes na época: o de Auditoria e o de Recursos Humanos com o objetivo de traçar estratégias a respeito dos riscos dos negócios, relações com o mercado, políticas de recursos humanos, grandes investimentos	Criação de novos Comitês com temáticas específicas, como o Comitê de Ética, Comitê de Ecodesign, Comitê de crises (criado para lidar com a realidade da pandemia) e o Comitê de Operações do Grupo. Mudança para o Grupo Natura, que engloba quatro empresas no ramo da beleza, assim fortalecendo sua influência e nome.

Fonte: Elaboração própria, a partir do Relatório Anual 2001 e do Relatório Anual 2020 da Natura.

Ao analisar a tabela acima, fica claro que a maioria dos programas no âmbito ambiental, social e de governança que eram desenvolvidos em 2001 acabaram sendo substituídos por outros projetos com maior abrangência no ano de 2020. Porém, de forma geral, se observa uma continuidade de investimentos progressivos por parte da Natura em atividades que explicitam a atuação socioambiental da empresa.

No ano de 2004, a Natura abriu seu capital na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) visando captar mais recursos financeiros para que pudesse desenvolver seus projetos de forma mais eficaz. Essa ação teve uma consequência positiva na saúde financeira da companhia, que pôde aumentar não só seus lucros, mas também seus projetos, recebendo até mesmo prêmios por sua responsabilidade socioambiental (HAYNE, 2012).

Através da resposta positiva ao entrar na bolsa de valores em 2014, a Natura foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability Index (DJSI); conforme citado anteriormente, esse é o primeiro índice de sustentabilidade a ser criado, possuindo o objetivo de reconhecer as melhores práticas de sustentabilidade das empresas cotadas na bolsa de valores (NATURA, 2014). Atualmente, o Grupo Natura está listado como uma das instituições que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo, refletindo sua boa pontuação no questionário do processo de seleção da carteira (citado no capítulo anterior), o que expressa suas boas práticas ESG (B3: A Bolsa do Brasil, 2021).

A presença da Natura nos índices de sustentabilidade da Bolsa de Valores reflete o compromisso de sua atuação empresarial em todos os âmbitos que abrangem o ESG, antes mesmo do movimento virar uma tendência nos últimos anos, como se pode observar através da análise do

primeiro relatório publicado pela instituição. Vale ressaltar que o compromisso da Natura nas três bases do ESG vem de longa data, pois é possível observar no relatório Visão Sustentabilidade 2050 (2014), a adoção do modelo de gestão Triple Bottom Line, que, como foi explicitado no primeiro capítulo deste trabalho, é considerado o precursor da tendência ESG atual.

5 CONCLUSÃO

Conforme é observado neste trabalho, o desenvolvimento sustentável é uma questão que está cada vez mais em pauta por conta de sua urgência, fazendo-se presente nos noticiários, eventos, canais *mainstream*, escolas e também no mundo empresarial. Para muitos estudiosos, a ação para evitar o colapso ambiental necessita ser tomada agora e precisa partir de todos os setores da sociedade. Segundo Elkington, ainda há uma longa trajetória a ser percorrida e a atuação em conjunto é o único caminho para lidarmos com o desastre iminente (ELKINGTON, 2020).

As instituições, sejam elas públicas ou privadas, possuem um papel decisivo na busca por evitar o colapso ambiental do planeta, ao considerarmos que elas possuem grande capital, são capazes de atingir um grande público e são as responsáveis por grande parte da poluição. O grande desafio é quebrar a mentalidade de que a lucratividade e a sustentabilidade são conceitos opostos e incapazes de coexistirem e, nesse ponto, a influência dos investidores e clientes que buscam soluções socioambientalmente responsáveis pode ser o motivo da transformação na visão de muitas empresas.

Nesse cenário de protagonismo das empresas na busca do desenvolvimento sustentável, John Elkington (1997) apresenta o conceito de Triple Bottom Line (TBL), focado na atuação institucional em três vias: Profit, People and Planet (em tradução literal: lucro, pessoas e planeta). Se tornando relevante no meio econômico, o TBL influenciou a formulação de uma agenda sustentável no meio dos negócios, sendo base para a criação de índices de sustentabilidade nas bolsas de valores (como o Dow Jones Sustainability Indexes - DJSI e o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE) e iniciativas como o Global Reporting Initiative (GRI), que auxilia muitas empresas a implantar esse posicionamento e o transmitir de forma efetiva ao seu público.

Outro conceito que podemos afirmar que foi baseado no Triple Bottom Line de Elkington é o ESG - Environmental, Social and Governance (em tradução literal: ambiental, social e governança), uma vez que ambos possuem foco no desenvolvimento sustentável empresarial, atuando em três vertentes similares, com grande enfoque na responsabilidade socioambiental. Apesar do ESG existir desde 2004, apenas nos últimos anos ele se tornou a tendência que está presente no mercado corporativo, fazendo parte dos relatórios anuais das empresas, das novas formas de tomadas de decisões e, principalmente, sendo uma boa métrica para investidores (PWC, 2021).

Considerando a importância do ESG no cenário atual, o estudo de caso deste trabalho avaliou a continuidade das ações do Grupo Natura nesse âmbito, uma vez que é uma instituição conhecida pela sua atuação socioambientalmente responsável no mercado de cosméticos.

Foi realizada uma comparação entre os projetos ativos no ano de 2001 (ano em que o primeiro relatório anual da empresa foi publicado) com as iniciativas listadas no relatório de 2020 (o último disponível até a data do presente trabalho).

Como resultado, ficou clara a continuidade de investimentos da Natura em defesa do meio ambiente, com grande foco em diminuir o desmatamento e realizar a extração de suas matérias primas de forma não agressiva, trabalhando em conjunto com as comunidades locais.

Também é notável o desenvolvimento das causas sociais defendidas pela empresa, com grande aumento de investimento em programas de educação e cultura, buscando sempre a inclusão e a equidade entre seus colaboradores. Por fim, no âmbito de governança, se observa a criação de comitês com o passar dos anos, que são responsáveis por auxiliar a diretoria nas tomadas de decisões da empresa.

Não só nos relatórios anuais é possível observar a responsabilidade socioambiental da Natura, uma vez que possui seu capital aberto e faz parte do Dow Jones Sustainability Indexes e do Índice de Sustentabilidade Empresarial, sendo um grande atrativo para investidores que buscam aplicar seu dinheiro de forma consciente.

Em conclusão, o interesse pela temática ambiental e social é notório ao observar a tendência ESG que vem conquistando cada vez mais espaço e, por conta disso, a adaptação das instituições se faz necessária. É perceptível que o Grupo Natura sempre esteve bem colocado a respeito das questões socioambientais, garantindo a eles um bom posto perante esse movimento de buscar um desenvolvimento mais sustentável.

Sugere-se, para futuros trabalhos, a expansão desse estudo, incluindo mais anos comparativos entre as ações socioambientais do Grupo Natura, o acompanhamento das ações futuras do grupo, ou, até mesmo, a escolha de outra instituição para avaliação. Também se recomenda a observação do desenvolvimento da tendência ESG no mercado nacional e mundial.

6 REFERÊNCIAS

ACORDO de Paris sobre o Clima: Acordo entre as partes. **Nações Unidas Brasil**, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/node/88191>. Acesso em: 17, oct. 2021.

ALEXANDRINO, Thaynan Cavalcanti. **Análise da relação entre os indicadores de desempenho sustentável (ESG) e desempenho econômico-financeiro de empresas listadas na B3.**

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

AMEL-ZADEH, Amir; SERAFEIM, George. Why and how investors use ESG information: Evidence from a global survey. **Financial Analysts Journal**, v. 74, n. 3, p. 87-103, 2018.

B3 e S&P lançam índice ESG. **B3: A Bolsa do Brasil**, 2020. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/parceria-8AE490C973DB0F4F01746EC2BFF452_3B.htm. Acesso em: 8, aug. 2021.

B CORP: Certificação Comprova Que Natura Alia Crescimento e Promoção Do Bem-estar Social e Ambiental. **Natura**, 2019a. Disponível em: <https://www.natura.com.br/blog/sustentabilidade/b-corp-certificacao-comprova-que-natura-alia-crescimento-e-promocao-do-bem-estar-social-e-ambiental>. Acesso em: 24, set. 2021.

BM&FBOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Novo questionário ISE B3 - Visão geral para o lançamento 2021**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://iseb3-site.s3.amazonaws.com/Visao_geral_do_novo_questionario_ISE_B3-12ago2021-ok_2.pdf. Acesso em: 10, set. 2021.

CFI. Introduction to ESG. CURSO CORPORATE FINANCE INSTITUTE (CFI). 2021

TARMUJI, Indarawati; MAELAH, Ruhanita; TARMUJI, Nor Habibah. The impact of environmental, social and governance practices (ESG) on economic performance: Evidence from ESG score. **International Journal of Trade, Economics and Finance**, v. 7, n. 3, p. 67, 2016.

COM selo UEBT, Ekos torna visível seu respeito pela biodiversidade. **Natura**, 2019b. Disponível em: <https://www.natura.com.br/blog/inovacao/com-selo-uebt-ekos-torna-visivel-seu-respeito-pela-biodiversidade>. Acesso em: 24, set. 2021.

COSTA, Bruna Lima da. **Índice de sustentabilidade empresarial: evolução de questões socioambientais na esfera corporativa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Ambientais). Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

DINI, Antonio Fernando Rosa. Ética empresarial. In: CALGARO, Cleide; PILAUSOBRINHO, Liton Lanes; CRUZ, Paulo Márcio. **Constitucionalismo e Meio Ambiente, tomo 5: Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Cap. 24. p. 591-615. Disponível em: <https://www.editorafi.org/780constitucionalismo>. Acesso em: 21, jun. 2021.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks. The triple bottom line of 21st century business**. John Wiley and Sons Ltd, v. 73, 1997.

ELKINGTON, John. Governance for sustainability. **Corporate governance: an international**

review, v. 14, n. 6, p. 522-529, 2006.

ELKINGTON, John. **Green swans: the coming boom in regenerative capitalism**. Greenleaf Book Group, 2020.

ETHOS, Instituto. Indicadores Ethos - Instituto Ethos. **Instituto Ethos - Empresas e Responsabilidade Social**. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/indicadores/>. Acesso em: 21, jun. 2021.

GARCIA, Alexandre Sanches; DA SILVA, Wesley Mendes; ORSATO, Renato. **O desempenho ESG-Environmental, Social and Governance em diferentes ambientes institucionais**. 2017. Trabalho apresentado ao 6th International Workshop on Advances in Cleaner Production. São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.advancesincleanerproduction.net/sixth/files/sessoes/5B/3/garcia_as_et_al_presentation.pdf. Acesso em: 21, jun. 2021.

GARCIA, Alexandre Sanches; ORSATO, Renato J. Índices de sustentabilidade empresarial: porque participar. **XXXVII EnAnpad**. Rio de Janeiro, 2013.

HAYNE, Adinan Oliveira. **A abertura de capital de empresas no Brasil: O caso da Natura S/A**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano. **PNUD Brasil**, (s/d). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 18, oct. 2021.

ÍNDICE de Sustentabilidade Empresarial: Composição da carteira | B3. **B3: A Bolsa do Brasil**, 2021. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade-de/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-composicao-da-carteira.htm. Acesso em: 17, oct. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (IBRI). **Cadernos IBRI – Série Sustentabilidade: Os Investimentos Responsáveis e os desafios para o RI**. São Paulo, (s/d). Disponível em: http://www.ibri.com.br/Upload/Conteudo/IBRI_Caderno_2.pdf. Acesso em: 27, jul. 2021.

INVESTIMENTOS, Guide. Entenda por que a sigla ESG está em alta no mundo dos investimentos. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/guide-investimentos/noticia/2021/07/08/entenda-por-que-a-sigla-esg-esta-em-alta-no-mundo-dos-investimentos.ghtml>. Acesso em: 25, jul. 2021.

ISE B3 divulga ranking ESG para auxiliar investidor. **B3: A Bolsa do Brasil**, 2021. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/ise-b3-divulga-ranking-esg-para-auxiliar-investidor.htm.

Acesso em: 8, aug. 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. **Revista de Administração de empresas**, v. 40, n. 2, p. 80-88, 2000.

LOZANO, Rodrigo. Towards better embedding sustainability into companies' systems: an analysis of voluntary corporate initiatives. **Journal of Cleaner Production**, v. 25, p. 14-26, 2012.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NATURA conquista o selo The Leaping Bunny, da Cruelty Free International. **Natura**, 2018. Disponível em: <https://www.natura.com.br/blog/sustentabilidade/natura-conquista-o-selo-the-leaping-bunny-da-cruelty-free-international>. Acesso em: 24, set. 2021.

NATURA. **Relatório Anual 2001 - Natura & CO**. Cajamar, 2001. Disponível em: <https://ri.naturaeco.com/esg/relatorios-anuais/>. Acesso em: 11, oct. 2021.

NATURA. **Visão Sustentabilidade 2050**. Cajamar, 2014. Disponível em: <https://www.natura.com.br/sustentabilidade/visao-2050>. Acesso em: 11, oct. 2021.

NOGUEIRA, Elaine Petil; FARIA, Ana Cristina de. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 119-139, 2012.

NOSSA História. **Natura**, (s/d). Disponível em: <https://www.natura.com.br/a-natura/nossa-historia>. Acesso em: 24, set. 2021.

OLIVEIRA, Natália Couto de. **Desenvolvimento, sustentabilidade e relações internacionais: uma análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação ao caso brasileiro**. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Política Internacional) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual da metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.

O que é o ISE B3. **ISE B3**, (s/d). Disponível em: <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 27, jul. 2021.

PORTER, Michael; VAN DER LINDE, Claas. Green and competitive: ending the stalemate. **The Dynamics of the eco-efficient economy: environmental regulation and competitive advantage**, v. 33, 1995.

PWC. **Divulgações de ESG no Ibovespa: Análise dos pilares ESG nos relatórios não**

financeiros divulgados pelas empresas que compõem o Índice Bovespa. Londres, 2021. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/assets/2021/esg-ibovespa-interativo.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

RADOMSKY, Guilherme; PENÁFIEL, Adriana. **Desenvolvimento esustentabilidade.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

ROSSETTI, J.P. **Finanças corporativas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SCARPIN, Marcia Regina Santiago et al. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: ANÁLISE DE CASO À LUZ DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA/CORPORATE SUSTAINABILITY: CASE STUDY IN THE LIGHT OF STRATEGY AS PRACTICE. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 86, 2013.

SOBRINHO, Aurélio et al. **Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2009.

TRIPLE bottom line. **The Economist**, 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/news/2009/11/17/triple-bottom-line>.

REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA DE ROBERT W. COX E A CONTRACULTURA: RELAÇÕES PENSADAS ENTRE AMBAS.

Ricardo Francisco Silva de Paula¹⁷
Violeta Sarti Caldeira¹⁸

RESUMO

O artigo a ser apresentado tratará da contracultura, um movimento sócio-cultural, e da teoria crítica das relações internacionais de Robert W. Cox, ambas pensadas para a ética. A temática tem como objetivo estabelecer uma discussão que crie e exponha relações entre a contracultura e a teoria crítica de Robert W. Cox. Pensamos ser relevante essa relação pelo motivo de ela expor uma linha de pensamento e ação conjunta, fazendo-a mais robusta e trazendo um maior entendimento sobre ela, principalmente no campo ético. Consideramos esse trabalho como original, tendo em vista que houve uma quase nulidade de textos que falassem sobre o tema, por isso as bases metodológicas são em grande parte frutos de textos que falam, ou da teoria crítica de Cox, ou da contracultura. Devido a isso trazemos elas em um primeiro momento separadas, para só então traçar as relações. Chegamos aos resultados, os quais foram: I) relações prototípicas quanto à ética e valores compartilhados entre os dois, II) além de trazer indícios de uma mentalidade compartilhada entre ambos. Concluindo que há caminhos para estabelecer relações entre os dois pólos temáticos em função das R.I's.

Palavras-chaves: Contracultura, Ética, Robert W. Cox, Semelhanças.

ABSTRACT

The article to be presented will deal with the counterculture, a socio-cultural movement, and the critical theory of international relations by Robert W. Cox, both designed for ethics. The theme aims to establish a discussion that creates and exposes relationships between the counterculture and the critical theory of Robert W. Cox. We think this relationship is relevant because it exposes a line of thought and joint action, making it more robust and bringing a greater understanding of it, especially in the ethical field. We consider this work as original, given that there was almost no text on the subject, so the methodological bases are largely the result of texts that speak, either of Cox's critical theory, or of the counterculture. Due to this, we bring them at first separately, only then to trace the relationships. We arrived at the results, which were: I) prototypical relationships regarding ethics and values shared between the two, II) in addition to bringing evidence of a shared mentality between both. Concluding that there are ways to establish relationships between the two thematic poles in terms of RI's.

Keywords: Counterculture, Ethics, Robert W. Cox, Similarities.

¹⁷ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Positivo.

¹⁸ Professora Doutora do Curso de Relações Internacionais da Universidade Positivo.

Nada é verdadeiro, tudo está permitido... é apenas uma observação da natureza da realidade. Dizer que nada é verdadeiro, é perceber que as fundações da sociedade são frágeis e que devemos ser os pastores de nossa própria civilização. Dizer que tudo é permitido, é entender que somos os arquitetos de nossas ações e que devemos viver com suas consequências sejam elas gloriosas ou trágicas.

Ezio Auditore - Assassin's Creed revelations

1 INTRODUÇÃO

A questão a ser solucionada neste artigo se refere ao seguinte questionamento: Há alguma relação entre a ética contracultural e a teoria crítica de Robert W. Cox? Tal indagação norteará a pesquisa que será apresentada. Levando em conta que essa pergunta é inovadora no campo das R.I's (até onde se sabe), utiliza-se uma metodologia comparativa entre a teoria crítica coxiana e a contracultura. De tal forma, na primeira parte deste artigo deve-se expor ambas, ressaltando seus comportamentos e reivindicações, para enfim revelar a ética proferida por elas.

Assim, Cox insere a teoria crítica nas R.I's em 1981, questionando as TRI's que circulavam naquela época. A teoria crítica se diferenciava das daquela época devido a uma leitura contextual das R.I's, isso demonstrava-se pela utilização de: instrumentos, perspectivas e propósitos diferentes para as R.I's e as TRI's até aquele momento. Serão abordadas tais questões no item 2 e 3, os quais elucidarão a ética da teoria crítica coxiana em relação às outras TRI's, mostrando as discordâncias e embates; além disso, também traz-se a ética estimulada e proposto pela teoria crítica, trazendo o seu teor normativo em si mesma. Faz-se a condução da teoria crítica de Cox nesse artigo desta maneira para dar um teor contextual às TRI's, colocando os pontos de referência que significam o debate e o seu desenvolvimento, mas ainda sem desconsiderar a autonomia da teoria crítica.

Em seguida, no item 4 expõem-se e discute-se a contracultura. A contracultura é um movimento cultural de oposição a certos modos de vida tradicionais, e também um movimento que promove seus próprios modos de vida com seus próprios valores. Ainda é debatido se ela deve ser entendida como um acontecimento estritamente histórico que teve força principalmente na década de 1960, ou se é possível entendê-la como uma cultura que atravessa o tempo. De qualquer forma, expõem-se as duas perspectivas e posteriormente as uní, as quais, assim como em Cox, capacitam a compreensão de sua postura ética em relação aosque são diferentes dela, assim como nela mesma. Mostrando assim a condução contextual contracultural, assim como seus objetivos.

Finalizadas as exposições e compreensões que capacitam entender sobre a ética contracultural e coxiana, inicia-se a segunda e fundamental parte do artigo: a comparação ética entre as duas. Verificará-se se a partir da primeira parte do artigoé possível levantar semelhanças que capacitem uma relação entre a contracultura e a teoria de Cox, havendo semelhanças, serão

apontadas quais são e por quais motivos são semelhantes, chegando enfim a relação entre as duas em função das R.I's.

Antes de dar início propriamente ao desenvolvimento do artigo, ressalta-se que há uma proximidade temporal entre a teoria crítica coxiana (início da década de 1980) e a contracultura (presente entre as décadas de 1950 e início de 1970). Fazendo delas, a priori, partes de um mesmo quadro geral que ocorreu naquele período, representando um modo de ser da época que serviu como pano de fundo em que as duas estavam inseridas, ademais, pode muito bem ter ocorrido uma influência da contracultura em Cox, considerando a contracultura como anterior em relação a Cox. Cabendo assim diversas possibilidades de relações históricas entre elas, contudo, tal relação demandaria um foco distinto do tratado aqui. O foco aqui é muito mais teórico, ainda que embasado historicamente.

2 TEORIAS PRÉ-CRÍTICAS

Nesse item do artigo, trata-se das TRI's anteriores à teoria crítica de Robert Cox. Preza-se por mostrar um quadro geral das 3 principais correntes que foram debatidas por Cox, isso claro, considerando as correntes em suas formas de ser antes dos choques com a teoria crítica dele e outros autores que se opuseram posteriormente.

Dessa maneira, deve-se tratar das seguintes correntes nas TRI's: realismo, liberalismo e marxismo. Chama-se também a atenção que tais correntes se modificaram ao longo do tempo, ganhando novos nomes, escopos, hierarquias, enfim, toda uma taxonomia dentro das TRI's. Contudo, nem por isso deixaram de se enquadrar em uma ou outra corrente dentre as 3 citadas anteriormente, as quais são as mais relevantes no debate de TRI.¹⁹ Também deve-se ressaltar que se utiliza essa divisão nas TRI's pois elas são as referências que Cox utilizou em seu primeiro grande artigo, trazer outras correntes seria incompatível à o que Cox propôs.

2.1 REALISMO

O realismo foi uma das TRI's que nasceu efetivamente como fruto da segunda guerra mundial. O realismo ganhou corpo a partir de Morgenthau, o qual, inspirado pelos acontecimentos políticos entre os Estados, dá início à sua obra. Morgenthau elabora então os princípios capitais do realismo, levando em conta o momento que ele via os acontecimentos “políticos entre os Estados”, os quais eram, fundamentalmente, sobre e acerca da guerra,²⁰ motivo pelo qual o realismo se manteve firme e dominante durante a maioria do período da guerra-fria.

¹⁹ NOGUEIRA, João pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais. 2005. p. 9.

²⁰ Idem.

Os realistas adquiriram essa nomenclatura graças a uma certa visão. Eles entendiam que o que estavam estudando era a política como ela era, e não como deveria ser. Por isso que, a princípio, o realismo teve uma raiz sólida em Maquiavel, o qual tinha a mesma predileção: estudar a política como ela é. Assim os realistas, entendiam que estavam criando propriamente uma ciência das relações internacionais. Pois se exauriram da responsabilidade moral e normativa na teoria, para focar somente no que realmente acontecia nas R.I's. Faziam um quadro de possibilidades de ações entre os Estado, porém respeitando os imperativos universais da política exterior dos Estados, e assim mostravam a política exterior/internacional como ela realmente é e funcionava.²¹ Tal foi a essência que deu ao realismo esse mesmo nome.

Pensando em clarificar os “imperativos universais da política exterior dos Estados” e “a política exterior/internacional como ela realmente é e funcionava”, deve-se fazer algumas assertivas que facilitarão o entendimento: os Estados vivem em um ambiente anárquico, isso em relação aos outros Estados, pois não há qualquer autoridade sob eles, devido a isso, não há confiança entre eles. Porém há um imperativo: o poder. O poder é o que capacita os Estados a ficarem em um status mais confortável no ambiente anárquico. O poder aumenta as chances de sobrevivência dos Estados, e a sobrevivência é a garantia de que os Estados desejam no ambiente anárquico. O que invoca outro princípio realista: a autoajuda; ou seja, os Estados só agem no âmbito internacional se houver uma “recompensa” para eles por suas ações. Essa recompensa deve contribuir para o seu poder.²²

Reduzindo os princípios e fundamentos gerais do realismo em uma afirmação, tem-se que: Estados existem em um ambiente anárquico, para garantir sua sobrevivência eles devem adquirir poder, assim todas suas ações serão sempre para se auto-ajudar.

2.2 LIBERALISMO

O liberalismo, ao contrário do realismo, não possui um primeiro grande teórico fundador nas R.I's. Porém os liberais de R.I seguem uma linha mais profunda e anterior, que possui respaldo a partir da tradição liberal iluminista. A tradição liberal que os teóricos das R.I's seguem e se inspiram se baseiam em alguns valores de precedência iluminista-liberal, são eles: a liberdade do indivíduo, o direito natural, a razão e o progresso.²³

Partindo daqueles valores iluministas-liberais, nascem 3 principais linhas dentro dos teóricos liberais das R.I's. Assim todas as TRI's liberais tem um objetivo: fazer com que os valores liberais sejam exercidos da melhor maneira possível no mundo, conectando o indivíduo à sociedade, tanto nacional quanto internacional, da melhor maneira possível; Isso acaba levando-as a uma noção

²¹ NOGUEIRA, João pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais. 2005. p. 9.

²² Idem. p.23-24.

²³ Ibidem. p.58-59

de que há uma necessidade de paz e cooperação. Para que as categorias liberais sejam exercidas em seu mais alto grau, há uma visão de necessidade de estabilidade no mundo, quando caso é, ou é gerada, pela própria paz.²⁴

Mesmo com muitos pontos em comum, há uma certa discordância entre os liberais quanto à maneira que devem proceder para alcançar seus objetivos morais. Aqui entram as 3 principais linhas herdadas seguidas pelos liberais das R.I's, são elas: O livre-comércio, a democracia e as instituições. Todas elas possuem diferentes meios de solução, mas sempre prezando pelos fins de valores liberais citados anteriormente. Vale também dizer que não necessariamente as três linhas se mantinham separadas. Na verdade, muitas vezes essas linhas eram apreciadas em conjunto, até havia uma preponderância de uma ou outra como motor da solução e análise, mas isso não significava que as outras linhas eram rechaçadas, elas eram vistas como instrumentos e/ou objetivos da linha principal.²⁵

Como bem se nota, diferentemente dos realistas, os liberais têm um forte senso de dever ser. Em todas as suas TRI's, há fundamentos morais que são constituídos pelo liberalismo iluminista, planificando assim uma noção sobre o que é ser humano. Levando assim a um senso absoluto de moralidade, o que os leva a sempre percorrer caminhos para atingir a moralidade absoluta no plano real-global.

Contudo, o caráter de dever ser sempre os levou a serem amplamente atacados pelos realistas, e serem desacreditados por muito tempo, também graças ao cenário da guerra ter sido uma grande constante durante o século XX, o que contribuía aos teóricos realistas.²⁶ Foi só durante o período da détente, momento de declínio da guerra fria, que houve uma ascensão teórica do liberalismo nas R.I's.²⁷

2.3 MARXISMO

O marxismo nas R.I's é, possivelmente, uma das correntes que mais sofreu mudanças a partir da sua origem. Marx, não deu tanta atenção aos aspectos internacionais dos conceitos que ele desenvolveu, assim, quem propriamente deu início à uma TRI marxista foi Lênin.²⁸

Lênin que inseriu a problemática na relação do capitalismo internacional, Estados e classes sociais (proletariado e burguesia) em um nível maior e mais complexo do que Marx, dando enfoques políticos e econômicos conjuntos em um panorama internacional. Assim começou a assimilação de fenômenos internacionais com o marxismo, pois Lênin inseriu o acontecimento crucial para essa

²⁴ NOGUEIRA, João pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais. 2005. p. 58-59.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem. p.74-75

²⁷ Ibidem. p. 80.

²⁸ Ibidem.

teoria ganhar um nível internacional: o imperialismo.²⁹

Lênin deu o tom base para as R.I's na visão marxista. A visão marxista internacional é marcada por uma denúncia constante, que é, em maior ou menor grau, a mesma: o capitalismo como um sistema econômico de geração de desigualdade inter-estatal. Portanto, essa corrente teórica sempre organiza uma visão de mundo e de Estado de forma a mostrar a divisão internacional do trabalho. Essa divisão ocorre em consonância com as classes sociais, havendo aqui um debate sobre níveis de burguesia (nacional e internacional), das relações entre elas com o proletariado. Porém tal debate não afeta o problema principal levantado, o qual é, como dito: a existência de desigualdade econômica inter-estatal.³⁰

Um ponto alto, ao menos antes de Cox, do Marxismo nas R.I's, estava presente nas teorias da dependência, as quais defendiam que havia uma divisão do trabalho entre países centrais e periféricos. Os países periféricos estavam em uma posição de oprimidos e dependiam do conhecimento e produtos dos países centrais, os quais eram os opressores, beneficiados pela divisão internacional do trabalho e preservadores das desigualdades internacionais. E mais, não se tinha a crença de que haveria uma diminuição dessas desigualdades inter-estatais, na verdade pensava-se o contrário.³¹

Portanto, os teóricos marxistas das R.I's sempre tiveram um mesmo núcleo para a solução dessas desigualdades: a revolução comunista. Porém há variações de como e quem deve fazer a revolução. Ocorre isso entendendo que houve várias leituras dos arranjos entre as classes sociais, e os Estados.³²

O que na prática significa que eles contestavam o status quo, para promover um novo que consideravam mais justo.³³

Antes de passar para a teoria crítica de Cox, devemos falar brevemente sobre um fenômeno acadêmico que antecedeu em poucos anos a teoria Coxiana: o Behaviorismo.

2.4 BEHAVIORISMO

Chama-se a atenção ao acontecimento acadêmico que afetou consideravelmente as ciências humanas, o behaviorismo da década de 60-70. Faz-se necessário expor esse fato, pois ele reverberou nas 3 correntes das TRI's até então, e só então sucedeu-se, aparentemente não por mera coincidência, a teoria crítica de Cox. Com isso, nasceu no debate teórico noções estruturais para

²⁹ NOGUEIRA, João pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais. 2005. p.80.

³⁰ Idem.

³¹ Ibidem. p. 118.

³² Ibidem.

³³ Ibidem. p. 130.

explicar as R.I's.³⁴

Tinha-se acreditado que com o estruturalismo, se chegaria a melhor metodologia nas R.I's, pois a teoria estruturalista teria uma alta capacidade explicativa e de previsão, já que se considerava que todos os Estados estavam dentro da mesma estrutura, e assim todos eram afetados e obrigados a seguir a conduta que a estrutura os impunha a seguir. Com isso, o behaviorismo incluiu nas R.I's, além de outras coisas, um forte senso determinista na análise e, principalmente no realismo estrutural de Waltz, pouco espaço para mudanças de estrutura.³⁵ Outros exemplos dessas teorias de análise estrutural, foram a interdependência complexa de Keohane e Nye (liberais) e o sistema mundo de Wallerstein (marxista), o qual dá início ao seu trabalho antes de Cox, mas o finalizajá após o aparecimento da teoria crítica Coxiana.

Posteriormente ficará mais claro a importância desse acontecimento acadêmico para a finalidade do artigo. Mas a princípio, a exposição feita sobre ele e as demais TRI's são o suficiente.

3 TEORIA CRÍTICA DE COX: OPOSIÇÃO, REAVALIAÇÕES E PROPOSTAS

Engatando em tudo o que foi dito, tem-se que Cox foi um grande opositor de muitas das TRI's anteriores a ele. Para mostrar essa afirmação, deve-se falar sobre o primeiro grande artigo que ele publicou em 1981: "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory" E, para melhor explicar sobre sua oposição, chama-se o que ele categorizou, nesse artigo, como em oposição à teoria crítica que ele promovia: as *problem solving theories*.

As *problem solving theories*, para Cox, são todas aquelas teorias que são colocadas em um mundo já dado, e a partir dele ela se articula. Elas notam as problemáticas deste mundo, suas falhas, fraquezas e fenômenos. Tais problemas, são em partes criados por elas mesmas, mas nem sempre como motores das ações que engendram o problema como algo objetivo, ou seja, não são elas muitas das vezes quem criam originalmente a realidade em que acontece um determinado fato, mas são elas quem julgam o fato e dizem: isso é um problema; assim, as *problem solving theories* criam seus próprios problemas a partir de seus próprios julgamentos.³⁶ Aqui Cox insere, não de forma muito inovadora, um teor particular em relação à o que determinada TRI vai considerar que deve ser estudado.

Delimitado o problema, parte-se para a solução dele. As *problem solving theories* tem sua finalidade última: resolver os problemas do mundo dado. Chama-se atenção ao "do", pois elas estão imbuídas nos fenômenos que estão efetivamente acontecendo, e acreditando que esses fenômenos são propriamente do mundo. O "do" também revela que elas já possuem um pré-julgamento de o

³⁴ NOGUEIRA, João pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais. 2005. p. 130.

³⁵ Idem.

³⁶ COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. 1981.

que é o mundo: algo imutável. A lógica é a seguinte: o mundo é feito por fenômenos, que é o mesmo que dizer que ele é feito por uma estrutura, tais fenômenos contêm problemas, para melhorar os fenômenos, e conseqüentemente o mundo, deve-se resolver os problemas. Portanto, elas notam a existência de fenômenos nas R.I's, mas notam que há problemáticas acompanhadas deles, e ainda julgam que tais fenômenos não irão desaparecer, o que resta a elas então, é fazer os fenômenos conterem a menor quantidade de problemas associados.³⁷

Portanto, as *problem solving theories* notam a estrutura do mundo e em como ele funciona, que, como dito, é o mesmo que dizer que elas notam os fenômenos. Após isso, elas verificam que há, em relação global, micro problemas, e é aí que elas passam o seu foco. Notando esses micros problemas, elas se concentram para analisar o que pode ser feito para neutralizar e resolver essas falhas, fazendo isso de acordo com a estrutura e regras de como a estrutura do mundo funciona. O que se vê é: no nível de fenômenos das R.I's, o qual é mais amplo, as *problem solving theories* não agem, pois entendem que tais fenômenos são imutáveis (ou pelo menos assim desejam que sejam entendidos); porém, em níveis menores, as *problem solving theories* agem e tentam solucionar o que elas julgam como falhas e problemas.³⁸

Para exemplificar, contextualizar e justificar tudo o que foi falado até aqui, associara-se as 3 correntes expostas no item 2, com a categoria Coxiana das *problem solving theories*.

O realismo é uma das *problem solving theories*. No realismo se nota que há tais regras imutáveis para os fenômenos das R.I's: o ambiente internacional é anárquico, os Estados precisam de poder, os Estados querem sobreviver, e os Estados só agem para se auto-ajudar. Partindo disso, os fenômenos/estrutura que contêm as R.I's está feito, o qual não é desafiado ou revisto de uma forma que mudagrandemente as teorias realistas.

Parte-se assim para resolver os problemas dessa natureza das R.I's. O problema central a ser resolvido para os realistas é: como alcançar e assegurar a segurança internacional? Em outras palavras, os problemas que concernem aos realistas são sobre como manter uma coexistência pacífica entre Estados soberanos, egoístas, desconfiados e em um ambiente anárquico.

Ilustrando ainda mais o que se disse, temos que a finalidade do realismo foi gerada pela situação que ele enfrentou nas R.I's de boa parte do século XX, a qual foi sobre a temática da guerra. Vendo os antecedentes da segunda guerra mundial, viu-se que houve poucas tentativas de criar instrumentos entre as nações para que não houvesse uma guerra em grande escala, a qual acabou por afetar a segurança internacional. Notando esse quadro, criou-se a necessidade de um aporte teórico para problemáticas relativas à guerra. Tanto que durante a guerra fria, segundo Messari e Nogueira, se nota que houve a preeminência dos conselhos realistas, os quais não apontavam

³⁷ COX, Robert. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. 1981. p.128-129.

³⁸ Idem.

para conflitos que causariam uma grande guerra, mas sim para ajustes equitativos, que manteria a segurança, entre os EUA e a URSS.

Sobre o liberalismo, temos que ele também é, com ressalvas, uma *problem solving theory*. No liberalismo, entende-se que há um dever-ser para alcançar: o estabelecimento da moral absoluta. Além disso, eles entendem também que há tais fenômenos internacionais irrevogáveis: trocas comerciais, instituições e Estados.

Portanto, o problema por eles levantado é: como estabelecer a moral absoluta? Vendo o que eles consideram como fenômenos internacionais, estabelece-se os possíveis locais onde residem as falhas que os impede de alcançar seu objetivo absoluto. Assim tentam resolver os problemas contidos nos fenômenos já dados, para que então seja alcançada a moralidade absoluta.

O liberalismo acaba por ter um respaldo mais claro na história quando se fala das ligas das nações e da ONU. Se criou tais instituições, pois acreditou-se que existem problemas internacionais porque existe falta de organização e comunicação entre os Estados. Com isso, se nota que há uma crença de que havendo instituições que ligam os Estados, criara-se cooperação, já que os Estados notarão que compartilham uma mesma medida (o direito natural e a razão) e finalidade (progresso e liberdade individual) moral liberal. Nesses casos, os liberais fundam instituições que alteram a estrutura do mundo pós-ONU, colocando-os, em parte, fora da categoria de *problem solving theories*. O que acaba por puxar uns e outros de volta às *problem solving theories* são suas tentativas de solucionar os problemas contidos em suas instituições, colocando-as como próprias das R.I's.

O marxismo também é, com ressalvas, uma *problem solving theory*. Como já dito, o fenômeno que o Marxismo lida é sobre o sistema capitalista internacional. Partindo do sistema capitalista eles notam a existência de um sistema econômico que contém uma divisão internacional do trabalho que carrega defeitos, os quais julgam como inaceitáveis.

O problema dos marxistas, em relação aos outros dois, é mais revolucionário. O problema deles é: como neutralizar as desigualdades interestatais do sistema capitalista? Assim, o problema por eles levantado se encaminha para soluções de cunho comunista, socialista e até independentista. Porém, a grande crítica que se deve fazer é: a solução que eles promovem estabelece, instantaneamente, um novo status quo, entendendo que a solução trazida é entendida como definitiva.

Revigorando esse problema em termos históricos, temos o exemplo discutido pelos marxistas e levantado por Messari: a CEPAL. Tal organização foi criada justamente para capacitar o desenvolvimento da América Latina, driblando o capitalismo cru dos países centrais e mitigando os seus efeitos, abrindo espaço para os países latino-americanos se desenvolverem e saírem da condição de dependência. Assim criavam um novo equilíbrio de poder, baseado em o que eles

consideravam que era a falha das R.I's. Contudo, tal posição destoa das *problem solving theories*, pois ela aponta para novidades, tal como integrações econômicas, abalando o próprio funcionamento do fenômeno capitalista.

A partir dessas exposições, se vê que o liberalismo e marxismo possuem um teor fundamental de teoria crítica: mudança de fenômenos. Porém, o problema é que quando ambas atingem as mudanças necessárias, elas se voltam para manter as R.I's. Ocorre isso pois elas entendem que alcançaram suas finalidades a nível de estrutura, resta preservar a estrutura e resolver seus micro problemas, formatando-as em *problem solving theories*. Ou seja, as TRI possuem capacidade de alternar entre a teoria crítica e a *problem solving theory* segundo o tempo.

Contudo, todas essas correntes teóricas ascenderam seus níveis de fixação com o behaviorismo na década de 70, dando ainda mais ênfase em como o mundo é e funcionava.³⁹ Estabeleciam uma estrutura rígida e previsível de como funcionavam as R.I's, não dando espaço para grandes mudanças internacionais. Ou seja, as TRI's da época tinham se enquadrado e estavam consideravelmente satisfeitas em serem apenas *problem solving theories* naquele mundo dado. Isso criou, naquele momento mais do que nunca, uma transcendentalidade nas R.I's: elas ganharam a cara de que eram fenômenos que as pessoas não tinham poder de controlar e mudá-las, mas somente descrever o que acontecia nelas e tentar solucionar os problemas decorrentes dessa condição imutável.

Nesse momento de maior ascensão, Cox elabora a categoria das *problem solving theories*. Com essa categoria ele articula a crítica fundamental para as R.I's pré-coxianas: as correntes teóricas das R.I's estão se tornando preservadoras do que elas consideram ser os fenômenos internacionais.⁴⁰ Com isso, a ideia da transcendentalidade vira problemática.

A transcendentalidade é proporcionada por um sentimento de impotência quanto aos fenômenos internacionais, mas, reafirmando o que Cox já afirmou, se tem que as teorias e teóricos, na verdade, estavam ativamente contribuindo para a preservação dos fenômenos, isso pois já não reavaliavam amplamente seus próprios fenômenos.

A próxima questão a ser levantada é: por que os teóricos já não reavaliavam os fenômenos de suas respectivas escolas teóricas? A resposta reside no seguinte: caso os teóricos reavaliassem amplamente os fenômenos que suas escolas estabeleceram como próprios das R.I's, haveria a possibilidade de notar mudanças significativas nas R.I's segundo o passar da história. Portanto, o pano de fundo que os teóricos se apoiavam sofria com a possibilidade de ser modificado, caso houvesse essa modificação, seus objetivos e poder explicativo perderiam força.⁴¹

³⁹ MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João pontes. Op. cit.

⁴⁰ COX, Robert W. Op. cit; Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial, 2000.

⁴¹ Idem.

Com essa resposta, tem sentido colocar o seguinte: os teóricos das *problem solving theories* se beneficiavam daquele mundo já dado, pois suas teorias podiam explicar ele e traçar objetivos a partir dele. Ou seja, era conveniente a tais teorias agir de forma a auxiliar a preservação do mundo na forma que ele se encontrava. Entende-se que com essa posição, havia uma postura autoritária nas TRI's no momento de definir o que são e para que servem as R.I's e as TRI's. A postura autoritária se justificava pelo fato de que: criando-se dúvidas quanto aos fenômenos que as teorias se baseavam, se criaria dúvidas sobre a veracidade, o poder explicativo e a normatividade delas. Assim as TRI's tentavam suprimir, intencionalmente ou não, qualquer perspectiva de mudança significativa na estruturado mundo. Fazendo isso, elas preservavam o mundo no qual elas se beneficiavam. Diferentemente de como elas se colocavam: teorias que apenas lidavam com uma estrutura já existente. Na verdade, como bem se nota, elas mesmas acabavam por alimentar mascaradamente as estruturas para si mesmas.

Contudo, essa unilateralidade que elas promoviam já não era capaz de se adequar e explicar as variações que ocorreram ao longo da história e do século XX. Pode-se agora entrar definitivamente com maior facilidade na teoria crítica de Cox, mesmo que com uma certa brevidade. A realidade é contingente, por isso a história é fluida. Baseia-se esse argumento por meio da leitura de Cox sobre Giambattista Vico.⁴² A realidade ser contingente implica que ela pode ser de várias maneiras, assim as pessoas agem partindo dessa contingência e modificam a história com base em análises sobre suas condições, portanto, elas atuam de tal forma que fazem a história ser alterada recorrentemente, tornando-a fluída. Por isso, TRI's que fixam uma ordem, que naquele caso era fenomenológico, não conseguem se adequar ao longo da história. Assim, Cox enveredou por uma perspectiva que entendia que haviam mudanças estruturais nas R.I's ao longo da história, e para possibilitar, controlar ou até evitar essas mudanças que serviria a teoria crítica. Como exemplo estudado por Cox, temos a transição presenciada por Ibn Khaldoun no antigo império árabe. Tais transições revelam que as R.I's são mutáveis e que é responsabilidade da teoria crítica analisar e propor mudanças para alcançar estruturas que atendam às necessidades das pessoas em determinados locais e tempos.⁴³

Dessa maneira, Cox propõe uma normatividade estrutural que comporta o que suas antecessoras não comportavam: contínuas mudanças de estrutura. A teoria crítica de Cox, como dito, verifica que fenômenos fixados não se adequarão e permanecerão para sempre ao decorrer da história. Assim, a teoria crítica reavalia recorrentemente se há, e o quanto há, de incompatibilidades entre fenômenos fixados e condições das mais variadas de tempo e local. Se houver incompatibilidade o suficiente, a teoria crítica propõe mudanças de fenômenos.⁴⁴

⁴² Idem. 1981; *The political economy of a plural world*, 2002.

⁴³ Idem. 1981, 2002.

⁴⁴ Ibidem.

Tal postura, leva Cox a levantar a figura das forças sociais. São elas, nas situações que ele avalia, que possuem a fluidez, audácia e até necessidade de criar contínuas mudanças ao longo da história. São elas, devido aos seus atributos, quem sentem e percebem incompatibilidades entre uma ordem fixada, e suas reais condições, gerando reclamos sobre a ordem fixada a nível fenomenológico, a qual já não se adequa à situação que elas se encontram.⁴⁵ Por isso, para Cox, esse é o atorque se revela como o motor das mudanças nas R.I's segundo os momentos históricos que ele presenciou e analisou. Chegando até aqui, entende-se que o germe ético da teoria crítica de Cox é algo como: “procurar modificar para atender”. Então Cox sempre defende modificações nas R.I's e TRI's, para que elas sempre tenham a capacidade de atender às recorrentes mudanças que ocorrem ao longo do tempo nas R.I's. Assim, ele tenta captar aberturas que ocorrem ao longo do tempo, tentando manipular essas aberturas, para que as mudanças necessárias e até inevitáveis, venham a ocorrer de uma forma organizada, inclusiva, agilizada e coerente com o contexto.

Em outras palavras, ele incentiva a construção de uma nova estrutura para o futuro, a partir da noção de que a estrutura do presente possui contradições insolucionáveis, que apresentam-se ao longo do tempo e local, isso graças as pessoas se modificarem segundo o tempo e local, incompatibilizando-as na estrutura internacional que comporta elas.

Exposto tudo isso, pode-se dizer que a teoria crítica de Cox era anti-autoritária e mutável. Ela via os fenômenos como algo que sempre deveriam ser estudados e modificados ao longo do tempo e local, reavaliando assim noções autoritárias e pré-postas sobre as R.I's. Com isso, Cox abriu espaço para se estudar as R.I's de uma nova maneira, mais ampla e que possibilitava a construção de inúmeros futuros, que seriam modulados e remodelados pelas pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nas R.I's de seu tempo e local. Isso significa que ele não propagava qualquer ordem determinista transcendental, mas sim, uma ordem baseada na imanência da realidade, a qual, como dita, é contingente, portanto, cria uma história, enquanto totalidade, fluida. Comportando, em potência, qualquer variação nas R.I's. Por isso se vê que ela não é autoritária e é mutável.

4 CONTRACULTURA: OPÇÕES AVALIATIVAS

Nesse item escreve-se sobre a contracultura e sua postura frente às autoridades. Para isso, utiliza-se de duas perspectivas sobre o que é a contracultura: I) um movimento cultural e social que esteve presente entre as décadas de 1950 e meados de 1970; II) um modo de pensar e agir mais profundo, que está presente ao longo da história. Vale ressaltar que, apesar dessa divisão, a linha entre as duas é tênue, pois elas acabam por se ligarem e complementarem.⁴⁶ Por tal motivo o item

⁴⁵ Idem. 1981, 2002.

⁴⁶ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O que é a contracultura. 1986. p. 20.

em questão trará as duas perspectivas, esperando mostrar a contracultura e sua ética em um sentido mais completo.

4.1 TECNOCRACIA X CONTRACULTURA

Objetivando mostrar a perspectiva I, apresentará-se a oposição que houve entre a tecnocracia e a contracultura, tendo como referência principal, mas não única, o livro “a contracultura” de Theodore Roszak, o qual focou mais no movimento contracultural juvenil dos EUA. Porém, quando possível, também dará-se uma perspectiva mais internacionalizada, expondo ideias e acontecimentos que circularam na época que compreendeu entre as décadas de 1950 e 1960.

Nesse período houve uma crescente ideia nos EUA de que as técnicas científicas propagadas resolveriam quaisquer problemas em qualquer área. Isso foi, em resumo, a premissa alavancada que deu origem a tecnocracia. Tal perspectiva entendia que eram os arranjos que deveriam ser reparados, pois havia se instituído uma finalidade para a vida, e as pessoas pareciam concordar com essa finalidade. Contudo, entendia-se que haviam falhas nos meios para atingir tal finalidade, impedindo e afetando negativamente parcelas da população. Os tecnocratas tentavam identificar e solucionar tais problemas, prometendo capacitar todos a alcançar a finalidade superior da vida.⁴⁷

Com isso, o que a postura tecnocrática gerou foi: a tentativa de estabelecer um objetivo padrão para todas as pessoas, o qual continha um mesmo e único senso de bem-estar. Tal senso de bem-estar era fundamentado pela aquisição de posses e riquezas materiais, ou seja, a finalidade suprema proposta para as pessoas era: possuir riquezas materiais, possuindo elas, teriam o bem-estar.⁴⁸ No contexto dos EUA, isso significou o estabelecimento de um modo de vida fixo e sustentado pela estrutura tecnocrata, tendo como objetivo fazer as pessoas alcançarem esta finalidade da vida. Com isso, a tecnocracia montou uma estrutura que impôs um modo de vida: ela ditou um fim para a vida e aprimorou os meios existentes para que as pessoas alcançassem aquele fim. Contudo, os jovens acabaram por notar que toda essa objetividade da vida, amparada pelas instituições que os rodeavam, era ilusória.⁴⁹ Ademais, o ideal de modo de vida formulado nos EUA atingiu patamares internacionais, já que os EUA estavam em um momento de ascensão internacional, propagando e declarando seu modelo de vida como o exemplo a ser seguido, o modelo do *American Way of life*.⁵⁰

Com tudo isso, jovens dos EUA começaram a reivindicar fundamentalmente uma coisa: o sentido de bem-estar. Para eles, havia uma subjetividade latente em todas as pessoas, as quais

⁴⁷ ROSZAK, Theodore. A contracultura. 1972.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, op.cit.p.15.

⁵⁰ FERNANDEZ, Nathan. “O ‘american way of life’ está atrelado a um padrão de beleza e gênero”, 2018.

simplesmente poderiam não se identificar com o bem-estar que o modo de vida final propagava. Isso pois esses jovens vinham muitas vezes de famílias de classe média e alta, possuindo riquezas materiais e vivendo, ao menos, próximos do que era considerado o modo de vida idealizado, e mesmo assim, não sentiam o bem-estar prometido. Isso fez com que eles reavaliassem o modo de vida que estavam inseridos. Notaram que não tinha sentido seguir a cartilha produzida pela tecnocracia, pois não alcançariam o que consideravam o bem-estar, por isso buscaram novos horizontes.⁵¹

A busca de alcançar o bem-estar subjetivo abriu espaço para uma prática muito comum na contracultura da época: a experimentação. Era por meio dela que os jovens testavam novos modos de vidas, práticas, pensamentos e ideias, isso, pelo menos inicialmente, para procurar um novo significado para “bem-estar”. Segue alguns exemplos de experimentação criadas ou trazidas por eles de épocas e locais antes em estados marginais em relação a cultura dominante: surgimento do rock’n roll, roupas diferentes, acessórios, jovens cabeludos, poesia crua, uso de alucinógenos, artes ocultas, bruxaria, misticismos orientais, orientalismo entre outras.⁵²

Entende-se que há um exemplo que vale a pena chamar e é bem ilustrativo sobre a contracultura e uma das ideias de bem-estar que ela conseguiu chegar por meio de suas experimentações: o festival de Woodstock. Tal festival ficou marcado na história. Entende-se que o motivo disso foi o seguinte: o festival de Woodstock mostrou o que os jovens prezavam e em alguma medida consideravam como proporcional ao bem-estar. Era a música, a dança, a amizade, o amor e entre outras coisas que davam a eles um modo de vida excitante e entregava-lhes o bem-estar que procuravam. Nota-se, com isso, como as coisas que na tecnocracia eram só, como Roszak diz, o “tempero cultural”⁵³, ganharam centralidade para aquela geração e suas reivindicações.

Toda essa experimentação serve como exemplo de oposição que eles criaram na estrutura cultural estadunidense, a qual era consideravelmente plana. Tal experimentação foi exportada, mas também importada. Exportado foi o Rock and Roll para a Inglaterra, como demonstra os Beatles e os Rolling Stones.⁵⁴ E importado foi o orientalismo por Alan Watts.⁵⁵ Experimentaram para descobrir novos fins e modos de vida, diferentes do que era promovido pela tecnocracia, atingindo patamares internacionais. Exploraram também meios necessários para atingir os fins que se identificavam.

Outro ponto chave, que se extrai a partir da descrição que Roszak fez, baseia-se em 3 principais valores da contracultura estadunidense da época: a liberdade, o individualismo e a anti-

⁵¹ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, op.cit.; e ROSZAK, Theodore. op.cit.

⁵² PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, op.cit. p.20; e ROSZAK, Theodore. op.cit.

⁵³ ROSZAK, Theodore. Op.cit. p. 149.

⁵⁴ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, Op.cit.

⁵⁵ ROSZAK, Theodore. Op. Cit.

autoridade. Tais valores podem ser entendidos como os meios e/ou os fins da contracultura, dando o movimento necessário para que as aspirações dos jovens tivessem capacidade de ser apreciadas, habilitadas e terem força para se opor à tecnocracia.

A contracultura servia a esse propósito: desenrijecer e modificar a estrutura que a tecnocracia havia instituído, possibilitando a eles alcançar as finalidades subjetivas estabelecidas para a vida.⁵⁶ Assim, entende-se que os valores levantados inseriram-se dessa maneira: a liberdade era necessária, pois a existência dela seria a segurança de um meio sem barreiras, o qual possibilitaria a perseguição dos objetivos que cada um estipulasse; o individualismo servia como uma “viagem interior”, em que as pessoas acabariam por conhecer e reconhecer recorrentemente quem são elas e o que querem fazer; e por último a anti-autoridade, pois caso não fossem anti-autoritários, a tecnocracia continuaria fazendo pressão, assim não teria como existir a liberdade sem barreiras, o que por sua vez prenderia e limitaria ao indivíduo conhecer a si próprio e exercer suas finalidades.

Fortalecendo essa perspectiva, e inserindo os valores contraculturais da década de 1960 em um patamar de movimento juvenil internacional, temos os movimentos que ficaram conhecidos como “maio de 1968”. Nessa época houve uma efervescência de jovens franceses contra o autoritarismo político que rondava a política nacional e internacional, “É proibido proibir”⁵⁷, diziam esses jovens franceses. Essa postura inflamou, incentivou e se enquadrou em situações que ocorriam em vários países ao redor do globo, tais como: Brasil, China, Alemanha, México e o próprio EUA. Ligando-os em uma perspectiva internacional contra o autoritarismo, que mantinha um contexto que não representava seus ideais.⁵⁸

Levando tudo isso em conta, pode-se dizer que, internacionalmente, a contracultura da década de 1950 e 1960 criticava o padrão de vida que era vendido, mediante uma autoridade, como o santo graal da civilização. Na verdade, os jovens notaram que os padrões de vida instituídos não se encaixavam com eles, o que os fez lutar contra a autoridade que havia promovido e preservado tais padrões. Reduzindo o poder dessa autoridade, abria-se espaço para eles seguirem e moldarem uma cultura que consideravam coerente com seus valores.

4.2 CONTRACULTURA: CONDUTA, POSTURA E OBJETIVO

Nessa parte escreve-se sobre a II perspectiva da Contracultura. Para tal, serve-se da parte 1 do livro “ Contracultura através dos tempos”, no qual Dan Joy teoriza sobre fundamentos e princípios contraculturais que atravessam a história, dando assim características que capacitam uma

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Ibidem, p.84. Apud Lewis Mumford, The Myth of the Machine.p 62-63.

⁵⁸ IGNACIO, Julia. Maio de 1968: você sabe o que foi esse movimento social? 2019.

definição sobre contracultura de maneira ampliada e desprendida, em parte, dos acontecimentos puramente históricos.

Seguindo por essa linha, ele levanta os seguintes princípios contraculturais:

As contraculturas afirmam a precedência da individualidade acima de convenções sociais e restrições governamentais.

As contraculturas desafiam o autoritarismo de forma óbvia, mas também sutilmente.

As contraculturas defendem mudanças individuais e sociais.⁵⁹

Partindo disso, a individualidade é o pontapé para o contracultural notar e criticar o que quer que suprima suas ações, pensamentos e escolhas, entende-se que tal supressão é feita devido a ação de alguma(s) autoridade(s). Vendo tais supressões, os contraculturalista e/ou movimentos contraculturais reivindicam mudanças sociais e individuais. Portanto, a contracultura critica os efeitos da não-mudança sustentada por autoritarismo(s), isso em um nível individual e social.

Pode parecer egoísmo a proposta de mudança que nasce a partir do individualismo, porém, a mudança que os contraculturais propõem não deve agir como um motivo de limitação para os outros, mas sim capacitar a existência harmônica de variedades de indivíduos e modos de vida, tornando-a preocupada em encaixar socialmente as individualidades. Caso o contracultural proponha uma mudança que vá excluir outros, ele na verdade estará sendo autoritário, portanto contraditório à contracultura. Tal posição mostra-se simplificada nesse exemplo: Um contraculturalista jamais irá propor a mudança de um contexto democrático para um ditatorial, isso pois se entende que o ditatorial age limitando as variedades.⁶⁰

Ainda sobre a relação entre a contracultura e a autoridade, expõe-se, como Dan joy, o mito de Prometeu, o qual revela muito sobre a conduta do contraculturalista frente à autoridade.

O mito conta a história do titã Prometeu, foi ele que arquitetou/criou o homem e lhe entregou o fogo, contudo, a segunda geração desse homem irritou Júpiter, o qual confiscou-lhes o fogo. Prometeu ao ver a condição deplorável que sua criação se encontrava, roubou uma fagulha de fogo e devolveu aos homens. Júpiter ficou irado e condenou Prometeu a ficar preso em um rochedo no Cáucaso, além de a cada hora ter seu fígado comido por um abutre. Ele ficava em silêncio sempre que Júpiter o ameaçava ou fazia-lhe alguma oferta, como forma de protesto contra a arbitrariedade, por fim ele é salvo, após milhares de anos, por Hércules. Jupiter intervém, quer mantê-lo lá, mas Prometeu é engenhoso, pede a Hércules que faça um anel com as correntes que estava preso e retire uma partícula do rochedo, assim funde os dois, diz ele “– Pronto! – disse Prometeu. – Agora permanecerei de qualquer modo sempre preso a este maldito rochedo.”⁶¹ Júpiter ouve e não se opõe.

⁵⁹ JOY, Dan; GOFFMAN, Ken; *Contracultura através dos tempos*. 2007. p.50.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ FRANCHINI, A. S; SEGANFREDO, Carmen. *100 melhores histórias da mitologia*. 2003. p.205.

Se extrai desse mito como a inventividade, bondade, descoberta, novidade e progresso em certo sentido, são tratados com desprezo a partir do momento que atingem alguém que possui ou prega autoridade, tenta-se aniquilar esse tipo de postura, mas não se deve aceitar e se curvar à autoridade quando ela é arbitrária. Em casos que o indivíduo não possa fazer e ser o que entende que está em seu âmago, a contracultura dá uma aparição.

Gera-se um senso de rebeldia no indivíduo que está nessa condição, as regras nas quais ele vive matam quem ele realmente é e o que quer fazer, assim ele se porta como Prometeu: trai a autoridade para possibilitar a suplementação do que considera ser uma necessidade.

Nota-se com isso que a contracultura tem como função ir contra a opressão de uma autoridade qualquer, a qual limita e/ou constrange indivíduos. Após isso, a contracultura realiza mudanças que capacitem os indivíduos a serem e fazerem tudo com liberdade. Vale ressaltar que na contracultura, a liberdade tem o seguinte sentido: haver a possibilidade de todos serem e fazerem o que lhes compete enquanto indivíduos portadores de particularidades. O “todos” implica que há um limite de liberdade, o qual é o seguinte: não se deve ter e exercer uma individualidade que limitará e privará outros, caso contrário, nem todos poderão exercer a liberdade.⁶²

Com tudo isso, nota-se que a autoridade, entendida pela contracultura, age como uma limitadora de possibilidades dos modos de vida, ao passo que a contracultura propõe justamente o contrário. Cria-se uma dicotomia entre a autoridade, a qual tenta fixar uma certa ordem, e a contracultura, que tenta habilitar contínuas mudanças.⁶³

Por último, vale ressaltar o “contra” da contracultura. O “contra” põe que sempre deve existir algo que se oponha a contracultura, abrindo assim espaço para ela ir contra esse algo. Indo mais a fundo e retirando essa coisa oposta a ela, a contracultura deveria acabar, pois se tira a coisa que faz a contracultura ser “contra”. Contudo, baseado a partir da “tradição sem convenção”⁶⁴ apresentada por Dan Joy a partir de uma citação de Frank Lloyd Wright, nota-se que a contracultura, idealmente, irá se voltar contra si mesma quando não há um outro algo. Quando não houver um outro para ela ir contra, resta a ela ir contra si mesma, constantemente construindo-se e desconstruindo-se fluidamente segundo o contexto, entendendo ela não como uma tradição sem convenção, mas sim como uma tradição da mudança. Mostrando assim, como ela valoriza e emite recorrentes modificações, não tendo por objetivo fixar uma ordem no modo de vida.

4.3 DOIS OLHARES, UMA VISÃO

Feito essa dupla exposição, pode-se mostrar porque as noções de contracultura tratadas no

⁶² JOY, Dan; GOFFMAN, Ken. Op. Cit.

⁶³ Idem.

⁶⁴ JOY, Dan; GOFFMAN, Ken. Op. Cit. p. 13.

subitem 4.1 e 4.2 são interligadas: falam sobre mesmos assuntos em dimensões distintas, uma histórica, entre 1950 e 1960, e outra mais teórica. Elas funcionam como formas relacionáveis graças aos pilares: anti-autoridade, liberdade, individualidade e mutabilidade, por mais que essa última não esteja totalmente escrachada no aporte abordado pelo subitem 4.1, é inevitável concluir que sua pauta era sobre mudança, seja de qual espécie for.

Por conseguinte, pode-se dizer que uma das grandes contribuições da contracultura é a sua ética da mudança, a qual choca-se fortemente contra o(s) autoritarismo(s). O que difere a contracultura de várias outras correntes de pensamento e movimentos sociais é a sua luta por mudanças culturais profundas. Os contraculturais não querem tratar o sistema que rodeia suas vidas, melhorá-lo, adicionar algo a ele, eles querem mudá-lo se enxergarem a necessidade. A necessidade da mudança surge quando há uma incompatibilidade insolucionável entre uma ordem e individualidades. E a grande barreira que trava as mudanças são as autoridades. Por isso, por exemplo, a geração estadunidense de 50-60 se afirma com clareza quanto ao conflito contra a autoridade de sua época (a tecnocracia), desafiavam a autoridade para explorar possibilidades de mudanças no sistema do presente para um novo do futuro que comportasse seus valores e ideais, coisa que também notou-se ter ocorrido em um nível internacional.

Quanto aos outros pilares: liberdade e individualidade; entende-se que quanto a ética são igualmente complementares com os outros dois levantados. A individualidade é tratada como fornecedora da identidade, o que fará o sujeito trilhar um caminho ou outro; já a liberdade é o meio em que se procura a identidade, devendo ela ser a mais larga possível.

Não relaciona-se a fundo esses últimos pilares, pois a questão principal nessa pesquisa não é essa, pouco se ganhará com isso. Assim foi exposto a compreensão da contracultura por duas perspectivas, em que a ética apresentada por ambas mostrou-se com constantes cruzamentos.

5 RELAÇÕES ENTRE A CONTRACULTURA E A TEORIA CRÍTICA DE COX

Vale ressaltar que todo o capítulo que se segue será baseado nos itens 2,3,4 e seus subitens, além do artigo de Felipe Javier Galàn Lopez, “A 50 años de 1968: teoría crítica y contracultura en México”. Ainda que deva-se dizer que há muitos recortes e noções distintas feitos no artigo de Felipe em relação ao artigo apresentado aqui, considera-se que há alguma contribuição do texto dele aqui no item 5.

Possível é chegar aqui graças as exposições feitas da Contracultura e da teoria crítica de Cox. Entendido tudo o que foi dito, capacitará-se a assimilação entre a contracultura e Cox. Tal relação possui dois pontos éticos chaves: o antiautoritarismo e a mutabilidade.

Deve-se então partir de forma a criar um núcleo que vá expor a relação entre a contracultura e a teoria crítica de Cox, desenvolvendo tal núcleo a partir dos pontos-chaves. Como resultado, além do núcleo da relação, teremos ramificações que são frutos de seus respectivos polos. Tais ramificações nem sempre concordarão em termos de conteúdo, pois atuaram de maneira funcional segundo seus contextos, mostrando ainda mais como a postura ética de ambas, pelo menos enquanto forma, se encaixa. Tal afirmação ficará mais clara ao longo desse item.

A anti-autoridade foi uma conduta amplamente evidenciada em ambos os polos. Em Cox, o antiautoritarismo era direcionado às TRI's de sua época, as quais haviam dominado o meio acadêmico e estavam afetando as R.I.'s; Já na contracultura da década de 60, o antiautoritarismo era direcionado às políticas nacionais e internacionais, a qual promoviam modos específicos de vida, como especificado no caso da tecnocracia estadunidense da década de 1960.

Entende-se que o antiautoritarismo, apesar de direcionado para atores distintos, são similares e até complementares entre os polos. As TRI's, contra as quais Cox se opunha, tinham a seguinte ação que fazia delas autoritárias: fixar uma ordem sobre as relações internacionais independente dos efeitos negativos, tentando apenas solucionar tais efeitos para preservar pelo maior tempo possível a ordem estipulada; as políticas nacionais e internacionais, contra as quais a contracultura da década de 60 se opunha, tinha a seguinte postura autoritária: fixar uma ordem no modo de vida das pessoas, dando, aprimorando e reparando os meios necessários para elas atingirem o modo de vida idealizado, assim reprimindo outros modos de vida, tentando preservar e até inserir uma ordem cultural, como ficou claramente exposto no contexto dos EUA nos anos 60.

Com isso, nota-se o seguinte: tanto a contracultura como Cox notaram que havia uma autoridade que havia moldado uma ordem qualquer, a qual estava pressionando e causando efeitos negativos, no sentido de limitar e reduzir opções, isso para preservar tal ordem. A autoridade adequava ou criava uma estrutura na qual a finalidade promovida poderia ser alcançada, tal ordem e sua preservação se justificava por isso. Ela tinha uma função, mas ela acabava sendo encarada como autoritária pelo motivo de promover estruturas que não comportavam grandes variações, portanto, estipulava um ambiente exclusivo, em que somente alguns tipos de comportamentos e decisões eram aceitáveis.

Outro ponto de destaque é quanto a manutenção dos meios que as autoridades utilizavam para preservar a ordem. As TRI's tentavam solucionar os problemas de estrutura segundo a fórmula das *problem solving theories*, já a tecnocracia tentava reparar a organização sociocultural por meio de suas técnicas. Ou seja, tanto na tecnocracia como nas TRI's, a função do meio é a mesma. Em ambos os casos, há a noção de que há a necessidade de meios que solucionem os problemas da estrutura fixada, seja para preservá-la, seja para alcançar os objetivos que ela promete. Fazendo com que a estrutura permaneça plana e sem anomalias pelo maior tempo possível. Tal fato manipulatório

que sustentava a estrutura foi notado, levantado e criticado por ambos pólos.

Levando em conta tudo isso, deve-se levantar agora o outro ponto ético chave: a mutabilidade, ela vai ligar tudo.

Como percebe-se, tanto a contracultura como Cox são antiautoritárias. Mas por qual motivo? O que os faz terem tal postura? A resposta é a seguinte: vendo que há uma ordem fixada que causa danos, e que tal ordem é sustentada por uma autoridade, resta a eles serem antiautoritárias. Pois essa autoridade nega, ou pelo menos limita as mudanças de acontecerem, e o grande problema disso são danos decorrentes de uma incompatibilidade entre a ordem fixada e as mudanças sociais, culturais, ambientais e, na verdade, qualquer esfera que tenha capacidade de ser alterada pelo tempo e local, seja por efeitos gerados pela ação humana, ou não.

A incompatibilidade entre uma ordem e as pessoas inseridas nessa ordem é justamente a crítica fundamental que ambos pólos fazem à autoridade. Para elas, uma estrutura deve-se moldar segundo o contexto das pessoas, e não o contrário. E o que sustenta a necessidade de recorrentes mudanças de estruturas é a visão, contracultural e coxiana, de que as pessoas mudam constantemente. Portanto, se as pessoas tiverem que se adequar a uma estrutura rígida, isso significaria conter as mudanças que ocorrem com elas ao longo da vida, das gerações e dos locais em que estão, considera-se ainda que as mudanças podem ocorrer tanto por motivos externos como internos às pessoas. Em uma palavra: servindo a uma estrutura serão súditos eternamente limitados. Mas caso a estrutura sirva a elas, poderão ser donos de si mesmos e transformarem-se sem limitações.

Inserindo isso em ambos os pólos, temos o seguinte: a estrutura estabelecida nos EUA e promovida por ele internacionalmente moldava um modo de vida rico em materialismo, e em contraponto, a contracultura promovia um modo de vida mais experimental e volátil. Já no caso coxiano, a estrutura acadêmica estabelecida promovia os fundamentos de 3 escolas teóricas, enquanto a teoria crítica verificava a existência e outras possibilidades de análise nas R.I's. Tanto em um caso como no outro, houve a percepção de que havia uma estrutura que já não explicava e comportava de maneira ampla a realidade internacional e as pessoas envolvidas nessa realidade, ou seja, a estrutura era incompatível com as pessoas daquele momento. Assim, por meio de pensamentos e ações, ambos pólos se rebelaram contra a autoridade e o padrão que ela sustentava, experimentando novas possibilidades para que não tivessem que seguir um padrão que já não funcionava ou representava-as.

Acredita-se assim que: a mutabilidade é um valor ético levantado por ambos pólos. A mudança de estrutura, para ambos, deve ser feita recorrentemente, isso pois a realidade e as pessoas vão mudando segundo o tempo e local, isso faz com que os fenômenos mudem, e as modificações que ocorrem neles devem ser respeitadas, analisadas e tratadas para que os anseios e

reclamamos das pessoas que alteraram, ou sentem a alteração dos fenômenos, sejam atendidos. Isso para as pessoas terem um suporte e a atenção necessária nas situações de quebra de ordenamentos, para que o que se siga seja coerente com elas. Assim terão a chance de perseguir seus objetivos e ideais, os quais podem, e muito provavelmente serão, fluidos. Por tal motivo a estrutura deve ser fluida e modificada contextualmente, a função dela é servir seres fluidos, os quais vão se adaptando às condições que afetam eles.

Porém, pode ser levantado aqui a questão de que: se os seres se adaptam às condições, logo eles podem se adaptar a um ordenamento fixo. Sobre isso, deve-se dizer o seguinte: as condições que afetam eles nem sempre estão em uma fórmula criada pela estrutura, justificando ainda mais o motivo dela ser alterada. Se adaptar significa mudar conforme uma necessidade experienciada, que significa que conforme as experiências que ocorrem com as pessoas, se criam novas e/ou diferentes necessidades, e com isso adaptações para suprir essas necessidades. As adaptações são criadas pelos processos de experiências, em que não se tem uma organização, para um estado que tem, ou seja, a adaptação é um ordenamento criado por uma necessidade experienciada. Contudo, esse ordenamento que surge da adaptação pode não estar de acordo com a estrutura fixada. Pois o ordenamento fixo jamais dará conta da incomensurabilidade das experiências que ocorrem com os seres humanos na realidade, fazendo com que o ser humano não consiga ser colocado em uma estrutura fixa, pelo simples fato de ele não pertencer a qualquer ordem instituída, a qual jamais consegue desabilitar o que a realidade tem em potência: contingência. Portanto, as pessoas sempre poderão experienciar coisas à parte do ordenamento fixo, o que por consequência pode criar uma nova necessidade para as pessoas, e assim, necessidades de se adaptar em uma estrutura, a qual nem sempre será compatível com essa nova condição, gerando por fim, reivindicações por mudanças de estrutura.

Simplificando, a realidade é mais ampla do que qualquer ordenamento, e o ser humano pertence e está inserido na realidade (o que não significa que ele sabe absolutamente tudo sobre a realidade) mais do que no ordenamento. Então, as pessoas se adaptarem ao ordenamento fixo é inconcebível, já que ele jamais dará conta de todas as necessidades experienciadas e adaptações que ocorrem com as pessoas ao longo do tempo e local.

Reinserindo tudo o que foi dito de uma forma sintetizada, formando o núcleo da relação, tem-se o seguinte: a autoridade é um agente que apresenta funções de criação e preservação de estruturas e fenômenos, isso para atingir seus objetivos, assim, a autoridade trava a ocorrência de mudanças fora do que ela estipulou. Contudo, Cox e a contracultura entendem que a mudança é algo que deve ocorrer, pois as pessoas mudam conforme seus locais e tempo, por conseguinte, a estrutura deve acompanhar essas mudanças, fazendo com que haja uma homogeneidade entre as pessoas e a estrutura. Tal entendimento implica que Cox e a contracultura devem ser antiautoritárias,

isso graças às características de preservação que as autoridades apresentam segundo a leitura contextual feita de ambos.

Vale ressaltar que as ramificações já foram apresentadas. Elas se referiam aos contextos e áreas em que cada um dos pólos tratavam, os quais, como se notaram, tinham distinções: um tratava muito mais de aspectos culturais, que no caso foram exemplificados com as décadas de 1950 e 1960, enquanto o outro tratava de aspectos propriamente das R.I's e das TRI's, isso na década de 1970 e meados da de 1980, mas que ainda perseverou já no século XXI.

A partir de tudo isso, podemos então inserir propriamente o núcleo da relação nas R.I's. O núcleo mostra o seguinte: as R.I's não devem ser autoritárias, pois elas lidam com assuntos muito amplos, em que qualquer ordenamento não se sustenta. Ocorre isso, entendendo que há uma variedade de pessoas, as quais carregam diferenças consideráveis em diversas esferas: sociais, culturais, econômicas, individuais, políticas, ambientais em certo sentido e etc... Incapacitando qualquer tentativa de um ordenamento fixo que consiga se adequar a todas essas particularidades, as quais podem ser exclusivas entre si. Então, nota-se que há um problema de arranjar tantas diferenças e não criar contradições, o que justifica a intenção do núcleo de que a normatividade das R.I's deve ser fluida, portanto, sem uma autoridade que imponha qualquer ordenamento fixo.

Continuando, o núcleo também falaria que as R.I's mudam, e por isso as abordagens para elas também devem mudar constantemente. Entende-se que pelo motivo de haver muitas particularidades entre as pessoas nas R.I's, haveriam constantes mudanças e ajustes nas relações, isso pelo motivo de tais pessoas agirem segundo as condições que afetam elas, as quais variam muito, fazendo as R.I's alterarem-se com facilidade. Tal motivo faz as R.I's serem mudadas, e por conta disso elas devem ser abordadas sempre levando em consideração, pelo menos, o grosso das condições que podem motivar mudanças de postura e de relação nas R.I's, entendendo assim os atores e suas situações particulares. Com isso, deve-se criar estruturas porosas e em prontidão para atender continuamente as mudanças geradas por incompatibilidades entre os atores das R.I's e a estrutura que os comporta, sustentando as R.I's de um forma ágil, pacífica, inclusiva e compatível aos contextos. Fazendo delas harmônicas, e lidando com as desarmonias em uma perspectiva ampliada, para então compatibilizá-las em um novo arranjo, o qual deve atender as necessidades dos atores envolvidos.

6 CONCLUSÃO

Entendeu-se a partir dos itens 2, 3 e seus subitens, como Cox se inseriu no contexto de debate das TRI's da sua época e propôs a teoria crítica. A teoria crítica se diferenciou das abordagens daquele momento graças a inserir um teor de maior amplitude estrutural, graças a sua

abordagem histórica e indeterminista, fazendo assim frente às abordagens anteriores a ela. Tal desenvolvimento acabou por esclarecer a ética coxiana em relação as TRI's da sua época, além de sua ética enquanto teoria autônoma.

Em sequência, no item 4 e seus subitens, compreendeu-se a contracultura por uma perspectiva histórica e contextual, datada das décadas de 1950 e 1960, além de uma segunda perspectiva, a qual consistiu em uma abordagem mais teórica sobre a contracultura. Apesar de duas perspectivas, entendeu-se que eticamente elas são equivalentes segundo o item 4.3, o qual ligou-as em uma unidade demonstrativa. Assim, o item 4 e seus subitens deflagraram na compreensão da ética contracultural em si, assim como a postura contextual da contracultura em relação a diferentes atores.

Por fim, no item 5 ligou-se dois valores éticos que fundamentaram a relação entre a contracultura e a teoria crítica de Cox: mutabilidade e anti-autoridade. Mostrando que há um núcleo comum que propõe uma mesma normatividade as R.I's, além de justificar tal núcleo.

Conclui-se, por fim, que há sim uma relação ética pensada para as R.I's entre a contracultura e a teoria crítica coxiana.

7 REFERÊNCIAS

COX, Robert W. **Social forces, states and World Orders: Beyond International relations theory**. Millenium, Disponível em: <<https://doi.org/10.1177%2F03058298810100020501>>. Acesso em: 2 jun. de 2021.

COX, Robert W. **The political economy of a plural world: Critical reflections on power, morals and civilization**. 1.Ed. Routledge. London, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9780203116036>>. Acesso em: 5 de jun. de 2021.

COX, Robert W. Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial: Reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldun. In ROSENAU, James N; CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança sem governo: Ordem e transformação na política mundial**. S.ed. Universidade de Brasília - UNB. São Paulo, 2000.p.183-218.

FERNANDEZ, Nathan. "O 'american way of life' está atrelado a um padrão de beleza e gênero". Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/01/hollywood-paulo-cunha.html>> Acesso em 27 de março de 2022.

FRANCHINI, A.S.; SEGANFREDO, Carmen. **As 100 melhores histórias da mitologia: Deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana**. Disponível em <<https://lelivros.love/book/baixar-livro-as-100-melhores-historias-da-mitologia-a-s-franchini-em>>

pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/#tab-additional_information>. Acesso em: 28 mai. de 2021

GALÀN LOPEZ, Felipe Javier. **A 50 años de 1968: teoría crítica y contracultura en México**. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6521928>>. Acesso em: 05 set. de 2021

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital**. S. ed. Ediouro. Bonsucesso, 2007
IGNACIO, Julia. **Mai de 1968: você sabe o que foi esse movimento social?** Disponível em <<https://www.politize.com.br/maio-de-1968/>>. Acesso em: 30 mar. de 2022.

MENESES SILVA, Marco Antonio. **Teoria crítica em relações internacionais**. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292005000200001>>. Acesso em: 04 set. de 2021.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. S.ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é contracultura**. S. ed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1986.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 1972.

SAGGIORO GARCIA, A.; BORBA DE SÁ, M. "Overcoming the Blockage: An interview with Robert W. Cox. *In Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 1, n. 2, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MINAS. [S.I.], p. 303-318, 2013.

O ESPAÇO DO RENMINBI: ANÁLISE DA GUERRA COMERCIAL ENTRE EUA E CHINA E SUA ESCALA PARA UMA DISPUTA TECNOLÓGICA

Arthur Vieira de Lima⁶⁵
Cinthya Araújo Gomes⁶⁶

RESUMO

O presente ensaio busca analisar como a disputa de interesses entre Estados Unidos e China impacta a economia política internacional, focando principalmente em como a guerra comercial travada entre os dois países se desenvolveu para uma disputa tecnológica. Por meio da revisão da literatura especializada sobre o fenômeno previamente citado e sob a luz do aporte teórico aprofundado ao longo da disciplina, pudemos analisar como essa disputa política afeta e é afetada pelas relações econômicas entre as duas maiores economias do mundo. Diante dessa retórica trumpista acerca do cenário internacional, iremos analisar como o embate que ficou conhecido na literatura especializada como “guerra comercial entre Estados Unidos e China” impactou o comércio internacional como um todo. Para isso, iremos explorar os aspectos comercial, cambial, as negociações de mega-acordos comerciais (principalmente o TPP e o RCEP) e a disputa tecnológica entre Estados Unidos e China. Chegamos a conclusão de que o conflito comercial entre os dois países na verdade advém da disputa pela liderança tecnológica.

Palavras-chaves: Renminbi, Dólar, Disputa tecnológica, geopolítica.

ABSTRACT

This essay seeks to analyze how the dispute of interests between the United States and China impacts the international political economy, focusing mainly on how the trade war between the two countries developed into a technological dispute. Through the review of the specialized literature on the previously mentioned phenomenon and in the light of the theoretical contribution deepened throughout the discipline, we were able to analyze how this political dispute affects and is affected by the economic relations between the two largest economies in the world. Faced with this trumpist rhetoric about the international scenario, we will analyze how the clash that became known in the specialized literature as the "trade war between the United States and China" impacted international trade as a whole. For this, we will explore the trade and exchange aspects, the negotiations of mega-trade agreements (mainly the TPP and the RCEP) and the technological dispute between the United

⁶⁵ Coordenador de Monitoria, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Coordenador do Escritório de Internacionalização e Redes de Cooperação do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Pós-Graduando em Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: vieira.lima@unipe.edu.br

⁶⁶ Técnica Administrativa da Coordenação de Monitoria, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Técnica Administrativa do Escritório de Internacionalização e Redes de Cooperação do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Estudante do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, é vinculada ao Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional – GEESI. E-mail: cintyaraujori@gmail.com

States and China. We came to the conclusion that the trade conflict between the two countries actually stems from the dispute over technological leadership.

Keywords: Renminbi, Dollar, Technological dispute, geopolitics.

1 INTRODUÇÃO: A RETÓRICA DE TRUMP E O INÍCIO DA GUERRA COMERCIAL

O presente ensaio busca analisar como a disputa de interesses entre Estados Unidos e China impacta a economia política internacional, focando principalmente em como a guerra comercial travada entre os dois países se desenvolveu para uma disputa tecnológica. Por meio da revisão da literatura especializada sobre o fenômeno previamente citado e sob a luz do aporte teórico aprofundado ao longo da disciplina, pudemos analisar como essa disputa política afeta e é afetada pelas relações econômicas entre as duas maiores economias do mundo.

Desde a corrida eleitoral em 2016, Donald Trump citou de maneira recorrente o crescente déficit comercial do país que, segundo o mesmo, seria o resultado de uma série de fatores, dentre elas as práticas comerciais injustas. Essas práticas iam desde processo de terceirização de empregos, que teriam migrado dos Estados Unidos para países com salários mais baixos, como no caso do México, até a manutenção de acordos comerciais desfavoráveis. Em sua plataforma antiglobalização, o governo Trump criou uma narrativa distorcida da realidade econômica do país que possibilita a culpabilização dos estrangeiros e imigrantes que teriam “se aproveitado da natureza aberta e livre da sociedade americana e Ocidental” (MATTOS; MARIANO, 2021; MENEZES; MARINO; CONTRERA, 2021).

Com o lançamento da *National Security Strategy* de 2017, o que antes era um discurso eleitoral se torna a base para a agenda política e econômica de sua administração. Ao longo do documento, Trump reitera que os Estados Unidos ira responder à crescente competição política econômica e militar que estes enfrentavam ao redor do mundo. Dentre as ameaças enfrentadas pelos estadunidenses, o desafio mais latente seria o imposto pela postura “revisionista” de países como China e Rússia. Estes estariam empreendendo uma estratégia de longo prazo que desafiava diretamente o poder, a influência e os interesses americanos. Numa tentativa de erodir a segurança e a prosperidade dos EUA, esses atores estariam determinados a tornar as economias menos livres e justas, além de controlar toda a informação e dados como maneira de reprimir suas sociedades e expandir sua influência (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Ademais, Donald Trump afirma ter sido um erro a postura tomada por seus antecessores de convidar esses atores a fazer parte do regime institucional liberal na esperança de que esta eventualmente fizesse a transição para uma economia de mercado. Trump segue acusando a República Popular da China de se aproveitar das instituições ocidentais para projetar influência e

perseguir seus interesses nacionais, apropriando-se da propriedade intelectual norte-americana de forma ilícita, estabelecer práticas comerciais injustas, dentro outras medidas que a configurariam como a principal ameaça não só a segurança nacional dos EUA como a manutenção da ordem liberal (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Diante dessa retórica trumpista acerca do cenário internacional, analisar-se-á como o embate que ficou conhecido na literatura especializada como “guerra comercial entre Estados Unidos e China” impactou o comércio internacional como um todo. Para isso, explorar-se-á os aspectos comercial, cambial, as negociações de mega-acordos comerciais (principalmente o TPP e o RCEP) e a disputa tecnológica entre Estados Unidos e China. Apontando-se para a conclusão de que o conflito comercial entre os dois países na verdade advém da disputa pela liderança tecnológica.

2 AS DISPUTAS COMERCIAL E CAMBIAL E A DINÂMICA DOS MEGA-ACORDOS

2.1 Disputa comercial

A guerra comercial entre Estados Unidos e China iniciada em 2018 foi sedimentada em uma perspectiva trumpista comercial, que procurava implementar uma relação de *fair trade* com a China, buscando implementar políticas que poderiam revitalizar o comércio americano (ROCHA; MENDONÇA 2019). Por trás desse conflito, chama-se atenção para o *trade gap* entre os dois países, o qual se alarga desde os anos 2000. Adicionalmente, o envolvimento chinês no desenvolvimento e produção de tecnologias avançadas de comunicação caracteriza-se como um risco de segurança para os Estados Unidos, tendo em mente a expansão da tecnologia 5G pela empresa chinesa Huawei (SHENG; NASCIMENTO, 2019).

Nessa perspectiva, a administração Trump assume uma posição protecionista em relação ao mercado chinês, tomando medidas severas contra a economia do país asiático. Como descrito em Rocha e Mendonça (2021), enquanto o governo Obama procurou lidar com os desbalanceamentos comerciais de uma forma diplomática, representado metaforicamente pela cenoura, Trump adiantou-se em implementar tarifas comerciais a fim de desestabilizar o mercado chinês, representado metaforicamente pelo porrete. O Gráfico 1 a seguir demonstra o déficit comercial de mercadorias dos EUA com vários parceiros comerciais importantes entre os anos de 1999 e 2018.

Gráfico 1: Comércio bilateral em bens e serviços de 1999 a 2018

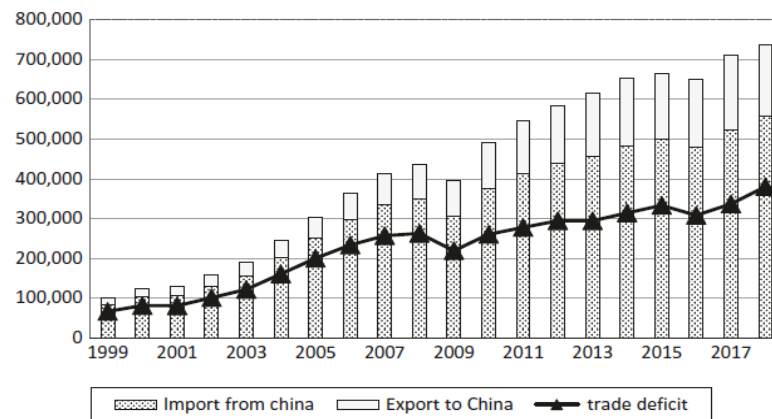


Fig. 1.5 Sino-U.S. bilateral trade in goods and services, 1999–2018 (millions of U.S. dollars). (Data Source: U.S. Bureau of Economic Analysis, <https://www.bea.gov>)

Fonte: SHENG; NASCIMENTO, 2021.

A política externa comercial agressiva passou a ser realmente aplicada em 2018, quando o governo americano aplicou tarifas em mais de 50% de seus produtos importados da China, aumentando a média de tarifas americanas em produtos chineses de 3% para 12% (SHENG; NASCIMENTO, 2021). Como justificativa, o governo americano apontou as práticas comerciais desleais chinesas, que chamavam atenção principalmente para o regime de transferência tecnológica, que era desfavorável para as empresas americanas (ROCHA; MENDONÇA, 2019). Esse primeiro *round* de tarifas provocou retaliação chinesa, que por sua parte aumentou em 70% as tarifas de importações americanas, levando a um crescimento da média de produtos tarifados americanos de 10% para 18% (SHENG; NASCIMENTO, 2021).

O primeiro alvo das tarifas americanas foram produtos tecnológicos e mecânicos chineses, como partes de veículos terrestres e aéreos, bem como partes de computadores. Foi estabelecido uma tarifa de 25% em cerca de 34 bilhões de dólares em produtos chineses desse tipo. Adicionalmente, o primeiro round de tarifas também incidiu em cerca de 16 bilhões de dólares de produtos primários de ferro e aço chineses, assim como em aparatos e maquinários ferroviários (SHENG; NASCIMENTO 2021).

Também é importante mencionar que os EUA estavam aplicando tarifas na importação tanto de aço quanto de alumínio de todos os países exportadores, incluindo a China (ROCHA; MENDONÇA 2019). Em retaliação, o governo chinês aplicou tarifas de cerca de 25% em produtos veiculares e alimentícios americanos. Ressalta-se, de maneira ainda mais relevante, que as taxas chinesas afetaram o mercado de soja americano, o qual é importante exportador. Em 2019, em um segundo *round* de medidas tarifárias, os Estados Unidos taxaram cerca de 200 bilhões de dólares em produtos chineses com um imposto de 10%. Por sua parte, o governo chinês respondeu impondo medidas alfandegárias em um valor de cerca de 60 bilhões de dólares em produtos americanos e

apresentando novas queixas na Organização Mundial de Comércio (SHENG; NASCIMENTO, 2021).

Ao mesmo tempo que as disputas tarifárias se acirraram, Donald Trump e Xi Jinping se reuniram tanto em 2018 quanto em 2019. Em ambas reuniões de cúpula do G20 foram acordadas uma suspensão das medidas tarifárias, contudo depois de ambas ocasiões a administração Trump voltou a implementar medidas comerciais protecionistas (SHENG; NASCIMENTO, 2021). A ansiedade americana pode ser interpretada, em parte, como uma reação ao desenvolvimento de tecnologia em setores estratégicos, como no setor de comunicação, e ao progresso de projetos de desenvolvimento chineses, tendo em mente o *Belt and Road Initiative* e o *Made in China 2025*. Ambos projetos são basilares para a inserção mais expressiva da influência chinesa no mercado internacional.

2.2 Disputa cambial

Nesse mesmo sentido, a disputa entre as duas maiores economias do globo fez-se também presente no âmbito cambial. Em agosto de 2019, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos declarou formalmente a China como país manipulador de sua moeda (MARTINS, 2019). Neste mesmo ano, o renminbi caiu num patamar recorde, atingindo o menor nível desde maio de 2008 (MARTINS, 2019), o que despertou ainda mais o descontentamento do então presidente, Donald Trump, agravando a disputa entre os países.

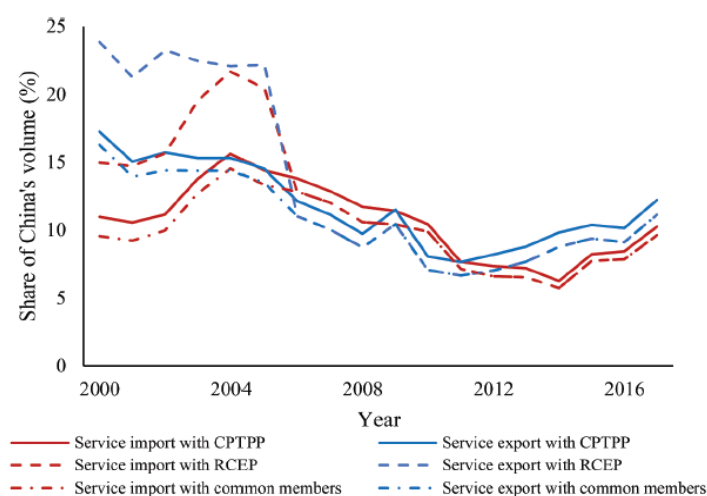
A manipulação cambial caracteriza-se pela desvalorização proposital de uma moeda nacional com o objetivo de obter vantagens competitivas no mercado internacional, constituindo-se, assim, uma forma de concorrência desleal. Em uma economia financeirizada como é a atual, todos os bens estão precificados com base em uma moeda, ou seja, uma guerra cambial impacta necessariamente o comércio internacional, seja ele de bens de consumo ou de ativos de investimentos. Ao desvalorizar sua moeda propositalmente, a China busca, então, ter produtos mais baratos no mercado internacional, exportar mais — aumentando o *trade gap* com os EUA. Dessa forma, a manipulação cambial do Renminbi, embora negada pelo Banco Popular da China, é mais um aspecto da guerra comercial com os EUA, que, por sua vez, gera impactos para a economia mundial como um todo. Além disso, o renminbi tem buscado a sua internacionalização e, ainda que não se mostre como um substituto para o dólar, apresenta-se como uma alternativa, especialmente para aqueles banidos por sanções econômicas americanas, como é o caso da Rússia.

2.3 Mega acordos: TPP e RCEP

Os quatro anos da administração Trump assinalaram um mandato presidencial de atuação protecionista e unilateral com um maior foco na disputa pelos setores tecnológicos (BOJIKIAN; MENEZES, 2019). Como demonstração desse estreitamento, os Estados Unidos se retiraram do acordo do *Trans-Pacific Partnership* (TPP) em janeiro de 2017. O ingresso do país neste acordo ocorreu em 2010, tendo como principais interesses o de manter uma liderança no continente asiático e conter o elevado crescimento da influência chinesa. Por meio de suas normas liberalizantes principalmente no setor tecnológico, o TPP conduziu a China a ceder para a adesão de acordos que tivessem o mesmo poder de disputa no comércio regional (BOJIKIAN; MENEZES, 2019). Apesar do resultado obtido por meio das normas estabelecidas pelo TPP, o Governo Donald Trump considerou o acordo como complacente para com a China e sua política comercial.

Para contrabalançar a atuação americana, desde 2012, a China se dedicou em aderir ao *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP) (BOJIKIAN; MENEZES, 2019 *apud* HONG, 2014; DU, 2015; YE, 2015; GANTZ, 2016). Liderada pelos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o RCEP promove um mercado competitivo por meio de um princípio de neutralidade, liberalização, proteção e facilitação do investimento (LIMA; MENDONÇA, 2017). Tendo por objetivo primordial ser um acordo econômico benéfico e completo, o RCEP tem ainda por característica a ponderação quanto aos níveis de desenvolvimento econômico de seus integrantes. Somado a isso, o acordo, por meio de suas regras sobre direitos de propriedade intelectual, facilitação de comércio, política de concorrência e comércio de mercadorias eletrônicas, constitui um comércio que simboliza 30% do comércio mundial (JIANG, Haiwei; Yu, Miaojie, 2021). Notando a prerrogativa desse mercado integrado, desfrutando da brecha viabilizada pela saída dos EUA do TPP e pela crise econômica proporcionada pela pandemia de COVID-19, a China entra oficialmente no RCEP em 2020.

Gráfico 2: Comparação entre o comércio dos acordos do RCEP e CPTPP



Fonte: JIANG, Haiwei; Yu, Miaojie, 2021.

A China com sua iniciativa de aprofundar a integração econômica do seu entorno estratégico como parte de sua estratégia de projeção de influência, busca ainda ingressar no *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* (CPTPP). Esta Área de Livre Comércio, entrou em vigor em dezembro de 2018, após a saída dos Estados Unidos do TPP, e compreende desde regras para o comércio de serviços e mercadorias até política de concorrência e medidas sanitárias e fitossanitárias (JIANG, Haiwei; Yu, Miaojie, 202). Diante de uma possível adesão, a China fortaleceria ainda mais sua economia nacional assim como sua influência na região da Ásia-Pacífico. Com isso, não é de se surpreender que o país esteja cada vez mais se empenhando em adequar-se às normas exigidas para adentrar no CPTPP. Assim, apesar desse esforço chinês, denota-se que as tensões entre essas duas potências transbordaram primordialmente para uma disputa tecnológica.

3 UMA NOVA GUERRA FRIA?: A CORRIDA TECNOLÓGICA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS

Num mundo transbordando de modernidade, a internet se apresenta como protagonista das relações sociais como um todo, seja influenciando os campos mais tradicionais como política, segurança, economia e até as relações internacionais. As redes móveis de internet de quinta geração, comumente chamadas de 5G, trazem um reflexo das demandas, propondo maiores velocidades na transferência e compartilhamento de informações, muito mais do que seu precursor, o 4G (POTY; AGUIAR, 2021).

No entanto, a corrida para dominar essa tecnologia está centrada em aspectos muito mais complexos do que o simples ato de compartilhar informações, focando na segurança e monitoramento dos dados a serem transferidos. Essa perspectiva deixa em alerta grandes potências, como os Estados Unidos, que se lançou numa disputa direta com a China na tentativa de controlar essa tecnologia de maneira mais rápida e eficiente. Não obstante, é fulcral destacar que a dominação dessa tecnologia trará vantagens, a quem conseguir primeiro, em definir não apenas os padrões, mas implantar outras inovações tecnológicas baseadas na conexão 5G, como a Internet das Coisas e a Inteligência Artificial (POTY; AGUIAR, 2021). Sendo assim, percebe-se um claro aspecto geopolítico nessa disputa tecnológica, além do que já se observa nas competições entre EUA e China nos âmbitos comerciais, monetários e financeiros.

Como dito na introdução do ensaio, os Estados Unidos durante a administração Trump passa a considerar a China como a sua principal concorrente dentro do sistema internacional e, portanto, uma ameaça a sua segurança nacional. Tendo em vista os crescentes investimentos chineses em projetos de infraestrutura e iniciativas de desenvolvimento de países da região do Indo-

Pacífico e da América Latina, além da crescente presença militar de Pequim no Mar do Sul da China, os Estados Unidos passa a interpretar essas movimentações como uma ameaça ao fluxo livre do comércio e a soberania de outros Estados (ESTADOS UNIDOS, 2017). Nesse sentido, pode-se apontar que a conjuntura internacional, apesar de ainda posicionar os Estados Unidos como um potência hegemônica, retira o fator de assimetria antes presente no período pós fim da Guerra Fria (KRAUTHAMMER, 1990).

Todavia, conforme salienta Mearsheimer (2019), Pequim não está propriamente equiparada em termos de poder com os Estados Unidos, no entanto, sua capacidade de projetar poder e seu iminente crescimento em escala global atingem a própria projeção dos EUA, representando uma ameaça direta.

Não obstante, pode-se enfatizar que as redes móveis de quinta geração – o 5G – exercem influências, tanto no aprimoramento das tecnologias cibernéticas e por consequência, na indústria bélica e logística militar, ou aplicam vantagens econômicas e comerciais, compreendendo uma disputa direta à hegemonia estadunidense. O período pós-Segunda Guerra Mundial e posteriormente Guerra Fria, proporcionaram ao mundo um processo de inovação tecnológica (ROE SMITH, 1985), induzido pelo setor militar. No centro desse movimento estavam os Estados Unidos, juntamente com o Departamento de Defesa americano, iniciou-se uma transferência de tecnologia para o campo civil, aprimorando o *know-how* de diversas empresas estadunidenses e permitindo a formação do que hoje se conhece como Vale do Silício (MEDEIROS, 2004). Sendo assim, pode-se frisar neste ponto a vital importância do papel do Estado no desenvolvimento tecnológico, nesse caso em específico, dos Estados Unidos, onde seu objetivo era estar na liderança militar através da tecnologia.

Dessa forma, atualmente, o 5G protagoniza a mesma disputa por liderança, agora num contexto entre EUA e China. Desde 2006, a China busca estar no mesmo patamar competitivo nos campos da informatização e inovação (HIRATUKA, 2019), onde o Estado implantou investimentos em ciência e tecnologia entre os anos 2006 e 2014, em busca de se consolidar como um agente de desenvolvimento na área, não apenas investindo em empresas do ramo internamente, mas incentivando pesquisadores a atuarem fora do país e retornarem com o conhecimento (NDS BIO GROUP, 2009). Em 2015, Xi Jinping aplicou um projeto no Exército de Libertação Popular (PLA), no qual destacava a importância do ciberespaço e no domínio dos campos de comunicações, computadores, inteligência, monitoramento e reconhecimento (NDS BIO GROUP, 2009). A junção de tecnologia com o poder militar é característica da atuação de Pequim, o que possibilita sua eficácia em projetar poder e afirma seu desafio em se opor à hegemonia estadunidense. Nesse movimento externo, a Belt and Road Initiative, como já mencionada no presente trabalho, também possui essa dimensão tecnológica, a partir do que se chama Digital Silk Road (DSR), com objetivo de não apenas promover a melhoria da conectividade internacional, mas promover eficientemente

as empresas de tecnologia da China.

Desde seus primeiros passos no mercado internacional, a Huawei Technologies Co. representou ameaças no cenário estadunidense, dentre as acusações de sabotagem, espionagem empresarial e roubo de propriedade intelectual (REUTERS, 2012), a empresa sofre com embargos comerciais pelos Estados Unidos corriqueiramente. Não obstante, no mandato de Donald Trump, a política econômica para com as empresas de tecnologias chinesas, em especial a Huawei, assumiram um caráter mais afirmativo, a partir da retirada do país da Trans-Pacific Partnership (MENDONÇA; THOMAZ; LIMA; VIGEVANI, 2019). A guerra comercial deflagrada por Trump estaria centrada na disputa tecnológica, uma vez que os EUA teriam como finalidade conter o projeto de desenvolvimento cibernético de Pequim alocado nas redes móveis 5G (HOUSER, 2019). Pode-se compreender que a estratégia do governo Trump se baseou na tentativa de atrasar o desenvolvimento de Pequim, por meio de sanções contra empresas chinesas e fundamentado no argumento de proteger a segurança nacional.

Destarte, a argumentação inicial dos Estados Unidos seja baseada na segurança nacional, uma vez que a tecnologia da Huawei poderia ter algum mecanismo que pudesse dar abertura ao governo chinês para espionar os usuários e pôr em risco a estabilidade interna, a discussão pode ser abrangida para os debates geopolíticos sobre as zonas de influência de cada potência.

Figura 2: o alcance da Huawei



Fonte: SEAL, 2020

Dentre os países que receberam a tecnologia da Huawei, observa-se exemplos como a Índia que apresentou um movimento de fechamento. Apesar de permitir a participação da empresa em seus testes iniciais do 5G, com suas disputas geopolíticas pela região da Caxemira, logo proibiram diversos aplicativos chineses, como o TikTok e WeChat, além do setor de comunicações indiano proibir os testes de 5G com fornecedores chineses (CHEN, 2020). Por outro lado, o Brasil, sofrendo com a pesada influência da política de Trump, tinha a tendência de proibir seus usos em território nacional, ainda que a política de Jair Bolsonaro se alinhasse com as demandas estadunidenses, o Brasil ainda se mantinha um dependente das trocas comerciais e econômicas também com a China.

Atualmente, a operadora Claro já realiza testes com a tecnologia 5G no país, a partir da tecnologia DSS (Dynamic Spectrum Sharing), em associação com a Ericsson (ERICSSON, 2020).

Todavia, a pandemia da COVID-19 tem trazido uma desaceleração em diversos setores, a tecnologia floresceu em inúmeros aspectos. No âmbito de Pequim, apesar de sofrer com ataques e acusações de ter iniciado propositalmente a disseminação do Coronavírus, a China iniciou uma maior gestão social, com o auxílio da tecnologia, rastreando possíveis focos de contágio e fazendo-se cumprir as medidas de saúde pública. Nessa mesma vertente, devido ao próprio aprimoramento do entendimento do mundo cibernético, investiu no desenvolvimento de criptomoedas facilitando o trânsito financeiro. Em contrapartida, o governo de Trump foi marcado por desdém às medidas de segurança, e descaso com posicionamentos de especialistas sobre os riscos da doença, politizando a conjuntura de segurança pública. Apenas com os severos impactos à economia estadunidense, o governo Trump pôs os EUA na corrida pela vacina, incentivando os canais de biotecnologia através da Operation Warp Speed (SILVA, 2021).

4 CONCLUSÃO

Embora os avanços tecnológicos sejam novidade, especialmente em relação à velocidade, a disputa de interesses entre potências certamente não é. Como lembra Mearsheimer (2021), sob uma ótica realista, o confronto entre China e Estados Unidos seria inevitável dada a ascensão do primeiro e desejo de manutenção do *status quo* do segundo. O autor lembra, ainda, que boa parte do avanço tecnológico chinês foi proporcionado pelo investimento americano, que ocorreu numa tentativa de trazer reformas ao país e, claro, obter novos mercados, mas não obteve sucesso em liberalizar a política chinesa, como pensaram os formuladores de política americanos. Em um dos muitos erros de cálculo estratégico da administração Bush, acreditou-se que as relações econômicas bilaterais ajudariam a criar um clima para a mudança democrática (MEARSHEIMER, 2021), o que não aconteceu.

Em vez disso, a China ascendeu economicamente e graduou-se no mercado da produção de bens manufaturados, de alto valor agregado. De tal forma, o desejo dos EUA de manter-se como *hegemon* põe a China na posição de revisionista — comportamento melhor explicado pela teoria realista, já que são os interesses geopolíticos que levam à chamada guerra comercial. Outrossim, vale ressaltar que tal qual Trump, Biden tem assumido uma postura de contenção e enfrentamento à China. Embora eleito com uma retórica muito distinta, a *raison d'État* adotada pela atual administração parece ser a mesma: a República Popular da China é um adversário formidável e, por isso, precisa ser contida. Exemplo disso é a aprovação bipartidária do *United States Innovation and Competition Act* (USICA), o qual, dentre outras coisas, compromete-se com o investimento em pesquisa e inovação, assim como impõe sanções à China por abusos de segurança cibernética e

direitos humanos (S.1260., 2021). A lei foi aprovada no Senado e ainda deve seguir para a Câmara.

5 REFERÊNCIAS

BLOOMBERG. **US rivals shunning dollar lifts yuan-ruble trading by 1.067%., 30 maio 2022.** Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-05-30/yuan-ruble-trading-explodes-as-america-s-rivals-rebuff-dollar>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BOJIKIAN, Neusa Maria P; MENEZES, Henrique Zeferino (Org.). **A Economia Política do governo Trump.** Curitiba: Editora Appris, 2019.

CHEN, Celia. **India to slowly phase out Huawei and other Chinese vendors from its telecoms network, FT reports. South China Morning Post.** 25 ago. 2020. disponível em: <https://bit.ly/2EN0LuA>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CHOW, Daniel C.K; McGuire, William; SHELDON, Ian. **How the United States Withdrawal from the Trans-Pacific Partnership Benefits China.** Journal of law and Public Affairs, Pennsylvania, vol 4, 2018. Disponível em: <https://aede.osu.edu/sites/aede/files/publication_files/How%20the%20United%20States%20Withdrawal%20from%20the%20Trans-Pacific%20Partnersh.pdf> Acesso em: 19 de jun. de 2022.

ERICSSON. **Claro Brasil brings first 5G network to Latin America using Ericsson Spectrum Sharing.** 05 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3bfuMiJ>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Senado Federal. **Projeto de Lei. S. 1260**, de 8 de junho de 2021, que dispõe sobre uma nova Diretoria de Tecnologia e Inovação na National Science Foundation. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/senate-bill/1260#>. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. **The White House. National Security Strategy of the United States of America.** Dez. de 2017.

GALBRAITH, Andrew; ZHOU, Winni. **China enfraquece iuan e abandona agrícolas dos EUA; mercados desabam.** Reuters, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/macrotium-iuan-idLTAKCN1UV1GN>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GOLDMAN, David. **US is chasing China's tail on 5G. Asia Times**, 30 mai. 2021. Disponível em: <https://asiatimes.com/2021/05/us-is-chasing-chinas--tail-on-5g/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

HIRATUKA, Celio; MAJEROWICZ, Esther. **China e a disputa pela liderança tecnológica.** Webinar por LabChina. YouTube, 28 jul. 2020. 1 vídeo (1:49:16). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nOH53XX3TzE&feature=youtu.be> >. Acesso em: 20 jun. 2022.

HOUSER, Kimberly. **The Innovation Winter Is Coming: How the U.S.-China Trade War Endangers the World** (October 22, 2019). *San Diego Law Review*, v. 57, n. 3, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3473902>. Acesso em: 17 jul. 2021.

JIANG, Haiwei; Yu, Miaojie (2021). **Understanding RCEP and CPTPP: from the perspective China's dual circulation economic strategy**. *China Economic Journal*, 1–18. doi:10.1080/17538963.2021.1933055

KRAUTHAMMER, Charles. The unipolar moment. *Foreign Affairs*, v. 70, p. 23, 1990.

LIMA, Thiago; MENDONÇA, Filipe. **A política Comercial dos Estados Unidos no governo Barack Obama: Heranças, Estratégias e Desafios**. In: MORAES, Reginaldo Carmello C. de; MENEZES, Henrique Zeferino (Org.). *A economia Política do governo Obama*. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

MEARSHEIMER, John. **Bound to Fail: the Rise and Fall of the Liberal International Order**. *International Security*. Vol. 43, n 4, Spring 2019.

_____. **The Inevitable Rivalry: America, China and the Tragedy of Great Power Politics**. *Foreign Affairs*, nov/dez 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-10-19/inevitable-rivalry-cold-war>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MARTINS, Aline R. A. **A economia política das relações China-Estados Unidos: tensões dólar-renminbi na era Trump**. In: Bojikian, Neusa Maria Pereira. Menezes, Henrique Zeferino. *A Economia Política do Governo Trump*. São Paulo: Editora Appris Ltda, 2019.

MATTOS, Angelo Raphael; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. (2021) **Estados Unidos e Nafta: Grupos Domésticos na Renegociação do Acordo**. *Brazilian Journal of International Relations*, 10(3), p. 606-634.

MEDEIROS, Carlos. **O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar**. In: FIORI, J.L.(org.) *O Poder Americano*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MENDONÇA, F. ., FORTI THOMAZ, L. ., LIMA, T. ., & VIGEVANI, T. . (2020). **"America First But Not Alone": Uma (Nem Tão) Nova Política Comercial Dos Estados Unidos Com Donald Trump**. *Revista Tempo Do Mundo*, 5(1), 107-141. <https://doi.org/10.38116/rtnv5n1art4> (Original work published 10º de janeiro de 2019).

MENEZES, Roberto G., Mariano, Karina L. P. Contrera, Flávio. (2021) **Tempos Difíceis: os Estados Unidos e o México na “Renegociação” do Nafta**. In: Bojikian, Neusa Maria Pereira. Menezes, Henrique Zeferino. *A Economia Política do Governo Trump*. São Paulo: Editora Appris Ltda, 2019.

NASCIMENTO, Dimitri; SHENG, Li. **Love and Trade War: China and the U. S. In Historical Context**. 1. ed. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021. 82 p. ISBN 978-981-33-4896-7. SD BIO 12.

ROUP. **Research report on Chinese High-Tech Industries.** UCS jan. 2009. Disponível em: Universidade Federal da Grande Dourados. Revista Monções, Dourados, MS, V.10, nº 20, jul. / dez. 2021, 2316-8323 583. Disponível em: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/Research_Report_on_Chinese_High_Tech_Industries.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

POTY, Italo Barreto; AGUIAR, Caroline Boletta de O. **Políticas públicas dos EUA e da China para a pandemia: tensões geopolíticas, competição tecnológica e modelos de desenvolvimento.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, vol 10, n 20, p. 549-586, jul/dez 2021.

REUTERS. **Cisco Says Huawei Misstated facts in 2003 copyright case, 2012.** Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-cisco-huawei-idUSBRE89A1GF20121011>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ROE SMITH, Merrit. **Military Enterprise and Technological Change.** The MIT Press, Cambridge Mass, Cambridge, 1985.

ROCHA, Mateus de Paula Narciso; MENDONÇA, Filipe. **Unilateral e Agressiva: a Política Comercial dos Estados Unidos para a China no Governo Trump (2017-2019).** In: BOKJIAN, Neusa Maria P; MENEZES, Henrique Zeferino (Org.). A Economia Política do governo Trump. Curitiba: Editora Appris Ltda, 2019.

SILVA, Edna Aparecida da. **Trump do Negacionismo Climático à Operação Wap Speed: Crise, Mobilizações e a Politização Da Vacina Nos Estados Unidos.** Revista Tempo do Mundo, n. 26, 2021, p. 281-312.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). **National Security Strategy of the United States of America,** 2017. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CIBERATIVISMO TRANSNACIONAL FEMINISTA: O CASO #NIUNAMENOS

Karina Godinho Poloni⁶⁷
Flávia Carolina de Resende Fagundes⁶⁸

RESUMO

A presente pesquisa baseada em revisão bibliográfica busca investigar os movimentos sociais feministas mais atuais da América Latina. Eles compõem novas formas de associativismo que desempenham um papel cada vez mais relevante, através do que se conhece como ciberativismo. A América Latina é uma área heterogênea com particularidades e semelhanças. Por isso, devemos considerar os aspectos de desenvolvimento e construção das sociedades na região para compreender os movimentos feministas emergentes da América Latina. É necessário entender a maneira qual esses movimentos sociais se comportam considerando as tecnologias que desempenham um papel decisivo nos movimentos sociais e na sociedade. O contexto econômico, político e social e o crescimento de movimentos conservadores e a guinada neoliberal presentes na região latino-americana nas últimas décadas são elementos de análise que precisam ser entendidos. E é através do estudo do caso "*Ni Una Menos*", com técnica de pesquisa bibliográfica exploratória por meio do método dedutivo que este trabalho almeja demonstrar a força dos movimentos sociais ciberativistas femininos e analisá-los como uma tendência global. No contexto das lutas políticas contemporâneas, enfatiza-se mais profunda e especificamente o fenômeno argentino que uniu os elementos do feminismo transnacional, irradiou sua influência mundialmente e foi um fator determinante para o desdobramento de conquistas históricas de direitos das mulheres.

Palavras Chave: América Latina, Ciberativismo, Feminismo, Movimentos Sociais, Relações Internacionais.

ABSTRACT

The present paper seeks to investigate the most current feminist social movements in Latin America. They compose new forms of associativism that play an increasingly relevant role, through what is known as cyberactivism. Latin America is a heterogeneous area with particularities and similarities. That is why we must consider the aspects of development and construction of societies in the region to understand the emerging feminist movements of Latin America. It is necessary to understand the way which these social movements behave considering the technologies that play a decisive role in social movements and society. The economic, political and social context, such the growth of

⁶⁷Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG).

⁶⁸ Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG).

conservative movements and the neoliberal shift present in the Latin American region in recent decades are elements of analysis that need to be understood. And it is through the study of the "Ni Una Menos" case, with an exploratory bibliographic research technique through the deductive method that this work aims to demonstrate the strength of female cyberactivist social movements and analyze them as a global trend. In the context of contemporary political struggles, the Argentine phenomenon is more deeply and specifically emphasized, which brought together the elements of transnational feminism, radiated its influence worldwide and was a determining factor for the unfolding of historical achievements of women's rights.

Keywords: Latin America, Cyberactivism, Feminism, Social Movements, International Relations.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas temos assistido a crescente articulação dos movimentos feministas ao redor do mundo e com destaque na América Latina. As mulheres encontram apoio no movimento feminista que ganha visibilidade e atua na busca da equiparação dos seus direitos. As ideias feministas coexistem e acompanham os acontecimentos da sociedade, de maneira que o processo é contínuo, não estão encerradas em si mesmas, dependendo assim de fatores e acontecimentos externos para se desenvolverem.

A Internet vem ampliando o ativismo político e social, o que possibilita o surgimento de novas formas de mobilização e atuação, como o ativismo que se desenvolve dentro de mídias sociais. De maneira que neste ambiente virtual há debates, trocas, organizações e mobilização, que repercutem dentro e fora das redes sociais, bem como para além das fronteiras nacionais.

Com um mundo mais informatizado, acaba-se criando a necessidade de entender mais sobre de que forma os movimentos sociais feministas na América Latina se comportam no contexto da Internet. Para tanto, escolhemos abordar a articulação transnacional em redes, em especial do movimento escolhido que foi o *Ni Una Menos* com sua direta atuação. Novos conceitos surgem, a reorganização da linguagem e do discurso faz-se necessária diante da atribuição da função política ao corpo feminino.

Na Argentina especialmente, os encontros nacionais de mulheres são cada vez mais massivos e acontecem há pelo menos três décadas (PALMEIRO, 2017). A constante a violência e desigualdade de gênero na região latino-americana gera uma violação sistemática dos Direitos Humanos contra as mulheres. Essas contravenções desencadeiam protestos que se difundem amplamente em dezenas de países, como resposta e uma forma de resistência.

A capacidade de mobilização nas ruas através da Internet foi replicada quantificando o

poder de influência que conecta uma ampla rede de organizações feministas, caracterizando uma articulação de nível transnacional. As ferramentas de movimentação pela causa foram replicadas e adotadas em mais de 40 países contra a violência de gênero. A qual representa não apenas uma agressão pessoal, individual, mas uma manifestação moral, política e social mais do Estado e suas instituições, responsável por proteger e garantir a segurança e o direito à vida.

A integração de processos complexos e atuais é o objeto do estudo, assim como os papéis das redes sociais, a materialidade dos corpos femininos e a urgência de debates sobre isso. Estas pautas incluem questões de saúde pública e direitos fundamentais individuais, todavia seus avanços encontram barreiras nos costumes e pensamentos conservadores, os quais fazem parte do processo social e de formação da sociedade. O grande avanço da política neoliberal na região nas últimas décadas aumentou as desigualdades sociais e reforçou as já perpetuadas. É neste cenário de desigualdades que nas últimas décadas a crescente articulação dos movimentos feministas ao redor do globo tem cada vez mais espaço.

Essas novas formas de associativismo têm trazido mudanças que tornam o tema extremamente importante para a compreensão das relações internacionais contemporâneas. O debate sobre o tema de movimentos sociais internacionais dentro da área das Relações Internacionais ainda é pouco explorado e muito amplo, por isso convém a necessidade de discutir acerca destes fenômenos, estes escolhidos mantendo o foco de gênero como objeto de estudo desta grande área que são os movimentos sociais. Pela internacionalização dos movimentos feministas, há uma demanda efetiva que cresce e desenha a proteção e a vida digna para as mulheres.

Este trabalho utiliza-se do método dedutivo, dessa forma, buscou-se a partir da literatura e conceitos acerca dos movimentos sociais, das redes estabelecidas por meio da internet e dos movimentos feministas compreender a realidade. Para tal, foram analisadas informações de dados de fontes primárias, como documentos e relatórios e de dados secundários, coletados por publicações, artigos, livros e sites. A metodologia é estudo de caso com técnica de pesquisa bibliográfica exploratória. Diversos estudos e relatórios que serão analisados durante este estudo espelham a realidade desigual de gênero e caminham para mostrar possíveis saídas.

O Feminismo é um modo de análise incessante e um método para abordar a vida e a política, fazer perguntas e procurar respostas, em vez de ser um conjunto de conclusões estabelecidas sobre as opressões que as mulheres sofrem. Portanto, a proposta do trabalho é viabilizar uma discussão sobre este tema que é tão importante e atual, trazendo autores de referências que abordam sobre os assuntos que serão apresentados.

Buscou-se definir os conceitos de movimentos sociais e movimentos de rede principalmente nos quais envolvem os eventos latino-americanos. Aprofunda-se o tema com os pesquisadores Rodrigo Esteves de Lima-Lopes e Maristella Gabardo por meio de uma análise

detalhada do movimento *Ni Una Menos* na Argentina e depois, uma parte será dedicada a análise do mesmo movimento de forma transnacional. Por fim faremos a conclusão do assunto buscando elencar as considerações observadas durante este artigo.

Movimentos feministas como fonte de transformação social

São exemplos de mudanças influenciadas pelas correntes feministas a inserção da mulher no mercado de trabalho, o poder da mulher sobre as gestações por meio de pílulas anticoncepcionais⁶⁹ e a fertilização in vitro. Nas últimas décadas o pensamento feminista consolidou-se como componente essencial na teoria política, não sendo possível ignorar essa demanda:

O movimento feminista, manifestado na prática e em diferentes discursos, é extremamente variado. Sua riqueza e profundidade aumentam à medida que analisamos seus contornos sob uma perspectiva global e comparativa, e à medida que historiadores e teóricos feministas desenterram os registros ocultos da resistência feminina e do pensamento feminista. (CASTELLS, 2008, p. 210.)

Conforme a definição de Ginevra Conti Odorisio, na obra *Dicionário de Política* (1998, p. 490), “o feminismo é um movimento e um conjunto de teorias que têm em vista a libertação da mulher”, um movimento que nasceu nos Estados Unidos na década de 60 e se desenvolveu rapidamente por todos os países industrialmente avançados e difundiu-se pelo mundo inteiro nas décadas seguintes.

Segundo Castells (2008, p. 210), o Movimento Feminista é um “movimento social transformador, que desafia o patriarcalismo⁷⁰ ao mesmo tempo que esclarece a diversidade das lutas femininas e seu multiculturalismo.” O fato de ser uma estrutura similar em diversos aspectos acaba conectando a existência de opressões em comum, o que em nossa análise é um ponto favorável para tornar-se uma pauta internacional. São problemas que fogem de regionalidades, tem particularidades – claro, mas envolvem uma parte sistemática de atitudes acometidas a um grupo que não é minoria no seu sentido literal, mas acaba sendo prejudicado na relação de poder.

O ponto fundamental da doutrina feminista, muito variada e articulada sobre cada um dos problemas e soluções propostos, é de que existe uma peculiar opressão de todas as mulheres. Esta opressão, que se manifesta tanto a nível das estruturas como a nível das superestruturas, assume formas diversas nas várias classes. (ODORISIO, 1998, p. 486).

⁶⁹ A pílula anticoncepcional é o marco da Revolução Sexual e foi inventada na década de 1960, trazendo maior liberdade e autonomia para as mulheres com a possibilidade de fazer a escolha de quando e quantos filhos ter. A gravidez indesejada significava a anulação de qualquer perspectiva de futuro naquela época, como ter educação e poder trabalhar. Apesar de questionada pelos seus efeitos colaterais, a pílula ainda hoje é um dos métodos de prevenção mais difundido mundialmente.

⁷⁰ O patriarcado pode ser descrito como uma estrutura de poder social centralizada no homem ou no masculino. Como resultado, patriarcalismo consiste na construção social modelada no domínio social dos homens, dentro das relações de gênero.

Observa-se ao longo da história que esse problema estrutural não se resolve com melhorias jurídicas ou revoluções econômicas, não bastando só modificar a realidade em partes: há uma superestrutura psicológica e cultural que precisa ser transformada na sociedade civil e na sociedade política.

Em seu significado mais amplo, o Feminismo, como denúncia da opressão da mulher, como recusa do conceito de desigualdade natural e, portanto, de inferioridade, como visão conflituosa da relação entre os sexos e como reivindicação de igualdade, revelou-se, no decorrer dos tempos, de formas variadas, todas elas estreitamente dependentes da sociedade onde tiveram origem e da condição histórica das mulheres. (ODORISIO, 1998, p. 486).

A forma identitária a qual identificam-se às mulheres refere-se à sua natureza e também no tocante da sua socialização. A partir da década de oitenta houve uma substituição do termo “mulher” pelo termo “gênero”, favorecendo a rejeição do determinismo biológico que fica subentendido ao referir-se aos termos sexuais que diferem as pessoas. Foi um avanço também para o debate feminista, enriquecendo a diferença do que é socialmente construído e do fator biológico entre os sexos.

Conforme Judith Butler (2015, p. 200) estabelece, “o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos”. E o uso do termo gênero realça as causas relacionais e culturais das construções sociais do feminino e masculino (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 185-186, apud GOHN, 2007).

Em virtude dessa realidade, movimentos feministas surgiram no mundo todo com a intenção de mudar essa ideia de desigualdade natural e inferioridade atrelada ao sexo feminino. Os movimentos feministas são movimentos políticos fundados em uma forma teórico-prática de ver o mundo e independente do tipo, as pautas acabam por envolver a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No mundo ocidental, o feminismo como movimento político e intelectual surge na virada do século XIX para o XX, sendo considerado fruto da Revolução Francesa⁷¹ (SOUZA, 2016), por seu papel fundamental no estabelecimento na primeira geração de direitos humanos, postulando a igualdade entre os seres humanos.

⁷¹ A revolução francesa é considerada um marco histórico para o pensamento feminista, diante da influência dos pensamentos iluministas e a remodelação da estrutura na época para uma sociedade liberal europeia. As grandes conquistas das revoluções liberais durante a revolução acabaram por não atingir as mulheres, tanto é que em 1789 a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, um documento que se tornou referência para a elaboração dos conceitos de Direitos Humanos posteriormente, serviu de inspiração para os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), aprovada pela ONU. Essa declaração foi combatida pela “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, escrito pela feminista francesa Olympe de Gouges em 1791. É importante mencionar que pelas suas proposições, a revolucionária foi executada em Paris, dia 3 de novembro de 1793.

As novas configurações em rede dos movimentos sociais

O crescimento da comunicação baseada na informática teve sua origem no fim dos anos 80, onde o movimento de jovens explorou e construiu na Internet um espaço de compartilhamento, encontro e invenção coletiva. Esse ambiente tecnológico definido como um espaço de comunicação aberto pelas interconexões mundiais dos computadores, o ciberespaço, é o que possibilita e efetiva os movimentos sociais quando eles se inserem na Internet.

Os movimentos tornaram-se virais, seguindo a lógica das redes da Internet. Isso se dá não apenas pelo caráter viral da difusão das mensagens em si, particularmente das imagens de mobilização, mas em função do efeito de demonstração dos movimentos, que brotam por toda parte. Essa forma de se espalhar ocorre de um país para outro, de uma cidade para outra, de uma instituição para outra. (QUEIROZ, 2017, p. 3)

Ver protestos em contextos ou culturas distantes e diferentes inspira a mobilização, porque desencadeia a esperança da possibilidade da mudança. A pesquisa sobre movimentos sociais é um tema muito rico dentro e fora da academia. O poder público, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras entidades do terceiro setor estão inseridas na investigação sobre movimentos sociais, fato que contribui para compilar dados para planos e projetos, além de fomentar a pesquisa na área.

A busca por equidade é justamente considerar os pontos de diferença que existem entre mulheres e homens. Tratá-las como iguais aos homens, sem as referências à reprodução feminina é colocar as mulheres em uma situação impossível de esperar: “A mulher tem que introduzir seu modo de ser na gestão, e não desempenhar apenas um papel planejado por homens, para ser ocupado também por homens (GOHN, 2007, p. 56)”.

Protestos sociais de maior abrangência compõem outro nível organizacional, a mobilização da esfera pública. Assim confirma Scherer-Warren: “A Marcha Mundial das Mulheres⁷² tem sido integrada por organizações civis de todos os continentes”. Tendo a finalidade de produzir visibilidade por meio da mídia e simbolizar aos próprios manifestantes e para a sociedade em geral, como uma forma de expressão e pressão política na contemporaneidade. A Internet inseriu e viabilizou novas formas de participação para o cidadão nas decisões políticas, e através do avanço da tecnologia obtemos maior transparência e amplia-se o acesso à informação, mesmo que de maneira desigual ou parcial. Os movimentos em redes sociopolíticas e culturais, via

⁷² A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional que se originou nos anos 2000 no Quebec como uma grande mobilização, reunindo mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. Maria da Glória Gohn complementa: “A partir do ano 2000, as mulheres têm realizado marchas: em 2001 participaram da I Grande Marcha Mundial das Mulheres (MMM) com 20 mil participantes. Em 2003, na II Marcha, calculou-se em 40 mil o número de participantes; em 2005, a MMM lançou em São Paulo, no Dia Internacional da Mulher, a Carta mundial das mulheres para a humanidade, com a presença estimada de 30 mil mulheres, de 16 estados brasileiros”.

fóruns, plenárias, colegiados, conselhos, movimentos globais como o Fórum Social Mundial⁷³ são responsáveis pela visibilidade, internacionalização e articulação de movimentos nacionais, regionais, locais ou até mesmo transnacionais. Castells apresenta em suas obras a sociedade globalizada como uma rede e suas estruturas sociais construídas como sistemas abertos e dinâmicos favoráveis a renovações.

Um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela. (CASTELLS, 1999, p. 40)

As lutas político-culturais buscam ressignificar símbolos, conceitos, imagens e representações constituídas na sociedade. Estas redes dos movimentos incluem os mais diversos grupos sociais. A rede social tem um maior enraizamento com comunidades locais, enquanto as redes temáticas (nas quais as pessoas se identificam pelo que têm em comum, como acontece nas pautas de gênero, de faixa etária, nas questões ecológicas, étnicas, raciais ou religiosas, entre outras) extrapolam o nível local, alcançando desde a esfera local até a global, conforme analisa Maria da Glória Gohn:

As redes temáticas unem grupos identitários em fóruns temáticos que, por sua vez, reforçam outros fóruns de articulação mais geral, que extrapolam as fronteiras nacionais e se constituem como grupos de pressão junto aos organismos e instituições de cúpula internacionais. Criam sujeitos sociopolíticos que alçam vôos que ultrapassam os territórios onde nasceram e têm sua base de atuação e militância. (GOHN, 2008, p. 451)

A grande contribuição do crescimento dos movimentos sociais é que eles tonificam a democracia. Conforme Domingues (2007), a mobilização social fortalece a democracia na América Latina. “Os sujeitos sociais, coletiva e individualmente, são hoje mais livres, mobilizados e comprometidos com a democracia do que jamais foram no passado. A tendência é uma mobilização cidadã ao lado do processo de institucionalização da democracia.”⁷⁴, certifica o sociólogo brasileiro José Maurício Domingues em sua entrevista para o jornal *Folha de São Paulo*.

As condições socioeconômicas das mulheres na América Latina

Conforme as sociedades ficaram mais complexas, a integração global dos mercados financeiros, o estabelecimento da região do Pacífico asiático como centro global industrial, a diversificação e desintegração do ex-Terceiro Mundo, o desenvolvimento desigual entre os

⁷³ O Fórum Social Mundial é um encontro anual internacional articulado por movimentos sociais, pela comunidade civil e por ONGs para discutir e lutar contra o imperialismo, o neoliberalismo e principalmente contra as desigualdades sociais.

⁷⁴ Folha de São Paulo, 30/12/2007, p. A18.

segmentos e territórios dinâmicos das sociedades se tornou uma realidade.

E não seria diferente na América Latina, Attali (1999) elucida a questão feminina na América Latina. O autor aborda a questão separando o Sul do Norte, onde a situação das mulheres no Sul piora no século XXI. A mortalidade relacionada com o parto, a pobreza, o analfabetismo e as questões salariais estão diretamente ligadas ao progresso social. É o que Attali (1999, p. 209) ilustra com dados:

São elas que têm as chaves da educação, da proteção social e distribuição da água. A educação das filhas terá um impacto muito maior a longo prazo do que a dos filhos. A diferença na fertilidade entre a China e a Índia é explicada pela diferença na alfabetização das mulheres (duas vezes mais alta na China do que na Índia), na expectativa de vida (mais dez anos) e no lugar que ocupam no mercado de trabalho (superior em três quartos).⁷⁵

Com a reestruturação do capitalismo para uma mudança para flexibilização nos gerenciamentos, descentralização de empresas e organização em redes, “há uma incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias” (CASTELLS, 2005, p. 39). Além de serem mal inseridas no mercado de trabalho remunerado, existe a sombra - quase - invisível do trabalho emocional e de cuidado gratuito, feito por meninas e mulheres que equivale a 12,5 bilhões de horas⁷⁶ todos os dias.

Faz-se necessário movimentar-se para alterar as condições de dependência, inferioridade e miséria as quais atinge majoritariamente as mulheres, grupo que é vulnerável e tende a piorar conforme a desigualdade social aumenta. O empoderamento coletivo do feminino, seja ele social, econômico ou político, é um caminho para sair da pobreza que assola as mulheres.

Desde 1985, o crescimento da participação feminista e ativista promoveu o surgimento de organizações transnacionais através de uma onda de conscientização, que teve por resultado novas organizações e estilos de mobilização de mulheres. Com a evolução da sociedade para um caráter global, acompanha-se a rejeição de nacionalismos pela solidariedade que atravessa fronteiras (SARDENBERG, 2018).

Situado nessa relação ambígua e complexa entre teoria e prática política, o debate feminista tem se confrontado com a permeabilidade desigual das democracias à participação de indivíduos e grupos; as configurações excludentes da esfera pública e suas hierarquias; as conexões entre as relações de poder na esfera doméstica e na esfera pública; a institucionalização e efetivação desigual do acesso a direitos de cidadania nas democracias contemporâneas; os critérios para a definição de princípios de justiça; os limites e o escopo do Estado como garantidor e como violador de direitos; as condições para a vocalização dos interesses de grupos subalternizados. Não se trata de apresentar uma lista ampla ou prioritária de temáticas, mas sim de deixar desde já estabelecido um ponto: o foco das teorias

⁷⁵ *Son ellas que tienen las llaves de la educación, de la protección social, del reparto del agua. La educación de las hijas tendrá un impacto a largo plazo mucho más importante que la de los hijos. La diferencia de fecundidad entre China y la India se explica por una diferencia en la alfabetización de las mujeres (dos veces mayor en China que en la India), en su esperanza de vida (diez años más) y en el lugar que ocupan en el mercado del trabajo (superior en tres cuartos).*

⁷⁶ Dado fornecido por Oxfam Brasil.

feministas não é específico (as mulheres, o feminino, a agenda feminista); tratam de política, de democracia, de justiça. (BIROLI, 2017, p.175).

Busca-se alcançar não apenas a igualdade, mas também o reconhecimento das diferenças e novos significados sociais, de acordo com Virginia Vargas (2010), conforme citado por Sardenberg (2018), em um processo de descoberta e expansão de direitos. A discriminação e a violências contra mulheres são problemas que se manifestam em espaços públicos, em ambientes de estudo e trabalho, estão dentro dos lares e impactam a geração de renda, empreendedorismo e superação da pobreza, além do desenvolvimento pessoal e profissional.

Segundo o Relatório da ONU Mulheres⁷⁷, a América Latina é o local mais perigoso do mundo para as mulheres, fora de uma zona de guerra. Há uma estimativa que 9 mulheres são assassinadas por dia na região, vítimas de violência de gênero. Conforme abordaremos mais a frente, há um número crescente de feminicídios ocorrendo nestes países, apesar de todas as mudanças e avanços que foram feitos para diminuir estes números, como a assinatura de leis e campanhas voltadas para a proteção das mulheres.

Os desafios para os movimentos feministas na América Latina

Como argumentado anteriormente o movimento feminista teve um papel fundamental na transformação do papel social das mulheres, bem como demais movimentos progressistas, como o LGBT⁷⁸, têm dado voz à setores tradicionalmente oprimidos na reivindicação de maiores direitos e participação na vida política e econômica.

O ganho de representatividade e ativismo político desses grupos também despertou movimentos de resistência a esses grupos e invocação de valores conservadores, se colocando como um entrave ao avanço de pautas como o aborto, dentre outras.

Edmund Burke deu origem ao pensamento conservador ao demonstrar os interesses contrarrevolucionários de uma aristocracia golpeada durante a Revolução Francesa, em busca de manter "tradições", sendo o primeiro modelo de crítica a revoluções a ser utilizado e replicado. O conservadorismo moderno é um sistema de ideias que apresenta perspectivas teóricas bem diferentes. Nesta análise, podemos considerar o conceito de conservadorismo como fiel à manutenção da ordem social vigente, sendo que críticas ou ideias igualitárias vão na contramão destes valores.

O processo de redemocratização que envolveu diversos países do mundo, entre 1980 e 1990, desencadeou reivindicações sociais que denunciavam a subalternidade dos grupos sociais mais discriminados, como negros, gays, indígenas e mulheres. Isso se intensificou nos anos 2000,

⁷⁷ *Del Compromiso a la Acción: Políticas para Erradicar la Violencia contra las Mujeres América Latina y el Caribe.*

⁷⁸ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

avançando no campo dos direitos civis e sociais. Ao mesmo tempo que tais manifestações surgiam, o mundo transformava-se: as remodelações feitas na produção flexibilizaram e alteraram as relações trabalhistas, conseqüentemente prejudicando a proteção social e gerando um alto nível de crescimento do desemprego mundial. Essa conjuntura acaba por facilitar o descontentamento da sociedade geral, cria uma pressão e preocupação política.

O neoconservadorismo surge neste contexto e apresenta uma característica pela defesa da valorização do capital, redução de custos no sistema político ainda que apresente altas taxas de desemprego (supostamente transitórias), acreditando na produção intelectual tradicional para conter a pressão de modernização e da concorrência (SIERRA, 2019, p. 23). É apostar na miséria e no sacrifício de camadas sociais em detrimento de outras, julgadas maiores ou melhores. O neoconservadorismo torna-se uma crítica rasa e uma solução que não considera diferenças e processos sociais, apenas na intenção de conter as mudanças.

Em síntese, a ideologia neoconservadora retoma os frangalhos do mundo moderno na tentativa de reconstrução do tecido social, o que é insustentável diante da grandeza da concentração do capital e da enorme desigualdade social gerada no estágio atual do capitalismo. Mesmo assim, preferem reafirmar a sua interpretação da realidade entendendo a crise como uma questão de conflitos entre identidades sociais, motivado por diferenças culturais e até o choque de civilizações. (SIERRA, 2019, p. 24)

Pelos pensadores neoconservadores Huntington e Carl Schmitt, a hegemonia do poder político se sustenta pelos hábitos e valores comuns, o que induz uma coesão social. Causando medo e distanciamento, o medo já tendo se configurado anteriormente como um paralisador e mobilizador dentro da análise feita por Castells, há a criação dessa imagem a ser utilizada como um bode expiatório, um inimigo em comum a ser combatido:

Conforme este pensamento, o alvo da política é um inimigo público sem direito algum, que precisa ser eliminado. Visando atender ao propósito da coesão interna, o sistema cultural tradicional é que passa a ser valorizado contra as perspectivas filosóficas e dos grupos que representam uma ameaça a sua reprodução, tais como os imigrantes, os gays, feministas etc. (SIERRA, 2019, p. 24)

As elites dominantes relutam em discutir quaisquer propostas de reformas, e os fundamentalistas de extrema direita estão crescendo, com seus primeiros alvos na repressão das mulheres: seus corpos, suas mentes, os resultados dos seus trabalhos (FRENCH, 2008).

Para ilustrar a onda neoconservadora, é possível fazer um breve comparativo onde, na Argentina, como foi evidenciado anteriormente, os obstáculos não são pequenos para a tramitação de novos direitos, que incluem e melhoram a qualidade das vidas femininas. No Chile, o crescente aumento das bancadas evangélicas nos Congressos, os movimentos católicos e partidos políticos conservadores se colocam contra os direitos das mulheres e minorias no geral. No Brasil, o que não falta são menções a Deus e a passagens da Bíblia em discursos políticos, instrumento de ascensão de líderes de direita na América Latina, e onde a base eleitoral hoje é formada por evangélicos.

A guinada neoconservadora da região é uma reação e ameaça aos avanços conquistados e direitos adquiridos, que acaba por afetar não só as vidas, mas os corpos das mulheres. Da mesma maneira que os movimentos conservadores crescem, Chesnut (2019) encontra o aumento no número de pessoas que dizem não ter religião alguma, ou seja, sem influência moral e logicamente prezando pela laicidade das instituições e do Estado. O autor aborda que no Brasil, essas pessoas fazem parte de quase 10% da população e as características desse grupo, jovens que tendem a um posicionamento político mais liberal nos costumes e de esquerda, de tal maneira que são opostos às que costumam definir os setores evangélicos e católicos conservadores.

O movimento *Ni Una Menos*

A apropriação coletiva das redes sociais mediante o uso das ferramentas digitais como forma coletiva de visibilidade política é o retrato do tema central da nossa análise. Por isso é preciso entender sua dinâmica, capaz de promover inter-relações simultâneas:

(...) um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores do indivíduo. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela. (CASTELLS, 2005, p. 40)

O movimento argentino '*Ni Una Menos*' foi originado após a descoberta do corpo de Chiara Paez, enterrada na casa de seu namorado em 11 de maio de 2015. A autópsia revelou que a menina de 14 anos estava grávida e seu corpo tinha restos de um medicamento utilizado para abortar⁷⁹, o que faz o caso mais um dilema de saúde pública com a legalização do aborto, parte dos direitos reprodutivos e sexuais que são pauta recorrente das ativistas.

O aborto, além de estar diretamente ligado aos direitos reprodutivos da mulher, é uma questão de saúde pública. De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), o aborto é a interrupção da gravidez de maneira precoce ou tardia, antes das 20-22 semanas, envolvendo um embrião ou feto com peso inferior a 500 gramas. O aborto inseguro e ilegal leva 47 mil mulheres à morte anualmente e de acordo com estes dados "estima-se que 25 milhões de abortos não seguros foram realizados em todo o mundo entre 2010 e 2014, totalizando 45% de todos os abortos, sendo que 97% deles ocorreram em países em desenvolvimento na África, Ásia e América Latina." (AGUIAR *et al.* 2018, p. 38).

O abortamento voluntário, por vontade da mulher é garantido por cerca de 30% dos países, em sua grande maioria desenvolvidos. A América Latina é o continente onde existe a maior taxa de

⁷⁹ Santa Fe: Confirman la condena al feminicida de Chiara Paez: La joven de 14 años fue asesinada a golpes por su novio en mayo de 2015. Su crimen desencadenó una serie de marchas en contra de la violencia hacia las mujeres, bajo la consigna de *Ni Una Menos*. Perfil: PERIODISMO PURO. Buenos Aires. 3 mar. 2018.

abortos inseguros no mundo, estes representam 31 abortos a cada 1000 mulheres entre 15 a 44 anos. A ilegalidade não impede as mulheres de realizarem o aborto de maneira clandestina, atitude que expõe a vários riscos de saúde e até a morte, em especial de mulheres em situações mais vulneráveis.

O movimento originou-se em um grupo alimentado por ativistas feministas de Buenos Aires que em 2015 lançaram a convocação para uma manifestação contra os feminicídios, primeiramente através de uma hashtag no Twitter (#NiUnaMenos) e em seguida por meio de uma página oficial do Facebook criada sob o mesmo slogan.

Em 3 de junho de 2015 foi consolidada a maciça marcha #NiUnaMenos em Buenos Aires, com as várias expressões regionais de um movimento social e político. Chamadas começaram a ser produzidas e divulgadas na Internet, e os locais de concentração foram divulgados por essa plataforma, a fim de fornecer informações logísticas e gerar apoio de todos os cidadãos durante o acontecimento que durou três semanas durante o mês de maio de 2015.

Participaram da marcha a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito⁸⁰, a experiência das Mães e Avós da Praça de Maio⁸¹ e suas filhas que, como jovens revolucionárias, resistiram à ditadura militar. A combinação de telefones celulares e redes sociais funcionou não apenas pela instantaneidade de compartilhar mensagens em tempo real, mas também pela maior horizontalidade dos canais de comunicação para se organizar em coordenadas espaço-tempo compartilhadas (ROSALES, 2018).

O que se destaca nesse caso, é a velocidade de expansão e a capacidade de agregar indivíduos de diversas bases ideológicas em uma pauta comum (LIMA-LOPES; GABARDO, 2019). Este tipo de articulação passa a ter centralidade ao avaliarmos os novos desafios nas formas de organização feministas, diante dos novos meios de comunicação e associação que passaram a existir, dado o recorte temporal de 2015 até os dias atuais.

O movimento “*Ni Una Menos*” funciona especialmente na América Latina como uma rede de assembleias autônomas, unidas pelo nome e pela ideia central, como explica uma das coordenadoras do coletivo em uma entrevista para a UOL, Cecilia Palmeiro. *Ni Una Menos* remete aos feminicídios que marcam a região estudada, e é composto por pautas construídas que vão muito além da violência doméstica.

A violência sistemática traduzida com o machismo atinge os mais diversos campos do debate: a legalização do aborto voltou a ser discutida, o movimento tornou-se também uma crítica à política neoliberal adotada naquele momento na Argentina, assim como outros feminicídios nos

⁸⁰ Movimento denominado também como 'Maré verde' reivindica a legalização do aborto há 15 anos na Argentina.

⁸¹ As Avós da Praça de Maio são consideradas soberanas da memória Argentina, um grupo de senhoras que pedem pela vida de seus filhos e netos, sequestrados ou desaparecidos durante o regime militar, onde uma fralda branca envolta na cabeça se tornou símbolo de luta a nível nacional e internacional. Com os sentimentos de perda e a dor, irreparáveis, elas se tornaram um personagem político. A maternidade virou um símbolo e sua luta perdura pela memória e justiça até hoje, 43 anos depois, contabilizando cerca de 130 pessoas com sua identidade resgatada.

países da região passaram a chamar atenção. Segundo estimativas da CEPAL⁸², a cada dia morrem em média 12 mulheres vítimas de violência.

Como o movimento argentino iniciou-se por um caso relacionado a uma tentativa de aborto clandestino, é indispensável analisar a descriminalização do aborto e a urgência desse debate na América Latina como um todo. De acordo com a CNN (2018),⁸³ a Argentina recusou seis vezes em onze anos a legalização do aborto. O debate foi marcado por petições internacionais, novas proposições para as leis e pressões de grupos sociais e políticos.

O projeto de legalização do aborto foi aprovado com pouca margem e barrado no Senado pela mobilização religiosa da cúpula da Igreja Católica. A descriminalização, assim, não pôde ser ratificada pelo presidente Mauricio Macri três anos depois do surgimento do movimento “*Ni Una Menos*”, em 2018. Apesar do presidente não ter se oposto ao debate, as políticas de cortes e ajustes, a redução de programas sociais e a degradação do Ministério de Saúde, secretariado por parte do Governo, foram alvos de muitas das críticas. Constatam-se as dificuldades numa região sem autonomia econômica, com implantação de políticas neoliberais e tradicionalmente dependente, tal como a América Latina em si.

“Apesar de terem forte carga simbólica, os protestos feministas recentes têm apontado para questões materiais importantes, como a crítica ao neoliberalismo e a reivindicação por direitos sexuais e reprodutivos.” (DE SOUZA et al., 2020, p. 100).

O debate sobre o tema seguiu em 2019 e criaram-se expectativas com o novo governo de Alberto Fernández, que se disse favorável ao fim da criminalização mesmo antes de assumir o governo. Mais tarde, em 2020 a Argentina passou a ser o 67º país a legalizar o aborto. Sem a pressão do ativismo e da sociedade civil, não seria possível ter avançado nessa ampliação e avanço histórico para os direitos das mulheres.

As articulações feministas passaram a compor um movimento mais sólido e, apesar das dificuldades encontradas, as mulheres acabam por ocupar um espaço dentro dos movimentos de resistência. As articulações feministas na América Latina tomam espaço no campo do debate político, independentemente da diversidade de correntes de pensamento que existem dentro do movimento. O vínculo intra-movimento transforma-se e constrói-se assim um inter-movimento que não exclui outras temáticas, como bem ilustra a autora:

Esses desenvolvimentos nas articulações feministas introduzem novas nuances nas práticas políticas da região. Cada vez mais, as feministas são vistas não apenas como grupos de identidade que representam uma posição minoritária dentro de um movimento maior e mais importante contra o capital e a opressão, mas como ocupando a vanguarda da arena política - que tem aproveitado novas ondas de raiva e simpatia. Nesse sentido, as articulações feministas na América Latina tornaram-

⁸² Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

⁸³ CNN ESPAÑOL. *En estos países el aborto es legal (y en estos otros no se permite bajo ninguna circunstancia)*. 2018.

se um local produtivo para procurar maneiras de rearticular a resistência em um cenário particularmente repelente ao desenvolvimento de agendas políticas progressistas (Gago e Sztulwark 2016)⁸⁴. (apud SOUZA, 2019, p. 90, tradução nossa).

A América Latina, neste contexto, torna-se um ambiente fértil para encontrar outras formas de rearticular a resistência, já que se considera um cenário repelente às agendas progressistas. As mulheres ocupam o posto de maioria dentro dos movimentos feministas e de solidariedade que abrange não só espaços condizentes, como também movimentos e coletivos que não fazem parte das mesmas ideias.

A relação entre a materialidade dos corpos e os assassinatos cria um vínculo o qual recupera a centralidade das questões políticas da agenda, onde os corpos vivos, mortos, e de qualquer maneira sobrevivendo agiram como catalizadores de novos discursos e práticas na região. A voz e o silêncio das mulheres são politizados, perante a necropolítica de gênero⁸⁵ vigente na América Latina.

No que se segue, afirmo que movimentos feministas emergindo no contexto de lutas políticas contemporâneas latino-americanas – como *Ni Una Menos* – permitem uma reconceitualização da política, juntamente com seus sujeitos e objetos. A singularidade desses movimentos baseia-se na forma como conseguiram forjar uma ligação entre os assassinatos comuns dos corpos das mulheres às alianças extraordinárias entre diferentes movimentos sociais. Uma inspeção mais aprofundada nessas experiências em curso que mobilizam diferentes arenas rizomáticas de emaranhados políticos – como a Internet e as ruas – nos permite ver como os apegos e movimentos feministas latino-americanos podem estar redefinindo práticas democráticas e construindo diferentes formas de comunidade.⁸⁶ (SOUZA, 2019, p. 91, tradução nossa).

Os papéis sociais das escolhas de linguagem nesse caso são traduzidos como elementos motivadores de representações da mulher e seu corpo. A representação do feminino como entidade transformada pelos processos materiais, pela falta de direitos, por ser retratada como um elemento submisso ao masculino, o elemento central de direitos.

⁸⁴ *These developments in feminist articulations introduce new nuances in the political practices in the region. Increasingly, feminists are seen not only as identity groups representing a minority position within a larger and more important movement against capital and oppression, but as occupying the forefront of the political arena – which has been harnessing renewed waves of anger and sympathy. In this sense, feminist articulations in Latin America have become a productive site to look for ways of rearticulating resistance within a scenario particularly repellent to the development of progressive political agendas (Gago and Sztulwark 2016).*

⁸⁵ O termo “necropolítica” é cunhado pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe. Ele pontua que, principalmente o Estado corrobora com o status político do biopoder ao negar a humanidade no outro quando exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte. O termo necropolítica de gênero permite reconhecer os feminicídios, que reduzem as mulheres a apenas corpos biológicos através da morte, estruturando a ideia de soberania, política e sujeito.

⁸⁶ *In what follows, I claim that feminist movements emerging in the context of contemporary Latin American political struggles – such as Ni Una Menos – allow for a re-conceptualisation of the political, along with its subjects and objects. The uniqueness of these movements is predicated on the way they managed to forge a link between the ordinary killings of women’s bodies to the extraordinary alliances between different social movements. A closer inspection into these ongoing experiences that mobilise different, rhizomatic arenas of political entanglements – such as the Internet and the streets – allows us to see how Latin American feminist attachments and movements can be redefining democratic practices and building different forms of community.*

Há uma constante necessidade de expor tal realidade e mudá-la, o que ganha na denúncia a necessidade de retomada de seus corpos, manifestada pelo direito ao aborto, à não agressão e ao não assédio (LIMA-LOPES; GABARDO, 2019).

Além do #NiUnaMenos, entre 2015 e 2016 criaram-se o #VivasNosQueremos e #NosotrasParamos / #MiércolesNegro, estes dois últimos mais especificamente um protesto organizado pelo coletivo Ni Una Menos e desencadeado pelo assassinato brutal de Lucía Pérez de 16 anos, depois de ser estuprada, torturada e abandonada em um hospital por seus autores. As *hashtags* significam a ligação da materialidade dos corpos com a resistência ativista.

A mensagem é tão impactante que une diferentes grupos que se sentem afetados pelas histórias. Até mesmo de quem não é feminista, mas tem uma noção mínima de igualdade (inclusive conservadores) é tocado pelas exposições. Recentemente, com a questão do isolamento social trazida pelo Covid-19 o movimento *Ni Una Menos* foi "ativado" mediante o assassinato de pelo menos seis mulheres e meninas nos primeiros nove dias, além do aumento da procura de assistência para vítimas de violência de gênero⁸⁷.

Equilibrar o trabalho remunerado com os milhares de tarefas da jornada dupla, contando com pouca ou nenhuma ajuda não é tarefa fácil. As mulheres também são maioria em algumas das categorias profissionais economicamente mais vulneráveis aos efeitos da pandemia e representam 70% dos trabalhadores da área de saúde e de serviços no mundo, segundo estima um relatório de 2019 da OMS.

A articulação em rede do *Ni Una Menos* na América Latina

No momento de eclosão do movimento *Ni Una Menos* redes também começaram a serem tecidas com mulheres de outros países do mundo: México, Peru, Polônia, Itália⁸⁸, Chile, Espanha e Brasil (LIMA-LOPES; GABARDO, 2019) também saíram às ruas com o grito de “*Ni Una Menos*”.

Informações constataram que, além de pelo menos 138 protestos separados aconteceram na Argentina⁸⁹, houve 25 protestos no Chile, sete na Bolívia, cinco no México, dois no Uruguai, dois em Honduras e outros nas capitais do Paraguai, Equador, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e além, conforme reportagem de um jornal argentino⁹⁰.

Quatro anos depois, o Jornal El País⁹¹ relata a reação institucional da transformação social

⁸⁷ CENTENERA, Mar. Assassinato de mãe e filha na Argentina acende alerta sobre a violência contra mulher na quarentena. Buenos Aires, 31 mar. 2020.

⁸⁸ GOLDMAN, Tali. *Así surgió el movimiento 'Ni Una Menos' en Argentina: 275 feminicidios en un año: La primera marcha de este movimiento en el 2015 marcó un antes y un después dentro del movimiento feminista en el país, y en poco tiempo han logrado tejer redes en América Latina y Europa*. Vice. 2017.

⁸⁹Página12. *MULTITUDINARIAS MARCHAS EN TODO EL PAÍS EN EL "MIÉRCOLES NEGRO". Contra los feminicidios y la violencia machista*.

⁹⁰El Día. 19 out 2016. *Masiva adhesión al Paro Nacional de Mujeres en todo el país*.

⁹¹ CUATRO AÑOS DE NI UNA MENOS, EL MOVIMIENTO QUE ROMPIÓ EL SILENCIO DE LAS ARGENTINAS:

desencadeada pelo movimento “*Ni Una Menos*”. Revelando outros tipos de violência, a maioria das vezes silenciadas ou naturalizadas, desde os abusos sexuais até os tipos de discriminação laboral. A mobilização feminista atinge não só a política formal, como a legislação e os direitos, a desigualdade dentro da família, nas estruturas íntimas, nas relações afetivas entre pais e filhos e na relação com a maternidade.

“A primeira marcha de *Ni Una Menos* se tornou imparável e sem proprietários, com ramificações em todo o país, em todo o mundo, o que provocou uma profunda transformação social, que conseguiu tirar a discussão sobre a violência machista das esferas tradicionais, das trincheiras, para colocá-la na conversa diária e na agenda política”, diz o jornalista Mercedes Funes, outro membro da *Ni Una Menos*.⁹² (El País, 2019, tradução nossa.)

Nesse sentido, o Movimento *#NiUnaMenos* se insere como um movimento feminista contemporâneo, que é moldado pelos fenômenos de integração e relacionamento das redes atuais. Com o início da globalização e a evolução da complexidade humana acompanhada de tecnologias que transformaram a sociedade na qual vivemos, novas formas de articulação inter-organizacionais surgiram, carregando certa institucionalidade: algumas com registros e certificações ou apenas normas e procedimentos internos.

A rede de movimento social identifica sujeitos coletivos, visando projetos, valores e objetivos comuns, ao mesmo tempo que define o que deve ser combatido e transformado. Isso resulta em articulações que reúnem experiências concretas, empíricas e registradas que constroem a ideia de rede de movimento social.

Como argumenta Flávia Biroli (2017, p. 175), “O objeto das teorias feministas não é exatamente as mulheres, mas sim instituições, estruturas e relações de poder cotidianas nas quais aquelas são posicionadas desvantajosamente”. Ilse (2006, p. 113) segmenta o associativismo como localizado, setorizado ou de bases locais e os exemplifica:

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem-terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania.

Esferas de mediação são ocupadas por movimentos localizados e o Estado ao mesmo tempo que se constroem redes com relativa autonomia (SCHERER-WARREN, 2006). A inserção do movimento no Estado gera uma tensão através da qual usa-se para formular e implementar

La marcha del 3 de junio contra los feminicidios se convierte en una movilización sin precedentes contra la violencia machista y a favor del aborto legal. Buenos Aires, 21 nov. 2019.

⁹² “*Aquella primera marcha de Ni Una Menos se convirtió en algo imparabile y sin dueños, con ramificaciones en todo el país, en todo el mundo, que despertó un cambio social profundo, que logró sacar la discusión sobre la violencia machista de los ámbitos tradicionales, de las trincheras, para ponerla en la charla cotidiana y en la agenda política*”, señala la periodista Mercedes Funes, otra de las integrantes de *Ni Una Menos*.

políticas públicas, ao mesmo tempo que há o espaço de um agente autônomo da sociedade civil.

Discutir qualquer fenômeno sócio-político em uma região tão plural quanto a América Latina é um desafio, visto o tamanho de sua diversidade. O desenvolvimento feminista na América Latina demanda de sua história e principalmente de seu passado recente, o qual influenciou nos debates teóricos, orgânicos e estratégicos da base política feminista latino-americana contemporânea (STERNBACH; et al, 1994).

As feministas acabam percebendo que as decisões tomadas dentro de um território provocam impactos nas vidas de mulheres fora dele. “Atualmente, com a resignificação do conceito de território, passou-se a falar de redes territoriais que transpõem as fronteiras da nação. São as redes transnacionais, tratadas, entre outros, por Tarrow (2005)” (apud. GOHN, 2008, p. 442).

Elas compreendem a força da opinião pública transnacional, que se dissipa pelos meios de massa globais e a cibertecnologia (FRASER, 2007). Os entes estatais e não-estatais atuam de maneira que reforçam o sistema como ele é: “Como consequência temos uma nova apreciação do papel das forças transnacionais na manutenção da injustiça de gênero” (FRASER, 2007, p. 303).

Na América Latina as mulheres têm construído um olhar regional, participando ativamente dos debates globais. Embora tenha havido muitas superações a regimentos retrógrados, a desigualdade de gênero continua sendo uma característica dessa região. De acordo com o livro da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP) “o mero ato de mulheres aparecerem coletivamente no espaço público, independentemente do conteúdo de suas reivindicações, por si só já é uma quebra de padrões histórica e socialmente construídos e, conseqüentemente, uma forma de resistência” (DE SOUZA et al., 2020).

As feministas fazem parte dos debates e interferem na política dando visibilidade para o movimento. Ao ocupar espaços e dar voz à outras mulheres elas lutam pelos seus ideais. As mulheres passaram a lutar em movimentos sociais e manifestações por igualdade política, além de algumas pautas feministas, que são comumente ignoradas pela política.

Estas novas formas de organização e associativismo, novos conflitos e demandas das últimas décadas do século XX são efeitos da globalização em suas múltiplas faces. Movimentos globais rompem as barreiras das nações e se tornam não apenas internacionais, mas transnacionais (GOHN, 2008). O destaque está nas redes que constroem estes movimentos e os projetos sociais nos quais eles se inserem.

Hoje as mulheres destacam-se pelos altos índices de participação e organizações em entidades associativas e solidárias: “as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas” (GOHN, 2007, p. 45). Beth Lobo afirma que “freqüentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes” (Souza-Lobo, 1991, p. 247)” (apud GOHN, 2007, p. 45).

A luta por construir uma ordem social que não exclua e nem explore as mulheres é um sonho de vida para a maioria das feministas. Para isso, precisa-se de um Estado que garanta e assegure os princípios igualitários, respeitando as diferenças.

Após de anos com políticas neoliberais sendo implementadas no continente, a sociedade civil começou a se articular gradualmente por via de redes de movimentos multissetoriais. Com a crise do neoliberalismo no fim do século XX e os problemas que a globalização causou na América Latina, houve um crescente aumento de movimentos sociais que contestam a ordem econômica e social vigente. As forças sociais começaram a ganhar muita notoriedade em oposição direta às políticas implementadas.

Os protestos, de acordo com Butler, podem ser definidos como a reunião de corpos em um determinado espaço histórico com o objetivo de promover transformações sociais a partir da ação coletiva (Butler, 2018, p. 53). Quando esses corpos que ocupam o espaço público coletivamente são femininos, o potencial crítico da manifestação se amplia. Isso porque os corpos das mulheres historicamente têm sido associados à esfera privada e doméstica.

Estudos e pesquisas recentes têm demonstrado como a construção do conceito de cidadania, fundamental no século XVIII, foi no século XIX implementando-se em vários países, inclusive na América Latina, de modo a tratar a mulher como dependente em relação aos direitos de propriedade e família, excluindo-a da vida política (Escandón, 2006) (apud GOHN, 2007, p. 57)

Os movimentos sociais tornam-se movimentos transnacionais por meio da cooperação transnacional em torno de objetivos compartilhados que geram mudanças sociais voltada aos direitos fundamentais. “Cabe destacar que os movimentos sociais transnacionais são organizações não-governamentais que promovem mudanças políticas e institucionais na ordem internacional” (Smith et al, 1997, apud DE SOUZA et al., 2020, p.118, tradução nossa⁹³). Os movimentos sociais possuem a capacidade de reinventar e reorientar o Estado e suas políticas para que elas atendam o povo e superem a dependência dos interesses econômicos. Quando estes movimentos não recebem resposta a nível nacional, de seus governos, a alternativa é pressionar os líderes fazendo denúncias a níveis regionais e globais através da solidariedade internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atualizações e mudanças do mundo globalizado e integrado como conhecemos hoje causam uma reorganização da política e do ativismo, seus objetos e sujeitos. As transformações e evoluções dentro dos meios digitais são difíceis de mensurar e acompanhar, dada a amplitude dos fenômenos que os permeiam. Porém, é possível concluir que muito do que já estava estruturado na

⁹³ Cabe destacar, que los movimientos sociales transnacionales son organizaciones no gubernamentales que promueven cambios políticos e institucionales en el orden internacional (Smith et al, 1997).

sociedade, a exemplo de padrões normativos sociais, foi firmado nas mídias digitais, bem como movimentos de resistência encontraram nas redes sociais espaços de aglutinação e de visibilidade das demandas sociais.

O movimento “*Ni Una Menos*” ter surgido de apenas um caso de feminicídio é uma análise muito superficial a se fazer, visto que os dados revelam que não são tragédias pessoais, mas resultado da crescente violência contra os corpos femininos diante da sociedade patriarcal latino-americana. Essa organização alcançou uma articulação histórica contra o feminicídio e a violência masculina e introduziu novos nuances nas práticas políticas da região. A internet e as ruas atuando de maneira conjunta nesses coletivos há duas décadas eram algo inimaginável, e atualmente servem de plataforma para a organização social e de exposição de suas causas.

A ocupação do cenário político por pessoas cada vez mais jovens, em contrapartida com os novos movimentos tradicionalistas, e a utilização da informação como mecanismo de poder (e empoderamento) é a aposta que definirá os próximos anos, os próximos panoramas eleitorais e de convivência. Estas experiências contínuas podem ajudar a fortalecer os pilares das democracias, ainda bastante jovens e podem construir novas formas de conviver em comunidade.

Os estudos e relatórios mostrados neste artigo demonstram como a desigualdade de gênero é um obstáculo ao desenvolvimento. Os dados comprovam que se ganha muito com a participação das mulheres nos ambientes públicos e privados.

É preciso analisar e considerar o fundamentalismo religioso, a judicialização da política, o impacto da formação e reordenação da sociedade reflexionando nas democracias na América Latina, um ambiente no qual as próprias instituições estatais são conservadoras, incluindo a polícia e o sistema judiciário.

O Conservadorismo foi uma contribuição intelectual relevante para a evolução do pensamento político e um desejável contraponto ao pensamento utópico durante a Revolução Francesa. No entanto, na realidade atual ele passou a ser um empecilho para as evoluções dos direitos e das políticas públicas na região. O estudo pôde constatar os padrões os quais simbolizam o papel da mulher na sociedade, refletido em sua relação com diversos elementos que reforçam seu valor simbólico.

Apesar das limitações impostas a esta análise, especialmente no que tange ao tamanho da pesquisa, podemos avaliar seus resultados como relevantes, uma vez que a compreensão macro é um passo decisivo para a construção de uma pesquisa mais detalhada sobre o assunto, que pode auxiliar a compreensão e transformação mais igualitária e justa da sociedade e da ordem democrática, que tem como princípios representar e conviver com as diferenças da população.

Gostaríamos de ter a oportunidade de aprofundar nossa pesquisa sobre interseccionalidade, movimento transexual e movimento negro dentro do feminismo, lacunas que ficaram fora do tema

delimitado do trabalho, mas que reconhecemos ser de grande relevância no cenário atual.

Mesmo que aquém do desejável, as pautas feministas têm transformado os espaços na sociedade. Os movimentos sociais ciberativistas tem importância fundamental na construção da visibilidade feminina e nas conquistas de direitos das mulheres, dos mais básicos e essenciais, como os direitos humanos.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Brunno Henrique Kill *et al.* A legislação sobre o Aborto nos Países da América Latina: uma revisão narrativa. **Com. Ciências Saúde**, Brasília, 2018, 36-44p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/legislacao_aborto.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ATTALI, Jacques. **Diccionario del Siglo XXI**. Barcelona, España: Ediciones Paidós Ibérica S.a., 1999. 358 p.

BIROLI, Flávia. TEORIAS FEMINISTAS DA POLÍTICA, EMPIRIA E NORMATIVIDADE. **Lua Nova**, São Paulo, n. 102, p. 173-210, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000300173&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 set. 2019.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*; tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CENTENERA, Mar. Assassinato de mãe e filha na Argentina acende alerta sobre a violência contra mulher na quarentena. **El País Brasil**. Buenos Aires, 31 mar. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-31/assassinato-de-mae-e-filha-na-argentina-acende-alerta-sobre-a-violencia-contra-mulher-na-quarentena.html>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**, volume I. 8. edição. Tradução de Roneide Ve-nâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CUATRO AÑOS DE *NI UNA MENOS*, EL MOVIMIENTO QUE ROMPIÓ EL SILENCIO DE LAS ARGENTINAS: La marcha del 3 de junio contra los feminicidios se convierte en una movilización sin precedentes contra la violencia machista y a favor del aborto legal. **El País**. Buenos Aires, 21 nov. 2019. Disponível em:

<https://elpais.com/sociedad/2019/06/03/actualidad/1559590094_787207.html>. Acesso em: 04 jun. 2019.

DOMINGUES, José Maurício. **Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DE SOUZA, Hannah Guedes; SCHWENDENWEIN, Goodfred; DE HOLANDA, Mariani Ferri; et al. NOVAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE SOBRE A REGIÃO. **ALACIP** - Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2020. Disponível em: <<https://alacip.org/?p=35305>>. Acesso em 16 jun. 2020.

En estos países el aborto es legal (y en estos otros no se permite bajo ninguna circunstancia). **CNN ESPAÑOL**. 2018. Disponível em: <<https://cnnespanol.cnn.com/2018/08/08/en-estos-paises-el-aborto-es-legal-y-en-estos-otros-no-se-permite-bajo-ninguna-circunstancia/>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291–308, ago. 2007.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41–70, 1 ago. 2007.

GOHN, Maria da Glória. Theoretical approaches to the study of social movements in latin america. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 439–455, dez. 2008.

GOLDMAN, Tali. Así surgió el movimiento '*Ni Una Menos*' en Argentina: 275 feminicidios en un año: La primera marcha de este movimiento en el 2015 marcó un antes y un después dentro del movimiento feminista en el país, y en poco tiempo han logrado tejer redes en América Latina y Europa. **Vice**. 2017. Disponível em: <https://www.vice.com/es_latam/article/vbkm5b/surgio-movimiento-ni-una-menos-argentina-275-feminicidios-ano>. Acesso em: 25 nov. 2019.

LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de; GABARDO, Maristella. *Ni Una Menos*: a luta pelos direitos das mulheres na Argentina e suas representações no Facebook. *Rev. bras. linguist. apl.*, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982019005003102&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 nov. 2019.

Masiva adhesión al Paro Nacional de Mujeres en todo el país. **El Día**. 19 out 2016. Disponível em: <<https://www.eldia.com/nota/2016-10-19-masiva-adhesion-al-paro-nacional-de-mujeres-en-todo-el-pais>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

MULTITUDINARIAS MARCHAS EN TODO EL PAÍS EN EL "MIÉRCOLES NEGRO": Contra los femicidios y la violencia machista. **PAGINA12**. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-312158-2016-10-19.html>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

OXFAM Brasil. **Tempo de Cuidar**. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. São Paulo; 2020. Disponível em: <https://d1tn3vj7xz9fdh.cloudfront.net/s3fs-public/file_attachments/bp210-economy-one-percenttax-havens-180116-pt.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

PALMEIRO, Cecília. **A quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz uma das criadoras do Ni Una Menos**. *Revista Cult*, 14 nov. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>>. Acesso em: 14 jun. 2020

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Revista Panorama - Revista de Comunicação Social**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 2-5, jun. 2017. ISSN 2237-1087. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/5574>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ROSALES, M. B. Ciberactivismo: praxis feminista y visibilidad política en #NiUnaMenos. **Pléyade (Santiago)**, n. 22, p. 63–85, dez. 2018.

Região da América Latina e do Caribe é a mais violenta do mundo para as mulheres, diz ONU – ONU Mulheres, 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/regiao-da-america-latina-e-do-caribe-e-a-mais-violenta-do-mundo-para-as-mulheres-diz-onu/>>. Acesso em: 24 jun. 2020

Santa Fe: Confirman la condena al femicida de Chiara Paez: La joven de 14 años fue asesinada a golpes por su novio en mayo de 2015. Su crimen desencadenó una serie de marchas en contra de la violencia hacia las mujeres, bajo la consigna de *Ni Una Menos*. **Perfil: Periodismo Puro**. Buenos Aires. 3 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.perfil.com/noticias/policia/santa-fe-confirman-la-condena-al-femicida-de-chiara-paez.phtml>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

SARDENBERG, Cecilia. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 52, e185201, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100201&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2019. Epub 30-Nov-2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. *Soc. estado*. 2006, vol.21, n.1, pp.109-130. ISSN 0102-6992.

SIERRA, Vânia Morales. **O Eclipse da Democracia: o neoconservadorismo no contexto de Hegemonia do Capital Financeiro** in VICENTE, Debora da Silva; JULIÃO, Elionaldo Fernandes; CYRNE, Renata Vieira Carbonel (org.). **Políticas Públicas de Educação no Brasil**: reflexões políticas e pedagógicas. Rio de Janeiro: Mprj, Uff, 2019. p. 1-207. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1161651/livro_politicas_publicas_de_educacao_no_br

asil_digital>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SOUZA, Natália Maria Félix de. **When the Body Speaks (to) the Political: Feminist Activism in Latin America and the Quest for Alternative Democratic Futures.** *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 89-112, abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292019000100089&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2019.

STERNBACH, Nancy Saporta et al. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 255, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213>>. Acesso em: 27 set. 2019.

O PRESENTE DINAMISMO NA ATUAÇÃO DO INTERNACIONALISTA

Camyla Fernandes Ferreira⁹⁴

1 INTRODUÇÃO

O Laboratório de Relações Internacionais II, disciplina do curso de graduação do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), objetiva o desenvolvimento através de atividades transversais e coordenadas de competências e soft skills para ponderar os fenômenos internacionais para o exercício da tomada de decisão e negociação.

A disciplina em pauta propõe, para além de preleções e aulas expositivas acerca dos trâmites profissionais de um bacharel em Relações Internacionais, a consolidação das habilidades cognitivas e das competências práticas em todas as esferas: técnicas, conjunturais e comportamentais nos processos decisórios no campo de negociação internacional. Desse modo, como ingressante desta disciplina, o intento primordial durante as aulas expositivas foi dominar os conhecimentos e experiências adquiridos não tão somente para a sala de aula, bem como na carreira como um(a) futuro(a) internacionalista. Ademais, do domínio do posicionamento crítico para com os acontecimentos e/ou eventos internacionais consoante ao perfil preponderante e suas estratégias substanciais para a gestão do conflito simulado.

2 OBJETIVOS

Consoante ao Eixo de Formação Profissional das Diretrizes Curriculares Nacionais, a disciplina, a priori, objetiva desenvolver os potenciais analíticos, de negociação, de cooperação e de intervenção entre os universitários através da execução de atividades cognitivas. A princípio, se fomenta a habilidade de compreender a estrutura e o funcionamento dos processos existentes em organismos, órgãos e organizações internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas. Ademais, a autoridade e notoriedade dos atores internacionais inseridos neste campo de atuação e suas respectivas condutas no exercício de cooperação e resolução de problemas.

Faz-se mister o conhecimento e a interpretação em demais contextos dos perfis pré-estabelecidos dos tomadores de decisão internacional, uma vez que o comportamento destes deriva de seus próprios interesses e/ou filosofia. Nomeadamente, o perfil catalisador que se delimita pela expressiva manifestação de criatividade e proatividade na resolução de problemas, o perfil apoiador que se delimita pela demanda do bem-estar para uma plena cooperação, o perfil dominador que se delimita pela demanda de um expressivo ganho sobre os demais, e o perfil analítico que se delimita

⁹⁴ Aluna do curso de Relações Internacionais do UDF. Prof. Orientador: Alan Camargo. 2022.

pela ponderação e cautela excessivos para a interpessoais desenvolvidas durante as aulas e aplicadas junto à atividade de simulação e, enfim, a avaliação deste conjunto de atividades desenvolvidas no Laboratório.

No âmbito das competências práticas, a disciplina propõe-se a desenvolver as habilidades técnicas, conjunturais e comportamentais a fim de lograr com êxito o propósito de atuar como tomador de decisão internacional. A princípio, as competências técnicas discorrem como a habilidade de reconhecer as informações e técnicas abordadas sobre os trâmites da ONU, bem como os conhecimentos específicos requeridos destes atores, como suas estratégias para a gestão de conflitos.

3 METODOLOGIA

Em referência a estruturação da disciplina de Laboratório de Relações Internacionais II, notabiliza o empreendimento de um conjunto de atividades e orientações com o intuito de consolidar a formação teórica dos estudantes e a sua aplicação a um panorama, a exemplificar o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

A formação teórica por intermédio de oficinas lecionadas de maneira transversal e coordenada empreendeu o discernimento dos trâmites do CSNU, sua influência para os tomadores de decisão internacional e na gestão de resolução de conflitos segundo cada perfil negociador internacional. No que toca à etapa de planejamento, percebeu-se a identificação geral dos perfis da turma e, por sua vez, o mapeamento de possíveis estratégias para a elaboração do documento de posição do ONUDF.

Consoante ao cronograma da disciplina, a participação junto à aplicação no ONUDF permitiu o cumprimento das competências adquiridas no campo teórico em um cenário hipotético, isto é, a aplicação da capacidade analítica de maneira articulada e fundamentada em processos decisórios à nível sistêmico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No limiar das aulas e/ou oficinas ministradas é concebível o pleno entendimento acerca dos trâmites não tão somente de uma simulação da ONU, bem como acerca dos processos existentes em organismos, órgãos e organizações internacionais existentes em distintos cenários, fenômenos e conflitos no cenário internacional.

Para além da qualificação cognitiva de compreensão, análise e aplicação na circunstância de um tomador de decisão internacional junto aos foros multilaterais mediante o domínio dos

distintos perfis de negociadores estudados. Desse modo, embora tenha enfrentado empecilhos particulares para a participação ativa durante as aulas expositivas, pude compreender minuciosamente os mecanismos e recursos, os esboços de agendas e/ou tópicos para a negociação e, por fim, adquiri autoridade no âmbito do pensamento e posicionamento crítico acerca dos fenômenos internacionais em virtude das tarefas coordenadas e das atividades de planejamento.

5 CONCLUSÃO

Em suma, a experiência obtida como delegada na simulação das Nações Unidas do UDF(ONUUDF) me proporcionou a aplicabilidade dos conhecimentos e conteúdos teóricos previamente abordados durante as aulas expositivas no cenário simulado, além da interpretação destes ao emprego de um novo contexto, neste caso em específico a simulação da resolução de um conflito.

A minha atuação como tomadora de decisão internacional desenvolveu-se no limiar das oficinas e das atividades propostas, a identificação dos perfis, mapeamento da conjuntura de negociadores e a elaboração de estratégias cabíveis ao cenário. E, a minha participação no ONUUDF, portanto, dispôs das habilidades técnicas, conjunturais e interpessoais.

6 REFERÊNCIAS

CARVALHAL, E. **Negociadores sempre chegam atrasados: seu estereótipo chega na frente.** In: FGV, 2007.

MANZUR, Tânia. **Negociação Internacional: manual teórico-prático.** Universidade Católica de Brasília: mimeo, 2008.

PROYECTO DE INTERVENCIÓN – EL PAPEL DE LAS EMPRESAS EN SUS PAÍSES DE ORIGEN

Bibian Maria Pachas Rios
Yvina de Andrade Ferreira

1 INTRODUCCIÓN

El mundo está en constante cambio, y todos los que habitan este planeta necesitan adaptarse a estos cambios generados. La población fue capaz de percibir que este mundo es capitalista, donde la gente trabaja para generar dinero, y gasta para alcanzar un estatus, como en un círculo vicioso. En la línea continua de aprendizaje, se pudo analizar y comprobar que, en este proceso, la mayoría de la población mundial sufre, muchos pasan hambre, sin lo mínimo para sobrevivir.

En el ámbito de la sostenibilidad, se analizó la pérdida de zonas verdes y de varias especies de animales, frutos y plantas, entre otras. Analizando estos datos, algunas empresas pensaron en destinar parte de sus beneficios a reducir este impacto global, y otras se crearon desde cero pensando ya en tener el foco en el impacto social y medioambiental.

En todo el mundo ha aumentado el número de empresas con el sello de la Empresa B, lo que es una prueba de compromiso. "Ya hay más de 3.800 Empresas B repartidas por más de 70 países y 150 sectores de actividad", según la web del Sistema B Brasil.

Según lo publicado en la página web de la ONG Global Forest Watch, sólo Brasil ya era responsable de la pérdida de 1,5 millones de hectáreas hasta 2021. La extracción de materias primas es un proceso rápido comparado con el proceso de siembra y cosecha, y es necesario invertir en la sustitución de estas materias primas para que el planeta y todos los que lo habitan no sean penalizados por el desorden humano.

Para revertir estos datos se necesita mucho trabajo y concienciación, y una empresa que puede marcar la diferencia en Brasil es Jequití. Se trabajarán en este proyecto los temas de Ecodesarrollo, presentado por el autor Maurice Strong, y también el tema enfocado al Emprendimiento Social, del economista Muhammad Yunus. Se trata de cuestiones muy importantes para el momento que vive la sociedad, y el debate sobre estos temas es más que necesario.

Se discuten las formas de reducir todo este impacto social y medioambiental causado por el ser humano, ya que el informe publicado por la ONU advierte que tenemos hasta 2025 para reducir la media anual de emisiones de gases de efecto invernadero.

Pero la duda que queda es si será posible revertir toda esta pérdida y retraso en el poco tiempo que queda. Y para que este proceso funcione, será necesario que todas las empresas, corporaciones y ciudadanos del mundo contribuyan al proyecto. El aumento del número de empresas B en el planeta es una excelente señal del camino que se va a recorrer, teniendo en cuenta

que el proceso no será fácil ni rápido.

El Perú a lo largo de los años ha empezado a tener consciencia en el ámbito del cuidado del medio ambiente, antes se pensaba que los productos orgánicos no eran accesibles por los precios tan altos, además las empresas muchas veces eran las principales en contaminar el medio ambiente, lo cual a lo largo de los años fue cambiando y el Estado Peruano empezó a implementar leyes que ayudarían a la sostenibilidad del país

Según el Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) (2022) realizó un estudio para conocer la situación de las empresas peruanas, logrando recaudar un total de 2 701 066 de empresas activas y registradas en el Directorio Central de Empresas y Establecimientos. Asimismo, se obtuvo que el 76% de las empresas peruanas aumentaron su interés en sostenibilidad, superando al promedio regional que fue de 70,8%, mientras que el 75% espera mantener o incrementar su presupuesto en esta área en un futuro cercano.

Entre los mayores obstáculos para expandir la sostenibilidad entre las empresas del Perú se encuentran las regulaciones y los pocos caminos que existen hacia la adaptabilidad. Por otro lado, el alto índice de informalidad (76.8%) genera que la mirada de los negocios se centre en el corto plazo, haciendo casi imposible pensar en impactos o generaciones futuras.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Maurice Strong introdujo en el mundo el concepto de ecodesarrollo, que consiste en armonizar los problemas sociales y económicos mediante formas prudentes de utilizar los recursos y de trabajar con ellos. El objetivo es que la generación actual cuide y proteja la naturaleza de manera que las próximas generaciones también puedan disfrutarla sin riesgos, ayudándoles a desarrollarse.

"Se trata de gestionar la naturaleza de forma que se garantice el desarrollo de los hombres de nuestra generación y de todas las generaciones futuras" (Sachs, 1981, p.14).

Los pensadores Sachs y Strong hablan de la importancia del prefijo "eco" y de la palabra "sostenible". Sin estas palabras junto con "desarrollo" puede llevar a cambios caóticos en el planeta, impactos futuros desordenados y sin importancia.

Pensando en la parte social, en el desarrollo de todas las personas que componen la sociedad tenemos Muhammed Yunus, que fue reconocido en varios países porque puso en marcha el proyecto de microcréditos para personas de bajos ingresos, que hoy es el Banco Popular, ayudando a millones de personas a salir de la pobreza. Después de él, varias empresas empezaron a centrarse en los negocios de impacto. Se trata de empresas destinadas a mejorar la sociedad en la que se insertan, ya sea un banco asequible, una escuela con menor valor de inversión, cursos de

formación con precios asequibles para estudiantes de bajos ingresos. Hoy existe un sello que formaliza quiénes son estas empresas, el sello de la Empresa B.

Todos estos autores son responsables de modelos de negocio pensados no sólo en el aquí y ahora, sino en el mundo y en las próximas generaciones. El ser humano tuvo la capacidad de acelerar su crecimiento, corriendo detrás de nuevos proyectos, dinero, y olvidó que estos pasos pueden ayudar en este preciso momento, pero impactan veinte veces más a los que estarán aquí en los próximos 10 años.

Sea cual sea el tamaño de su empresa, puede contribuir a mejorar este desarrollo, transformándolo en un ecodesarrollo y en un desarrollo social.

Natura es una empresa brasileña de cosméticos que ya está presente en varios países. Se encarga del proceso de extracción de materias primas, atendiendo a los productores rurales que extraen estos productos y plantan lo que se llevaron, hasta la recogida de envases vacíos. Utiliza el vidrio de los océanos, e incluso ha utilizado envases de perfume para hacer nuevos diseños y líneas de productos para sus clientes.

Otro ejemplo de empresa con impacto es 4YOU2, otra pequeña empresa B brasileña que marca la diferencia en la sociedad donde opera. El objetivo de 4YOU2 es democratizar la lengua inglesa en el país y hacerla accesible a todos. Las escuelas están en regiones periféricas y los profesores son extranjeros. Hoy en día ya han puesto en marcha un programa de franquicias de impacto, en el que las personas con bajos ingresos también pueden tener la posibilidad de abrir su propio negocio y llevarlo a la comunidad en la que viven.

Estos son algunos ejemplos de empresas que siguen el pensamiento de Sachs, Strong y Yunus.

Los autores Gardetti y Delgado (2018) definen su concepto desde un punto de vista humano y crítico. Ellos manifiestan que sostenibilidad se basa en el pensamiento previo para llevar a cabo una orden o una acción de forma consciente en diferentes áreas, y definen la sostenibilidad como: Un acercamiento a la comprensión del concepto de sostenibilidad puede ser el de notar las consecuencias y meditarlas antes o durante la acción, el pensamiento o la palabra, es decir, ser prudentes y pensar en el largo plazo.

De esta manera, se vuelve fundamental reconocer que la sostenibilidad requiere de una acción interdisciplinaria y se trata del bienestar y la longevidad, tanto de los bienes materiales, como de los recursos y usuarios (p. 103).

Brown (2010) propone una definición totalmente diferente a la de Gardetti y Delgado (2018), ya que su concepto de sostenibilidad parte algo más tangible, hablando puntualmente de recursos de diferentes índoles. Define a la sostenibilidad como “Un sistema que puede sostenerse

por sí mismo y se caracteriza por no contaminar ni necesitar la reposición para lograr su constante productividad” (p. 9).

3 PROPUESTA

Jequiti es una empresa brasileña del sector de la cosmética. Trabaja con consultoras de belleza, que hoy ya suman más de 160 mil consultoras que venden sus productos por catálogo, promoviendo un ingreso para ellas. En esta forma de trabajar con la venta directa, el punto positivo, sobre todo para las mujeres de bajos ingresos, es que las consultoras pueden ser económicamente independientes, ya que realizan las ventas en nombre de Jequiti. La empresa puede apoyar a sus consultores con cursos que van más allá de la explicación de los catálogos o productos, pero también con cursos de formación superior y de idiomas, para que puedan hacer crecer su carrera dentro de Jequiti o incluso aportando nuevos proyectos de desarrollo.

Jequiti está presente en los centros comerciales, en las tiendas de la calle, en los subcontratistas, en los mercados... La venta de productos es elevada, y debemos estar atentos a la eliminación de estos productos. Se podrían crear proyectos de desecho consciente para que no se desechen vasos y plásticos de forma inconsecuente, que podrían revertirse en descuentos para quienes los lleven a la tienda de la marca.

Se puede incluir información sobre el proceso de recolección de las materias primas de los productos, para que los clientes sepan quién participa, cómo se hace y qué cuidados se tienen para que se produzca de la mejor manera. Al utilizar materias primas nacionales se puede invertir en los pequeños y microproductores de la región amazónica, que son los guardianes de la región.

Según el ranking ALAS20, que destaca a las empresas líderes en sostenibilidad en Hispanoamérica, publicó su edición 2021, en la que Ferreycorp fue reconocida como la empresa líder en sostenibilidad en el Perú.

Ferreycorp es una empresa peruana especializada en el ámbito de bienes de capital y servicios relacionados, la cual busca operar, a través de sus subsidiarias con foco y alto grado de especialización, negocios de distribución de bienes de capital e insumos y, de servicios y soporte, para marcas prestigiosas globales con altos estándares, eficiencia y rentabilidad, logrando a su vez el desarrollo de sus colaboradores y siendo referentes de empresas modernas y responsables.

A lo largo de los años, Ferreycorp busco la manera para que la empresa sea sostenible y tuvieran un cuidado del medio ambiente, es por ello que ha desarrollado un Sistema Estándar de Gestión Ambiental basado en la norma ISO 14001, con el fin de mejorar el cumplimiento de los requisitos ambientales y potenciar su desempeño. Este sistema se ejecuta, monitorea y audita por medio de los Programas de Gestión Ambiental (PGA) de cada empresa, los cuales incluyen la

planificación, capacitación, control operativo y verificación.

Además de eso Ferreycorp está en contra de la minería ilegal en el Perú es por ello que cuenta con la Unidad de Cumplimiento dedicada a exigir documentación clave a los clientes como requisito indispensable para la comercialización de sus productos a nivel nacional.

4 CONCLUSIÓN

En el curso pudimos aprender más sobre proyectos de impacto y proyectos orientados a la sostenibilidad, además de conocer un poco más sobre estos proyectos en otros países de América Latina.

La importancia de este curso es mostrar que no estamos solos en este proyecto, sino que tenemos toda una red de apoyo que sigue estudiando el tema.

La implementación de este trabajo es de mediana inversión monetaria, donde Jequiti puede cerrar alianzas con colegios y cursos que brindarán descuentos para sus consultores. La formación puede ser realizada por los propios empleados de la empresa, que ya conocen el proceso y la historia de la empresa.

La mayor inversión monetaria será en la parte sostenible, donde hay que estructurar el proceso de impacto ambiental, desde la extracción de las materias primas hasta el reciclaje de los envases. Brasil es el país que tiene un mayor apoyo de otros países para desarrollar los roles de la sostenibilidad, por lo que el Jequiti que es conocido en América Latina, puede contar con otras grandes empresas de la industria, que pueden entrar en asociación en el proceso de sostenibilidad.

El Perú es un país que está consiguiendo lograr conciencia en las empresas y las personas, se han realizado campañas que solo tratan de imitar el desarrollo sostenible. Algunas empresas están más enfocadas en el ámbito medioambiental, pero descuidan el económico y el social. Incluso, las universidades peruanas que han trabajado en campañas de RS no han logrado un desarrollo sostenible, ya que se descuida uno o hasta dos de los tres ejes básicos, al igual que las empresas. En el ámbito ambiental, podemos destacar el ejemplo del Ministerio del Ambiente (Minam) que realizó una gran labor durante la COP21. Asimismo, desde su creación, esta entidad impulsa a las universidades y colegios para promover la forestación, y trabajar con las comunidades nativas de la sierra y la selva.

5 REFERENCIAS

FERREYCORP. (s.f.). Ferreycorp. Disponível em:
<https://www.ferreycorp.com.pe/es/sostenibilidad/responsabilidad-social/medio-ambiente#:~:text=%22Ferreycorp%20considera%20de%20suma%20importancia,pactados%20en%20el%20Acuerdo%20de>

FOLHA DE S. PAULO. (2022, 9 febrero). **Brasil é tricampeão em grãos, fome e desmatamento.**
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/brasil-e-tricampeao-em-graos-fome-e-desmatamento.shtml>

NEXO JORNAL. **Brasil foi responsável por 40% do desmatamento mundial em 2021.** (2022, 28 abril). Nexo Jornal. <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/04/28/Brasil-foi-respons%C3%A1vel-por-40-do-desmatamento-mundial-em-2021#:~:text=O%20Brasil%20foi%20respons%C3%A1vel%20por,maior%20perda%20foi%20regi%C3%A3o%20norte>

NOSOTROS – Perú Sostenible. (s. f.). **Peru Sostenible. ONG.** Disponível em:
<https://perusostenible.org/nosotros/> Acesso em: 06 de jun 2022.

SANT'ANNA, E. (2022b, abril 4). ONU: 2025 é o limite para sustar alta de emissões e evita catástrofe climática. **ECO.A.** Disponível em:
<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/estadao-conteudo/2022/04/04/onu-2025-e-o-limite-para-sustar-alta-de-emissoes-e-evitar-catastrofe-climatica.htm>

S. (2021, 15 diciembre). **Ranking ALAS20 2021: Conoce a las 9 empresas peruanas reconocidas como líderes en sostenibilidad.** Stakeholders Sostenibilidad - Stakeholders Sostenibilidad, medio de comunicación referente en sostenibilidad y responsabilidad social empresarial.
<https://stakeholders.com.pe/noticias-sh/ranking-alas20-2021-conoce-a-las-9-empresas-peruanas-reconocidas-como-lideres-en-sostenibilidad/>

UFSC. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável conceitos princípios** (1993).
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6645/6263/2054> 5

PROYECTO DE INTERVENCIÓN – “GREEN OFFICES”

Diego Alonso Bustamante Rosales

Laura González Grajales

1 INTRODUCCIÓN

Los problemas tanto sociales como medioambientales se encuentran en un punto crítico, cada vez es más evidente todo el daño que las actividades desmedidas de los seres humanos han provocado tanto al planeta como a la calidad de vida de la propia humanidad. Si antes se hablaba de posibles escenarios a futuro a los cuales debían temerse, hoy en día ya se han convertido en una realidad.

Por ejemplo, en relación al medio ambiente, vemos cómo el calentamiento global está claramente reflejado en los cambios tan abruptos de clima, en los deshielos de los polos y en la subida del nivel de los océanos. Por la parte social, nos encontramos con problemáticas como la gran diferencia entre las clases sociales, la pobreza, falta de oportunidades, desigualdad, discriminación, entre otras.

Hasta el momento, las soluciones que se habían estado implementado iban enfocadas principalmente a la implantación de sanciones normativas, impuestos y subsidios, pero nos encontramos en un punto donde esto ya no es suficiente, sino que se requiere de un involucramiento más activo por parte del gobierno, las empresas y de toda la población en general. Afortunadamente, las personas cada vez están más conscientes de lo crucial que resulta hacer caso a estas cuestiones, por lo que han empezado a exigir a las organizaciones a que tomen acciones y medidas que ayuden al cuidado del medio ambiente y a la resolución de las diversas problemáticas sociales.

Es pertinente hablar pues del concepto de desarrollo sostenible, el cual se define como “el desarrollo capaz de satisfacer las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las futuras generaciones para satisfacer sus propias necesidades”, y que “exige esfuerzos concentrados en construir un futuro inclusivo, sostenible y resiliente para las personas y el planeta” (ONU, 2021). Así, el desarrollo sostenible resulta indispensable para abordar las necesidades de la sociedad de tal manera en que se preserven los recursos para que las generaciones posteriores puedan tener una buena calidad de vida, de igual manera, prioriza la generación de estrategias que mejoren las condiciones sociales, económicas y ambientales de la actualidad y a futuro.

Para promover dinámicas y proyectos cuyo fin sea el de beneficiar el mencionado desarrollo sostenible, la Organización de las Naciones Unidas adoptó una lista de “Objetivos de Desarrollo Sostenible” (ODS), para que las empresas tengan un marco de referencia sobre el cual apoyarse para centrar su atención en una problemática y así poder plantear posibles soluciones.

Nuestro proyecto en cuestión busca específicamente abordar los objetivos de “Industria, innovación e infraestructura” y “Ciudades y comunidades sostenibles”, cuya importancia radica en el desarrollo de áreas de trabajo que motiven al personal para incrementar la productividad, mejorar el ambiente laboral y fomentar el acercamiento con la naturaleza.

De manera general, se sabe que los proyectos de infraestructura son vitales para la generación de empleos y, por tanto, implican un claro beneficio a la economía de los países y en el entorno social, así como en la mejora del medio ambiente. Particularmente en México “el estado actual de la infraestructura es lamentable y requiere una fuerte inversión” (BBVA, 2021), por lo que debe empezar a considerar proyectos más ambiciosos que le otorguen ventaja competitiva y ayuden a combatir la desigualdad. En Perú, por su parte, se menciona que su calidad de infraestructura se ubica por debajo del rango que se esperaría dado su ingreso per cápita (Informe de Competitividad Global, 2018-19); así mismo, se habla de que su nivel de infraestructura se posiciona debajo del que le corresponde según el grado de desarrollo que tiene el país basado en su renta per cápita (El Peruano. Diario Oficial, 2022).

Tanto en México como en Perú, se observa una falta de desarrollo e inversión en infraestructura, lo que abre un panorama de posibilidades a proyectos atractivos que puedan cambiar este escenario y que traigan consigo múltiples beneficios a la sociedad y a la economía de los respectivos países.

Para un análisis más profundo acerca de la intervención de factores externos en el trabajador, incluiremos a la ergonomía y aspectos relacionados al medio ambiente del trabajador. Para ello tomaremos como referencia la empresa Deloitte, quienes a través de sus servicios promueven un ambiente óptimo hacia el trabajador y el rendimiento que este tiene en la organización.

Los autores que tendremos en consideración para el desarrollo de este trabajo serán: Elton Mayo, Carlos Surià, Gro Harlem Brundtland y Leonardo Boff, quienes son los que nos darán la base suficiente para poder sustentar la efectividad y la propuesta que llevamos en la elaboración de este proyecto.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Como primer punto para sustentar nuestro proyecto tenemos la teoría de las relaciones humanas desarrollada por Elton Mayo, quien en 1924 observó cómo en las plantas Hawthorne un gran número de trabajadores presentaban descontento, pues ya no estaban satisfechos solo con recibir pensiones y prestaciones por enfermedad. Elton Mayo y sus asistentes se dedicaron a investigar este fenómeno y a realizar experimentos con la iluminación y la duración de los recesos y horas de trabajo, que llevaron a la conclusión de que el prestar mayor atención a los empleados los hacía sentirse más escuchados y comprendidos, dando como resultado un mejor desempeño en el trabajo y una mayor productividad. Se puede deducir, por tanto, que los trabajadores representan una parte fundamental para la obtención de resultados positivos en las empresas, por lo que mantenerlos contentos y motivados es vital para el éxito de las organizaciones.

En relación a estos resultados, es pertinente hablar sobre los espacios de trabajo y su relación con los trabajadores. Sobre esto, nos encontramos que un espacio innovador y atractivo tiene un efecto positivo en los empleados, pues los pone de buen humor, los ayuda a sentirse más relajados y a incrementar las oportunidades de relacionarse con otros compañeros; factores que impactan directamente en la motivación del personal, lo que aumenta el compromiso, la productividad y el rendimiento en toda la empresa. También, un espacio de trabajo flexible es clave para lograr una alta concentración y fomentar la creatividad y el desarrollo de ideas.

Algunos ejemplos de compañías que han puesto gran atención en contar con espacios de trabajo más dinámicos y divertidos son Google, Facebook y Pinterest, las cuales han obtenido resultados positivos al implantar estas medidas.

Por otro lado, tenemos que el entorno laboral también desempeña un papel sumamente importante en los niveles de estrés de los trabajadores, que repercuten directamente en su salud, por eso es vital el desarrollo de espacios que reduzcan la presión, que cuenten con una buena iluminación y, de preferencia, que incorporen elementos que permitan a las personas tener una mayor exposición a la naturaleza.

Este último punto es fundamental ya que, en base a numerosas investigaciones, se ha demostrado que la incorporación de plantas en las oficinas tiene múltiples beneficios, siendo algunos de ellos el de minimizar dolores de cabeza, la mejora de la calidad del aire, la disminución de irritación ocular y una mejora en el estado anímico. De hecho, un análisis de la Universidad de Sídney arrojó que logra reducir un 58% la depresión, un 37% la ansiedad, un 38% el cansancio o fatiga y un 44% la agresividad.

En contraste, aquellas oficinas más cerradas donde escasean estos elementos y cuentan con poca iluminación y escasas corrientes de aire tienden a tener una mayor contaminación ambiental debido a elementos como el polvo, el exceso de ruido o los aditivos tóxicos que se concentran en estos espacios. Citando al ingeniero y consultor en bio-habitabilidad Carlos Surià: “entre los efectos más comunes de la contaminación ambiental que se originan en los espacios de trabajo se encuentran las fatigas, las jaquecas, el estrés y el cansancio; y que dichas consecuencias disminuyen el rendimiento de cada empleado”.

Surge de esta manera el concepto de “oficinas verdes”, centrado en un modelo de oficinas sostenibles y ecológicas, debido a que buscan integrar elementos de la naturaleza dentro de las oficinas de trabajo, con el objetivo de mejorar el desempeño y la productividad a la par de impulsar el cuidado medioambiental.

Algunos resultados que se han obtenido gracias a este tipo de oficinas son: un aumento en la productividad de hasta el 15%; reducción del absentismo y enfermedades en un 50% y 30% respectivamente; una mejora en el entorno laboral; un aire más limpio que ayudaría a reducir el dióxido de carbono, el polvo, las bacterias y el moho; reducción del ruido para mejorar la concentración; un aumento de la creatividad de hasta un 15%; y mejoras en la salud.

Finalmente, es adecuado rescatar el concepto de “desarrollo sostenible” (mencionado al inicio de este documento), que hace referencia a buscar satisfacer las necesidades actuales sin comprometer a las generaciones futuras. Esto fue importante para fomentar el crecimiento de los países desarrollados, pero falla en no contemplar los efectos colaterales que este crecimiento trae consigo.

Para poder profundizar más en esto, es importante entender la diferencia entre la “sostenibilidad” y la “sustentabilidad”, cuya separación se planteó inicialmente en el Informe “Nuestro Futuro Común”, coordinado por Gro Harlem Brundtland en 1988. Se menciona entonces que el término “sostenible” tiene el defecto de enfocarse únicamente en la detección de problemas, pero sin llegar a comprender la relación causa-efecto, y se señala que ha ido abarcando desde la preocupación por el medio ambiente hasta la parte económica, pues se observa la presión que ejerce el crecimiento económico sobre la naturaleza; no obstante, no es muy eficiente en lograr el objetivo de llevar a la sociedad a asumir bases más sustentables.

Hablando entonces de la “sustentabilidad”, tenemos que el “desarrollo sustentable” se define como “un constante proceso de cambio, donde la explotación de los recursos naturales, la dirección de la inversión y progreso científico-tecnológico, junto al cambio institucional, permiten compatibilizar la satisfacción de necesidades sociales presentes y futuras” (Martínez, R. y Martínez D., 2016). Es así que se observa cómo este concepto tiene un mayor impacto al centrarse en concientizar a la sociedad para que modifique determinados hábitos y acciones con el fin de hacer

frente a los retos tanto económicos y sociales como ambientales. Cabe destacar que el teólogo Leonardo Boff plantea la idea de que lo que se necesita no es un desarrollo sustentable, sino el crear sociedades sustentables.

Independientemente de la diferencia en definiciones, ambos conceptos suelen ir de la mano y resultan imprescindibles en la actualidad. Por eso es crucial para las empresas tomarlos en consideración y darle prioridad a la generación e implantación de proyectos que combinen la búsqueda por mejorar la competitividad y productividad con el propósito de preservar la naturaleza y ecosistema, con la finalidad de obtener las mayores utilidades posibles al mismo tiempo que se hace uso de los recursos de manera eficiente y amigable con el medio ambiente.

3 PROPUESTA

Para la propuesta que realizamos tenemos como principal gestor a la empresa Deloitte, esta empresa se dedica a realizar servicios de Auditoría, Consultoría y Asesoría Financiera y además cuenta con una gran presencia en Latinoamérica en cuanto a su rubro.



Nuestra propuesta está basada en la transformación de ambientes en pro a la mejora de la productividad y establecimiento de un ambiente más agradable para el trabajador, y no solo eso, sino que también nos adaptamos a cada tipo de ambiente ya que existen diversas áreas de la empresa en que se viven distintos tipos de labor (informática, administrativo, negociaciones, recursos humanos, entre otros).

Para el caso de Deloitte, ellos realizan una preentrevista antes de realizar dichas labores de auditorías y en ellas se manejan relaciones y parámetros a elaborar en otras empresas. Para ello, nuestra propuesta promueve la transformación a un ambiente que conecte más con las personas y la naturaleza y este promueva calma dentro de ella, ya que dentro de estas negociaciones se tratan temas de mucho debate e intercambio de opiniones de diversas áreas de la empresa a la que proveen el servicio.

La implementación de este tipo de ambiente constituye en establecer una preocupación por parte de Deloitte con sus colaboradores, ya que como comprobamos en la base teórica, este ambiente genera en ellos una ventaja competitiva y establece también aspectos intangibles que formará parte de un crecimiento en el logro de objetivos dentro de las negociaciones de Auditoría, Asesoría y Consultoría.



4 CONCLUSIÓN

El curso en su totalidad nos hizo reflexionar acerca de la importancia de priorizar la sostenibilidad y sustentabilidad para hacer frente las distintas problemáticas ambientales y sociales con las que nos encontramos, en aras de mejorar el actual estado del planeta y a la sociedad en general, y para encaminarnos a un estilo de vida más consciente y responsable, al efectuar cambios tanto en las acciones de los individuos, como en la de las empresas y gobiernos.

Por otra parte, nos pareció interesante la aclaración que se hizo respecto a cómo el desarrollo sostenible no hace referencia únicamente a cuestiones en pro del medio ambiente y la naturaleza, sino que también abarca un amplio abanico de situaciones sociales, económicas y culturales, para las cuales se desarrollaron diecisiete “Objetivos de Desarrollo Sostenible”, entre los que se encuentran la erradicación de la pobreza y del hambre, la búsqueda por una mejor salud y bienestar, educación de calidad, reducción de las desigualdades, consumo responsable, entre otros.

Asimismo, es pertinente mencionar cómo el tener iniciativa y plantear emprendimientos enfocados en la obtención de los objetivos mencionados es sumamente valioso para lograr un verdadero cambio que impacte en el mundo, y también cabe señalar que es fundamental realizar y llevar a cabo un correcto análisis, planificación y metodología para que los proyectos en cuestión puedan llevarse a cabo y no se queden en simples ideas.

Con respecto a la viabilidad y posibilidades de nuestro proyecto “Green Offices”, es importante que a la empresa a la que va dirigida sea una que se encuentre en una etapa de madurez y de gran envergadura ya que los beneficios de nuestro proyecto se ven reflejados en el mediano plazo y muchos de ellos son beneficios intangibles.

Cabe recalcar que este proyecto enfocado en la empresa Deloitte, debe contar con un cierto

análisis e investigación que deben ser consultados con la empresa para su implantación, ya que si este se encuentra en proceso o iniciación de otra estrategia o quizá cuenta con otra visión del manejo de sus negociaciones, no se obtendrá el beneficio completo de esta investigación, pero en líneas generales Deloitte cuenta con todos los requisitos para que se pueda implantar este proyecto de manera satisfactoria y qué, con un trabajo constante entre ambos, se pueda implantar una cultura verde como pilar para la empresa y para lograr un equilibrio entre la satisfacción de sus colaboradores y aliados con el promover un ecosistema más limpio y de mayor cuidado entre las demás empresas a las que provee servicios.

También es importante conocer en qué etapa se encuentra la empresa en cuanto a la preocupación de sus factores internos (personal, normas) y externos (medio ambiente) y de esa manera poder determinar si este proyecto es empatizado con la empresa y esta quiere que pertenezca como base de una cultura verde dentro de ella.

5 REFERENCIAS

BBVA NOTICIAS. (2021, 19 noviembre). **México requiere impulsar un plan de infraestructura como Estados Unidos.** Recuperado 15 de agosto de 2022, de <https://www.bbva.com/es/mx/mexico-requiere-impulsar-un-plan-de-infraestructura-como-estados-unidos/>

EL MÉDICO INTERACTIVO. (2019, 23 enero). **La contaminación afecta a la productividad de los trabajadores.** Recuperado 15 de agosto de 2022, de <https://elmedicointeractivo.com/la-contaminacion-afecta-la-productividad-de-los-trabajadores/#:%7E:text=Economistas%20de%20la%20Universidad%20Nacional,la%20productividad%20de%20los%20empleados>

ENERGYAVM. **Los principales problemas medioambientales en el mundo.** (2020, 2 diciembre). Enérgya VM. Recuperado 15 de agosto de 2022, de <https://www.energyavm.es/los-principales-problemas-medioambientales-en-el-mundo/>

EPG Universidad Continental. (s. f.). **¿Qué es la ergonomía aplicada al lugar de trabajo?** Recuperado 15 de agosto de 2022, de <https://blogposgrado.ucontinental.edu.pe/que-es-la-ergonomia-aplicada-al-lugar-de-trabajo>

GUZMÁN, A. (2003, 4 marzo). **Educación Ambiental y Problemática Medioambiental Global.** **EcoPortal.net.** Recuperado 15 de agosto de 2022, de https://www.ecoportal.net/temas-especiales/educacion-ambiental/educacion_ambiental_y_problematika_medioambiental_global/

HOLA.com. (2018, 29 noviembre). **Trabajar en una oficina «contaminada»: fatigas, jaquecas y menor productividad.** Recuperado 17 de agosto de 2022, de <https://www.hola.com/estar->

bien/20181129133700/contaminacion-ambiental-oficina/

LOZANO, V. (2020, 12 octubre). **Infraestructura para el desarrollo. Noticias** | Diario Oficial El Peruano. Recuperado 15 de agosto de 2022, de <https://elperuano.pe/noticia/105228-infraestructura-para-el-desarrollo#:~:text=Respecto%20a%20la%20calidad%20de,puesto%2085%20entre%20140%20econom%C3%ADas>

MARTÍNEZ CASTILLO, R., & Martínez Chaves, D. (2016). **Perspectivas de la sustentabilidad: teoría y campos de análisis**. Pensamiento Actual, 16(26), 123–145. <https://doi.org/10.15517/pa.v16i26.25188>

OFICINAS “VERDES”, la nueva tendencia (Green Offices) en la Oficina Pública Saludable. (2020, 27 agosto). **Oficina Pública Saludable - Blogspot**. Recuperado 17 de agosto de 2022, de <http://oficinapublicasaludable.blogspot.com/2020/08/oficinas-verdes-la-nueva-tendencia.html>

WEWORK. (2020, 30 septiembre). **La verdadera ciencia detrás de las oficinas innovadoras**. Recuperado 17 de agosto de 2022, de <https://www.wework.com/es-ES/ideas/research-insights/expert-insights/real-science-behind-innovative-offices>

PROYECTO DE INTERVENCIÓN EN SUSTENTABILIDAD EN LA EMPRESA LÁCTEA GLORIA

Marly Choquemamani Rojas
Matheus Coutinho da Silva

1. INTRODUCCIÓN

Se sabe que la industria de alimentos es uno de los sectores que más efluentes producen a nivel mundial, por lo cual esta industria es la que tiene uno de los más altos impactos en el ambiente. Por otro lado, según el Centro de Actividades Regionales para la Producción Limpia “Las empresas lácteas suelen representar en todos los países entre un 10 y un 30% del total de empresas agroalimentarias”, esta industria es responsable de una contribución significativa de gases de efecto invernadero y según Santamarina & Zamora 2015 “en la industria láctea los principales procesos contaminantes son la producción de quesos, cremas y mantequilla, el proceso de lavado de torres de secado y las soluciones de limpieza alcalina”, mientras que en Perú Luis Enrique 2019 “La industria quesera artesanal se considera como una de las industrias generadoras de mayor contaminación, siendo sus principales factores contaminantes: la generación de lactosuero, olores, partículas de carbono, y el uso indiscriminado de agua”. Por otro lado, en la industria láctea las máquinas, producción, distribución y gestión de residuos, requieren un elevado consumo de energía que impactan directamente en el aumento de gases de efecto invernadero.

Por otro lado, el desarrollo sostenible ha incrementado su participación en lo que se refiere a la planificación y preocupaciones de las cadenas productivas, y no es diferente en la cadena láctea. Algunos proyectos ESG ya están en marcha en Brasil, relacionados con el reciclaje y el fortalecimiento de la red de captación, el empoderamiento y el emprendimiento femenino, la autosuficiencia, la conservación del agua y el desarrollo rural sostenible. La empresa también cuenta con la certificación B corp, que certifica a las empresas que tienen como objetivo no solo el lucro, sino también el impacto y la solución de problemas sociales y ambientales. Entre los compromisos públicos asumidos por Danone, se alcanzó la meta 2021 y se reciclaron el 100% de las botellas pet. Para los próximos años, los objetivos incluyen la reducción de las emisiones de carbono, el uso racional del agua, la eficiencia energética, el menor desperdicio de alimentos y la circularidad.

Al estudiar su huella de carbono, Danone se percató de que el 52% proviene de la leche, demostrando que, para lograr sus objetivos, es fundamental trabajar en este sector. El camino para alcanzar la meta de reducir su huella en un 40% a finales de este año se basará en 3 pilares principales: eficiencia, agricultura regenerativa y trazabilidad. “Está muy claro para la gente que las operaciones, las granjas, la producción lechera sin eficiencia son operaciones muy insostenibles, y no solo financieramente, sino también en términos de neutralidad de carbono”, mencionó Henrique.

El ponente también abordó la importancia de las alianzas en este proceso y las acciones colaborativas para lograr mejores resultados: “Como suelo bromear, no me importa mostrar nuestra cocina, cuál es nuestro plan; porque para mí cada uno debe tener su plan, compartir, porque ese compartir suele generar muchas ideas y las ideas son las que necesitamos para seguir adelante. Este no es solo un problema de Danone, es un problema global y debemos discutirlo más.

En el caso peruano la industria láctea es uno de los sectores más importantes y según el Consejo Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación Tecnológica “el 90% de la leche utilizada en la industria quesera es desechada sin tratamiento a los cuerpos de agua”, en tal sentido existe un proyecto en específico en la región de Junín el cual busca frenar la contaminación y recuperar las aguas de la industria láctea con bacterias. El proyecto se dio en la Universidad Nacional del Centro del Perú, la cual usa biomasa microbiana autóctona que actúa como agente descontaminador de los efluentes de la industria láctea, de esa forma ayuda a producir agua descontaminante y bioenergía que se usará en la industria agrícola.

La empresa escogida para el presente proyecto, es la empresa Gloria, la mayor empresa de lácteos en el Perú y una de las más importantes de Latinoamérica. Esta empresa presenta un proyecto enfocado en la sostenibilidad ya que trata de contrarrestar uno de los principales problemas de la ganadería (la emisión de desechos) utilizando el estiércol generado por el ganado con el objetivo de transformarlo en biogás. En este proyecto se utilizan biodigestores, en la cual por la falta de oxígeno en estos contenedores se produce una fermentación anaeróbica y se obtiene el biogás que se aprovechará para producción de energía verde.

La empresa mencionada anteriormente fue escogida por su importancia en el rubro de alimentos ya que en aspectos de nutrición los productos derivados de origen animal (especialmente los lácteos en edad temprana) son muy importantes por su valor nutricional y porque por costumbre y cultura son la fuente principal de proteínas más consumidas por la población mundial. Otra de las razones es porque en esta industria desde la obtención de materia prima, producción, empaquetado y distribución se producen gran cantidad de contaminantes. Es así que el objetivo del presente informe es poder plantear una solución orientada en la sustentabilidad en la empresa Gloria enfocada en sus productos lácteos.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Arellano (2012) menciona que el desarrollo sustentable considera los factores de economía de recursos, protección ambiental y equidad para implementar modelos de producción y consumo que no degraden los recursos naturales de los que dependen y satisfagan las necesidades de la población actual y futura; por ello una de las principales razones por la cual no se avanza hacia la sustentabilidad es la contradicción que esta tiene con los objetivos económicos de una empresa. Sin

embargo, si es posible llegar a compatibilizar los objetivos ecológicos y económicos de una empresa por medio del reciclaje y/o ahorro de insumos y por medio de marketing (preferencia del consumidor a lo verde).

Danone, por ejemplo, tiene una agenda de sustentabilidad con diferentes metas para 2025, 2030 y 2050, con el objetivo de seguir elaborando productos de alta calidad nutricional y generando salud para los consumidores, al tiempo que promueve el desarrollo social y genera cada vez menos impacto ambiental. “Cada vez que eliges los alimentos que comes, eliges el planeta en el que quieres vivir”, dijo Henrique Borges, director de compras de leche de Danone.

En Danone, queremos usar nuestra escala para crear modelos comerciales más sostenibles para las personas y el planeta.

En nuestra memoria de sostenibilidad recogemos iniciativas que refuerzan nuestra visión “Un planeta. una salud” y la creencia de que la salud de las personas y la del planeta están interconectadas. Con ello, impulsamos nuestra misión de llevar la salud a través de la alimentación al mayor número de personas posible, en base a lo que llamamos revolución alimentaria.

También verás nuestras iniciativas que buscan empoderar, generar conocimiento, empleo e ingresos para las personas, y tener un impacto positivo en la sociedad y el medio ambiente. A través de programas como Flora, Danleite, Kiteiras, ¡Caruanas y Avante! Recicla, reconocemos nuestra responsabilidad y promovemos el desarrollo sostenible en nuestra cadena de valor. Esta es nuestra forma de hacer negocios y nuestro poder para colaborar en temas como la lucha contra el cambio climático, la preservación del suelo, el agua y la biodiversidad, la lucha contra el desperdicio de alimentos y el hambre, la diversidad y la inclusión de las minorías en el mercado laboral, la generación de empleo y la capacitación de mujeres y pequeños productores, la promoción del bienestar animal, entre otros. Creemos que los resultados de estas y otras acciones posibilitan liderar movimientos transformadores y alcanzar grandes conquistas, como la Certificación B CORP: somos la primera gran industria de alimentos de Brasil en recibir el sello B Company.

Seguimos convencidos de que podemos utilizar la fortaleza de nuestro negocio para el bien de las personas y del planeta, buscando no solo ser la mejor empresa del mundo, sino la mejor empresa para el mundo.

Según Hugo Mata 2011, “Los ganaderos saben que buena parte de su éxito como productores de leche ecológica depende del manejo y de la productividad del pastizal.” El manejo de la explotación debe reducir la adquisición de piensos y racionalizar la alimentación del rebaño: con los piensos se pretende garantizar la calidad de la producción ecológica y no su incremento máximo”. Por otro lado, se sabe que la ganadería ecológica no se relaciona directamente con el rendimiento por hectárea, pero sí con la sanidad y bienestar de los animales. Es así que la empresa láctea Nestlé se sumó a la tendencia de la agricultura regenerativa

Un recurso muy importante para esta industria es el agua, por lo que la conservación, recuperación, tratamiento y reciclaje del agua es clave para poder disminuir contaminantes y efluentes. Existen muchos proyectos e investigaciones que contribuyen en esta área como por ejemplo REWAFEN (*Electrochemical water treatment system in the dairy industry with hydrogen recovery and electricity production*), esta nueva tecnología impide que las aguas residuales con diferente grado de contaminación se mezclen, lo que consigue que el tratamiento de purificación sea más barato y eficiente, por otro lado reutiliza el agua filtrada para diferentes necesidades y sobre todo porque utiliza un proceso electroquímico que consigue recuperar el hidrógeno durante la purificación del agua, este átomo luego es transformado en energía

Por otro lado otra propuesta presentada por Alberto Pinto y Yojan Vilca en la universidad San Agustín de Arequipa es la electrocoagulación, como parte de una estrategia eco amigable que sirve para realizar un tratamiento previo antes de la disposición final de agua residual de la industria láctea no requiere el uso de productos químicos y biológicos, esta tecnología se basa en la transferencia de energía eléctrica al efluente industriales en la industria láctea para desestabilizar partículas coloidales. Según Arango 2005 “la electrocoagulación “consiste en inducir corriente eléctrica en el agua residual a través de placas metálicas paralelas de diversos materiales, dentro de los más comúnmente utilizados están el hierro y el aluminio. La corriente eléctrica proporciona la fuerza electromotriz que provoca las reacciones químicas que desestabilizan las formas en las que los contaminantes se encuentran presentes, bien sea suspendidas o emulsificadas. Es así que los contaminantes presentes en el medio acuoso forman agregados, produciendo partículas sólidas que son menos coloidales y menos emulsificadas (o solubles) que en estado de equilibrio. Cuando esto ocurre, los contaminantes forman componentes hidrofóbicos que se precipitan y/o flotan y se pueden remover fácilmente por algún método de separación de tipo secundario.”

Con respecto al empaque, los empresarios de Leche Gloria desde los años 80 utilizan envases de hojalata en sus productos, este material es eco amigable ya que pueden reutilizarse según Gloria en el largo tiempo al 72% y en el corto hasta al 100%. Gloria aprovechó la “bondad de este material son sus propiedades magnéticas que facilitan la recolección y el reciclaje”, es más el grosor de sus envases por Leche Gloria son los mínimos indispensables para mantener en óptimas condiciones el producto.

Además, uno de los proyectos de sostenibilidad creados por Danone se llama PROJECT FLORA (también llamado IPF - Forest Livestock Integration) la agricultura regenerativa representa prácticas de gestión agrícola que protegen el suelo, el agua y la biodiversidad local. Para DANONE, el concepto es más amplio, englobando también la promoción del bienestar animal y el apoyo al desarrollo de generaciones de productores rurales. Una de las técnicas de agricultura regenerativa es el sistema agrosilvopastoril, o pasto forestal, una estrategia de producción sostenible que integra bosque y pasto en un mismo espacio, trayendo beneficios al medio ambiente, a los animales ya la

actividad del productor. Para que esta técnica esté cada vez más presente en las fincas, Danone desarrolló, en alianza con el IPE (Instituto de Pesquisas Ecológicas), el proyecto Flora, que comenzó en 2019 con la implementación de una Unidad Demostrativa para un sistema agrosilvopastoril de 3 hectáreas en la propiedad del productor. Caio Rivetti, socio de Danone y proveedor de leches especiales. La idea de una unidad demostrativa está alimentada por el concepto de que para aprender, la gente necesita visualizar y cambiar, la gente primero necesita ver los beneficios. De esta forma, este modelo de capacitación pretende acercar a ganaderos, extensionistas y otros profesionales al área demostrativa para que puedan observar su implementación e interactuar directamente con quienes ya están en transición hacia una agricultura más sustentable.

3. PROPUESTA

Por su parte, en el caso de Gloria actualmente cuenta con una meta constante en la reducción de su impacto ambiental, al día de hoy ha tenido acciones como la de reducción del grosor de sus envases, mejoras en el control del consumo del agua y cultura de ahorro permanente (reciclan el agua por un proceso implementando una planta de cogeneración, tecnología que produce electricidad y calor en simultáneo) y sobre todo monitoreando el desarrollo de toda acción que conlleve a reducir las emisiones de contaminantes en esta empresa.

Sin embargo, Gloria reconoce que la industria en la cual se desarrolla genera un impacto ambiental significativo y que además esta industria crece cada vez más y con ella su producción y en consecuencia más residuos y efluentes que deben aprender a manejar de forma sustentable.

Ante ello, para poder mitigar el impacto de la ganadería lechera y producción láctea que proporciona la empresa Gloria se debe innovar toda la cadena de valor, desde la producción de pastizales para alimentar a los vacunos hasta la distribución de este producto. Y de ser posible redireccionar el enfoque y apostar por la tecnología como la leche creada en laboratorios creada por BioMilk mencionada en líneas anteriores.

Es así que se propone que Gloria empiece a capacitar a los productores peruanos (ganaderos) sobre cómo maximizar y potenciar los niveles óptimos de pastizales para alimentar a sus vacas y sobre cómo transformarse a la agricultura regenerativa para que de esta forma ambos se vean favorecidos, ya que el 50% del insumo (leche de vaca) se extrae de los ganaderos peruanos, de esta forma los productores se verían beneficiados por ahorro y capacitaciones constantes y por otro lado Gloria obtendría la cantidad de leche que ellos desean y sobre todo podrían aprovecharlo como estrategia de marketing ya que lo eco amigable y acciones sociales se venden muy bien actualmente.

Luego pasarían a una evaluación de rutas y horas en las cuales se gasta menos combustibles para poder transportar la leche insumo a las fábricas, de esta manera se reducirían los efluentes a

causa del transporte.

Con respecto a la producción, Gloria debería implementar el ahorro y reciclaje del agua, mediante la electrocoagulación o REWAFEM mencionada en párrafos anteriores. Cabe resaltar que es indispensable que sigan en el proyecto del Biogás ya que podrían obtener energía renovable por medio de las heces de los vacunos.

Por otro lado en los últimos años se habló mucho sobre la posibilidad de producir leche de vaca por medio de cultivo celular creada en laboratorios, la empresa israelí BIOMILK junto a Coca-Cola y otras empresas más están invirtiendo en el desarrollo de esta leche cultivada en laboratorios que promete tener las mismas propiedades alimenticias que la que se extrae directamente del ganado vacuno. DR Argov-Argama, profesora de la Universidad Hebrea de Jerusalén que ha trabajado con glándulas mamarias señala que lo que se hace en laboratorio es “imitar el proceso que ocurre en las últimas etapas del embarazo cuando proliferan las células de la glándula mamaria” y de esta forma se obtiene la leche vacuna, pero de forma más sostenible, además esta se puede manipular y “personalizar nuestra leche cultivada para satisfacer las necesidades nutricionales, sensoriales y terapéuticas” BIOMILK. Es así que Gloria debería interesarse en invertir en este tipo de proyectos ya que es de interés de su rubro.

4 CRONOGRAMA

A expansão do projeto será feita em fases, sendo a primeira com o objetivo de cobrir 188 hectares e aumentar o número de produtores participantes até o ano de 2023, o que promete como resultado um aumento significativo no sequestro de carbono do ar para o solo, aumento da qualidade do solo, da biodiversidade e do bem-estar animal.

5 BENEFÍCIOS

- Recuperación de pastos degradados
- Fijación de nitrógeno
- Control de la erosión
- Control biológico de plagas
- Mejora del bienestar animal
- Disminución de gases de efecto invernadero
- Reducción de efluentes.
- Mejora en el tratamiento de aguas residuales.

- Reciclaje de algunos residuos.

6 CONCLUSIÓN

Con base en todos los conocimientos adquiridos durante el curso y a lo largo de la investigación, podemos entender y concluir que la industria alimentaria es la que más impacta al medio ambiente, produciendo una alta cantidad de gases de efecto invernadero y degradación del suelo.

A través de programas como Flora, Danleite, Kiteiras, Caruanas y Avante creados por la mencionada empresa, se basa en la sustentabilidad, mejora del bienestar, reducción de la contaminación.

Por lo tanto, Gloria como empresa perteneciente a la industria alimentaría debe realizar una transformación eficiente en toda su cadena de valor, con las propuestas mencionadas anteriormente. Sin embargo, creemos que la inversión en tecnología, la buena gestión de residuos y el aprovechamiento (Reutilizar) al máximo de los efluentes son indispensables para lograr la sustentabilidad en esta industria.

7 REFERENCIAS

SANTAMARIA FREIRE, E., Álvarez, F., Santamaría Diaz, E., & Zamora, M. (2015).

Agroindustrial Science. **Caracterización de los parámetros de calidad del agua para disminuir la contaminación durante el procesamiento de lácteos**, 5(1), 13–26.
<https://revistas.unitru.edu.pe/index.php/agroindscience/article/view/930>

Lazo, A., & Vilca, Y.(2020). **Tratamiento de aguas residuales procedentes de la industria láctea mediante el proceso de electrocoagulación**. Universidad Nacional de San Agustín.

Disponible:

<http://repositorio.unsa.edu.pe/bitstream/handle/UNSA/11304/IQviguye%26lapiaga.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Oficina de Comunicaciones y Proyección de CTI. (2020, 11 agosto). **En Junín buscan recuperar aguas de la industria láctea con bacterias autóctonas**. Noticias - Consejo Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación Tecnológica - Gobierno del Perú. Recuperado 20 de agosto de 2022. Disponible :

<https://www.gob.pe/institucion/concytec/noticias/287378-en-junin-buscan-recuperar-aguas-de-la-industria-lactea-con-bacterias-autoctonas>

Leche Gloria. (2019). Leche Gloria, comprometidos con tu nutrición (reporte de Sostenibilidad

2019). Reporte de Sostenibilidad 2019 Gloria. 20 de agosto de 2022. Disponible: <https://www.gloria.com.pe/images/noticias/prensa/reportesostenibilidad2019.pdf>

Gloria. (s. f.). **Gloria y su meta constante por reducir el impacto ambiental**. 13 de agosto de 2022. Disponible en: <https://www.gloria.com.pe/images/gloria-meta-constante-medio-ambiente.pdf>

Mata, D. H. (2011). CARACTERIZACION Y VIABILIDAD DE LA PRODUCCION ECOLOGICA EN EL NOROESTE DE ESPAÑA. UNIVERSIDAD DE CORDOBA. 14 de agosto de 2022. Disponible: http://www.uco.es/zootecniaygestion/img/pictorex/17_12_24_Tesis_mata_DEFINITIVA.pdf

EMPRESA B CERTIFICADA | DANONE BRASIL. (s. f.). DANONE. 15 de agosto de 2022. Disponible: <https://corporate.danone.com.br/empresa-b-certificada>

Nueva solución contra la contaminación de la industria láctea que ahorra energía y dinero. (2016, 20 mayo). RETEMA (Revista Técnica del Medio Ambiente). 15 de agosto de 2022. Disponible: <https://www.retema.es/actualidad/nueva-solucion-contr-contaminacion-industria-lacte-a-ahorra-energia-dinero>

Tratamiento de aguas residuales de la industria láctea. (2021, 9 agosto). Condorchem Envitech. 20 de julio de 2022. Disponible: <https://condorchem.com/es/blog/tratamiento-de-aguas-residuales-de-la-industria-lacte-a/>

Nestlé se suma a la tendencia de la agricultura regenerativa | Comunicarse. (2021, 22 septiembre). Comunicarse. 20 de agosto de 2022. Disponible: <https://www.comunicarseweb.com/noticia/nestle-se-suma-la-tendencia-de-la-agricultura-regenerativa>

Vásquez, H. (2022, 4 marzo). La Hojalata Como Envase Ecoamigable Y Resistente. Efecto Responsable. 20 de agosto de 2022. Disponible: <https://efectoresponsable.pe/la-hojalata-como-envase-ecoamigable-y-resistente/>

Pinchevsky, M. (2021, 21 julio). Coca-Cola ahora invertirá en leche cultivada. EL UNIVERSO. 20 de agosto de 2022. Disponible: <https://www.eluniverso.com/larevista/sociedad/coca-cola-ahora-invertira-en-leche-cultivada-nota/>

1 INTRODUCCIÓN

La sustentabilidad ha estado entre los principales debates en todo el mundo en los últimos años. De esta forma, varios países participan en iniciativas globales a través de acuerdos, conferencias, entre otros, con el objetivo de promover el desarrollo sostenible y garantizar una mejor calidad de vida, tanto para las generaciones actuales como para las futuras. Así, cada vez son más las empresas que reconocen la importancia de adherirse a soluciones sostenibles en todos sus procesos, por lo que también es fundamental sensibilizar a las personas para que sea posible alcanzar resultados transformadores.

En este contexto, tanto Brasil como México han estado presentes en celebraciones de tratados como el Acuerdo de París (2015) y el Acuerdo de Escazú (2018) y, más recientemente, fueron parte de la COP 26 (2021) (AMMPER, 2021). Además, ambos colaboran con ideas propuestas por el PNUD relacionadas a temas de la salud, educación, medio ambiente, entre otros.

En un acuerdo orientado a implementar soluciones sostenibles firmado entre Colombia, Argentina, Brasil y México, este último fue considerado el que más invertiría en ese tipo de estrategias a lo largo de 2022. Así, muchas empresas mexicanas se sintieron motivadas a mejorar sus procesos, haciéndolos más eficientes con el fin de reducir los impactos ambientales negativos (EL ECONOMISTA, 2022). Cabe recordar que, históricamente, México ha ocupado una posición de liderazgo en temas de reforma energética en América Latina (AMMPER, 2021; DELGADO, 2022).

En Brasil, entre los principales desafíos enfrentados actualmente con relación al tema de la sustentabilidad se encuentran los efectos post pandemia y los impactos políticos negativos generados en las normas destinadas a proteger el medio ambiente. A través de los primeros se ha podido constatar el retraso tecnológico que persiste en el país, vinculado a la falta de estímulos en los ámbitos cultural, científico y educativo, que se han mostrado fuera de las prioridades del gobierno. Los segundos son resultado de la política Bolsonaro, marcada por el "apartheid nacionalista" y seguida de cambios que tuvieron lugar, por ejemplo, a través de decretos y medidas provisionales, cambiando el orden de los estándares ambientales vigentes anteriormente (BOCUHY, 2020).

En este sentido, Brasil viene sufriendo cada vez más presiones internacionales relacionadas con la protección de la selva amazónica (de importancia global) y con la salvaguarda de la

diversidad étnica en ese territorio, haciéndose indispensable reactivar políticas que expresen y/o garanticen la estabilidad ambiental en la región (BOCUHY, 2020).

Sin embargo, es posible decir que, después de la pandemia, cumplir los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2030 se ha convertido en un gran desafío para México y Brasil. A pesar de eso, siguen siendo dos países de gran importancia por sus riquezas en recursos naturales y biodiversidad, una razón más para que mantengan el compromiso y marquen la diferencia en temas de sustentabilidad, contribuyendo para que se logre el progreso sin dañar el planeta.

Para la elaboración de este proyecto queremos resaltar dos objetivos de la agenda 2030 y su panorama en México y Brasil, el primero es la educación de calidad, más del 50% de estudiantes fue afectado por la pandemia COVID-19, gran parte de la población pertenece a zonas de conflicto o de pueblos originarios de la zona, dejando a sus habitantes con poco acceso a los conocimientos bases, por otra parte, otro de los objetivos; reducción de desigualdades, destaca que ha aumentado la situación de desigualdad en las poblaciones vulnerables, en especial las mujeres y niños (MORAN, 2020).

El estudio del proyecto se enfocará en las ODS antes comentadas, donde se planteará una posible solución para instituciones educativas mejorando la situación de las comunidades vulnerables, en específico los pueblos originarios, con ayuda de documentos gratuitos proporcionados por instituciones como INEGI, Instituciones de gobierno de ambos países, así como actores del entorno como el Banco mundial y la ONU.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

El sector artesanal va mucho más allá de la propagación cultural y su contribución a la sociedad se da de varias formas, una de ellas es a través de la generación de puestos de trabajo. Solo en Brasil, hasta 2020, cerca de 10 millones de personas tenían la artesanía como fuente de ingresos, moviendo alrededor de 50 mil millones de reales anuales en el país (DINO, 2020). En este sentido, se puede decir que el fomento y valorización de las actividades artesanales son capaces de generar un gran aporte a un mundo más sustentable, considerando que, en las palabras de Rebeca Grynspan, “la economía creativa puede ser una fuente de crecimiento económico, creación de empleo, innovación y comercio, que al mismo tiempo contribuyen a la inclusión social, la diversidad cultural y el desarrollo humano” (SOUZA, 2018).

Y cuando se trata de artesanías, específicamente, no se puede dejar de mencionar a México. Con gran importancia histórica, las artesanías en ese país tienen su origen en las zonas rurales, siendo creadas inicialmente a partir de materiales como la madera, el barro, el cobre, la cerámica, entre otros. A través de estos, con coloridas representaciones, los artesanos proyectaban la riqueza y diversidad cultural de ese territorio (SOUZA, 2018).

Actualmente, el país se ubica a la cabeza de las ventas en el sector artesanal en América Latina, sólo superado por India y China a nivel mundial (VALENCIA, 2017). En 2018, el número de artesanos mexicanos sumó más de 12 millones, y al año siguiente, en 2019, las actividades artesanales representaron 19.1% de la distribución del PIB del sector cultural (EL ECONOMISTA, 2018; INEGI, 2020).

El caso es que además del ámbito nacional, las artesanías también tienen gran importancia y reconocimiento en el extranjero, estando entre los principales importadores países como Colombia, Canadá y Alemania (CÁMARA DE DIPUTADOS, 2019). Además, en comparación con otros tipos de productos, como los perecederos, las artesanías mexicanas son más rentables debido a factores como menores costos de transporte (SOUZA, 2018).

Sin embargo, cabe recordar que, a pesar de los puntos positivos, muchos artesanos aún viven en condiciones desfavorables en México (especialmente las mujeres), con un ingreso que en ocasiones está por debajo del salario mínimo establecido (CÁMARA DE DIPUTADOS, 2019). A pesar de ser esta la forma en que muchos habitantes de las zonas rurales se incluyen en las actividades económicas del país, aún enfrentan desafíos como la dificultad para acceder a financiamientos y la falta de políticas públicas dirigidas a un mayor apoyo y protección al sector artesanal (SOUZA, 2018).

Alrededor del mundo hay aproximadamente 476 millones de indígenas en más de 90 países. Constituyen el 6% de la población mundial y representan alrededor del 15% de las personas que viven en pobreza. De acuerdo con datos del Banco Mundial, las mujeres indígenas sufren el triple de discriminación en México, al igual que en otros países. El 55.5% de la población indígena habita municipios de alta y muy alta marginalidad, asimismo el 87.5% de los municipios indígenas se encuentran en condiciones de alto grado y muy alto grado de marginalidad (MAMO, 2020).

En México, en relación con la educación, los datos indican que entre la población indígena mayor de 15 años de edad el 16.6% no cuenta con instrucción escolar alguna. En cuanto a la educación primaria, el 18.2% la ha concluido y el 18.1% la tiene incompleta (INEGI, 2020).

El acceso a la educación para todos, ha logrado un gran avance en los últimos años, debido a las políticas implementadas por los diferentes países de Latinoamérica y el Caribe, se han podido observar avances en Perú, Bolivia, Brasil, Chile y Ecuador, sin embargo, la educación se ha cerrado en otros países como México, Ecuador y Nicaragua, exponiendo el descuido del sector educativo y mostrando carencias que aún faltan por resolver en la educación (BANCO MUNDIAL, 2021).

Dentro de las observaciones generales hechas por la UNESCO en el sector educativo, enfocándose en el nivel básico, existen índices más bajos de asistencia escolar en barriadas urbanas miserables como Brasil, y poblaciones indígenas. Otro de los reconocimientos que se exaltan, es la falta de incentivos académicos, casi un tercio de los niños nunca llegarán a escolarizarse si no se

crean incentivos suplementarios (UNESCO, 2008).

La empresa que se escogió para hacer la propuesta es la universidad Anáhuac, creando una alianza con empresas como Ascalapha, por un lado, la Anáhuac tiene valores alineados con: liderazgo, acción social y ayuda comunitaria, por otro lado, empresas como Ascalapha se enfocan en la elaboración de artesanías conectando familias de artesanos con empresas ayudándolos a incrementar sus ingresos. Ambas empresas se enfocan en puntos del proyecto, una tiene conocimiento en el ámbito de educación y la otra aumenta las ganancias de los artesanos y difunde su arte y cultura.

3 PROPUESTA

El modelo educativo de la universidad Anáhuac parte de 5 puntos que buscan crear estudiantes, no solo capaces de desarrollarse en un ambiente profesional e intelectual, también busca que sus alumnos se desenvuelvan de forma humana, social y espiritual. El desenvolvimiento de los conocimientos profesionales de mano con lo ético se apega mucho a nuestra propuesta de apoyo a la educación en comunidades.

De la misma manera que la universidad tiene el objetivo de crear líderes conscientes de su entorno social, sirviendo y aportando mejoras en el ambiente que se encuentre, es el objetivo que proponemos desarrollar en conjunto, hacer cambios y mejoras al entorno educacional de las comunidades.

La universidad cuenta con grupos de liderazgo especiales para los alumnos que buscan trascender de forma positiva en su comunidad, por ejemplo:

- Culmen: programa enfocado a las artes, que busca que el alumno se desenvuelva en proyectos artísticos, así como emprendimientos en el ámbito cultural.
- Impulsa: esta parte consiste en proyectos sociales sustentables, que apoyen al crecimiento de México.
- ASUA: es el grupo de acción social Anáhuac, este grupo pretende mejorar problemáticas de la comunidad a través de sus conocimientos de la carrera del alumno.

Existen otros grupos de liderazgo pero el proyecto se enfoca en los anteriores ya que pueden ayudar con la formación y conexión del programa.

En el otro extremo tenemos empresas como Ascalapha que tienen conexión con las comunidades y los jóvenes. Entrar a una comunidad no siempre es fácil ni menos comunicarse con los más jóvenes. Empresas con esta índole siguen, por lo regular, el mismo esquema de trabajo, van de la mano con los artesanos en la creación y elaboración del producto, platican de su

adaptación para el manejo de los clientes sin perder lo tradicional. A continuación, se muestra un esquema de su proceso de elaboración:



En las primeras etapas del proceso, está involucrado, por un lado, la Anáhuac con medios y apoyo por parte de sus programas y alumnos, desarrollando un plan viable para la difusión de conocimientos bases a llevar a cabo en las comunidades y brindando becas para los jóvenes mayores de edad. En otra vertiente, tenemos a las empresas, como Ascalapha, que brindan apoyo económico a las familias mediante trabajos.

Lo que se pretende hacer son talleres de conocimientos básicos y apoyo de becas con los jóvenes más grandes de las comunidades. La parte de los jóvenes mayores de 18 se complementa con la difusión de la enseñanza básica a los pequeños. Las comunidades enseñan a los jóvenes desde edad muy temprana a practicar sus técnicas artesanales, con esta premisa, la propuesta es que empresas como Ascalapha brinden trabajo a los mayores para poder auxiliarlos económicamente y que a su vez universidades, como la Anáhuac, apoyen durante la educación de los jóvenes, una vez instruidos los jóvenes, los mismos, a manera de servicio, difundan en sus comunidades conocimientos generales para incentivar a los niños a que sigan estudiando y a su vez aprendan elementos que les sirvan en la vida.

El beneficio para la Anáhuac es que les enseña a sus alumnos mediante prácticas a ayudar a la sociedad y difunde sus principios, además, brinda la oportunidad a sus alumnos que buscan implementar proyectos culturales en comunidades a tener conexión con los diferentes grupos. Para las empresas como Ascalapha les da mano de obra y una mejor imagen ante el público.

Uno de los beneficios para la población, es que por medio de los jóvenes se preservan las tradiciones culturales del país, la comunicación entre jóvenes y la elaboración de piezas artesanales con grandes empresas difunden rasgos de la cultura.

4 CONCLUSIÓN

Uno de los temas que abordamos en el curso fue el *Design thinking*, el cual pretende unir ambas ramas, los métodos y organización funcional con lo fácil y comprensible de lo creativo o artístico, dándonos una combinación donde se maximiza todo el trabajo de las diferentes áreas, volviéndolo menos tedioso y estando en sincronía con el equipo, esto puede traer una mejor coordinación que nos permita dirigir nuestros esfuerzos a lo que realmente se quiere llegar, apoyándonos de nuestro equipo. La mejor manera de coordinar una empresa, es hacer los planes más sencillos y fáciles de entender, la comprensión de cómo se deberían llevar a cabo los procesos lleva a buenos resultados.

Quedando claro lo que busca el método *Design thinking*, las empresas deben desarrollar planes creativos junto con los usuarios que forman parte de ella, ayudándolos en todo proceso de comprensión e incentivándolos a crear innovaciones que vayan de acuerdo con los fines de la empresa, en esta ocasión utilizamos un poco del pensamiento del *Design Thinking* para encontrar una solución al reto que especifica el eje Educación de calidad y Disminución de las desigualdades.

Debido a que los gobiernos apoyan a los proyectos que se enfocan en la agenda 2030 y que las instituciones educativas con enfoque social implementan estrategias para difundir los objetivos de desarrollo sostenible, además, empresas como Ascalapha apoyan a proyectos con objetivos que se alinean a ellos, las posibilidades de que el proyecto se concrete son favorables, ya que se abordan vistos desde una problemática que intentan desarrollar los ODS de la agenda 2030.

Del mismo modo, creemos que el “Enlazando la Educación” será de gran aporte hacia una educación cada vez más justa e inclusiva, brindando a los jóvenes artesanos la oportunidad de integrarse y participar activamente en el progreso de la sociedad. Después de todo, como dijo Kofi Annan, “la educación no sólo enriquece la cultura... Es la primera condición para la libertad, la democracia y el desarrollo sostenible”.

5 REFERENCIAS

ARTE huichol. **Ascalapha**. Disponible en: <https://ascalapha.com/>. Acceso en: 16 Aug. 2022.

BIMBO, Aeroméxico y CEMEX están entre las principales empresas en México comprometidas con la sustentabilidad. **El economista**, 2 de jun. de 2022. Disponible en:

<https://www.economista.com.mx/empresas/Empresas-mexicanas-y-sustentabilidad-una-oportunidad-de-reconstruir-el-planeta-20220602-0042.html>. Acceso en: 19 de jul. de 2022.

BOCUHY, Carlos. A sustentabilidade no Brasil pós-pandemia e o apartheid nacionalista. **O eco**, 18 de mayo de 2020. Disponible en:

<<https://oeco.org.br/analises/a-sustentabilidade-no-brasil-pos-pandemia-e-o-apartheid-nacionalista/>>. Acceso en: 19 de sep. de 2022.

CUENTA Satélite de la cultura de México, 2019. **INEGI**, 20 de nov. de 2020. Disponible en:

<<https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/boletines/2020/StmaCntaNal/CSCltura2020.pdf>>. Acceso en: 30 de jul. de 2022.

DELGADO, Claudia Romero. El futuro del desarrollo sostenible en México.

Mit Sloan, 15 de jun. de 2022. Disponible en:

<<https://mitsloanreview.mx/actualidad/futuro-del-desarrollo-sostenible-en-mexico/>>. Acceso en: 20 de jul. de 2022.

DINO. Mercado de artesanato movimentada 50 bilhões por ano. **Mundo do marketing**, Campo Magro, 18 de sep. de 2020. Disponible em:

<<https://www.mundodomarketing.com.br/noticias-corporativas/conteudo/245025/mercado-de-artesanato-movimentada-50-bilhoes-por-ano>>. Acceso em: 03 de ago. de 2022.

1 INTRODUCCIÓN

El siguiente trabajo tiene como objetivo ser un instrumento de calificación final para el curso de extensión internacional “Sustentabilidad y Emprendedorismo social”, este proyecto también permitió reforzar las capacidades de investigación documental para complementar los conocimientos teóricos adquiridos en clase y ponerlos en praxis ante la exposición de una empresa ya existente.

De este modo, los componentes que conforman el presente trabajo son los fundamentos teóricos y la propuesta para la empresa seleccionada. Antes de comenzar de fondo con el contenido, es importante dar a conocer la contextualización mundial del mercado y la situación de emprendimiento social en la que se encuentran los países de las alumnas participantes, que en este caso será Brasil y México.

Cabe mencionar que aunque actualmente nos encontramos en un mercado globalizado que cambia constantemente de manera rápida y brusca, se ha logrado detectar algunas de las tendencias del consumidor del siglo XXI, entre ellas destacan tres: es un consumidor informado y socialmente responsable, por lo que se preocupa del origen del producto, si se respeta el trabajo digno y decente para su elaboración, que los participantes hayan recibido un pago justo por su mano de obra, si la empresa está dedicando esfuerzos para el bien social, etc. y por último, está desarrollando mayor conciencia sobre el medio ambiente, le está dando preferencia a los productos y servicios que involucren material orgánica, que sea biodegradable o que tengan bajo impacto en el medio ambiente.

Ahora bien, en cuanto al aspecto del emprendimiento social en el caso de México, para el 2019 Disruptivo.TV realizó el primer censo enfocado en las empresas sociales y se obtuvo un número aproximado de 305 empresas sociales, se estima que el 20% producen más de 10 millones de pesos mexicanos y están enfocadas principalmente en problemas como el medio ambiente, la educación, la inclusión laboral y la inclusión de las poblaciones vulnerables, algunos ejemplos de emprendimientos sociales mexicanos son: Pixza (una cadena de restaurantes que emplea exclusivamente a jóvenes en un perfil de abandono social), Someone Somewhere (una marca de ropa que trabaja con artesanos y busca para ellos el pago digno a su trabajo) y Échale a tu casa (empresa que brinda créditos con bajos intereses a las familias para que puedan obtener una

⁹⁵ Aluna do curso de Psicologia da Universidade Cruzeiro do Sul.

⁹⁶ Aluna do curso de Administração da Universidad Anáhuac.

vivienda digna).

No obstante, a pesar de que en México el emprendimiento social va en aumento, el país apenas está buscando darle formalidad y seguimiento a los emprendimientos sociales y no es hasta el 2021 que la Asociación de Emprendedores de México, Sistema B México y la Alianza por la Inversión de Impacto se reunieron con la Secretaría de Economía para promover un marco legal sobre el emprendimiento social, algunas de las metas que se busca con esta ley es establecer las características para que una empresa se considere como empresa social, establecer cómo y quién va a medir el impacto social y los beneficios que se les otorgará a estas empresas.

Por otro lado, en Brasil Pipe Labo realizó en el 2021 un censo de empresas de impacto socioambiental y se encontraron 1,300 de ellas, con una distinción de que la pandemia fue una aceleradora pues en el 2019 contaban solo con 1,002; algunos ejemplos de emprendimientos sociales brasileños son: Az Mariás (una empresa de moda “lenta” que transforma residuos textiles en ropa y hacen campañas sobre el cuerpo real de la mujer) y Pericred (institución financiera que le otorga préstamos a las personas que son rechazadas por los bancos). Se debe mencionar que existen leyes que ayudan a los proyectos sociales como por ejemplo las leyes de incentivos fiscales que son lo principal para lograr fondos, donde las empresas destinan parte del lucro para apoyar acciones o iniciativas para ayudar las personas.

Además, existen otras leyes que ayudan a mantener las acciones y proyectos sociales como: La ley de incentivo a la cultura, también conocida como ley Rouanet (1991), la ley de incentivo al deporte. Del mismo modo, hay diversos fondos destinados para ayudar niños, adolescentes y personas mayores. Y otras organizaciones con un público más específico como las que cuidan a los niños que se encuentran en situación de vulnerabilidad social, se pueden utilizar en conjunto con la recaudación de fondos ya existente. Con el fin de lograr su objetivo que es ayudar a solucionar los problemas sociales. Continuando con la introducción, la empresa con la que se trabajará lleva por nombre Comisión Federal de Electricidad (CFE), esta es una empresa pública mexicana de carácter social que provee energía eléctrica, servicio fundamental para el desarrollo de la nación mexicana.

Es una empresa productiva del Estado, propiedad exclusiva del gobierno federal, con personalidad jurídica y patrimonio propio, fue fundada el 14 de agosto de 1937 por el ex presidente mexicano Lázaro Cárdenas con la meta de tener una industria nacional que llevara la energía eléctrica a la población que la necesitaba, desde el 2018 Manuel Bartlett Días ocupa el cargo de Director General, para el 2022 cuentan con aproximadamente 93,184 trabajadores activos y proveen electricidad al 98.95% de los habitantes. Finalmente, los autores con los que se trabajarán son Charles Dunoyer, León Walras, John Stuart, Muhammad Yunus y Bill Drayton.

2 FUNDAMENTOS TEORICOS

Para hablar y trabajar con emprendimiento social se debe conocer el origen y algunas definiciones del concepto. Este tiene sus primeras apariciones en 1830 en uno de los textos del economista francés Charles Dunoyer, donde utilizaba el término Economía Social para hacer referencia de que las personas podían ser libres si se combinaba la moral con lo industrial.

No obstante, a mediados del siglo XIX, los economistas León Walras y John Stuart Mill trabajaron a profundidad con el término de Economía Social por lo que decidieron apodar de esta forma a “las innovadoras organizaciones que se iban creando como respuesta a los nuevos problemas sociales que la incipiente sociedad capitalista generaba” (Pérez, Etxezarreta, & Guridi, 2008).

Más tarde en los años setenta, Muhammad Yunus se convirtió en uno de los pioneros en el emprendimiento social con Grameen Bank, una institución financiera que utiliza un sistema de pago bastante accesible a fin de que las mujeres de escasos recursos pudieran acceder a préstamos para mantener sus negocios y salir adelante con su familia, Yunus consiguió una mejora en la economía de Bangladesh y un Premio Nobel por la Paz en el 2006.

Por último, el emprendimiento social tomó mayor presencia en los años ochentas con Bill Drayton quién definió el concepto de emprendedor social como aquella persona que de manera innovadora enfrenta los problemas más importantes de la sociedad, Drayton también fundó Ashoka, una asociación que apoya e impulsa a los emprendedores sociales de todo el mundo, actualmente tienen más de 4,000 miembros en su comunidad y tiene presencia en más de 95 países.

Se puede decir que el emprendimiento social es un modelo de negocio que busca resolver los problemas sociales y ambientales, entonces su principal objetivo es cambiar de forma positiva la vida de las personas. Para comprender mejor, aquí están algunos ejemplos de emprendedores sociales que están cambiando el mundo actual. Según la Schwab Foundation Social Entrepreneurs of the Year, en primer lugar se encuentra la brasileña Adriana Barbosa que creó la plataforma PretaHub que tiene por objetivo impulsar los emprendimientos de las personas negras, tienen recursos para su formación y conexión con otros emprendedores, o sea, la empresa ayuda y apoya las iniciativas y proyectos dirigidos a este público que también fomenta un emprendimiento que es basado en las oportunidades.

En segundo lugar está la senegalesa Anushka Ratnayake que es la fundadora de un negocio que resuelve los problemas basándose en soluciones digitales innovadoras para que pequeños agricultores se vuelvan independientes financieramente, “myAgro” ofrece acceso fácil a fertilizantes, semillas y capacitación técnica a bajo precio, para que puedan invertir en sus propias granjas.

Luego está Esoko Networks que hizo que millones de agricultores en Gana logaran tener

poder sobre sus finanzas con la ayuda de las innovaciones digitales e intervención financiera por medio de la capacitación de estas personas. En cuarto puesto está el indonesio Dharsono Hartono, gestionando un proyecto que logra un uso sustentable del suelo, logrando la conservación, y otros beneficios para las poblaciones rurales, con la venta de las ganancias de carbono, el proyecto tiene por nombre Katingan Mentaya. En quinto puesto está Enable India una ONG centrado en la formación de personas con discapacidad acompañando todo lo proceso hasta la contratación.

En sexta posición la empresa Boomera que hace productos con los materiales más duros de reciclar con un modelo innovador. En seguida tenemos el español Javier Goneyeneche fundador de la Ecoalf que convierte materiales reciclados en telas y otros componentes para producir ropas, accesorios y zapatos.

El octavo lugar es Teen Geeks, que enseña informática a niñas desfavorecidas de Sudáfrica, ayudando así a la próxima generación de emprendedores en el área de la tecnología. En noveno lugar tenemos a la surcoreana Sooinn Lee que está revolucionando la educación infantil a través del aprendizaje tecnológico, la CEO de Enuma, Sooinn es responsable de varias aplicaciones utilizadas por estudiantes en muchos países, también ayudando a la eficacia e independencia de los alumnos con necesidades especiales.

Finalmente, tenemos el Glocal Healthcare System, una plataforma tecnológica que brinda atención médica a las comunidades rurales más remotas de la India, su fundador, Syed Azim Sabahat, ofrece un servicio asequible, responsable y rentable para satisfacer la necesidad de servicios de atención médica en estas áreas. Esos son algunos ejemplos de los emprendimientos exitosos por el mundo, pero existen muchos otros que buscan y logran lo triple resultado, o sea un alto desempeño social, sustentable y económico.

3 PROPUESTA

Retomando la empresa que anteriormente se menciona, la Comisión Federal de Electricidad para el 2018 proveía electricidad al 98.95% de la población mexicana, sin embargo, si se ve desde la otra perspectiva, el 1% de la población que no tiene acceso a la electricidad equivale a cerca de 1.2 millones de personas o a 352,000 hogares, esto ocurre porque las poblaciones usualmente son indígenas, viven en zonas lejanas, sin acceso a la red, en localidades urbanas marginadas y sin el recurso necesario para cubrir los costos que representa la instalación del servicio, de igual forma, para el 2020, el 43.9% de los mexicanos se encontraban en situación de pobreza y el 8.5% de mexicanos se encontraban en condición de pobreza extrema (aproximadamente 10.9 millones de personas) y para el 2022 la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) estimó que México tendría un aumento en el sector de pobreza de 2.5 millones de pobladores, lo que significaría que apenas y tendrían la capacidad de cubrir las necesidades básicas

de alimentación, dejando de lado un aspecto elemental como la electricidad al no tener la capacidad económica de cubrir el gasto.

Como una solución a esta problemática, proponemos “CFE CON TODOS” una adaptación del modelo M-KOPA, el cual consiste en que la Comisión Federal de Electricidad se ramifique y tenga un departamento encargado de la elaboración de pequeños paneles solares y su venta, se considera que sean pequeños paneles solares para que tengan una fácil instalación y puedan ser accesibles para el mercado, sin embargo, solo tienen la capacidad de dar luz y conectar aparatos electrónicos de baja intensidad.

El objetivo es que CFE venda estos paneles bajo un sistema de financiamiento accesible para el sector y puedan cubrir el monto total del artículo. Se hace de esta manera para que no haya pérdidas de uno u otro lado (ninguno de ellos), donde llevaría energía eléctrica a esta población y la empresa llegaría a nuevos clientes, es decir, este modelo permite el beneficio mutuo. Puesto que el proyecto se trata de una variación, aquí va un breve resumen del modelo original, M-KOPA es una empresa fundada en 2010 por Jesse Moore y Nick Hughes en Kenia, quienes revolucionaron la forma de financiar y hacer que los productos y servicios fueran accesibles para todos.

La idea es que el cliente compre un producto por un depósito inicial y seguido de micro cuotas flexibles, mejorando así las condiciones de vida de estas personas. Este modelo de financiación se llama pay-as-you-go (PAYG), donde los clientes que no tienen acceso al banco pueden pagar los productos de acuerdo a su capacidad. Con el objetivo de brindar a todos acceso a artículos esenciales hoy en día, como iluminación solar, préstamos en efectivo, seguros de salud, televisores, refrigeradores y, más recientemente, smartphones, estos son algunos de los servicios ofrecidos que con la expansión de la empresa ahora están disponibles a nivel mundial. M-Kopa fue la primera en utilizar el método de pago PAYG en conjunto con Internet- of-Things (IoT) lo que hizo posible realizar pagos a través de Internet, llegando así a comunidades remotas donde el servicio de energía no llega.

Hoy en día, más de un millón de personas tienen sus propios paneles solares y otras comodidades gracias a esta innovación. Uno de los principales beneficios de llevar energía limpia a esta población es la salud porque sin acceso a la electricidad se utilizan combustibles fósiles que son tóxicos para el ser humano y que, según la propia M-Kopa (2021) en este período impidieron que estas personas pasaran 5 mil millones de horas inhalando este aire cargado de toxinas, además de prevenir incendios domésticos y quemaduras por estos productos. Teniendo esto en cuenta, surge la necesidad de implementar este proyecto, sin mencionar el aumento en la tasa de población que no puede alimentar a su propia familia o vive en áreas donde los servicios no están disponibles, entre otros problemas.

Es por eso que hay una necesidad de hacer algo sobre este problema. Entonces creamos el proyecto "CFE CON TODOS", como una solución, que traerá energía limpia a esas personas y también ayudará el medio ambiente. El cliente, además de tener derecho a una prórroga de este plazo si no puede pagar, debe comunicar a la empresa el cambio de fecha y el motivo. En cuanto a los demás detalles, dependerá de ellos. Sin embargo, se debe dejar en claro a la empresa que el proyecto está destinado principalmente al beneficio social y ambiental, pero que tampoco perjudicará a CFE.

En cuanto a la ramificación de la empresa, se debe realizar de manera organizada y que todos los socios y empleados sean conscientes de ello. Para evitar daños en su funcionamiento, estará disponible un equipo para ir al sitio y ofrecer el producto además de explicar claramente su funcionamiento y beneficios. Luego tendrán que llevar el artículo de prueba sin cargo, donde la comunidad tendrá un mes de uso sin cargo donde podrá disfrutar de los beneficios de la energía solar. Una vez hecho esto, los clientes realizarán pedidos de paneles y el equipo servirá como puente entre la comunidad y la empresa hasta que tenga acceso a Internet, por ejemplo.

Otro punto a destacar sería el mantenimiento de este equipo donde la empresa brindará un equipo para acudir al lugar a reparar el panel. Sin embargo, los clientes recibirán clases de cómo cuidar cada equipo y que solo en los casos más complicados se llamará al equipo. Este servicio se cobrará en el modelo PAYG, por lo que la empresa no tendrá pérdidas. También se ofrecerán cursos gratuitos en línea sobre mantenimiento y construcción de esta tecnología.

Al finalizar, pueden trabajar en CFE u otra empresa socia. En resumen, este proyecto además de aportar energía limpia, también aportará conocimiento y apertura al mercado laboral, provocando así un impacto social positivo.

4 CONCLUSIÓN

Este proyecto tiene muchas posibilidades de llevarse a cabo porque ya existe evidencia de sus beneficios en el proyecto original. Como se trata de una variación, la gran transformación sería en la propia empresa (CFE), donde se crearía un departamento que se encargaría de la construcción de paneles solares, para ser ofrecidos a esta población, a un precio accesible.

Los beneficios son muchos, como mejorar la vida de estas personas y con el uso de energías limpias no se dañará el medio ambiente. Y dentro de este departamento también se creará un equipo para el mantenimiento de los equipos en que se utilizará el mismo medio de pago. Para llegar a tal la dupla se utilizó de los conocimientos aprendidos en el curso de Sustentabilidad y Emprendedorismo Social.

Allí tuvimos la oportunidad de conocer y aprender sobre cómo emprender de manera

sustentable donde el foco es el impacto social. Donde adquirimos los conocimientos específicos para crear y presentar el “CFE con todos”. Como el proyecto fue llevado a cabo por dos personas de diferentes nacionalidades, se puede tener este acercamiento, porque ambos países tienen sus problemas, y podemos tener una gran cantidad de experiencias y conocimientos compartidos. Desde el principio fue un viaje de descubrimiento y siempre es un placer conocer gente con diferentes culturas, personalidades y experiencias de las nuestras.

5 REFERENCIAS

BALLESTEROS, I. (31 de julio de 2021). Emprendimiento social – Caminando hacia la sostenibilidad. Obtenido de The Leemon Tree Education : <https://www.thelemonreeeducation.com/emprendimiento-social-caminando-hacia-la-sostenibilidad/> . Acceso en: ago. 2022.

BORGE, D., & Li, F. (2015). ECONOMÍA SOCIAL, ECONOMÍA SOLIDARIA Y ECONOMÍA LABORAL: un abordaje comparativo desde sus perspectivas conceptuales. Costa Rica.

EMPRENDIMIENTO HISTORIAS. (s.f.). Emprendimiento social: 11 Empresas que están cambiando el mundo. Obtenido de Emprendimiento Historias: <https://www.emprendiendohistorias.com/emprendimiento-social/> . Acceso en: ago. 2022.

EXPANSIÓN. (28 de septiembre de 2021). Si los emprendedores sociales son el futuro, ¿por qué apenas tienen apoyos? Obtenido de Expansión: <https://expansion.mx/emprendedores/2021/09/28/emprendedores-sociales-futuro-por-que-no-tienen-apoyos> . Acceso en: ago. 2022.

EXPANSIÓN POLÍTICA. (08 de junio de 2022). CEPAL: México podría sumar más de 2.5 millones de personas en pobreza en 2022. Obtenido de Expansión Política: <https://politica.expansion.mx/mexico/2022/06/08/cepal-mexico-podria-sumar-mas-de-2-5-millones-de-personas-en-pobreza-en-2022> . Acceso en: ago. 2022.

HERRERÍAS, B. (14 de octubre de 2020). México 10 emprendedores sociales. Obtenido de COPARMEX JALISCO: <https://coparmexjal.org.mx/entorno-empresarial/mexico-10-emprendedores-sociales/> . Acceso en: ago. 2022.

IMEF CDMX . (16 de julio de 2021). Panorama del emprendimiento social en México. Obtenido de IMEF Ciudad de México: <https://cdmx.imef.org.mx/blog/emprendimiento/panorama-del-emprendimiento-social-en-mexico/#:~:text=%C2%BFQu%C3%A9%20es%20el%20emprendimiento%20social,las%20comunidades%20funcionar%20m%C3%A1s%20eficientemente>. Acceso en: ago. 2022.

LÓPEZ, E. (20 de octubre de 2020). De empresas sociales en México, 68% ofrecen soluciones

para resolver necesidades. Obtenido de elempleado.mx: <https://elempleado.mx/emprendedores/empresas-sociales-mexico-68-ofrecen-soluciones-resolver-necesidades> . Acceso en: ago. 2022.

MOY, V. (22 de febrero de 2022). LAS CIFRAS MÁS RECIENTES DE POBREZA. Obtenido de Centro de Investigación en Política Pública : <https://imco.org.mx/las-cifras-mas-recientes-de-pobreza/#:~:text=La%20%C3%BAltima%20lectura%20de%20este,a%2010.9%20millones%20de%20personas>. Acceso en: ago. 2022.

Nava, D. (16 de diciembre de 2021). La otra pobreza que afecta al menos a 1 millón de mexicanos . Obtenido de Expansión : <https://expansion.mx/empresas/2021/12/16/vivir-sin-luz-electrica-la-otra-pobreza-que-afecta-a-1-millon-de-mexicanos> . Acceso en: ago. 2022.

ORTIZ, A. (10 de febrero de 2022). Más de 1 millón de personas en México viven sin luz y no hay un plan para ayudarlos, advierten expertos. Obtenido de La Lista : <https://la-lista.com/derechos-humanos/2022/02/10/mas-de-1-millon-de-personas-en-mexico-viven-sin-luz-y-no-hay-un-plan-para-ayudarlos-advierten-expertos> . Acceso en: ago. 2022.

PAGAN RESEARCH. (2017). M-Kopa . Obtenido de Pagan Research: <https://paganresearch.io/company/m-kopa> . Acceso en: ago. 2022.

PÉREZ, I., & Del Río, M. (2020). EL CASO DE M-KOPA Y EL FINANCIAMIENTO DE EQUIPOS DE ENERGÍA SOLAR . INNOVACIÓN EN INCLUSIÓN FINANCIERA.

PÉREZ, J., Etxezarreta, E., & Guridi, L. (2008). ¿De qué hablamos cuando hablamos de Economía Social y Solidaria? Concepto y nociones afines. XI Jornadas de Economía Crítica, (pág. 1). Bilbao

PINEDA, A. (17 de junio de 2019). Yunus, el emprendedor social que ganó el Premio Nobel. Obtenido de Disruptivo.tv: <https://disruptivo.tv/columnas-y-notas/yunus-el-profesor-que-gano-el-premio-nobel/> . Acceso en: ago. 2022.

SANTANDER. (2021). Conheça 10 empreendedores sociais que estão mudando o mundo. Obtenido de Santander: <https://santandernegociosempresas.com.br/conhecimento/empreendedorismo/empreendedores-sociais-que-estao-mudando-o-mundo/> . Acceso en: ago. 2022.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: DEFINIÇÕES E OPORTUNIDADES NO BRASIL E NO MUNDO

Amanda Leão⁹⁷
Dionatas Jorge⁹⁸

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo social se popularizou no início dos anos 80, através de um homem chamado Bill Drayton que fundou uma organização chamada Ashoka, que apoiou milhares de empreendedores sociais.

O termo “Empreendedorismo social” já havia sido utilizado antes. Em 1976, Muhammad Yunus fundou o Grameen Bank, que foi uma das primeiras iniciativas de empreendedorismo social conhecidas. Segundo matéria publicada no site do Instituto Legado, naquela época o Bangladesh havia acabado de se separar do Paquistão, e a população não tinha renda para trabalhar e sequer conseguiam tirar um empréstimo, já que não podiam dar nada como garantia aos bancos (Instituto Legado, 2020).

Por isso Grameen Bank se especializou em pequenos empréstimos, visando ajudar a população local, “O microcrédito era oferecido à população pobre sem pedir garantia de retorno. Isso tornou possível que mais de seis milhões de beneficiários adquirissem os meios necessários para sair da pobreza” (Instituto Legado, 2020).

Com isso a ideia de empreendedorismo social veio surgindo e se espalhando cada vez mais. Em 1994 o brasileiro Rodrigo Baggio percebeu que poderia utilizar a tecnologia como ferramenta para combater a exclusão social e unir jovens de diferentes classes sociais, então criou o Jovem Link. Contudo ele percebeu que apenas as pessoas que possuíam um computador poderiam se beneficiar, ou seja, jovens de classe alta. Para solucionar este problema, Baggio criou a primeira escola de informática na favela da Dona Marta, afim de possibilitar que os jovens da periferia também tivessem acesso a informática. E assim surgiu o Comitê de Democracia da Informática – CDI, que já ajudou a incluir mais de 400 mil crianças e jovens (Site cpdi.org).

Sendo assim, vemos que o empreendedorismo social vai além da ideia de retorno financeiro para uma instituição, mas trata-se de um empreendimento que pensa primeiramente em utilizar dos meios disponíveis para resolver problemas da sociedade.

No decorrer deste trabalho, iremos aprofundar um pouco mais sobre o que é o empreendedorismo social, bem como sua importância e aplicações. Além disso, faremos uma breve análise sobre a empresa NEXT, e iremos sugerir possíveis melhorias que podem trazer grande

⁹⁷ Aluna do curso de Engenharia de Produção da Universidade Cruzeiro do Sul.

⁹⁸ Aluno do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário CESUCA.

impacto positivo para a empresa e para a comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição

O empreendedorismo social, como já sabemos, se diferencia do empreendedorismo tradicional de várias maneiras. Enquanto o empreendedorismo tradicional tem como finalidade a geração de lucro, o empreendedorismo social tem por objetivo a atuação frente a problemas sociais enfrentados pela comunidade de determinado local. Isso não significa que organizações sociais não podem ou não vão gerar lucro, porém neste caso o lucro é um fator secundário, ficando em primeiro lugar a missão de melhorar de alguma forma a vida das pessoas de determinada comunidade, região ou grupo social.

Para entendermos melhor sobre o empreendedorismo social, bem como em que ele se diferencia do empreendedorismo tradicional, vejamos algumas definições:

Quadro 1 - Definições de empreendedorismo social segundo autores brasileiros.

Autor	Definição
Leite (2002)	“O empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores. [...] São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita.”
Melo Neto e Froes (2001)	“Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia.”
Rao (2002)	“Empreendedores sociais, indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro.”
Rouere e Pádua (2001)	“Constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas.”

Fonte: Adaptado de Oliveira (2004)

Quadro 2 - Definições de empreendedorismo social segundo autores internacionais.

Autor	Definição
School Social Entrepreneurship - SSE, Uk Reino Unido	"É alguém que trabalha de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social, em lugar de ganhar dinheiro. Empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários [...] Empreendedores sociais nunca dizem 'não pode ser feito'."
Canadian Center Social Entrepreneurship - CCSE, Canadá	"Um empreendedor social vem de qualquer setor, com as características de empresários tradicionais de visão, criatividade e determinação, e empregam e focalizam na inovação social [...] Indivíduos que [...] combinam seu pragmatismo com habilidades profissionais, perspicácias."
Ashoka, Estados Unidos	"Os empreendedores sociais são indivíduos visionários que possuem capacidade empreendedora e criatividade para promover mudanças sociais de longo alcance em seus campos de atividade. São inovadores sociais que deixarão sua marca na história."
Erwing Marion, Kauffman Foundation	"Empreendimentos sem fins lucrativos são o reconhecimento de oportunidade de cumprimento de uma missão para criar e sustentar um valor social sem se ater exclusivamente aos recursos."

Fonte: Adaptado de Oliveira (2004)

Exemplo da GoodWeave:

A GoodWeave é uma organização fundada inicialmente na Índia com o intuito de livrar crianças do trabalho infantil. A meta da organização é libertar 30 milhões de crianças do trabalho até 2025. "Somos uma equipe premiada de especialistas e defensores da mudança social dedicados a acabar com o trabalho infantil, o trabalho forçado e o trabalho escravo nas cadeias de suprimentos globais" (Site goodweave.org).

Até o ano de 2018 a GoodWeave já contava com 169 empresas parceiras, mais de 6 mil crianças resgatadas da exploração e mais de 260 mil auditorias e inspeções realizadas. "A etiqueta GoodWeave agrega valor aos meus tapetes. Meus clientes e eu valorizamos produtos feitos de forma ética, e o selo GoodWeave transmite essa garantia", afirma Brian Sales da UK Heritage Tapetes.

A empresa verifica conformidade por meio de inspeções e auditorias sem aviso prévio e remedia casos de trabalho infantil no local. Conforme jornal publicado pela empresa em 2018, "A GoodWeave protege as crianças do trabalho e lhes dá o direito de escolher seu futuro, por meio de reabilitação abrangente, desenvolvimento na primeira infância e educação [...] A GoodWeave triplicou a matrícula escolar de meninas por meio de nossas intervenções de programa direcionadas

no Afeganistão, de 23% para 76%. Por trás dessa estatística está uma queda de 77% para 11% dos pais que acreditam que mandar os filhos para a escola afeta negativamente a renda familiar”

O projeto começou na Índia, mas atualmente é uma organização global, que abrange o sul da Ásia, América do Norte e Europa.

3 SOBRE A EMPRESA ESCOLHIDA: BANCO DIGITAL NEXT

O Next é um banco digital que foi criado pelo Bradesco em 2017. Desde então, ele vem crescendo e ofertando produtos cada vez mais personalizados para o seu público. No entanto, em setembro de 2020 ele se separou da instituição financeira e está atuando de forma mais autônoma.

Um banco 100% digital e gratuito, que nasceu com a missão de oferecer para todos os brasileiros a oportunidade de ter uma conta e um cartão sem custos, taxas ou anuidade. O Next acredita que desta maneira mais pessoas terão acesso a uma vida financeira organizada e a oportunidade de realizar seus sonhos. Os Clientes contam com serviços de conta corrente, cartão de crédito e débito, e serviços grátis e ilimitados como: transferências, Pix e saques nos caixas eletrônicos do Bradesco, Rede Banco24Horas e etc.

O que é cashback?

Na tradução literal do inglês, cashback é, simplesmente, dinheiro de volta. Difundido no mundo todo, o cashback devolve ao usuário uma porcentagem do valor gasto em compras online com o cartão de crédito, débito e boleto.

4 PROPOSTA: CASHBACK DESTINADO AO ESPORTE PARALÍMPICO

O banco Next possui alguns projetos voltados ao empreendedorismo social, dentre eles um projeto de educação financeira, que em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares, o Next produziu e lançou em seu canal no YouTube (@videostonext) a web série de educação financeira “Curta sua Grana”, voltado a responder às principais dúvidas dos alunos da Universidade. A série dá dicas sobre gestão financeira, o uso correto do cartão de crédito e como começar a investir.

Nossa proposta para um novo projeto social, seria uma opção para os clientes do banco destinarem o valor recebido de cashback de lojas de artigos esportivos parceiras, como a Centauro, Netshoes, a projetos de incentivo e apoio ao atleta paralímpico, como a ADD – Associação Desportiva para Deficientes.

Desta maneira o Banco Next, através do seu aplicativo, seria um canal que conectaria os clientes e suas doações às instituições, promovendo facilidade e rapidez na doação que, muitas vezes não são feitas porque as pessoas não conhecem instituições confiáveis, ou conhecem os canais de

doação.

Acreditamos que essa iniciativa aumentaria os números de doações e consequentemente o valor arrecadado por parte das instituições, que poderiam estender seus projetos a um número maior de pessoas com deficiências, além de estimular o engajamento de clientes com ações sociais.

Uma dessas instituições seria a Associação Desportiva para Deficientes, que é uma instituição sem fins lucrativos fundada em 1996, pelo professor de educação física Steven Dubner e pela administradora Eliane Miada. Em 2001, a ADD recebeu do Ministério da Justiça o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Por meio de doações, parcerias e patrocínio de diversas empresas, que contribuem tanto de forma institucional quanto por leis de incentivo, a ADD desenvolve as modalidades competitivas de basquete em cadeira de rodas, natação, bocha, vôlei sentado e atletismo.

Desde 2001, a instituição também atua de forma pioneira na educação esportiva para crianças com deficiência, numa iniciativa que, em 2010, culminou na criação da ADD Escola de Esporte Adaptado.

Em mais de 24 anos de atividades, milhares de pessoas com deficiência foram beneficiadas gratuitamente pelos projetos desenvolvidos.

a. Como funcionaria o cashback social no Next?

No próprio app Next o cliente conseguiria realizar a compra, receber o valor de cashback e destina-lo à associação cadastrada, seguindo o passo a passo abaixo:

i. Vá em app Next > Mimos > Cashback;

ii. Depois é só clicar em ‘Ir para Cashback’;

iii. Para aproveitar é só selecionar a loja escolhida dentro da landing page no site da Cuponeria (parceira do Next que presta este serviço). Assim, o time Next acompanha a compra de forma automática, garantindo parte do seu dinheiro de volta;

iv. Depois é só aguardar o fim de ciclo de compra, que leva até 60 dias, para ter o dinheiro de volta direto na sua conta Next para você gastar onde e como quiser.

v. Após isso, uma opção “Doar Agora” estará habilitada para o cliente destinar o dinheiro em forma de doação à instituição de incentivo ao esporte paralímpico de sua preferência.

b. A importância da visibilidade do esporte paralímpico

Dar visibilidade é fazer algo ser visível. É dar espaço e é dar voz. Há oito anos, o Brasil conquistava a sétima colocação nos Jogos Paralímpicos de Londres, a melhor da história até hoje, o

que significou um momento chave para o crescimento e o “aparecimento” do movimento paralímpico no país.

Mas foi em casa, na Rio-2016, que ele entrou de vez no radar e nos holofotes. As pessoas puderam ter então um contato mais próximo com modalidades e super atletas que pouco ou sequer conheciam. E a maior conquista da Olimpíada, talvez, tenha sido justamente o aumento da visibilidade do esporte paralímpico.



Fonte: Comitê paralímpico brasileiro (cpb.org.br)

Em um país desigual como o Brasil, pessoas com deficiência são constantemente colocadas à margem da sociedade e têm suas capacidades questionadas. Mas o movimento paralímpico mostra exatamente o contrário: ele é inclusivo e abre as portas a todos, reiterando o caráter democrático do esporte, que por vezes, é esquecido.

Essa inclusão pode significar também oportunidade. O esporte paralímpico dá, justamente, oportunidade das pessoas se superarem diariamente e acreditarem e mostrarem seus respectivos potenciais.

Por fim, mas não menos importante, a representatividade, que anda lado a lado com a inspiração. É aquela chama que se acende quando você vê alguém semelhante a você conquistando algo importante. É uma criança com deficiência olhar para os atletas e se identificar. E acima de tudo, entender que ela também pode chegar lá. Isso, no entanto, só acontece com visibilidade, espaço e voz.

5 CONCLUSÃO

O empreendedorismo social é de suma importância e pode oferecer grande impacto positivo quando aplicado na sociedade. Como o Gramem Bank que conseguiu tirar milhares de pessoas da pobreza apenas proporcionando acesso a pequenos empréstimos em um período em que a população vivia uma situação econômica delicada. E a organização GoodWeave que através de

inspeções e auditorias já resgatou milhares de crianças do trabalho e proporcionou inclusão de mulheres ao ensino formal.

Uma ideia de empreendedorismo social bem aplicada pode mudar a vida de uma sociedade inteira, proporcionando acolhimento, inclusão e uma vida melhor para muitas pessoas.

Atualmente os principais bancos digitais juntos somam mais de 82 milhões de contas e somente o banco Next possui mais de 5 milhões de usuários. Portanto, com a nossa proposta ao banco Next, além do grande resultado também esperamos que sirva como um incentivo aos demais bancos para apadrinharem de alguma forma instituições como o Comitê Paralímpico Brasileiro entre outras, de modo que gere nos usuários o hábito de apoiar instituições que tenham como fim grupos que precisam dessa ajuda. Assim poderemos impactar positivamente a sociedade melhorando a vida de muitas pessoas.

6 REFERÊNCIAS

INSTITUTO LEGADO. 2020. **A história do empreendedorismo social**. Disponível em: <https://institutolegado.org/> . Acesso em: 11 ago. 2022.

CPDI. **Comitê para democratização da informática**. Disponível em: <https://cpdi.org.br/> . Acesso em: 11 ago. 2022.

GOODWEAVE. 2018. **International anual report**. Disponível em: <https://goodweave.org/> . Acesso em: 13 ago. 2022.

OLIVEIRA, Edson Marques. 2004. **Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista - UNESP, Franca, 2004.

OLIVEIRA, Edson Marques. 2004. **Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias**. Revista FAE.

PODER360. **Maiores bancos digitais têm 82 milhões de contas em 2021**. Disponível em: poder360.com.br. Acesso em: 13 ago. 2022.

PROYECTO DE INTERVENCIÓN – EMPREENDEDORISMO FARMACÉUTICO: UMA PERSPECTIVA SOCIAL E SUSTENTÁVEL.

Susie dos Santos Mariano⁹⁹
Syla Calero Asto¹⁰⁰

1 INTRODUÇÃO

Ultimamente ouve-se falar muito em empreendedorismo. Empreender tornou-se o verbo do momento, é um tema que está em ebulição no mundo, principalmente no período pandêmico em que vivemos. E é claro que países considerados emergentes como Brasil e demais países latino-americanos não estão de fora. (Lopes; 2019)

A relação entre empreendedorismo e crescimento econômico é gritante, uma vez que o aumento da atividade empreendedora reflete no crescimento econômico do país. (Nogami et al; 2014)

Isso também ocorre no setor farmacêutico. Dados demonstram que a atividade com maior crescimento no Brasil em 2010 foi a atividade varejista e em terceiro lugar do ranking vem o setor farmacêutico. (Câmara, Andalécio;2013)

Em qualquer ramo de atividade, empreendedorismo está ligado ao social, a perceber as necessidades de uma determinada comunidade, de um determinado público-alvo, e buscar soluções para essas necessidades, atendendo da melhor maneira a sociedade em questão. Assim há também a possibilidade de conjugar o verbo empreender dentro da área da saúde sempre voltado ao bem-estar do paciente/cliente. (revista)

Esse projeto objetiva trazer à farmácia x uma experiência inovadora com acesso rápido e fácil a medicamentos pelos pacientes, com visitas técnicas do farmacêutico responsável ao prescritor, permissão de colaboradores ao intraempreendedoríssimo, criação de redes sociais como blog e atendimento personalizado via Whatsapp, minicursos de atualização dentro da própria farmácia para os colaboradores e mini workshops para os pacientes (hipertensão, diabetes, colesterol, dentre outros temas).

Para tanto, a base de gerenciamento deve estar fundamentada no plano de ação global, a Agenda 2030 a qual traz 17 objetivos de desenvolvimento sustentável que atinge a dignidade e a qualidade de vida de todos os seres humanos sem comprometer o meio ambiente e gerações futuras.

⁹⁹ Aluna do curso de Farmácia da Universidade Cruzeiro do Sul.

¹⁰⁰ Aluna da Universidad Científica del Sur.

2 DESENVOLVIMENTO

Atualmente, vive-se mundialmente e com tanta relevância pós-Covid-19 a revolução industrial 4.0. Com tecnologia de ponta e velocidade de conhecimento absurda ela vem ganhando seu espaço e por isso se faz necessário metodologias ágeis para inovação e empreendimento, trazendo benefícios como otimização de recursos, redução de erros e diminuição de gastos.



Fonte: Google

Dentre tais metodologias destaca-se o Design Thinking e Lean Startup, cada uma delas com um foco no referente a identificação e resolução do problema. A seguir:

a. **Design Thinking**

É uma metodologia centrada na pessoa, em entender o que o usuário necessita com empatia. O Design Thinking é composto por seis etapas: entender, observar, definir, idealizar, prototipar e testar. (Cavalcanti, 2014)

b. **Lean Startup**

É uma metodologia com foco nas mudanças necessárias para se manter o negócio. Requer experimentação.

A metodologia Lean Startup foi desenvolvida por Ries (2011) que, inspirado no processo de manufatura enxuta da Toyota no Japão, evoluiu essa linha de pensamento para aplicá-la ao processo de inovação de empresas. A proposta é evitar desperdícios e oferecer uma nova forma de gestão ajustada às especificidades existentes em startups. A metodologia busca antes de tudo validar hipóteses, aprender com validações junto aos clientes e criar o mais rápido possível um produto pelo qual eles estão dispostos a pagar. (Santos, 2021)

Um bom empreendedor além de empatia, ideias inovadoras, pensamento crítico, deve, além de tudo, pensar no social usando-se da Agenda 2030 que tem 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas como plano de ação global para erradicar a pobreza e dar qualidade de vida as futuras gerações.

1. Erradicação da pobreza,
2. Fome zero e agricultura sustentável,
3. Saúde e bem-estar,
4. Educação de qualidade,
5. Igualdade de gênero,
6. Água potável e saneamento,
7. Energia limpa e acessível,
8. Trabalho decente e crescimento econômico,
9. Indústria, inovação e infraestrutura,
10. Redução de desigualdades,
11. Cidades e comunidades sustentáveis,
12. Consumo e produção sustentável,
13. Ação contra mudança global do clima,
14. Vida na água,
15. Vida terrestre,
16. Paz, justiça e instituições eficazes,
17. Parcerias e meios de implementação.



Fonte: Google

3 PROPOSTA

Mediante esse cenário empreendedor, tecnológico, social e sustentável; a proposta desse trabalho e modelo de negócio é trazer inovação a farmácia “Sensitiva”. Permitindo assim possibilidade de melhor atendimento, cumprimento de objetivos e aumento de lucros e reconhecimento social.

Não somente as grandes redes tem o direito de crescer. O mercado é para todos e inovar gera frutos gradativos aos empreendedores.

Muitos pacientes fazem o uso inadequado do medicamento. Não tomam na hora certa, na dose correta, por tempo adequado. A atenção farmacêutica se faz importante e nem todos os estabelecimentos a faz.

Quem já foi a drogaria e pediu um medicamento para colesterol, prescrito pelo médico, e o farmacêutico explicou que o mesmo deve ser tomado a noite? Ou até mesmo necessitou de informações quanto ao uso do medicamento para H. Pylori e tão pouco foi ouvido? Será que o estabelecimento farmacêutico se tornou um “mercado” de drogas lícitas?

Existe, hoje em dia, o farmacêutico clínico. Além de assistência farmacêutica, atenção farmacêutica e dispensação farmacológica esse profissional faz a consulta farmacêutica. Dá dicas de como fazer o uso de medicamentos, com que o medicamento devo ser ingerido, qual melhor horário, esclarece quanto a interações medicamentosas, reduz RAM e toxicidade, entre outras habilidades. Portanto, seria ideal que a consulta com farmacêutico clínico fosse acessível aos pacientes e esse seria o primeiro ponto da proposta.



Fonte: Google

A segunda proposta seria a de o farmacêutico responsável fazer uma visita técnica ao prescritor do fármaco, assim reconheceria melhor o propósito para o paciente em questão. Isso evitaria erros de interação e não adesão ao tratamento.



Fonte: Google

A terceira proposta é inovar nas fórmulas deixando-as menos azedas, amargas, ásperas. Apresentando as características organolépticas mais agradáveis ao usuário.



Fonte: Google

A quarta proposta é extrapolar com a tecnologia. Criar “Blogs”, “WhatsApp”, “Podcasts” explicativos, “Folders”, “mini workshops” para os pacientes (hipertensão, diabetes, colesterol, descarte de medicamentos, entre outros). Através da tecnologia levar ao paciente o conforto de não precisar sair de casa para obter seus medicamentos, cosmeceuticos, fitoterápicos em sua residência.



Fonte: autor

A quinta proposta seria permitir o intraempreendedorismo entre os colaboradores. Existem profissionais com ideias futurísticas e que podem inovar e empreender dentro da própria farmácia.



Fonte: Google

A sexta proposta é a de trabalhar com maquiagem funcional e cosmética gourmet o novo “boom” do mercado cosmético.



Fonte: Google

Isso trará maior faturamento, credibilidade, confiança e modernidade.

A sétima proposta é disponibilizar uma caixa coletora de medicamentos vencidos, pois o descarte inadequado de medicamentos pode trazer sérios problemas ao coletor e ao meio ambiente. Trata-se de produtos químicos e esses devem ser corretamente descartados. Além de oferecer também o serviço de coleta de materiais perfuro cortantes aos pacientes “Vips”.



Fonte: Google

Todo cliente busca confiança, satisfação, inovação e praticidade, muito mais o paciente.

E é isso que a proposta vai ao encontro!

4 CONCLUSÃO

Este projeto tenta demonstrar o quanto o curso nos proporcionou em termos de aprendizado e experiência, desenvolvendo uma visão mais inovadora e construtiva como parte de um grupo. O mundo está em constante mudança, as pessoas sempre querem mais, buscam qualidade, bons preços, atendimento diferenciado e empatia. O consumidor, seja de bens, serviços ou produtos, tornou-se exigente e a tecnologia, indústria 4.0, empreendedorismo chega com força para tentar suprir essa demanda. Este projeto é um sonho possível para um futuro empresário do grupo. A princípio, você não conhecerá a Farmácia Sensível, mas poderá ter a oportunidade de se tornar um intraempreendedor.

As experiências e aprendizados que tivemos no curso foram muito gratificantes e enriquecedores. Nós superamos cada sábado escolar. Ouvimos outras línguas e temos contato com outras culturas e isso nos prepara para o mundo, para o empreendedorismo e para a sustentabilidade.

Foi muito gratificante e enriquecedor as experiências e aprendizados que tivemos no curso. Nos superamos a cada sábado letivo. Escutamos outras línguas e tivemos contato com outras culturas e isso nos prepara para o mundo, para o empreendedorismo e para a sustentabilidade.

Como dupla, agradecemos a oportunidade e concluímos que este curso internacional nos

ofereceu mais oportunidades de desenvolvimento no caminho da carreira profissional, bem como no nosso desenvolvimento pessoal.

5 REFERÊNCIAS

CÂMARA, Erlon Campelo; ANDALÉCIO, Aleixina ML. Características empreendedoras: um estudo de caso com farmacêuticos utilizando o modelo de McClelland. **Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business**, v. 1, n. 3, p. 64-77, 2012.

CAVALCANTI, Carolina Magalhães Costa. Design Thinking como metodologia de pesquisa para concepção de um ambiente virtual de aprendizagem centrado no usuário. **SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância**, 2014.

EMPREENDEDORES, Farmacêuticos; DO FARMACÊUTICO, Dia. A PANDEMIA AINDA NÃO PASSOU, MAS NOS MANTEMOS FIRMES EM NOSSOS COMPROMISSOS.

RAMOS, Ygor Jessé et al. As farmácias vivas como tecnologia social: o território, tipologia e os objetivos do desenvolvimento sustentável. 2017.

SANTOS, Felipe Dário. **Plano de marketing para startups-Estudo de caso garagethinking**. 2021. Tese de Doutorado.

SILVA, Enid Rocha Andrade da Coordenadora. Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. 2018.

**PERSPECTIVA GLOBAL X REGIONAL:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES
DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN) E ASEAN+3**

Gislaine Cristine Borges¹⁰¹

RESUMO

O presente trabalho é um projeto de pesquisa de iniciação científica aborda a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). A ideia é entender esse bloco internacional de poder a partir das perspectivas locais, regionais e globais, considerando os aspectos precedentes, especialmente relacionados às relações colônia-impérios e posteriores, ligadas às repercussões internacionais que o bloco teve, em particular o Brasil. Ao final, os processos investigativos e os seus produtos serão devidamente apresentados em um relatório entregue à instituição. Essa pesquisa teve como objetivo realizar uma análise acerca do desenvolvimento do bloco econômico Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e de seu desdobramento Asean+3, composto pelos 10 integrantes do Asean em união à China, Japão e Coreia do Sul. Por meio de uma abordagem econômica, histórica e geográfica fez-se um paralelo de crescimento desde sua fundação em 1967, até os dias atuais. Inicia-se tratando de questões históricas que levaram a criação do bloco; da crise asiática de 1997; da criação do Asean+3 e de perspectivas para o futuro do bloco e da região do sudeste da Ásia.

Palavras-chaves: Asean, Ásia, Blocos internacionais, Sudeste Asiático.

ABSTRACT

The present work is a scientific initiation research project about the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). The idea is to understand this international power bloc from local, regional and global perspectives, considering the previous aspects, especially related to colony-empires relations and later ones, linked to the international repercussions that the bloc had, in particular Brazil. At the end, the investigative processes and their products will be duly presented in a report delivered to the institution. This research aimed to carry out an analysis about the development of the Asean economic bloc (Association of Southeast Asian Nations) and its unfolding Asean+3, composed of the 10 members of Asean in union with China, Japan and South Korea. Through an economic, historical and geographic approach, a growth parallel was made since its foundation in 1967, until the present day. It begins by dealing with historical issues that led to the creation of the block; the 1997 Asian crisis; the creation of Asean+3 and prospects for the future of the bloc and the Southeast Asia region.

Keywords: Asean, Asia, International Blocs, Southeast Asia.

¹⁰¹ Estudante do Curso de Relações Internacionais da Universidade Cruzeiro do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é um bloco internacional de poder criado em 1967 e que reuniu, inicialmente, Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura e Indonésia. Atualmente conta também com a participação de Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja. Tendo como observadores externos o Timor-Leste e Papua-Nova Guiné¹⁰².



O bloco tem como finalidade principal estabelecer a integração e cooperação entre os membros em diversas áreas, tais como: comércio, segurança, educação, cultura etc. A instituição mantém relações próximas com os países da bacia do Pacífico e com a Organização da Cooperação de Xangai, liderada pela China, além de relações estabelecidas diretamente com Japão e Coreia do Sul.

A época de sua criação, o sistema internacional estava experienciando uma fase de fortes tensões, principalmente entre as duas principais potências mundiais, EUA e URSS. Tais nações envolvidas diretamente na Segunda Guerra Mundial estavam em franca recuperação de suas economias e buscavam expandir suas áreas de influência no mundo. Este conflito afetou rigorosamente os Estados do Leste Asiático. Os Estados envolvidos criaram ao longo dos primeiros anos da Guerra Fria os organismos mundiais ou supranacionais, os instrumentos de auxílio financeiro, tutela política e de segurança que tinham como finalidade reorientar o mundo aos seus interesses específicos. Neste sentido, a criação de blocos de poder foi um movimento geopolítico e geoeconômico de escala regional.

Após um período de alguns anos de discussões e ajustes dos termos do bloco pelos países

¹⁰² Mapa ASEAN. Disponível em: <https://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2019/11/asean-mapa.jpg>.

membros, a ASEAN foi criada em 1967. Para, ao mesmo tempo, estruturar as economias nacionais dos países membros e equacionar os interesses comuns desses em relação ao mercado mundial que se reconstruía após as guerras.

A relevância da ASEAN foi demonstrada de forma muito expressiva nos anos seguintes, a partir das relações comerciais desses países que se expandiram de forma rápida e cada vez mais mundializada. Nesse sentido, o estudo da ASEAN enquanto um bloco internacional de poder, formado por países asiáticos em desenvolvimento no contexto a formação da organização, mas que se tornam cada vez mais relevantes do ponto de vista geoeconômico mundial, tendo, por este motivo, grande relevância para o estudo das Relações Internacionais.

2 OBJETIVOS

a. Objetivo Geral

O objetivo geral do projeto é contribuir com o conhecimento sobre o bloco internacional de poder constituído pela ASEAN, seus aspectos históricos, econômicos e políticos, mais gerais. A ideia é compreender os aspectos que contribuíram para a formação, evolução e consolidação do bloco regional em questão.

b. Objetivos Específicos

Um dos objetivos específicos da pesquisa é analisar o surgimento do ASEAN, sua estrutura, o que motivou sua criação e os impactos na economia dos Estados membros em curto, médio e longo prazo. Observando questões históricas como a influência do ocidente, dos conflitos ao colonialismo; e questões internas de cunho social ou político.

Dissertar sobre os países membros do bloco, com ênfase nos chamados Tigres Asiáticos, conhecer suas histórias, a política externa e comercial, compreender as mazelas do desenvolvimento industrial tardio, incluindo crises econômicas, individuais e a nível regional.

Examinar as causas da forte crise econômica de 1997 e sua consequência, como foi a resposta entre os governos do Leste Asiático. A rápida recuperação econômica e as novas parcerias decorrente da mudança de rumo resultante da crise. Com ênfase no desenvolvimento do Asean+3, constituído pela parceria entre os membros do ASEAN e China, Japão e Coreia do Sul.

Analisar os aspectos relacionados à contradição centralidade/periferia embutida na criação do bloco, frente à condição imperialista, inclusive quanto ao emprego da expressão “sudeste asiático” de origem eurocêntrica.

Verificar em que medida os fatores históricos anteriores à criação do bloco, em especial a

questão colonial europeia, na região repercutiram os aspectos internos e externos ao bloco.

Observa nas referências a relação entre as questões econômicas internas (investimentos, emprego, renda etc.) e o comportamento do bloco em relações aos organismos internacionais (OMC, FMI, BIRD etc.) diante das flutuações (crises) da economia internacional.

Por fim, pretende-se elucidar os vínculos especificamente existentes entre a realidade brasileira e a dos países da ASEAN que, na maior parte dos casos passam despercebidos do público em geral. Saliento que, do ponto de vista comercial é atualmente, enquanto bloco, o maior consumidor de produtos brasileiros contribuindo com a maior fatia do PIB nacional¹⁰³.

3 MATERIAIS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

a. Materiais

A pesquisa consiste em:

- Levantamento de dados e informações bibliográficas mais gerais: livros- textos; periódicos; sites; blogs; páginas de organizações internacionais; páginas de governos e demais bibliotecas virtuais nacionais e internacionais disponíveis para consulta.
- Levantamento de dados e informações bibliográficas específicas: Teses, dissertações e monografias sobre a ASEAN e sobre as relações entre Brasil e ASEAN.

b. Procedimentos metodológicos

- A princípio, a pesquisa será feita com base em consulta aos portais de busca pelas seguintes palavras-chave: Associação das Nações do Sudeste Asiático, ASEAN, bloco internacional de poder, livre mercado asiático, ASEAN e Brasil, entre outras.
- Os dados e as informações consideradas relevantes do ponto de vista da pesquisa por palavras-chave serão organizados em pastas e subpastas em diretório e em nuvem.
- Os dados e informações separados nas pastas e subpastas serão analisados e filtrados mais uma vez em novas pastas específicas para a elaboração do relatório final.
- Procede-se à escrita e submissão ao orientador do relatório parcial com os materiais escolhidos para compor o relatório final.
- Definidos os conteúdos que comporão o relatório final, inicia-se a escrita do texto final do relatório de iniciação científica.
- Entrega do relatório final de iniciação científica ao orientador para eventuais considerações, correções ajustes e complementações.
- Entrega do relatório final à instituição.

¹⁰³ COMEX DO BRASIL. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/entre-blocos-asean-e-a-maior-fonte-de-superavit-para-o-comercio- exterior-brasileiro-de-janeiro-a-maio/>

4 HISTÓRIA

O processo de industrialização iniciado pela Grã-Bretanha no século XVIII com a evolução nos meios de produção, marca a mudança da estrutura econômica mundial. Diante disso, a produção em massa gera a necessidade de esvaivar esse capital, para tanto “a Grã-Bretanha e suas colônias se tornam a mais vasta ‘zona de livre comércio’ do mundo”, conforme observado por Oliveira (2003)¹⁰⁴ ao abordar a supremacia britânica no mercado mundial.

A partir da iniciativa inglesa, acordos de cooperação externa se tornam uma estratégia comercial. Blocos econômicos são acordos supranacionais de integração de mercado que têm por finalidade a eliminação de barreiras alfandegárias e a intensificação da exportação. Existem diversas maneiras de promover a integração econômica internacional, porém, em todas está incluído o livre comércio. Grandes eventos históricos causam forte impacto financeiro, e por consequência torna indispensável a assinatura de um acordo comercial.

É correto afirmar que o pós-Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria marcaram uma transição brusca no arcabouço da economia global. Muitos países envolvidos nos conflitos (direta ou indiretamente) necessitaram de socorro financeiro, que veio por meio dos planos Marshall – na Europa – e Colombo – na Ásia. Coalizões que, durante a Guerra Fria, tinham em seu cerne a intenção de cercear a disseminação dos ideais socialistas da URSS. A promoção deste “cordão sanitário” ao redor da URSS foi uma das estratégias utilizadas para manter a hegemonia estadunidense. Em destaque, o plano Colombo consistia em um acordo de cooperação entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento que visava a recuperação econômica das regiões afetadas pelas guerras, assinado no Sri Lanka em 1950.

O Plano Colombo foi crucial para o desenvolvimento acelerado de países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Os recursos teriam como finalidade prover capital físico, contudo, enfatizando a necessidade da utilização do dinheiro para a assimilação da nova tecnologia, parâmetros estabelecidos pelo Estado que possuía controle das decisões econômicas. Transformando a sociedade em uma força de trabalho educada, associando o investimento educacional com padrões rígidos de desempenho na indústria. Em concordância com Lima (2016)¹⁰⁵, como retratado no trecho “Os estudiosos da Ásia, [...] passam inclusive a discutir se fazia sentido falar de um “padrão asiático de crescimento”, sintetizado em estado indutor, superação do atraso tecnológico, educação e *export drive*.”¹⁰⁶

¹⁰⁴ Oliveira, CAB. Processo de Industrialização: Do Capitalismo Originário ao Atrasado (2003) p.157.

¹⁰⁵ Lima, Marcos Costa. Perspectivas Asiáticas (Pensamento Crítico), 2016. p. 8.

¹⁰⁶ O conceito de Plataforma de Exploração refere-se à estratégia utilizada pelos Estados asiáticos que, usando de uma força centralizadora, concentram esforços no desenvolvimento da educação e infraestrutura. Isto aliado a uma mão de obra barata transforma a região e a torna apta a receber grandes empresas transnacionais. Inicia-se um processo acelerado de desenvolvimento.

No início da década de 1960, mesmo em um período de forte nacionalismo e dos embates decorrentes da Guerra Fria, houve a criação da Associação do Sudeste Asiático. Um modelo de cooperação internacional que representava o desprendimento à noção de etnicidade como fundamental para a integração comercial. Historicamente situado em um período conflituoso, o ASA assumiu o compromisso de manter uma política neutra perante as ideologias ocidentais. Essa neutralidade possibilitou ao grupo um sistema cooperativo maior, com mais Estados participantes. Contudo, entre os anos de 1965 e 1967, com o enfraquecimento das relações entre membros da ASA surge a necessidade de remodelagem dos conceitos de cooperação regional.

O Tratado de Bangkok/Asean é assinado em 1967 e formado inicialmente por 5 países membros representados por seus ministros de relações exteriores, em uma negociação vulgarmente denominada “*sports-shirt diplomacy*”. Possuía a finalidade de suprimir os conflitos históricos entre as nações; as dificuldades econômicas da região; e, por fim, o atraso no processo de desenvolvimento. O acordo fixou a cooperação econômica, social, cultural, educacional, além da manutenção da paz e estabilidade através do respeito mútuo entre os Estados membros. Do que a Declaração de Bangkok apresenta, segue abaixo um trecho:

DO HEREBY DECLARE:

FIRST, the establishment of an Association for Regional Cooperation among the countries of South-East Asia to be known as the Association of South-East Asian Nations (ASEAN).

SECOND, that the aims and purposes of the Association shall be:

1. To accelerate the economic growth, social progress and cultural development in the region through joint endeavours in the spirit of equality and partnership in order to strengthen the foundation for a prosperous and peaceful community of South-East Asian Nations;
2. To promote regional peace and stability through abiding respect for justice and the rule of law in the relationship among countries of the region and adherence to the principles of the United Nations Charter;
3. To promote active collaboration and mutual assistance on matters of common interest in the economic, social, cultural, technical, scientific and administrative fields;
4. To provide assistance to each other in the form of training and research facilities in the educational, professional, technical and administrative spheres;
5. To collaborate more effectively for the greater utilization of their agriculture and industries, the expansion of their trade, including the study of the problems of international commodity trade, the improvement of their transportation and communications facilities and the raising of the living standards of their peoples;
6. To promote South-East Asian studies;
7. To maintain close and beneficial cooperation with existing international and regional organizations with similar aims and purposes, and explore all avenues for even closer cooperation among themselves.

Para preservar a assinatura do Tratado da Asean após o insucesso da ASA foi fundamental a garantia do respeito à soberania e da estabilidade social na região. A intenção seria blindar o Leste Asiático de possíveis pressões ocidentais, buscando a coalizão regional independente de questões nacionalistas. Fixa-se então, as duas maiores normas que devem ser seguidas para a participação de um Estado no bloco: a primeira é a obrigatoriedade de a nação estar geograficamente posicionada

dentro do Sudeste Asiático e a segunda é que possua uma política em concordância com o estabelecido na declaração de Bangkok.

É notável o impacto econômico do tratado na economia dos Estados membros. Realizando uma média de crescimento entre as 5 nações a primeiro adentrar o bloco (Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia e Filipinas). Do ano da assinatura do acordo, foi possível destacar uma média de crescimento de 6% para os 5 Estados membros do Asean. No ano seguinte, 1968 já se projetava um progresso, com um crescimento médio de 9%, dando destaque para a Indonésia, que partiu de um PIB com crescimento anual de 1,38% em 1967 para 10,9% no ano posterior.¹⁰⁷

A intervenção externa é algo que motivou conflitos entre os Estados na região por gerações, atrasando projetos de cooperação entre o Sudeste Asiático, e por vezes os extinguindo. A exemplo da Tailândia, que como sempre foi um Estado independente possuía forte apelo territorial, até apoiar a invasão japonesa na Indonésia e Ilha de Bornéu (Malásia e Singapura, ainda unificados), após isso perdeu a confiança da região. Similarmente, aponto para questões coloniais entre Malásia e Singapura, a independência e a separação causaram rupturas na relação entre os países. Por fim, dou destaque ao uso da Tailândia como base militar estadunidense durante a guerra do Vietnã.

Torna-se importante também discutir a respeito do uso do termo ‘Sudeste Asiático’. Trata-se na verdade de uma denominação ocidental, utilizada para melhor delimitar aquela região, assim como observado por Oliveira (2016)¹⁰⁸ que cita Simmel: “Nem Atlântico Norte, nem Sudeste Asiático existem como fatos geográficos. Ambos são politicamente construídos”. Para compreender essa lógica teremos que pensar a Ásia a partir de um ponto de vista eurocêntrico, ou seja, ‘a Ásia como tudo o que está a leste da Grécia’. Em 1978, o autor Edward Said abordou esse assunto, argumentando que toda a questão em torno da denominação “oriente” e “ocidente” se trata apenas de poder e dominação, ele descreve em seu livro “Orientalism”¹⁰⁹:

Meu argumento é que a história é feita por homens e mulheres, assim como também pode ser desfeita e reescrita, sempre com diversos silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfigurações toleradas, para que o “nosso” Leste,” nosso” Oriente se torne “nosso” para possuir e dirigir. (Said, 1978)

Contudo, essa forma de raciocínio atualmente se mostra frágil e em um mundo cada vez mais integrado, impõe barreiras a cooperação regional. Uso como exemplo o Sri Lanka (à época, Ceilão) ser descartado como membro do Asean por não haver consenso a respeito de seu território fazer parte do Sudeste Asiático.

¹⁰⁷ Dados identificados no portal <https://data.worldbank.org>, os dados foram disponibilizados pelos Estados para análise e disseminação de informação.

¹⁰⁸ Oliveira, Henrique Altemani de. "Livre comércio, cooperação regional ou disputa por poder? Qual é o papel da Parceria Transpacífico?" in: Lima, Marcos Costa. *Perspectivas Asiáticas (Pensamento Crítico)* (2016) p. 27.

¹⁰⁹ Tradução do trecho: My argument is that history is made by men and women, just as it can also be unmade and re-written, always with various silences and elisions, always with shapes imposed and disfigurements tolerated, so that "our " East, "our " Orient becomes "ours " to possess and direct.

5. ECONOMIA

Ao fim do século XX o ASEAN já possuía forte apelo regional na Ásia e outros continentes próximos, os Estados membros passavam por um ótimo momento econômico, com exceção das Filipinas. Este, passava por um período economicamente estável, com um crescimento médio de 3,39% entre os anos de 1980 e 1983, seguido de uma queda brusca de 9,19%¹¹⁰ em 1984. O sucesso das relações entre os Estados teve como consequência a aderência dos outros cinco membros plenos, entre os anos de 1984 e 1999 assinaram o tratado: Brunei, Vietnam, Laos, Camboja e Mianmar.

A experiência até então muito bem-sucedida de forma geral, alcançou seu momento de crise em 1997. A crise tem início após a forte valorização cambial das moedas dos Tigres Asiáticos em relação ao dólar, a partir de 1995. Causando impacto na balança comercial de algumas nações. Como estratégia para equiparar os índices de importação e exportação, em 1997 o governo tailandês opta por aderir ao modelo de câmbio flutuante. Segundo Medeiros (1998)¹¹¹:

A questão é relevante por três razões principais. Em primeiro lugar, historicamente países como a Coreia deslocaram sua taxa de câmbio para o dólar (segunda metade dos anos 80) ou para o iene (primeira metade dos anos 80) segundo os interesses ditados pelo aumento da competitividade das exportações. Os demais países da ASEAN-4 mantiveram desde 1985 taxas de câmbio desvalorizadas em relação ao dólar. A valorização ocorrida a partir de 1995 é, portanto, uma ruptura com a experiência histórica imediata. Em segundo lugar, ao contrário dos países latino-americanos nos anos 90, a valorização cambial e a indexação ao dólar ocorrida na Ásia não se deram num contexto de políticas de estabilização em economias cronicamente inflacionárias ou à beira da hiperinflação. As economias asiáticas vinham de trajetórias de alto crescimento e baixa inflação. Em terceiro lugar, ressalta-se que com exceção da China, a valorização atingiu simultaneamente as principais moedas da região.

Em pouco tempo, o Baht¹¹² perde cerca de 23%¹¹³ do seu valor. Ainda em 1997, as bolsas de valores de Hong Kong e Singapura sentem o impacto, porém sem a desvalorização em suas moedas. O ASEAN e a Coreia do Sul começam a recorrer ao FMI por empréstimos para organizar as finanças, e nestes países, houve uma intensa desvalorização das taxas de câmbio. A Indonésia foi um dos países mais afetados, após fechar o ano de 1997 com um crescimento de 4,7%,¹¹⁴ a desvalorização no ano seguinte chegou a 13,1%.¹¹⁵

O impacto na sociedade foi tremendo. Empresas faliram, fábricas fecharam, a inflação disparou. O desemprego se tornou um problema, e teve como consequência os saques dentro do

¹¹⁰ Dados identificados no portal <https://data.worldbank.org>, os dados foram disponibilizados pelos Estados para análise e disseminação de informação.

¹¹¹ Medeiros, Carlos Aguiar de. "Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coreia" (1998) p. 163-164

¹¹² Moeda corrente na Tailândia.

¹¹³ Bahry, Thaise Regina. A crise asiática e suas consequências para o Brasil. p. 3.

¹¹⁴ Dados identificados no portal <https://data.worldbank.org>, os dados foram disponibilizados pelos Estados para análise e disseminação de informação.

¹¹⁵ Dados identificados no portal <https://data.worldbank.org>.

território tailandês, que necessitou de um auxílio estadunidense de cerca de US\$70 milhões em suprimentos e alimentos. Ainda segundo Medeiros (1998):

A predominância de aspectos políticos e ideológicos neste movimento de convergência institucional, como o que vem ocorrendo em escala mundial, é inegável. Ontem na América Latina e hoje na Ásia a crise externa das economias periféricas resulta em mais – e não menos como no passado – abertura comercial, maior desregulação financeira e menor controle do estado sobre a economia.

A crise demonstrou que era necessário abrandar a corrida desenvolvimentista, e os resultados no âmbito econômico vieram depressa, além de que a saída da crise de países como a Coreia do Sul e Japão é algo a se destacar. Os cinco Estados membros iniciais do Asean, obtiveram um crescimento médio de 4,05%¹¹⁶ no ano de 1999. Contudo, ainda restava a insegurança regional, o que levou a China a assinar um acordo de livre comércio com o Asean, e na sequência, Japão e Coreia do Sul aderiram ao acordo, evidenciando uma nova etapa na economia da região, o seguimento Asean+3.

A superação sul coreana perante a crise chama a atenção pela velocidade. O país vinha crescendo 6,8% ao ano entre 1992 e 1997, em 98 teve uma queda brusca de 5,5%¹¹⁷; em 1999 se recuperou com um crescimento do PIB de 11,4%¹¹⁸. Para compreender esse fato é importante focar nas questões que precedem a crise. Relembrando o termo “padrão asiático de crescimento”, é possível utilizar a Coreia do Sul como um dos maiores exemplos dessa prática. O Estado detinha todo o poder nas questões relativas à economia, portanto, exigia o bom desempenho fabril em troca de subsídios e protecionismo. Dessa forma, mesmo com a centralização do poder, a indústria ainda possuía controle sobre o mercado, conforme observado por Alice Amsden (1989) “Abaixo do nível do Estado, o agente da expansão em todos os países de industrialização tardia é a empresa industrial moderna”¹¹⁹, ou seja, empresas grandes, multidivisionais e administradas de maneira hierárquica por gerentes assalariados.

Diante do impacto social e econômico dos conflitos ocidentais e da Guerra da Coreia, a reestruturação estatal promovida pelo governo militar nos anos 1960 foi de grande importância e estabeleceu os novos rumos da política coreana. O governo criou o Conselho de Planejamento Econômico¹²⁰, um tipo de organização governamental que proporcionou condições para o desenvolvimento industrial. Posteriormente, a relação entre o Estado forte e o setor empresarial possibilitou a criação de uma indústria competitiva, o incentivo estatal aliado a um bom desempenho levou a uma aceleração no processo de industrialização. Em questão de 30 anos, a Coreia do Sul se

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Lima, Marcos Costa. "Introdução: A ascensão da Ásia" in: Lima, Marcos Costa. *Perspectivas Asiáticas* (Pensamento Crítico), 2016. p. 8.

¹¹⁸ Dados identificados no portal <https://data.worldbank.org>.

¹¹⁹ Tradução do seguinte trecho: “Below the level of the state, the agent of expansion in all late- industrializing countries is the modern industrial enterprise”.

¹²⁰ EPB – Economic Planning Board.

tornaria uma nação comercialmente competitiva.

A partir dos anos 60, a Coreia do Sul iniciou o processo de diversificação de sua produção, partindo da produção de bens simples, depois investindo na indústria química e pesada, alcançando os setores naval e automobilístico. Até que, a partir da década de 1980, o país começa a investir na área de tecnologias eletrônicas. Esse processo toca no conceito empresarial citado anteriormente, o apoio financeiro estatal incentivou a formação de enormes conglomerados industriais de produção muito diversa, denominados *chaebols*. Os *chaebols* possuem subdivisões que garantem a diversidade de produção, e detêm grande parte da produção do Estado coreano, conseqüentemente, os conglomerados dispõem de especialização – algo crucial para o desenvolvimento industrial.

Esse modelo de mercado era predominante em boa parte das nações do Leste Asiático, e teve certa influência na força que a crise de 1997 teve sob as economias. Essa concentração de produção, capital e especialização leva a noção de que os *chaebols* não tem uma forte preocupação com o lucro, e sim com a competitividade externa, com a quota de mercado. Como representado por Woo-Comunings (1999)¹²¹:

A sabedoria convencional é que os *chaebols* não são lucrativos e, na verdade, nem mesmo são interessados no lucro. Sua atividade, dizem, raramente foi impulsionada pelas preocupações do mercado comum ou oferta e demanda e, em vez disso, há muito buscam participação de mercado, e não apenas operou com prejuízo ao fazê-lo, mas cortejou uma espécie de falência habitual.¹²²

A reforma financeira coreana feita de maneira rígida e controlada foi o que resultou numa rápida recuperação, entretanto as taxas de falência e desemprego tiveram um forte aumento. A capacidade de geração de emprego foi reduzida de forma significativa, entretanto, mesmo com as reformas alguns pontos das políticas econômicas foram conservados, como o controle estatal e o estabelecimento de normas de desempenho industrial. As reformas tiveram um impacto positivo no que diz respeito a economia e confiança do mercado internacional, no ano de 1999 o PIB coreano teve um crescimento de 11,4%, uma diferença gritante em comparação com a queda de 5,12%¹²³ do ano anterior.

O Japão foi o pioneiro no processo desenvolvimentista no Ásia Oriental, por meio de um processo semelhante ao da Coreia do Sul. Estado indutor e a criação do MITI (Ministério do Comércio e Indústria Internacional) um ministério de regulamentação econômica, em 1951.

o MITI [...] não apenas recuperou a economia do Japão, mas introduziu uma política de racionalização industrial que coordenou esforços de cooperação formalizados entre o governo japonês e o setor privado.” (Lima, 2016)¹²⁴.

¹²¹ Woo-Cumings, Meredith. "The Politics of the Asian Economic Crisis" (1999) p.122

¹²² Tradução do trecho: "The conventional wisdom is that the chaebols are not profitable and indeed are not even interested in profit. Their activity, it is said, has rarely been driven by ordinary market concern or supply and demand, and instead has long pursued market share, and they have not only operated at a loss in so doing but have courted a kind of habitual bankruptcy."

¹²³ Dados identificados no portal <https://data.worldbank.org>.

¹²⁴ Lima, Marcos Costa. "Perspectivas Asiáticas (Pensamento Crítico), 2016. p. 7

O MITI possuía o controle das negociações de aspecto econômico para a importação de tecnologia; abrindo margem para o investimento em indústrias promissoras por meio da criação do Banco do Desenvolvimento do Japão, equilibrando a balança comercial.

Nos anos 1970 o MITI mantinha vinte e sete conselhos, com base em discussões de conselhos o ministério estabelecia o rumo dos investimentos e as atividades para o setor privado. Essa forma de intervenção estatal se tornava funcional pois criava um consenso entre Estado e setor privado. Estes “acordos” seguiam de maneira não legislativa, dando mais flexibilidade as decisões e proporcionando uma política econômica funcional. O Japão havia conquistado uma estrutura sólida entre os setores privado, burocrático e o governo. O crescimento econômico nesta década foi, em média 4,11% ao ano; um número excelente para a economia.

Entretanto, de acordo com Nishijima (2012)¹²⁵ “Nesse período, observou-se uma alta taxa de crescimento; porém, por conferir demasiada atenção ao crescimento, o bem-estar social foi negligenciado.” A questão ambiental foi algo problemático para o desenvolvimento acelerado japonês, a destruição e contaminação do ambiente chamou a atenção externa e exigiu a atenção governamental, que por sua vez, aplicou medidas de bem-estar social envolvendo normas para reduzir o impacto ambiental.

Futuramente, as questões de cunho ambiental seriam evidenciadas nas Conferências da ONU para o Meio Ambiente. Como o Protocolo de Kyoto, que é uma série de práticas reunidas em um único documento, e ratificadas dentro do tratado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima, no ano de 1997. Neste documento, a UNFCCC¹²⁶ dá as sugestões de políticas que deveriam ser seguidas pelos países signatários para reduzir o dano ambiental causado pela industrialização. Tendo como um dos primeiros objetivos uma redução de 5% nas emissões de gases nocivos dentro do primeiro período de comprometimento, de 2008 até 2012.²⁶

Assinado em 1954, a Assistência Oficial de Desenvolvimento (OAD), é uma iniciativa japonesa para a doação financeira à outras economias, o foco era o auxílio direcionado as nações asiáticas. Em 1970, 98,2% do valor da OAD era repassado a países da Ásia, de certa forma, uma reparação histórica e uma forma de reaver a confiança da região no pós-guerra.

Entre os anos de 1980 até 1997 o Japão, China e os Tigres Asiáticos juntos são a região que mais cresceu na economia mundial. O primeiro, soma um crescimento médio anual de 3,32% no período. Em 1997 o Japão se aproxima mais das nações do ASEAN, se envolvendo de maneira ativa em questões regionais envolvendo o Sudeste Asiático, como a pacificação do Camboja; também como um dos idealizadores do Fórum Regional da Asean que atua na área de segurança

¹²⁵ United Nations Framework Convention on Climate Change.

¹²⁶ Informações coletadas dentro do portal da UNFCCC. Disponível em: https://unfccc.int/kyoto_protocol

regional.

A ascensão chinesa se deu, inicialmente pela abertura comercial e reformas econômicas nos altos da década de 1970. Depois, pela entrada do país na Organização Mundial do Comércio, em 2001. O desenvolvimento chinês era visto com um ar desagregador para o crescimento regional, principalmente pelo posicionamento de que a competitividade chinesa no mercado havia sido um fator para a crise asiática de 1997. Além do que, a China não foi diretamente atingida pela crise, apresentando crescimento econômico nos anos 1998 (7,84%) e 1999 (7,66%). Porém, se levado em consideração que uma crise econômica não acarreta apenas problemas econômicos, mas também instabilidade política e social, a China teria sido afetada.

A China possuía um modelo econômico semelhante ao dos países fortemente abatidos pela crise, como a Coreia do Sul; logo, havia duas possibilidades:

- Desestabilização por conta do abalo econômico da crise; e
- Perda da confiança da população na política do estado, o socialismo chinês. Ambas as hipóteses acarretariam instabilidade política e social.

Portanto, o Estado inicia um processo de remodelação do sistema estatal e bancário, uma sequência iniciada com a modernização, reestruturação industrial e aprimoramento da economia. Com foco na estabilidade financeira e desenvolvimento tecnológico.

Para retomar a confiança regional, a China estabeleceu um sistema de livre comércio com o ASEAN, praticamente forçando a Coreia do Sul e o Japão a participar da estratégia, caso contrário os dois últimos poderiam perder mercado. Dando início ao ASEAN+3, as negociações começaram em 1997, formalizadas em 1999 com a assinatura de uma declaração conjunta. Retomando o crescimento econômico baseado no regionalismo, na cooperação e na competição.

No ano de 2002 tem início o comércio regional entre o ASEAN e o ASEAN+3, dando início a chamada “Nova Era da Integração Econômica na Ásia do Leste”; estes países que um dia foram inimigos em conflitos internos e do Ocidente, agora como parceiros regionais. Ainda em 2000 se iniciam negociações de um investimento, o swap. As negociações se estendem até o ano de 2010, quando da execução da Iniciativa Chiang Mai.

O *swap* é um tipo de investimento derivativo que consiste na troca de posições relacionando risco ou rentabilidade, usado como forma de proteção ou um investimento especulativo. No caso da Iniciativa Chiang Mai, se trata de swaps cambiais bilaterais e acordos de recompra, aliviando a escassez de divisas entre os países do ASEAN. A entrada nesse sistema pelos países da ASEAN+3 aumentou os limites de swap de U\$200 milhões para U\$1 bilhão. Esse acordo estabeleceu medidas como a troca de informação entre as nações envolvidas por meio de uma rede de contato e monitoramento.

Somando esses investimentos aos valores das reservas cambiais de todos os países envolvidos – um valor médio de U\$800 milhões –, os Estados do acordo teriam uma reserva tremenda para a defesa em caso de ataques financeiros. No ano de 2010 esse arranjo atingiu a soma de U\$120 bilhões. Atualmente a China é o poder central da Ásia Oriental, através de uma atuação internacional ampla e o aumento dos investimentos externos. Sendo um dos países com maior presença entre os destinos das exportações brasileiras.

Historicamente, não só a China, mas diversos países asiáticos já possuíam destaque e influência no sistema internacional. Principalmente durante a era da colonização, quando nações como a China e a Índia foram grandes exportadores. A Ásia era uma protagonista comercial dentro do sistema, nesse contexto, a Europa não teria influenciado a estrutura econômica asiática; teria sido influenciada por ela. De acordo com Arrighi (1996) “Pelo contrário, depois de 1500 foi a Europa que usou a prata americana para pagar seu ingresso em um sistema comercial dominado pela Ásia.”. Desde os primórdios, a Ásia foi parte importante na construção da estrutura do sistema que conhecemos hoje. Como versado por Hegel: “A História do mundo viaja do Oriente para o Ocidente, pois a Europa é absolutamente o fim da História, a Ásia seu começo.”

6. BRASIL

Até a primeira metade do século XX, o relacionamento brasileiro com a Ásia era limitado ao Japão e a China e pouco explorado pela política externa nacional. Com o Japão, a relação se deu, principalmente, após abolição da escravatura e a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil, para atuação nas lavouras de café em São Paulo. Entretanto, o cenário internacional no pós-Guerra Fria mostrou a forte tendência dos investimentos do Leste Asiático. O Brasil logo passa a ampliar as negociações com países daquela região por ser uma fonte de matérias-primas, como levantado por Oliveira (2002)¹²⁷:

Por sua vez, o Brasil levanta interesses na Ásia por se caracterizar como uma importante fonte supridora de matérias-primas, principalmente produtos alimentícios e insumos básicos. Nesse sentido, à medida que a Ásia se dinamiza e se especializa em produtos manufaturados, é mantido ou ampliado o interesse na importação de produtos básicos do Brasil.

Contudo, mesmo com a assinatura de um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a China em meados de 1890, até a década de 1990, as relações brasileiras com a Ásia ainda eram reduzidas ao Japão. Importante citar que a iniciativa das interações eram praticamente, apenas japonesas; neste seguimento, Oliveira (2002) aponta a existência de dois ciclos de investimento japonês no Brasil.

¹²⁷ OLIVEIRA, H. A. Os Blocos Asiáticos e o Relacionamento Brasil-Ásia. São Paulo em Perspectiva, 16(1) 2002.

O primeiro ciclo tinha o propósito de assegurar o Japão como exportador de manufaturados, o que eventualmente se mostrou instável. Portanto, se fez necessária uma mudança nos planos do país dentro do Brasil, como levantado por Oliveira (2002) “[...] em decorrência de sua extrema fragilidade devido à escassez de matérias-primas em seu território, o Japão investe pesadamente no projeto de aço da Usiminas. “. O segundo ciclo aconteceu na década de 1970, com um Japão já consolidado internacionalmente e o Brasil vivendo o seu período de “milagre econômico”. Neste momento, a nação brasileira estava em constante crescimento e era muito atrativa para investimentos externos.

Uma maior inserção asiática na economia brasileira se dá apenas após os anos 1990, uma consequência da abertura econômica do Brasil, e da instauração do Mercosul. Observa-se uma participação dos *chaebols* sul-coreanos no mercado brasileiro, estes explorando fortemente as possibilidades do mercado. Particularmente, a prestação de serviço de infraestrutura brasileiro na Ásia nas áreas de energia e transportes. Vale ressaltar que o Brasil venceu a licitação para a construção da usina hidrelétrica de Bakun, na Malásia, porém, a crise de 1997 impediu a construção. O relacionamento Brasil-Ásia se dava em diversas frentes, e com os países da ASEAN os interesses eram políticos e econômicos, devido aos processos de desenvolvimento célere naquela região. Conforme abordado por Oliveira (2002):

O Sudeste Asiático, por seu desenvolvimento econômico acelerado e pelo fato de estar integrado através da Asean, passou a ser visualizado como um possível parceiro político e econômico, principalmente depois do estabelecimento do Mercosul.

Com a chegada da crise asiática em 1997, o Brasil foi “contagiado” principalmente pela noção de que o país teria que desvalorizar sua moeda para conter o avanço da instabilidade. Esse ataque especulativo à economia brasileira, entretanto, não atingiu o Estado com a mesma intensidade que afetou as nações asiáticas. Mesmo assim, o governo brasileiro precisou recorrer a diversas medidas de contenção que, junto a outros fatores, em 1999 levaram o país a recorrer ao FMI. Ainda de acordo com Oliveira (2002):

Na realidade, a crise desnudou as fragilidades regionais, demonstrando que a interdependência por si só não tem capacidade de manter a região isolada de instabilidades, [...]

Uma nova era de cooperação internacional entre a América Latina e a Ásia se dá com a criação do FOCALAL, (Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste), uma iniciativa de Singapura e Chile semelhante ao Asem (Asia-Europe Meeting). O FOCALAL foi instituído em 2001 e tem o objetivo de intensificar e facilitar as relações entre os países envolvidos, sem a presença dos Estados Unidos. Oliveira (2002) aludiu o tema e concluiu que “trata-se de uma iniciativa com vistas a [...] implementar programas e planos que ampliem os laços econômicos, políticos e culturais entre as duas regiões”.

Em 2007, aconteceu a III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília, na ocasião, o ministro das relações exteriores Celso Amorim, reafirmou o compromisso do Brasil em manter os laços estreitos com o leste asiático:

Nossas regiões estão buscando seu lugar na nova configuração de forças que emerge neste início de século. A aproximação que queremos contribui para uma ordem mundial mais democrática e pluralista, que reconheça a diversidade dos povos e reforce a multipolaridade, vital para combater hegemonias de qualquer espécie. O FOCALAL pode ser um valioso instrumento para promover essa aproximação. Podemos estabelecer parcerias construtivas e inovadoras se soubermos explorar os numerosos pontos de convergência que existem entre nós. Juntos, buscamos respostas eficazes para os desafios da paz e do desenvolvimento.¹²⁸

Alberto Romulo, Secretário de Relações Exteriores da Filipinas salientou em seu discurso a importância da atuação da ASEAN na cooperação América Latina-Ásia do Leste. Afirmando que a base da relação da FOCALAL seria a parceria e a cooperação por meio de diálogos significativos, assim como a ASEAN:

During our Chairmanship, ASEAN took bold and dramatic steps towards building “One Caring and Sharing Community” that places people at its center. We also moved significantly forward in protecting and promoting the rights of migrant workers in the region and beyond. We share this aspiration with Latin America and are determined to work within FEALAC to bring our communities closer.¹²⁹

Poucos anos depois da Reunião Ministerial em Brasília, o Brasil, junto a China, Rússia, Índia e África do Sul cria o BRICS. Um novo mecanismo de cooperação que reuniu as economias emergentes que mais se destacaram nos anos anteriores. Criado em 2009, o BRICS tem objetivos semelhantes aos do FOCALAL, mas tem um foco político-diplomático, e a intenção de viabilizar o diálogo entre essas nações. O BRICS é um instrumento que não tem a pretensão de superar outros Estados, e sim incentivar o desenvolvimento conjunto dos países. Reis (2013), menciona este aspecto:

The BRICS were not formed against the interests of other countries. They are not looking for a zero-sum game, but rather a win-win situation, which, by the way, is a feature of Brazilian diplomatic action. As Baron of Rio Branco used to say, “combinations in which none of the parties lose, and even more, those in which all win, will always be best”.¹³⁰

O BRICS se tornou uma importante plataforma de discussão para que nações emergentes discutam sobre questões relativas ao desenvolvimento, como comércio internacional, mudanças climáticas, economia e política. Contudo, ainda tem graves limitações, principalmente, no que diz respeito a direitos humanos. Observamos, sobretudo em 2022 o surgimento de debates relativos aos

¹²⁸ Discurso do ex-ministro Celso Amorim, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, na III reunião da FOCALAL, Brasília, 2007.

¹²⁹ Discurso do ex-ministro Alberto Romulo, do Ministério das Relações Exteriores da Filipinas, na III reunião da FOCALAL, Brasília, 2007.

¹³⁰ REIS, M. E. F. BRICS: Genesis and evolution. In: PIMENTEL, J. V. de S. (editor). Brazil, BRICS and the international agenda. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2013. p. 47.

direitos humanos na China, com a situação da comunidade étnica dos uigures. No entanto, mesmo com essas importantes questões, o BRICS demonstra estar no caminho para que seus integrantes logo setornem potências internacionais, especialmente o Brasil.

Em 2022, o ASEAN concedeu ao Brasil o status de Parceiro de Dialogo Setorial do bloco, o que ainda está pendente de formalização. No entanto, demonstra a realização de um dos pontos levantados pelo FOCALAL, a aproximação entre as regiões. E, especialmente, a função do Brasil em representar a América Latina nesse aspecto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ASEAN representa uma das regiões mais dinâmicas do mundo. Mesmo com nações culturalmente diferentes, e com passados históricos complexos optaram pela cooperação como a melhor estratégia de desenvolvimento. Atualmente, o ASEAN é um dos blocos econômicos mais ricos do mundo, com um PIB de U\$725,3 bilhões, e que realiza negócios com praticamente todos os outros blocos do sistema internacional.

A cooperação regional e o poder estatal se mostraram fundamentais para o desenvolvimento econômico e industrial das nações do sudeste asiático. No que diz respeito ao “poder estatal” é importante ressaltar que esse movimento se deve ao chamado “padrão asiático”, e é uma estrutura de organização do Estado em constante desenvolvimento. É também necessário compreender como essa cultura social favoreceu essa disposição de poder, que viabilizou o amadurecimento de instituições como o próprio ASEAN. Essencialmente, a população foi fundamental para o acelerado progresso do bloco. Sobre este tema, Hirano e Estenssoro (2006)¹³¹ afirmaram que:

Não se trata aqui de fazer a apologia de “valores asiáticos”, [...], mas de compreender que a cultura social favoreceu o desenvolvimento da estrutura de poder da forma como ele se deu, influenciando as organizações que surgiram nesse processo, além de determinar a criação do sistema de oportunidades sociais.

Portanto, é substancial considerar que, o Brasil sendo um país que tem a incrível habilidade de incorporar mudanças, pondere sobre os modelos de desenvolvimento asiáticos e os insira em suas próprias estratégias de crescimento econômico. Além de manter a cooperação com as nações do mundo para alcançar objetivos em comum. Especialmente na superação de temas relativos as mudanças climáticas, como as propostas do Protocolo de Kyoto; e sobre os Direitos Humanos.

O ASEAN é uma potência que deve ser utilizada como exemplo por outras comunidades em desenvolvimento, o regionalismo funcional do leste asiático foi a resposta para conflitos internos

¹³¹ HIRANO, S. ESTENSSORO, L. **Padrões de Desenvolvimento e de Oportunidade Social na América Latina e no Leste Asiático**. São Paulo, 2006. p. 122.

e externos, além de ser uma prática de possível reprodução. A distância imposta pela história será reduzida até o desaparecimento por meio da unificação regional. E a Ásia busca e alcançará um novo patamar do conceito de Estado e soberania. Onde a união gestará uma grande nação.

8 REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **FOCALAL – FOCALAE – FEALAC III Reunião Ministerial**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2009.

AMSDEN, A. **Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1989 p. 8-9 p. 52.

ASEAN – **História** – Disponível em: <https://asean.org/asean/about-asean/history/> . Acesso em: 24 mar. 2021.

ASEAN – **Declaração de Bangkok** – Disponível em: <https://asean.org/the-asean-declaration-bangkok-declaration-bangkok-8-august-1967/> Acesso em: 25 mar 2021. BAHRY, T. R. **A crise asiática e suas consequências para o Brasil**. Universidade Federal do Paraná. Paraná, 1999.

CAGLIARI, A. **Pandemia Reforça Aproximação Comercial entre Brasil e Ásia**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/pandemia-reforca-aproximacao-comercial-entre-brasil-e-asia.shtml#:~:text=Desde%202001%2C%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20d,a,chegar%20em%2038%25%20em%202019> . Acesso em: 01 mar. 21.

COREIA deve receber novos empréstimos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi301219.htm> Acesso em: 28 mar. 2021.

CRISE Asiática de 1997: entenda como aconteceu a crise dos Tigres Asiáticos. REIS, T. **Suno Research**. São Paulo, 2019 – Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/crise-asiatica/> Acesso em: 26 mar. 2021.

CUNHA, A. M. Iniciativa de Chiang Mai: Integração Financeira e Monetária no Pacífico Asiático. In: **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: 2004 p.230.

FRAGA, J. S. **Crise Financeira: O Caso Japonês**. Minas Gerais, 2013. Dissertação (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais.

HIRANO, S. ESTENSSORO, L. **Padrões de Desenvolvimento e de Oportunidade Social na América Latina e no Leste Asiático**. São Paulo, 2006

LAKATOS, E. M; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

LEANDRO, D. **Regionalismo Versus Multilateralismo: um Estudo da Integração da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA)**. Braz. J. of Bus., Curitiba, 2020.

A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS: GRUPO KAYAPÓ E O CACIQUE RAONI

Julia Vitor Alves

RESUMO

A população indígena no Brasil vive à margem da sociedade. Essa marginalização se dá devido às heranças da colonização, o que gerou uma grande perda de identidade dos indígenas, o apagamento de suas culturas, a miscigenação e a absorção dos costumes portugueses. Essa perda de identidade no século XXI causa um estereótipo de índio genérico, fazendo uma homogeneidade entre os povos, tirando sua singularidade e gerando um rótulo negativo como primitivo e até violento, já que na historiografia tradicional o indígena é visto como indolente. Isso se ressalta quando a mídia vende a imagem do indígena como herói, propagando o “mito do bom selvagem” como fez com o líder do grupo Kayapó, Raoni Metyktire que luta na linha de frente em prol da reivindicação dos direitos indígenas e contra a violação de suas terras indígenas já demarcadas e/ou homologadas. O líder Raoni Metyktire foi e ainda é crucial na resistência indígena contra o Estado. Uma de suas trajetórias foi a mobilização de oposição à construção hidrelétrica de Belo Monte, fato que ficou marcado na história brasileira com o longa-metragem “Belo Monte – Anúncio de uma guerra” (2012) de André D'Elia, onde mostra a realidade e a devastação ambiental e da população Xingu.

Palavras chaves: Violência, indígena, desigualdade, manifestação, Belo Monte.

ABSTRACT

The indigenous population in Brazil lives on the margins of society. This marginalization is due to the legacy of colonization, which led to a great loss of identity for the indigenous people, the erasure of their cultures, miscegenation and the absorption of Portuguese customs. This loss of identity in the 21st century causes a stereotype of the generic Indian, making homogeneity among peoples, taking away their uniqueness and generating a negative label as primitive and even violent, since in traditional historiography the indigenous person is seen as indolent. This is highlighted when the media sells the image of the indigenous as a hero, propagating the “myth of the noble savage” as it did with the leader of the Kayapó group, Raoni Metyktire, who fights on the front lines in favor of claiming indigenous rights and against the violation of their already demarcated and/or homologated indigenous lands. Leader Raoni Metyktire was and still is crucial in indigenous resistance against the state. One of his trajectories was the mobilization of opposition to the hydroelectric construction of Belo Monte, a fact that was marked in Brazilian history with the feature film “Belo Monte – Announcement of a war” (2012) by André D'Elia, which shows the reality and the devastation of the Xingu population and environment.

Keywords: Violence, indigenous, inequality, manifestation, Belo Monte.

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto visa analisar as questões sociais dos indígenas no Brasil. O trabalho possui como ênfase o povo Kayapó e o seu líder cacique Raoni. No quesito geral objetiva-se analisar a trajetória política do Raoni, estudar os estereótipos do “índio genérico”, e as consequências na sociedade atual brasileira, além de analisar os impactos ambientais e sociais ao povo Kayapó causados pela usina hidrelétrica de Belo Monte.

No decorrer do texto será discutido diversas pautas sobre o grupo Kayapó, sua trajetória e sua luta que permanece até os dias de hoje, ressaltando a importância dessas causas e da resistência indígena dentro do atual cenário brasileiro, visto que, é notável essa desigualdade e marginalização com o indígena – quando é observado que a população indígena não possui o básico de acesso à saúde, precarização da educação e nem de manter minimamente as suas tradições – e como isso impede a evolução social do território nacional.

O grupo Kayapó, da família linguística Jê – derivado do Macro-Jê – se localiza na região norte do Mato Grosso e na região sul do Pará (Figura “1”). O povo Kayapó possui uma grande diversidade cultural e uma notável harmonia com a natureza, uma das características culturais dos Kayapós é a pintura corporal, tendo como principal relevância vermelho e preto, o vermelho tendo como significado o homem ser um ser puro manchado pela sua condição física e o preto a criatividade que também compõe a natureza humana.

Figura 1 –Território Kayapó



Fonte: Google Maps, 2022.

Seu líder, cacique Raoni Metuktire, nascido por volta da década de 30 (não se sabe ao certo o ano de seu nascimento) na região de Kapot, Mato Grosso, é um ativista ambiental conhecido internacionalmente por sua resistência e sua luta para a preservação das Terras Indígenas, que pode ser descrito segundo a Constituição Federal de 1988 como "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos

recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seu usos, costumes e tradições" segundo ao artigo 231 parágrafo 1º.

Um dos marcos de Raoni foi sua oposição à construção da hidrelétrica Belo Monte. Construída no Rio Xingu, na região de Altamira, Pará, a usina hidrelétrica Belo Monte (Figura “2”) gerou uma grande oposição da parte da população indígena, dos ribeirinhos e de ambientalistas, já que a construção da usina proporciona um grande impacto territorial e ambiental e prejudicaria a saúde e alimentação dos povos que viviam naquela região. Como forma de protesto, as etnias Juruna, Kayapó e Arara ocuparam as obras da usina, exigindo uma negociação de seus direitos à empresa Norte Energia – que possui a concessão para construção da usina hidrelétrica – a ocupação foi pacífica e durou cerca de uma semana e terminou com os indígenas deixando o território por determinação judicial.

Figura 2 – AHE Belo Monte



Fonte: GOV.BR, 2021.

<<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2021/ibama-firma-acordo-com-a-usina-belo-monte> >

As etnias Juruna e Araras, foram os povos mais afetados pela construção de Belo Monte, segundo a BBC News Brasil “O estudo ambiental de Belo Monte tratou os jurunas e os araras da Volta Grande como os grupos indígenas mais impactados pela obra, pois o desvio das águas diminuiria sensivelmente o fluxo do rio em suas aldeias.” O impacto causado pela AHE Belo Monte fez com que a etnia Arara tivesse que se retirar do território habitado, pelas condições precárias que a vazão formada proporciona. Visando amenizar os impactos, é esperado que a Norte Energia S/A cumpra o PBA - Plano Básico Ambiental, segundo a antropóloga Marlinda Patrício (2018) a AHE Belo Monte causou:

Com a chegada do mega empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte o impacto ambiental, econômico, social e cultural é de maior magnitude levando a modificações mais invasivas na forma dos Arara pensarem e conduzirem suas vidas. A vazão reduzida provocada pelo empreendimento no trecho da Volta Grande do Xingu fará, na previsão dos Arara, que os encantados mudem para outros lugares. (PATRÍCIO, 2018)

Já com os povos Juruna, a escassez dos peixes - caçados para consumo próprio - os fez acompanhar de perto essas mudanças causadas pela usina, devido ao volume de água superior ao que o Hidrograma do Consenso propôs, que seria de 4 mil m³/s e 8 mil m³/s se alternando a cada ano, contudo a vazão foi de 10 mil m³/s aproximadamente, de acordo com o texto do Instituto Socioambiental (2018), provocando:

Em suma, a vazão média que será liberada pelos hidrogramas é menor do que a vazão média liberada em 2016. Mesmo nesse cenário, os peixes não conseguiram desovar, nem tampouco entrar, juntamente com os quelônios, na floresta aluvial para se alimentar. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018)

Essa vazão pode causar o desaparecimento de espécies que vivem naquela região, servindo de alerta para uma possível mudança na dinâmica da vazão feita pelo Hidrograma de Consenso, visando a remoção do componente que mantém a heterogeneidade do sistema, diminuindo assim consideravelmente o impacto ambiental causado pela construção da Usina e podendo proporcionar uma melhor qualidade de vida para os povos indígenas.

2 OBJETIVOS

Compreender as vivências dos povos indígenas Kayapó no século XXI, fazer uma reflexão sobre sua atual situação e seus direitos ignorados dentro da sociedade brasileira. Através de um estudo exploratório entender onde surgiu a negligência para com eles, a partir disso, estudar a posição dos Kayapó quanto etnia, a luta política de seu líder Raoni Metyktire, que se tornou porta-voz internacional dos povos originários, fazer uma análise social e ambiental sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, qual o impacto causado em território indígena e como isso ameaça a vida dos residentes da região e como os Kayapó se organizam social e politicamente na sociedade brasileira estando à margem. Para isso, o projeto visa:

- Estudar as pautas políticas que Raoni Metyktire já esteve e está envolvido;
- Análise do documento de Estudo de Impacto Ambiental, um dos pilares que autorizou a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte;
- Apresentar qual a influência que Raoni possui para diferentes etnias indígenas lutarem em prol de seus direitos;
- Identificar no cenário atual, as consequências geradas para a população indígena conforme as políticas públicas ineficazes que contribuem com sua marginalização.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O Projeto tem como base artigos acadêmicos já publicados sobre o tema abordado e a presença bibliográfica de literatura antropológica, política e socioambiental, além do Relatório de

Impacto Ambiental - RIMA para análise documental sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

No início do projeto, as referências foram utilizadas para análise e comparação com o contexto vivido atualmente e a literatura será bastante presente para fortalecer o embasamento teórico de como surgiu a marginalização de algumas etnias brasileiras – com ênfase na Kayapó

– analisando a liderança política do Raoni Metyktire em diferentes protestos, mas principalmente a sua oposição à construção da Usina de Belo Monte. A pesquisa foi realizada dentro do território nacional, com diferentes etnias para proporcionar um projeto mais detalhado e obter uma base de comparação.

Já no decorrer do projeto foi estudado as violências sofridas quando grupos indígenas apresentam sua resistência e sua luta em linha de frente contra a violação de seus direitos e como as políticas públicas se apresentam de forma ineficaz, deixando toda uma comunidade em situação de vulnerabilidade e como organizações criadas a partir da influência de Raoni, impactam positivamente para os povos indígenas, trazendo uma maior importância para os povos originários que residem em lugares afastados do território nacional.

4 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE RAONI METYKTIRE

O cacique Raoni é pertencente ao subgrupo Metyktire, que após a criação do parque nacional Xingu se mudaram para a margem oeste do rio Porori, na qual possui uma pista de pouso para garantir assistência médica. Raoni obteve bastante destaque na mídia pelo seu protagonismo político, principalmente pela sua mobilização contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Contudo, sua primeira aparição foi em 1956, quando ele se encontrou com o então presidente do Brasil na época, Juscelino Kubitschek, que demonstrou estar do lado da causa indígena. Já em 1964, Raoni se encontra com o rei da Bélgica Leopold III, na Amazônia. Em 1971 o cineasta Belga Jean-Pierre Dutilleux produziu um documentário sobre o Raoni, que obteve diversas premiações e foi até indicado ao Oscar na categoria melhor documentário.

Em suas manifestações, na década de 1980, Raoni promoveu diversas ações, como o conflito entre os fazendeiros de Goiás com o objetivo de conquistar a demarcação territorial das terras dos Apinajé, mais tarde o Cacique conheceu o cantor britânico Sting, formando ali uma relação de amizade, no ano da constituição brasileira, 1988, o indígena participa de diversas manifestações para garantir seus direitos fundamentais, reconhecido dentro da Constituição, conquistando assim o direito sob seu território, vale ressaltar que para o governo brasileiro, o território indígena deve seguir o denominado “marco temporal”, ou seja, a reivindicação de suas terras só se tornam legítimas, caso esse território já estivesse ocupado antes da aprovação da Constituição brasileira de 1988, colocando em risco as terras indígenas ainda não demarcadas e

podendo promover uma invasão territorial, segundo o G1:

A decisão pode definir o rumo de mais de 300 processos de demarcação de terras indígenas que estão em aberto no país. Indígenas de todo o Brasil acamparam na Esplanada dos Ministérios em protesto contra o marco. Eles promoveram manifestação pelas ruas da capital federal. (G1, 2021).

No final da década de 1980, Raoni participa de uma das suas manifestações de maior destaque, a construção do complexo hidrelétrico de Xingu, conhecido como Belo Monte, ele obteve apoio de outros líderes indígenas, inclusive apoio de influência internacional como o cantor Sting, esse protesto teve um reconhecimento internacional, como consequência paralisando a obra.

Com o apoio de Jacques Chirac, a etnia Kayapó criou o Instituto Raoni em 2001, visando a luta contra o desmatamento da Amazônia brasileira através da mídia pelo projeto denominado como “*video warrios projet*” que consiste em registrar as ilegalidades ocorridas na Amazônia, como a extração ilegal de madeira. Outro objetivo do instituto é promover a preservação do rio Xingu, consolidar um maior amparo para os Kayapó como segurança alimentar e territorial, o instituto abrange mais de 2 milhões de hectares de território indígena, mostrando como o Raoni, não só atua em linha de frente como também influencia outros movimentos em prol dos indígenas.

Em 2008, a UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), forneceu o título de Doutor *Honoris Causa* para Raoni, premiando-o pela sua grande influência nacional e internacional e pela sua liderança em manifestações indígenas, ele também recebeu um título de cidadão honorário de Paris em 2012, devido à sua luta contra a construção de Belo Monte. Essa escolha se deu através do reconhecimento da defesa da Amazônia brasileira e de etnias indígenas segundo a prefeitura de Paris, o cacique se torna o primeiro indígena vivo a ser contemplado pelo Prêmio Culturas Indígenas também pela sua atuação contra a construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte. Ainda no ano de 2012, o cacique se envolve em mobilizações do evento Rio+20, nome dado à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), evento com o objetivo de colocar em pauta a renovação do compromisso político conciliando a sustentabilidade e o desenvolvimento, o papel do cacique foi discutir sobre a importância da preservação territorial de povos indígenas e como as etnias necessitam impor aos brancos o respeito de seus costumes.

Em junho de 2013, juntamente com as etnias Munduruku e Xipiaia, o cacique foi até Brasília no Palácio do Planalto protestar em oposição à construção de hidrelétricas em Terra Indígena e à proposta de emenda constitucional número 2015. Na denominada PEC-215, que consistia na delegação de demarcação de terras indígenas e quilombolas exclusivas ao Congresso Nacional, Raoni se mostra totalmente contra ao se mobilizar à essa proposta de emenda constitucional, indo até à Câmara dos deputados com várias etnias, fazer um apelo aos parlamentares, pois segundo o Raoni “Se for aprovada essa PEC, todo mundo será destruído, pois todos dependem da natureza para se alimentar e sobreviver”, já que para ele os povos indígenas

obtêm total direito às suas terras que pertenceram aos seus ancestrais e deve ser respeitado tanto social quanto politicamente. A PEC-215 consiste em:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...] XVIII - aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas; Art. 2º O § 4º do art. 231 passa a vigorar com a seguinte redação: § 4º As terras de que trata este" artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis § 8º Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas Indígenas deverão ser regulamentados por lei. (PEC 215/2000)

A proposta de emenda constitucional 215 infringe os direitos indígenas, dando total poder ao parlamento para tomar decisões sobre terras indígenas, os deixando desamparados e sem nenhum poder de escolha. Esses são alguns dos principais movimentos que Raoni Metyktire teve envolvimento ou influência ativa, nos mostrando como essa luta em prol de seus direitos vem desde antes mesmo da constituição atual, se estendendo aos dias de hoje, vendo que os direitos indígenas não são invioláveis e estão sempre em constante mudança, logo, as etnias precisam estar constantemente em alerta, correndo risco de terem seus direitos revogados.

5 O INSTITUTO RAONI

O líder Raoni Metyktire possui uma forte influência nacional como porta-voz dos direitos indígenas, essa influência não só atinge as manifestações em prol dos seus direitos como também contribui para criações de organizações com o mesmo intuito. O Instituto Raoni é uma organização da etnia Kayapó, que possui como objetivo se opor ao desmatamento à Amazônia brasileira através de um projeto denominado como "*video warriors project*" traduzido como "projeto guerreiros de vídeo" visando registrar qual a situação da Amazônia com as ilegalidades da extração de madeira, desenvolver um suporte para os povos indígenas que lutam pela preservação de seu território e promover campanhas para a conservação do Rio Xingu. A organização foi criada em 2001 no sudeste da Amazônia, beneficiando aproximadamente 3.100 indígenas Tapayuna, Kayapó, Juruna, Panará e Trumai, ela se estende para a proteção de mais de dois milhões de hectares de terras indígenas e sua área de atuação consiste, segundo a Iniciativa Ecuatorial 2019, em:

Proteção, recuperação e gestão sustentável de florestas; proteção e trabalho para garantir os direitos de terras comunais, territórios e recursos naturais; parcerias inovadoras com o governo ou com o setor privado para promover o desenvolvimento sustentável (INICIATIVA ECUATORIAL, 2019 p.3)

A organização tinha como objetivo inicial a demarcação de terras indígenas, devido a luta política na qual o Raoni sempre fez parte, o instituto leva seu nome como uma forma de homenagem, sua sede está localizada no Mato Grosso no município de Colíder. No ano de 2007, a fundação ganha um título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na

qual se estabelece alguns pré-requisitos onde suas decisões deverão ser feitas em uma Assembleia Geral, e o Conselho Consultivo representado por 44 membros que visam monitorar as funções do Instituto Raoni, segundo a Iniciativa Ecuatorial (2019) alguns dos objetivos do Instituto são:

- a. Garantir a invulnerabilidade das terras ocupadas pelas comunidades Kayapó, Panará e Tapayuna, salvaguardando o seu uso exclusivo dos recursos naturais.
- b. Apoiar as atividades de conservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar das comunidades indígenas Kayapó, Panará, Tapayuna, Juruna e Trumáí.
- c. Dar apoio à reprodução física e cultural das comunidades indígenas Kayapó, Panará, Tapayuna, Juruna e Trumáí.
- d. Gerir os recursos financeiros destinados ao Instituto Raoni ou às comunidades indígenas Kayapó, Panará, Tapayuna, Juruna e Trumáí.
- e. Representar comercialmente os produtos feitos pelas comunidades indígenas Kayapó, Panará, Tapayuna, Juruna e Trumáí, através da sede do Instituto Raoni e de suas filiais. (INICIATIVA ECUATORIAL, 2019 p.5)

Todavia, a organização passa por alguns desafios, principalmente territorial, tendo que se manifestar se opondo ao governo federal, em busca de legalizar suas terras que ainda não foram reconhecidas por lei como território Kayapó, outro desafio se dá através das ilegalidades presentes na região, como os garimpeiros, madeireiros e pescadores que fazem uso ilegal e em excesso da matéria prima, invadindo o território, deixando os povos indígenas em uma posição de vulnerabilidade.

A questão climática é outro desafio para a fundação já que em períodos chuvosos que costumavam ocorrer durante seis meses já não ocorrem mais, os Kayapó não têm mais o poder de se planejar através das temporadas de seca ou chuva, um fator complementar é o aumento de temperatura que afeta o cultivo para consumo próprio de alimentos considerados tradicionais para eles. Após a criação do Instituto Raoni, os Kayapó compreenderam como o uso de imagens e a mídia podem contribuir positivamente para registrar as ilegalidades por parte de fazendeiros, madeireiros etc. fazendo com que áreas mais afastadas da Amazônia brasileira sejam vistas e levadas com maior importância, de acordo com a Iniciativa Ecuatorial (2019) isso se deu:

Através de expedições aéreas, fluviais e terrestres os jovens Kayapó utilizam câmeras, tablets e aparelhos de GPS para monitorar 2.134.915 hectares de floresta cobrindo o perímetro e os arredores de seu território. Estes 'guerreiros do audiovisual' filmam quaisquer ações que representem um risco para a integridade de suas terras. As imagens de vídeo são combinadas com o registro de GPS do local da incursão e são comunicadas ao Ministério do Meio Ambiente. O uso efetivo desta mídia para documentar a atividade ilegal e aumentar responsabilização pela regulação e controle nas partes mais remotas da floresta Amazônica fornece um modelo de conservação altamente eficaz e reprodutível, com potencial para ser adotado por outras comunidades na linha de frente. (INICIATIVA ECUATORIAL, 2019 p.7).

Essa iniciativa faz com que as áreas mais afastadas obtenha uma maior atenção na mídia para que algo possa ser feito, como por exemplo o denominado projeto Kremkrem feito em 2014 que consistia em analisar o risco de incêndio visando proteger a biodiversidade das terras Kayapó, obtendo apoio da *Royal Holloway*, Universidade de Londres, Universidade Aberta, Corpo de Bombeiros Brasileiros e a Universidade de Brasília para a realização do estudo Território Indígena Capoto-Jarina, que investigava como propagar através de vídeos, informações e práticas tradicionais indígenas.

Para isso, foi usado dispositivos manuais de mapeamento e gravações de vídeos para a monitoração de possíveis incêndios em áreas florestais que botam em risco suas terras, esses projetos de vigilância trouxeram impactos positivos para os Kayapó, sendo eles segundo o Instituto Equatorial 2019:

As ações de proteção e vigilância realizadas pelo Instituto Raoni, desde 2004, garantem o efetivo estado de conservação dos territórios indígenas Menkragnoti, Capoto/Jarina e Panará, bem como das terras tradicionais Kapotnhinore, que juntas abrangem mais de 2 milhões de hectares de ecossistemas de florestas primárias e cerrado. Informações obtidas através do projeto Kremkrem foram corroboradas com os dados de monitoramento via satélite de sensoriamento remoto de fogo em grande escala. Vídeos participativos foram usados como uma forma de envolver toda a comunidade e comunicar as discussões e resultados do projeto Kremkrem para os decisores políticos. (INICIATIVA EQUATORIAL, 2019 p. 8)

Alguns dos exemplos citados de feitos do Instituto Raoni, mostram como a etnia Kayapó se organiza em prol dos seus direitos, tomando a frente em lutas que visam proteger sua autonomia cultural, seu território e principalmente o meio ambiente. Salientando como o Cacique Raoni Metyktire através de sua luta influencia não só os Kayapó, mas também diferentes etnias se unam para garantir uma melhor qualidade de vida, fazendo com que suas culturas e costumes sejam respeitados e valorizados e reconhecidos por lei através de políticas públicas feitas para os amparar e proteger seus territórios e sua segurança alimentar, preservando e se opondo a degradação do ambiente na qual eles vivem.

6 A CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELOMONTE

O projeto de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte – AHE Belo Monte (Figura “3”) obteve como veículo os Estudos de Inventário hidrelétrico da bacia hidrográfica do Rio Xingu através da consultoria da empresa Camargo Corrêa no ano de 1980. Oito anos depois, após análise do projeto, ele foi aprovado pelo DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, logo começou discussões sobre a aprovação da usina, o que gerou uma grande revolta por parte dos ambientalistas e dos povos indígenas, gerando o Encontro de Povos Indígenas em Altamira, segundo Neves (2014)

[...] houve em Altamira (PA), um encontro pan-indígena, no qual lideranças Mebêngôkre, representantes de outro 24 povos, jornalistas e grupos ambientalistas de vários países reuniram-se para impedir a construção de um complexo hidrelétrico no Rio Xingu, sobretudo a usina de Kararaô (atual Belo Monte). Tal evento foi denominado o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. (NEVES, 2014, p.23)

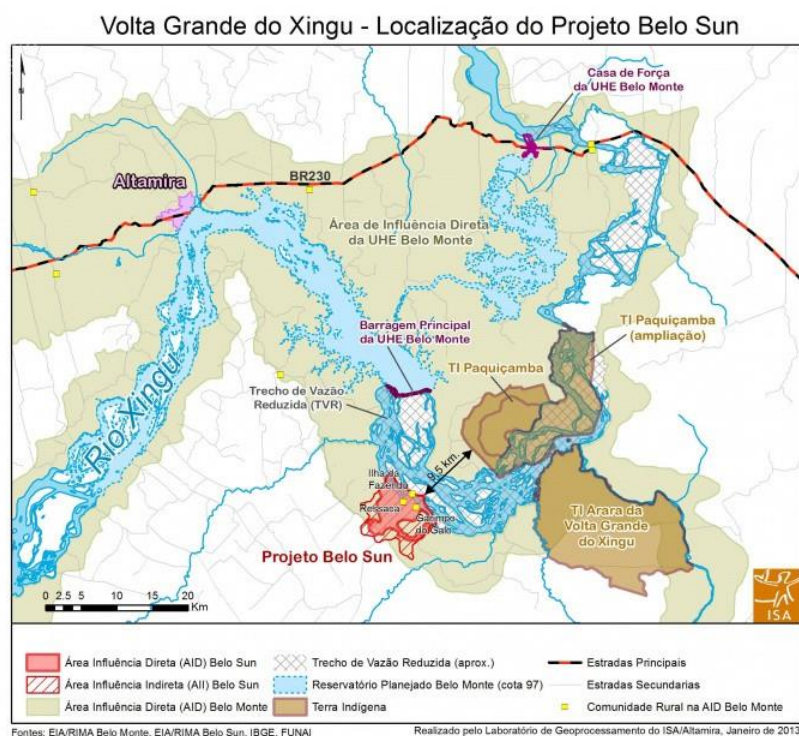


Figura 3 - Localização do Projeto Belo Sun

Fonte: EIA/RIMA Belo Monte.

<https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/styles/nsa-paisagem/public/nsa/belo_sun_vg_a4_v5_c-2.jpg?itok=xwfmReAS>

Esse evento culminou em uma paralisação das obras, os indígenas afirmaram que a construção iria trazer um grande impacto negativo ambiental e territorial, além de uma precariedade alimentar, visto que as etnias residentes próximas ao Rio Xingu se alimentam dos recursos florestais e aquáticos, um dos porta-vozes do protesto foi o cacique Tabata Kuikuro, dos povos Kuikuro do Alto Xingu, ele afirmou com bastante preocupação que a construção da usina já teria começado a secar o rio, dificultando a pesca para consumo próprio. Renato Mendonça, assessor das Associações Indígenas do Instituto Socioambiental, por sua vez, fez uma declaração em prol dos indígenas, informando que seus direitos estariam sendo violados e o projeto não estaria seguindo o que se propôs, segundo Mendonça:

“Depois que terminarem as obras de Belo Monte, as pessoas vão ficar sem ocupação e podem acabar invadindo o território indígena. Eles estão muito preocupados com isso. Também já sentem a diferença na quantidade de peixes, no volume de água do rio e acham que vai piorar daqui para a frente” (AGÊNCIA BRASIL, 2015)

O destaque midiático que as manifestações indígenas obtiveram, foi por parte de um

acidente envolvendo um dos engenheiros da Eletronorte, devido ao seu ferimento no braço causado por um indígena, ou seja, o impacto demonstrado pela mídia não foi como os direitos indígenas estavam sendo violados e as precariedades que eles passariam a viver após a construção da Usina, mas sim como os indígenas são potenciais violentos e não saberiam “fazer uso” da comunicação, trazendo uma imagem primitiva e de não civilizada para os povos originários.

Vejamos o que afirma Neves 2014:

[...] Tal evento teve grande repercussão na mídia, em razão de um pequeno corte no braço que um engenheiro da Eletronorte levou de um índio, após fazer a defesa da hidrelétrica. Sendo assim, uma das imagens utilizadas, e a qual gerou mais polêmica, era referente ao encontro em questão. (NEVES, 2014, p.6)

Com isso, podemos observar como os indígenas se encontram nesse local de vulnerabilidade ao se comparar ao “homem branco”, visto que, não importa o quão seus direitos fundamentais estejam sendo violados e/ou revogados, ao se manifestarem contra a opressão, passam essa ideia de violência e de selvagens pela sociedade. Isso perpetua um estereótipo indígena, no qual ou ele é adorador da natureza e vive em constante harmonia, ou ele é um ser selvagem incapaz de conviver em sociedade usando suas armas para ferir os “brancos”, isso se mostra enraizado em uma pesquisa feita no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp em entrevistas realizadas aos próprios universitários sobre os indígenas, na qual um dos sete entrevistados disse:

[...] Outro estudante, também de Filosofia, reiterou esse ponto de vista, afirmando que a sobrevivência dos índios só é possível devido à ação do Estado e colocou que, apesar de reconhecer que há trocas culturais, a imposição da chamada sociedade ocidental seria mais forte, uma vez que é o Estado o responsável, por exemplo, pela demarcação dos territórios indígenas, de modo que a terra não é mais garantida pela “força guerreira deles”, nas palavras do estudante. (NEVES, 2014, p.7)

Em 2005 foi aprovado o projeto de lei Nº 1.785/05 que autorizava a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará. Ele foi aprovado por parte da Câmara pelo senado, sem qualquer aviso e/ou amparo aos indígenas, que seriam os maiores afetados com a construção. Acreditando ser contra a constituição brasileira de 1988, a Procuradoria Geral da República entrou com uma ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, se opondo ao decreto Nº 1.785/05, solicitando que analisassem os impactos apontados no EIA - Estudo de Impacto ambiental que a Usina causaria ao ambiente e aos povos indígenas. Conforme diz Araújo (2015):

Somente em março de 2006, que o processo de licenciamento foi suspenso por liminar, que decidiu que os EIA só podem prosseguir após serem ouvidos os povos indígenas afetados. Após um ano, a mesma justiça julga improcedente o pedido do Ministério Público Federal (MPF) de anular o licenciamento ambiental feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), autorizando a continuidade do licenciamento ambiental. (ARAÚJO, 2015, p.45)

O EIA - Estudo de Impacto Ambiental, é uma análise independente feita para medir os impactos ambientais que a Usina Hidrelétrica causa, dando subsídios aos tomadores de decisão se ela deve ou não ser construída no lugar requisitado, pela licença ambiental, no caso concedida pelo órgão ambiental do Governo Federal, o IBAMA, de acordo com a reportagem escrita por Daniele Bragança, no jornal OECO de 2015:

Para a presidente do Ibama, Marilene Ramos, o funcionamento de Belo Monte permite o desligamento de usinas térmicas. Esse foi o principal argumento em favor de não atrasar mais a liberação da licença, mesmo que parte das condicionantes previstas na licença anterior não terem sido cumpridas. “Havendo condições de gerar energia e todo esse conjunto de salvaguardas para garantir que programas ambientais, urbanos e o componente indígena serão integralmente cumpridos, entendemos que era o momento de fazer a emissão dessa licença de operação”, disse. (OECO, 2015).

Como o EIA possui uma linguagem técnica, é feito um resumo de toda análise com uma linguagem popular para que todos possam compreender o chamado RIMA - Relatório de Impacto Ambiental. O IBAMA é responsável pela vistoria no local e o empreendedor deve realizar a audiência pública aberta à sociedade e o IBAMA deve participar. Nessa ocasião os impactos ambientais são apresentados e a sociedade debate e apresenta as suas críticas para subsidiar o IBAMA, que é quem decide se o projeto é viável ou não do ponto de vista ambiental. No caso de Belo Monte, as condicionantes exigidas pelo EIA foram:

- a. A mudança para a cidade de Vitória do Xingu das 2.500 casas para funcionários das obras que antes seriam feitas próximas ao local da casa de força principal, em uma vila residencial;
- b. A construção de 500 casas também para funcionários das obras espalhadas pela cidade de Altamira, ao invés de em uma vila fechada;
- c. A construção de um canal ao lado da barragem principal para passagem de peixes, ao invés de uma escada de peixes;
- d. Construção de um mecanismo próximo à barragem principal para fazer com que os barcos possam passar de um lado para o outro do rio Xingu;
- e. A definição de um hidrograma ecológico para o trecho do rio Xingu entre a barragem principal e a casa de força, garantindo a navegação e a sobrevivência de espécies de peixes e plantas. (RIMA, 2009, p.14)

Contudo, algumas alterações foram realizadas após as manifestações dos povos indígenas, devido ao grande impacto que seriam causados para eles diretamente com o aval do IBAMA, apenas algumas adaptações foram feitas no projeto da Usina de Belo Monte de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA (2009) essas adaptações incluem:

- f. Redução da área de inundação de 1.225 quilômetros quadrados para 516 quilômetros quadrados. Essa área de 516 quilômetros quadrados está dividida da seguinte forma:

- 134 localizados na parte chamada de Reservatório dos Canais, e 382 na parte localizada no rio Xingu, chamada de Reservatório do Xingu. Estas duas partes estarão ligadas por dois canais, como poderá ser visto mais à frente. No Reservatório do Xingu, 228 quilômetros quadrados já são hoje o próprio rio.
- g. Não inundação de Terras Indígenas. Nos estudos de engenharia dos anos 80 e 90 uma parte das terras indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu seria inundada. Agora, não haverá mais inundação de Terras Indígenas.
 - h. Construção de apenas uma usina no rio Xingu. O AHE Belo Monte será o único empreendimento nesse rio. (RIMA, 2009, p.16)

O projeto da construção de Belo Monte teve início em 1975 com os estudos sobre a bacia do rio Xingu, os estudos foram concluídos cinco anos depois indo para a etapa de Estudo de Viabilidade da usina. Em 1989 essa etapa se finaliza passando para a revisão desses estudos visando analisar a área inundada e não inundada em território indígena em 1994. A Eletrobrás então, solicita à ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, uma autorização para promover uma atualização nos Estudos de Viabilidade juntamente com a Eletronorte, contudo através de ações de justiça, o Ministério Público paralisou os trabalhos, parando também o EIA. No ano de 2005 a Eletrobrás volta seus estudos com a aprovação do Congresso Nacional, dando início a um acordo de Cooperação Técnica com as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht conseguindo concluir o Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental de Belo Monte.

No ano seguinte, é solicitado ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, a abertura do processo para licenciamento ambiental, dando início ao novo EIA. Nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu, o IBAMA efetivou sua vistoria e participou de reuniões para debater o TR - Termo de Referência para o EIA, emitido em dezembro de 2007. Visando o menor impacto ambiental possível, o Conselho Nacional de Política Energética estabelece que o Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte - AHE Belo Monte será o único projeto de energia hidrelétrica a ser explorado no rio Xingu, sendo aprovado pela ANEEL e vistoriado novamente pelo IBAMA. Após a aprovação da vistoria é entregue uma versão parcial do EIA e depois do RIMA em fevereiro de 2009, em seguida é solicitado uma licença prévia pela Eletrobras fazendo com que o IBAMA realize novamente uma vistoria no local do projeto, obtendo finalmente a entrega do EIA e RIMA para o IBAMA no mês de maio de 2009. Mesmo com todas as aprovações e documentos reconhecidos, a realidade da bacia do Rio Xingu é outra, formada por um grande território indígena protegido pela legislação brasileira e conservação ambiental dessas áreas. Contudo, essa área possui problemas com desmatamento como afirma o RIMA (2009) devido ao:

- i. Aumento do cultivo de soja na parte da bacia que está localizada no Estado do Mato Grosso;
- j. A extração de madeira e a criação de gado na região de São Félix do Xingu;
- k. O aumento da ocupação humana ao longo das estradas BR-163 e Transamazônica. (RIMA, 2009, p.28)

Com isso, mesmo com a presença burocrática do EIA, a Usina Hidrelétrica fere os direitos indígenas, visto que, mesmo ciente que os impactos causados desperta uma qualidade de vida precária para as etnias indígenas presentes na região, levaram à diante a construção em prol do desenvolvimento, contudo o desenvolvimento e a sustentabilidade devem estar em harmonia, pois o consumo exagerado e a exploração exacerbada, traz impactos irreversíveis ao meio ambiente colocando em risco a vida de diversos povos indígenas.

7 CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, podemos observar a negligência presente dentro da sociedade brasileira ao se falar de direitos indígenas. Desde a exploração do Brasil na Era colonial, os povos originários foram apagados, suas tradições, culturas e identidade sofreram as consequências, trazendo como herança para os tempos atuais a marginalização de seus costumes e uma exploração do seu território fazendo com que eles sejam obrigados a se retirar, mas sem dar o suporte necessário para os inserir dentro da sociedade.

Devido a isso, as etnias indígenas são submetidas a viver em constante resistência, lutando por direitos básicos fundamentais que se encontram dentro da Constituição Brasileira de 1988 que não são colocadas em prática, com grandes lutas e manifestações, alguns líderes indígenas ganham destaque dentro da mídia, como por exemplo o cacique Raoni Metyktire, líder da etnia Kayapó, ativista social desde muito novo que se encontra em linha de frente em prol dos direitos dos povos indígenas. Sendo porta-voz internacional, Raoni carrega a luta indígena para dentro e fora do território nacional, causando uma grande influência e visibilidade, ocasionando em criações de Organizações que levam o seu nome com o objetivo de apoiar e dar suporte às causas indígenas territoriais, ambientais, etc.

Um caso de grande repercussão que ganhou até um longa-metragem, foi a forte oposição e manifestações na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, diversos povos indígenas e ativistas sociais lutaram, paralisaram obras, renegociaram seus direitos, pois mesmo após o EIA - Estudo de Impacto Ambiental, alguns pontos dentro do estudo e do relatório não foram cumpridos fazendo com que colocasse a vida dos indígenas em risco, os deixando em uma situação de insegurança alimentar, já que a construção da Usina interferia diretamente com os peixes pescados para consumo próprio, e uma perda de território que foi usado para as obras da usina. Com isso, os povos indígenas foram submetidos a se colocar em perigo lutando para revogar seus direitos e

obtendo um impacto negativo na mídia, visto como seres não-civilizados e violentos, com a justificativa que eles estariam impedindo o desenvolvimento.

Portanto, o caso de Belo Monte serve de alerta para até onde vai o desenvolvimento, visto que o consumo e a sustentabilidade precisa estar em harmonia, pois a grande exploração e consumo de recursos naturais provocam a escassez e impactos irreversíveis na fauna e flora brasileira, trazendo a longo prazo consequências para toda sociedade, mas principalmente para os indígenas que observam de perto as mudanças causadas em nome do desenvolvimento, enquanto sofrem com essa marginalização sem o direito de voz e defesa e sem o amparo governamental, colocando em risco sua saúde e qualidade de vida e serem sujeitados a viver sempre em estado de alerta, uma vez que seus direitos estão em constante revogação, onde qualquer fator pode impactar negativamente, fazendo com que percam aos poucos os direitos conquistados.

Logo, deduzimos como o indígena possui identidade própria, mas o direito de exercê-la é constantemente negado pela sociedade não indígena, impondo a ele uma forma estereotipada de identidade, como eles se comportam como um todo e como só vivem e sobrevivem na sociedade atual devido ao Estado “permitir”, onde eles não seriam capazes de se adaptar em um mundo ocidental, pois a “força guerreira” por parte dos indígenas se tornaria inútil nos dias atuais. Esse pensamento estimula um estereótipo do índio genérico, com pinturas corporais e cocar os resumindo e tirando sua singularidade, visto que há mais de 150 etnias residentes no Brasil com diferentes costumes, idiomas e maneira de se manifestarem.

8 REFERÊNCIAS

ARARA DA VOLTA GRANDE. Povos indígenas no Brasil. 2012. Disponível em:

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Arara_da_Volta_Grande> Acesso em: 03 de ago. 2022.

ARAÚJO, M; PINTO, K; MENDES, F. **A usina de Belo Monte e os impactos nas terras indígenas**. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. 2014. 43-51p.

BELO MONTE, anúncio de uma guerra. Direção de André D'Elia. 2012. (105 min).

BRAGANÇA, Daniela. **Órgão autoriza Norte Energia a encher reservatório para operação da usina. Licença tem validade de 6 anos e vem com 41 condicionantes**. OECO. 2015. Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/ibama-diz-sim-para-belo-monte/>> Acesso em: 14 ago. de 2022.

G1. O QUE É O MARCO TEMPORAL SOBRE TERRAS INDÍGENAS: ENTENDA OQUE ESTÁ EM JOGO NO JULGAMENTO DO STF. G1, 2021. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/27/o-que-e-o-marco-temporal-sobre-terras-indig>

enas-entenda-o-que-esta-em-jogo-no-julgamento-do-stf.ghml> Acesso em 14 de ago. 2022.

HOLDER, Julianne. **Desenvolvimento para todos: políticas de assistência e inclusão social indígena – desafios e perspectivas**. 2011. Disponível em:

<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2109366d68770c55>> Acesso em: 12 de mar. 2021.

MEDEIROS, Joselaine Brondani. **O índio brasileiro: de dono da terra à marginalização**. Textura. 2007. 32-43p.

NEVES, Roberta Cristina. **O ícone Raoni: líder indígena mebêngôkre no cenário global**. 2014. 35-63p. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279770/1/Neves_RobertaCristina_M.pdf > acesso em: 10 de mar. 2021.

O QUE SÃO TERRAS INDÍGENAS? Povos Indígenas no Brasil. 2018. Disponível em:

<https://pib.socioambiental.org/pt/O_que_s%C3%A3o_Terras_Ind%C3%ADgenas%3F> Acesso em 02 de ago. 2022.

RELATORÍA DE PASANTÍA EN EL “CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCINIO” – CEUNSP / BRASIL
MEDICINA VETERINARIA - Cirugías en pequeños y grandes animales

Lautaro Antonio Basualdo Rivas¹³²

1 INTRODUCCIÓN

Esta relatoría es referente a la pasantía realizada en la universidad CEUNSP producto de un intercambio realizado entre dicha Universidad y la Universidad Juan Agustín Maza de la provincia de Mendoza- Argentina.

Durante el periodo del 4 de agosto de 2022 al 4 de noviembre del mismo año, estuve realizando una pasantía como estudiante de Medicina Veterinaria en la Universidad Nossa Senhora do Patrocinio (Salto – SP), en la cual me desenvolví en prácticas de clínica y cirugía de pequeños animales, en el Complejo Veterinario de la institución, durante el mes de agosto y además cursé las clases teóricas de Clínica quirúrgica y Clínica médica de grandes animales con el profesor Danilo Duarte. En el mes de septiembre, participé de prácticas de producción equina en el Haras Melo Pinheiro, ubicado en Porto Feliz y en octubre realicé una pasantía no obligatoria de clínica y cirugía de equinos en el Hospital Veterinario Equivet, en la ciudad de Indaiatuba, que fue autorizada y registrada por CEUNSP. Todas las prácticas realizadas fueron con el objetivo de mejorar el desenvolvimiento profesional en las distintas áreas de veterinaria bajo la supervisión de los profesionales responsables.

En el Complejo Veterinario (CEUNSP / Salto – SP), participé de cirugías de esterilización de perros y gatos tanto en macho como en hembras, extirpación de tumores de mamas, lipomas y tumor palpebral, cirugías de limpieza y extracción dentaria y una extracción manual de un huevo retenido en una agapornis. En el consultorio clínico, pude asistir a las distintas consultas de caninos, felinos y aves.

En el Haras Melo Pinheiro (Porto Feliz – SP) asistí a exámenes ecográficos para diagnósticos de preñez, control de ovulación, control gestacional, palpación rectal, cuidado de neonatos, inseminación artificial y transferencia de embriones.

En el hospital veterinario Equivet (Indaiatuba – SP) participé de cirugías de Síndrome Abdominal Agudo con el respectivo post operatorio de cada equino involucrado, realizando una carga horaria laboral de 250 horas en 30 días.

¹³² Alumno de la Universidad Agustín Maza UMAZA / Argentina

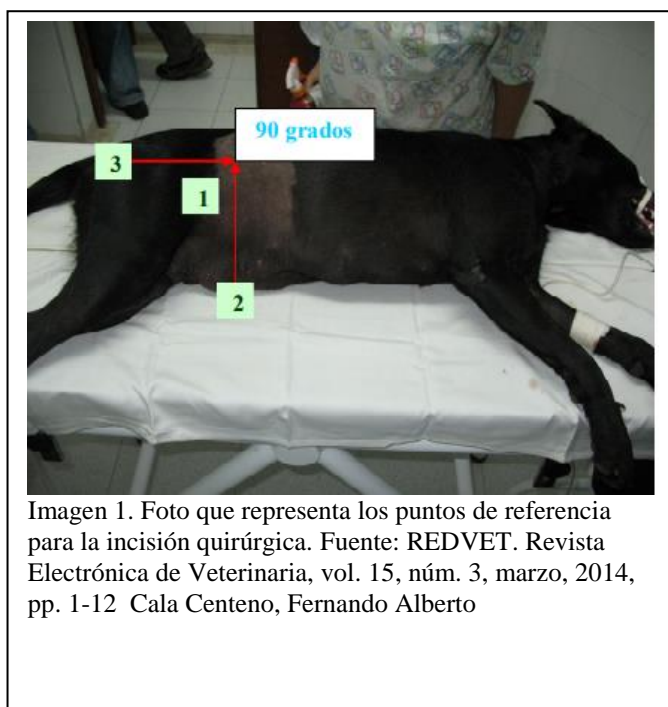
2 DESENVOLVIMIENTO

Durante el comienzo de mi pasantía en el complejo veterinario, se produjo un intercambio mutuo de conocimientos de técnicas quirúrgicas aplicadas.

Observé que aquí realizaban las cirugías de ovariectomía solo por abordaje medial mientras que en Argentina es común realizarlas por abordaje lateral a través del flanco. En base a eso, realicé una cirugía de demostración para los profesores y alumnos con la respectiva explicación de la técnica utilizada.

- Técnica lateral de ovariectomía (OVH lateral): Es recomendable que se practique dicha técnica con una incisión por el flanco derecho para realizar el abordaje inicial al ovario correspondiente (ovario derecho) por ser el ligamento izquierdo más largo y flácido y permite extirpar dicho ovario por la incisión en el flanco opuesto con una mayor facilidad.

Lo primero que debe realizarse es una tricotomía de la zona de incisión seguido por una desinfección del campo quirúrgico, para ello utilizamos clorhexidina jabonosa (clorex degermante) y alcohol.



1. Límite de la porción muscular del oblicuo abdominal externo
2. Proyección dorsal del antepenúltimo pezón.
3. Borde inferior del trocánter mayor del fémur.

La orientación de la incisión debe ser el punto de intersección de la línea que parte del borde inferior del trocánter mayor y va paralela a una línea perpendicular que pasa sobre el antepenúltimo pezón. La longitud de la incisión depende de la habilidad y experiencia del cirujano y del tamaño del animal (2 centímetros), pero debe ser lo suficientemente amplia para permitir la

extracción cómoda del ovario y la grasa que lo envuelve.

Después de realizar la incisión en piel con bisturí, se realiza una divulsión de las fibras musculares de los músculos oblicuo abdominal externo, oblicuo abdominal interno y transversal abdominal. Para ello se utiliza una tijera de punta roma.

Al llegar a la cavidad abdominal, puede utilizarse los separadores de tipo Farabeuf para mejorar la visualización de los órganos internos y posterior identificación del ovario derecho.

Luego de extraer el ovario derecho y su vascularización, procedemos a ligar y cortar la inserción del ligamento suspensorio del ovario. Para ello podemos utilizar la tijera Metzembaum o realizarlo por arrancamiento manual. Una vez que saque el ovario derecho, se tira del cuerno derecho y encuentras la bifurcación y posteriormente el cuerno izquierdo y en la profundidad el ovario. Luego se identifica el ligamento ovárico lo cortamos, con esto sacamos el ovario izquierdo hasta la herida, hacemos las ligaduras y cortamos. Extraemos el cuerpo del útero y procedemos a pinzar, ligar el paquete completo y cortar por detrás del cuello del útero.

Realizamos lavado con suero fisiológico de la cavidad abdominal y por último el cierre de los músculos abdominales se sutura el paquete muscular continuamente con sutura Absorbible Vicryl (poliglactina) calibre 1-0, después de suturar los músculos pasamos al tejido celular subcutáneo y finalmente terminamos con sutura de piel.

Para la esterilización en los machos caninos, aquí realizaban la técnica escrotal, que consiste en la extirpación de los testículos a través de una incisión sobre la bolsa escrotal. En Argentina utilizamos la técnica preescrotal por lo que procedí a demostrarla a los alumnos:

- Técnica de esterilización preescrotal en perro: Esta técnica, tiene como objetivo, preservar la bolsa testicular (escroto) y la extracción por un único acceso quirúrgico de ambos testículos con el fin de disminuir el dolor en el postquirúrgico. Con una presión suave, se dirigen ambos testículos hacia la incisión, con el fin de proceder a su extracción. Con este objetivo, se realiza una pequeña incisión con el bisturí sobre la superficie de las bolsas y de esta forma protruye el primer testículo. Realizada esta maniobra de exteriorización, se procede a la identificación de las estructuras, pinzando el conducto deferente junto con el paquete vascular y ligando a continuación. Una vez realizada la primera lazada y su nudo correspondiente, se corta entre las dos pinzas y se realiza un nuevo nudo con los cabos aún sin cortar atrapando parte del tejido en la segunda lazada y ajustando bien el nudo. Luego de realizar el corte, se comprueba de que exista una correcta hemostasia y procede a retirar el otro testículo aplicando la misma técnica. Para finalizar, se realiza una sutura de subcutáneo y piel.



Fuente: (Tobias K., 2011, pp. 230-450).

En el mes de septiembre, en el Haras Melo Pinheiro (Porto Feliz – SP), realicé acompañamientos en extracción folicular, inseminación artificial, colecta y transferencia de embriones, palpación rectal para evaluar estado folicular y cuidado de neonatos. También realicé guardias nocturnas para el cuidado de las yeguas próximas al parto.

En octubre, en la pasantía en el hospital veterinario Equivet (Indaiatuba – SP), realicé 4 acompañamientos en cirugía de síndrome abdominal agudo, atendimento de los distintos animales internados y clases teórico-prácticas acerca de afecciones frecuentes del aparato respiratorio del equino, examen clínico general completo, examen ultrasonográfico de abdomen en equinos con signos compatibles a Síndrome abdominal agudo, gastroscopía y manejo de fluidoterapia en pacientes críticos.

Las cirugías realizadas fueron: Desplazamiento dorsal de colon mayor, una hernia inguinal con enterectomía y enteroanastomosis termino terminal de íleon, una cirugía de impacción de colon mayor y una cirugía de vólvulo torsión intestinal.



Foto de autor: anastomosis termino-terminal de íleon.



Foto de autor: impacción de colon mayor.

3 CONCLUSIÓN

Durante la pasantía realizada en CEUNSP (Salto – SP) logré mejorar el conocimiento acerca de las distintas patologías tanto en grandes como pequeños animales. Pude poner en práctica lo aprendido en diversos casos clínicos de incidencia frecuente en nuestra profesión. Es interesante aprender la forma de trabajar que tienen en otro país y las distintas técnicas quirúrgicas aplicadas.

4 REFERENCIAS

REDVET. **Revista Electrónica de Veterinaria**, vol. 15, núm. 3, marzo, 2014, pp. 1-12 Cala Centeno, Fernando Alberto.

MORALES J.L, **Técnicas de reproducción en pequeños animales**, España, Universidad de Córdoba, 2003-2004.